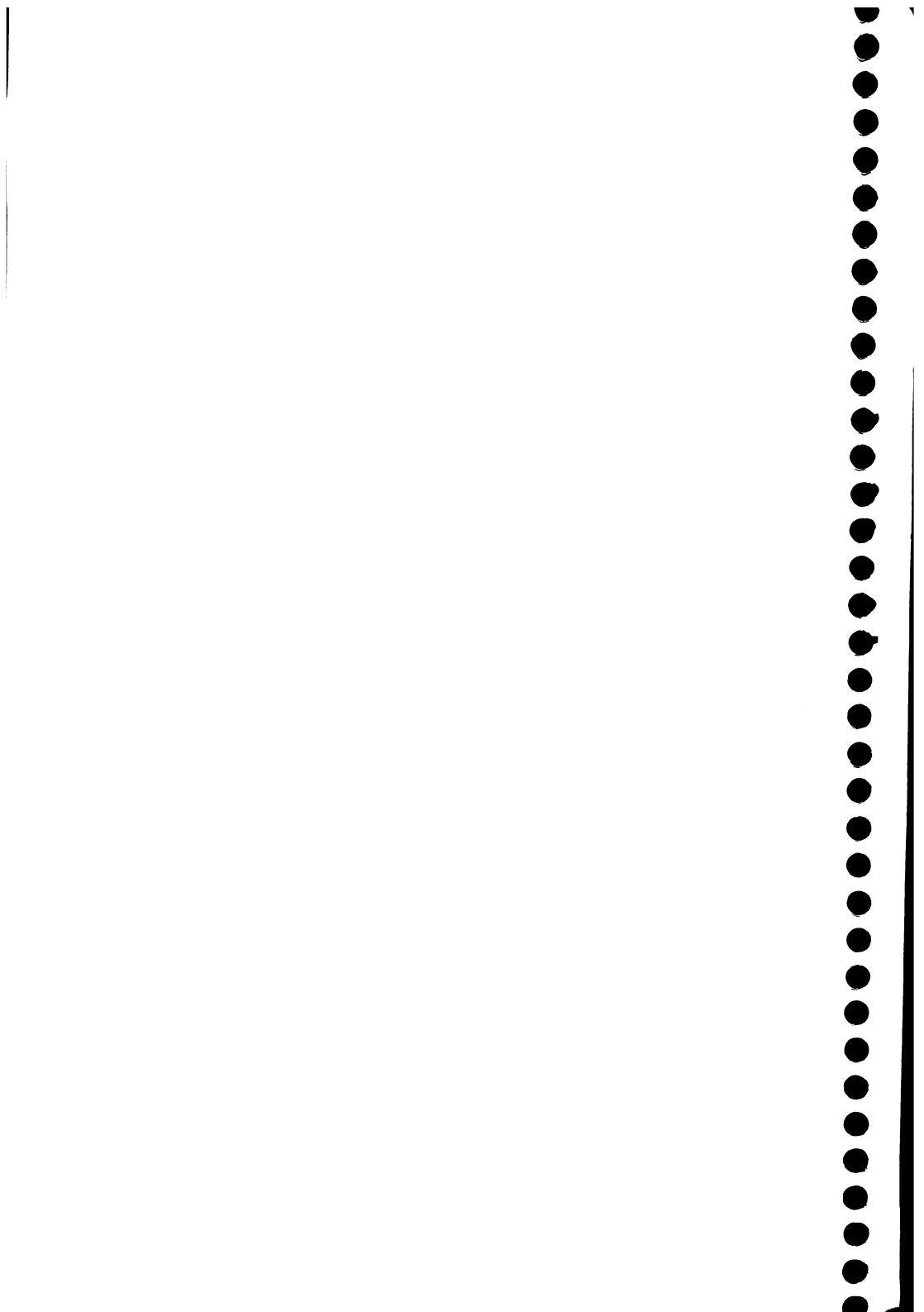
ITINERÁRIO HISTÓRICO DA PARAÍBA

2ª Edição

José Leal

FUNCEP
FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO DA PARAÍBA

A UNIÃO Editora

JOSÉ LEAL

ITINERÁRIO
DA
HISTÓRIA DA COLONIZAÇÃO DA PARAÍBA AOS NOSSOS DIAS

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO

COLEÇÃO "VIDA BRASILEIRA"

Direção de José Simeão Leal

1 — George C. S. Boehrer — Da Monarquia à República.
2 — Luís da Câmara Cascudo — História do Rio Grande do Norte.
3 — Hélio Vianna — Capistrano de Abreu.
4 — Carlos Eugênio Pôrto — Roteiro do Piauí.
5 — Manuel Diégues Júnior — Etnias e Culturas no Brasil.
6 — Renné Ribeiro — Religião e Relações Raciais.
7 — Mauro Mota — O Cajueiro Nordestino.
8 — Hermes Lima — Idéias e Figuras.
9 — Arthur Cezar Ferreira Reis — A Amazônia que os Portuguêses Revelaram.
10 — Luís da Câmara Cascudo — Jangada.
11 — Jaime Cortesão — Rapôso Tavares e a Formação Territorial do Brasil.
12 — Horácio de Almeida — Brejo de Areia.
13 — Estanislau Fischlowitz — Cristóforo Arciszewski.
14 — Vasco Mariz — A Canção Brasileira.
15 — Egon Schaden — A Mitologia Heróica de Tribos Indígenas do Brasil.
16 — Luís da Câmara Cascudo — Rêde-de-Dormir.
17 — José Alípio Goulart — Meios e Instrumentos de Transporte no Interior do Brasil.
18 — José Aderaldo Castello — Aspectos do Romance Brasileiro.
19 — Andrade Muricy — Villa-Lobos — Uma interpretação.
20 — Charles Wagley e Eduardo Galvão — Os Índios Teneteharas (Uma Cultura em Transição).
21 — Boanerges Facó — José Balthazar Ferreira Facó (In Memoriam).
22 — Lourival Gomes Machado — O Tratado de Direito Natural de Tomás Antônio Gonzaga.
23 — Pereira Reis Júnior — Maria Quitéria.
24 — José Figueiredo Filho e Irineu Pinheiro — Cidade do Crato.
25 — I. M. de Lorêto — Ruth Gebrim, O. P. — Contribuição ao Estudo Geomorfológico do Vale do Aveyron entre Mousset e Laguepie.
26 — Carlos Sussekind de Mendonça — Sílvio Romero de Corpo Inteiro.
27 — Estanislau Fischlowitz — Principais Problemas da Migração Nordestina.

NOTICIA BIOBIBLIOGRAFICA

*Ao reeditar em edição fac-similar o **Itinerário Histórico da Paraíba,** presta a Fundação Cultural do Estado da Paraíba uma justa homenagem ao saudoso José Leal Ramos, autodidata dos maiores que a nossa terra já conheceu.*

Nascido a 16 de julho de 1891, na fazenda Ponta da Serra, município de São João do Cariri - Pb, José Leal - como era mais conhecido - fez de quase tudo na vida: foi empregado do comércio, agricultor, farmacêutico, comerciante, adjunto de promotor público, funcionário municipal, revisor de provas, jornalista, historiador e escritor.

*Veio residir em João Pessoa no ano de 1932, quando ingressou nos quadros de **A União** como revisor, tendo no mesmo jornal sido repórter, redator, secretário e diretor. E não foi apenas no órgão oficial que José Leal trabalhou: tornou-se redator do **Correio da Manhã** do **Liberdade**, de **A Imprensa**, do **O Estado da Paraíba.** Dirigiu **O Norte** editou e dirigiu o jornal **A Ronda** e a revista **O Gongo.** Foi ainda editorialista da **Tribuna do Povo.***

*Publicou as obras seguintes: **A Imprensa na Paraíba** (1941), **Este Pedaço do Nordeste** (1943), **Reencontro da Vila** (1960), **Itinerário Histórico da Paraíba** (1965), **A Família Costa Ramos** (1968), **Acidentes Geográficos da Paraíba** (1970), **Assim eram as coisas** (1971) e **Vale da Travessia** (1972). Deixou inédito um **Dicionário Bibliográfico da Paraíba,** com mais de três mil verbetes.*

Recebeu o honroso título de Cidadão Benemérito da Paraíba outorgado pela Lei nº 3.665, de 14 de setembro de 1971. Era membro do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba, sócio fundador da Associação Paraibana de Imprensa, (da qual foi presidente) e sócio fundador do Instituto Paraibano de Genealogia e Heráldica.

Era de vê-lo atravessando as ruas da cidade: alto, desempenado, sempre de paletó. Sorriso contido. Nos últimos anos de vida, passou a conduzir uma bengala; mas tão aprumado andava ainda, que ela mais servia de companhia do que de arrimo.

Tinha a dignidade dos velhos jornalistas. Só defendia pontos-de-vista em que acreditava. Sensato e moderado, sabia tudo sobre a imprensa. E conhecia a história do Estado natal a fundo, embora só tivesse feito curso primário.

Líder da categoria dos jornalistas, sem jamais ter dado um passo sequer nesse sentido. Impunha-se pela conduta retilínea, pela inteligência privilegiada, pela coerência de atitudes, pelo exemplo de vida.

O velho José Leal tinha também suas idiossincrasias: certa feita, recusou publicamente o título de "Cidadão de João Pessoa" que a Câmara Municipal lhe concedeu, alegando que "não queria estar em má companhia". Era uma época em que os vereadores outogaram centenas de títulos de "Cidadão de João Pessoa" a figuras menores, sem qualquer expressão no seio da comunidade.

Faleceu José Leal no dia 25 de outubro de 1976, em João Pessoa. O ***Itinerário Histórico da Paraíba*** *é dos seus melhores livros. Trata-se da história da nossa terra, desde antes da Conquista, ano a ano. Escrita de modo inteligente, resumido, correto. Útil a estudantes e doutores.*

A Fundação Cultural do Estado da Paraíba agradece à família do autor ter permitido esta reedição, e fica penhorada ao empresário Armando Klabin, que através da IKPC - Indústrias Klabin de Papel e Celulose S.A., possibilitou esta publicação de acordo com a Lei Sarney.

João Pessoa, março de 1989.

Wellington Vasconcelos de Aguiar
Presidente da FUNCEP

JUSTIFICATIVA DO AUTOR

Inspirou-se a preparação dêste livro no propósito de dar aos leitores uma compilação completa da história da Paraiba, desde os dias da colonização aos tempos atuais, consignando, em periodos sintéticos, os episódios marcantes que contribuiram para a criação da comunidade da qual somos parte integrante.

Existem numerosas obras versando o assunto, algumas abrangendo todos os aspectos da penetração lusa nas terras onde dominavam, soberanos, Potiguares e Tabajaras e focalizando o desenvolvimento da civilização, destacando os tropeços que se ergueram na sua marcha aos dias atuais. Outras, no entanto, tratando apenas de alguns dos fatos de maior repercussão, mas tôdas constituindo inapreciável documentário que necessitava ser condensado e resumido, para tornar mais fácil uma visão do conjunto.

Essa tarefa, que pensamos ter executado, compilando os pontos mais salientes da crônica paraibana, situando-os nos anos em que ocorreram, numa seqüência cronológica continua de 1548 a 1954, quatrocentos e seis anos da existência da nossa comunidade.

O estudo dos fatos e a sua interpretação não foram o nosso objetivo, pois a extensão do livro não comportaria senão o registro sucinto dos acontecimentos.

No entanto certos periodos da história exigiam maiores esclarecimentos, principalmente no tocante à caracterização do meio e das instituições vigentes, bem como à repercussão contemporânea de fatos que influenciaram na evolução da terra e da sua gente.

Por isso, recorremos ao expediente das transcrições dos conceitos de autores consagrados, ilustrando a nossa obra com a apli-

cação de verdadeiros remendos de estofos preciosos sôbre a pobreza do tecido grosseiro.

São trechos que falam com poderosa eloqüência da época e dos homens, das causas e dos efeitos, da sua atuação no cenário da Colônia, da Provincia ou do Estado, e que concorrem para emprestar ao nosso trabalho a autoridade que o autor não está em condições de lhe conferir.

"Itinerário da História" é, pois, uma compilação conscienciosa da história da Paraiba, escrito com a intenção de oferecer ao público uma síntese objetiva do nosso passado tanto remoto como recente.

Janeiro — 1954.

JOSÉ LEAL.

ITINERÁRIO DA HISTÓRIA

(Da colonização da Paraíba aos nossos dias)

Consolidada a colonização portuguêsa em Pernambuco, com as penetrações nas vizinhanças de Olinda e de Itamaracá, onde se iam erguendo engenhos de açúcar e instalando fazendas, as vistas dos colonizadores se voltavam para a região ao norte do Rio Goiana, ocupada até o Rio S. Domingos, pelas irrequietas tribos Tabajaras, das quais o principal cacique era o aguerrido Piragibe, que vinha de escapar a um golpe maquinado pelos lusos, que se frustrou devido à perspicácia dêsse silvícola. Para lá de S. Domingos, acampavam os Potiguares, amigos dos traficantes franceses, freqüentadores da costa, e inimigos declarados dos portuguêses.

A segurança e a tranqüilidade dos povoadores impunham a dilatação das conquistas rumo ao norte, a fim de submeter o silvícola hostil e audacioso, que começava a dar amostras dos seus intuitos agressivos, estimulado pelos incitamentos que recebia dos seus aliados, vivamente interessados em que a colonização não se alargasse naquela direção, que era onde se abasteciam de pau-brasil para alimentar a competência com o monopólio da coroa lusitana.

Tanto mais justificadas eram as apreensões dos colonos portuguêses quanto os silvícolas davam demonstrações de grande capacidade para a reação, tôda vez que eram atingidos por qualquer humilhação ou viam suas conveniências contrariadas, como ocorrera em 574, em Tracunhaêen.

1574

Uma horda de ferozes silvícolas assaltou neste ano, o Engenho Tracunhaêen, massacrando os habitantes e incendiando as instalações, lavouras e habitações, que ali encontraram.

O episódio é assim relatado por conceituado historiador paraibano:

"Em 1574 os Potiguaras da Paraíba, chamados pelos de Tracunhaẽen, daqui marcharam por mar numa frota de pirogas e, em avultada coluna, por terra, para atacar o engenho de Diogo Dias. Êste prendera duas virgens indígenas, provocando sôbre o interêsse da defesa territorial e a cobiça do saque, o ódio do sangue ludibriado. O combate foi tremendo, cabendo aos assaltantes a triste vitória, coroada pelo incêndio de casas e canaviais e o massacre de seiscentas pessoas da família e agregados do fazendeiro». (CELSO MARIZ — *Apanhados Históricos da Paraíba*).

Essa tragédia causou profunda consternação em Pernambuco, tendo ainda dolorosas repercussões na metrópole lusa, determinando o Rei D. Sebastião que o Ouvidor Fernão Silva se transportasse à Paraíba, a fim de erguer uma fortaleza para servir de base às operações contra os silvícolas, que agiam na região, inspirados pelos traficantes franceses de Dieppe e Saint Malô interessados nos carregamentos de pau-brasil. Essa expedição, entretanto, nada conseguiu fazer, porque se viu acossada pelos silvícolas e forçada a retroceder para Olinda, com perdas de alguns homens.

1578

Apesar do mau êxito da tentativa feita pelo Ouvidor Fernão Silva, o govêrno e os colonos de Pernambuco compreendiam a importância da penetração numa zona que servia de cobertura aos seus estabelecimentos de Olinda e vales pernambucanos, em franco progresso; assim é que o Governador-Geral, Lourenço da Veiga, recebeu instruções para dedicar tôda a atenção ao problema. Êsse delegado da Metrópole aceitou o oferecimento que lhe fêz o comerciante Frutuoso Barbosa para vir tentar a conquista por sua conta, exigindo sòmente que lhe fôssem conferidas as honras de governador do território que ia desbravar, durante dez anos.

Corria o ano de 1578, reinando em Portugal o Cardeal D. Henrique, e o Rio S. Domingos já era conhecido pelo nome indígena de Paraíba.

Portugal atravessava então uma fase das mais graves da sua história, reflexo da derrota de Alcácer-Quibir, na qual se perdera, com o Rei D. Sebastião, a elite da sua nobreza militar.

1579

Cumprindo a recomendação transmitida pelo Governador-Geral do Brasil, o Capitão João Tavares fundou na Ilha da Restinga, situada no estuário do Paraíba, no fundo da Baía do Cabedelo, uma feitoria artilhada com o objetivo de interceptar a passagem das embarcações dos navegadores de Dieppe que por ali navegavam, freqüentemente, a comerciar com os silvícolas.

João Tavares não foi estorvado no desempenho da sua missão, mas não empreendeu nenhuma ação ofensiva, em virtude de não dispor de elementos materiais e humanos para executar emprêsa de natureza militar. Limitou-se a esperar a vinda dos recursos que lhe prometeram e, como êstes não chegassem, tendo a impressão que fôra esquecido em Olinda tratou de regressar, deixando, porém, pequena guarnição no forte.

Há, contudo, um historiador que localiza êsse primeiro fortim no continente, como se vê dêsse trecho:

"Contudo Lourenço da Veiga, em observância às ordens recebidas, determinou que seguisse de Pernambuco o Capitão João Tavares com a fôrça que pudesse reunir e fôsse ocupar aquela ilha, o que com efeito fêz em 1579, levantando um fortim, que guarneceu. João Tavares sem fazer mais do que isto foi pelos índios tolerado, e até conveio no abandono daquele pôsto por um pequeno local onde está atualmente a cidade N. S. das Neves, levantando à margem do rio algumas pequenas casas para abrigo da sua gente, local que depois foi conhecido pelo "Pôrto da Casaria" (MAXIMIANO MACHADO — *História da Província da Paraíba*).

Deduz-se dêsse trecho que João Tavares estabeleceu-se também no continente, sôbre o que silenciaram todos os outros historiadores que escreveram sôbre a conquista e colonização da Paraíba.

1582

Concordam os historiadores mais autorizados na *afirmativa* da vinda de Frutuoso Barbosa à Paraíba, em 1582, cujo episódio é assim descrito:

"Só em 1582, depois de ter reparado as avarias da sua frota, repete Barbosa a sua tentativa. Além das fôrças que conduzia na esquadra tinha mais o auxílio de Simão Rodrigues Cardoso, com um número ainda maior de índios mansos. Ao enfrentar a foz do Paraíba, divisou a frota de oito naus francesas que recebiam carregamento de pau-brasil. Acometeu-as, imediatamente, destruindo cinco, tendo outras três conseguido fugir. As mesmas vantagens não conseguiram dezenas de expedicionários que desembarcaram pois, entrando em combate com os selvagens, logo sofreram perdas sensíveis, entre as quais a do próprio filho de Frutuoso Barbosa. Esta expedição tão bem aparelhada, depois de instalar um arraial ao norte do rio, abandonou a conquista regressando a Pernambuco» (MAXIMIANO MACHADO — *História da Província da Paraíba*).

1584

Dois anos depois voltaram os portuguêses a renovar a tentativa de colonização, face à pressão dos silvícolas cada vez mais constringente e, para levá-la a efeito, o Governador-Geral do Brasil designou o general castelhano D. Diogo Flôres Valdez, que chegou ao Recife a 20 de março dêste ano, trazendo em sua companhia o Ouvidor Martim Leitão, que teve atuação decisiva nos acontecimentos que se seguiram.

Ali chegando, os emissários daquela autoridade trataram de reunir os elementos para a expedição, feito o que se transportaram à Paraíba.

"Chegando Diogo Flôres à embocadura do Rio Paraíba, destaca dois navios da sua frota, investindo rio acima, acompanhados dos batéis dos demais, convenientemente tripulados de gente para o desembarque. Mais além estavam fundeadas quatro naus francesas carregadas de pau-brasil e, vendo-se a sua gente perdida irremediavelmente, as abandonou, incendiando-as e desembarcando,

convenientemente armada, reúne-se aos índios rebeldes e seus aliados com o fim de resistir a qualquer investida em terra, naturalmente prevista. Essa expedição foi coroada de bom êxito e, construindo o forte, perto da barra, a que deu o nome de São Felipe e Santiago, e devidamente armado e guarnecido, ficando por seu comandante Frutuoso Barbosa e por alcaide o capitão espanhol Francisco Castejan, regressaram a Pernambuco vitoriosos os expedicionários, em dias de junho dêste ano de 1584 sendo recebidos festivamente em Olinda» (PEREIRA DA COSTA — *Anais Pernambucanos*).

Referindo-se a essa expedição, consigna TAVARES CAVALCANTI:

"Tratou-se de escolher o local para a fortificação que servisse de apoio ao trabalho posterior da colonização. Entendeu o general espanhol que o mais conveniente era no continente de lado norte, defronte da extrema ocidental da Restinga» (TAVARES CAVALCANTI — *Epitome da História da Paraíba*).

A referida fortificação ficava quase à entrada do Rio Guia, onde ainda existem seus vestígios, sendo o local conhecido vulgarmente por Forte Velho.

Enquanto era construído o forte, as tropas ociosas, se deslocaram para o Campo das Ostras, distante duas léguas daquela posição, onde foram envolvidas por numerosa horda de silvícolas, desbaratadas e perseguidas até as proximidades do reduto. Era uma demonstração em ponto pequeno dos trabalhos que aguardavam os colonizadores.

"Os fugitivos picados pelas emboscadas precipitaram-se num alagadiço, passando uns por cima dos outros e morrendo muitos afogados. Assim desbaratados puderam chegar às portas, supondo-se ainda perseguidos pelos inimigos. Mas Castejan não os quis receber, deixou-os expostos à chuva, ao relento e o pior que isso, aos riscos de serem massacrados. Foi essa uma noite de geral consternação, vindo além disso as chuvas e escuridão, tornava cada vez mais aflitiva a sorte de todos, parecendo que a natureza conspirava também contra êles. Na manhã seguinte, já dia alto, foram abertas as portas da fortaleza, podendo então

D. Francisco reconhecer a cifra elevada das suas perdas; subiam elas a quatrocentos homens mortos e extraviados» (MAXIMANO MACHADO — *História da Província da Paraíba*).

1585

Êste foi o ano decisivo para a implantação do domínio português sôbre o território onde Tabajaras e Potiguaras exerciam o mando e cooperavam ativamente com os franceses, estacionados na Baía da Traição, ou vogando sôbre as águas tranqüilas do Paraíba e seus afluentes, realizando trocas de produtos europeus pelos carregamentos de pau-brasil, que destinavam a alimentar a concorrência ao monopólio luso-espanhol nos mercados do Velho Continente.

O desentendimento entre Frutuoso Barbosa e Castejan chegou ao ponto de fazer perigar a segurança do Forte S. Felipe e Santiago, que se achava sob apertado cêrco dos silvícolas.

Na impossibilidade material de repelir os assaltantes com os recursos de que dispunha, decidiu Frutuoso Barbosa pedir socorros a Itamaracá, sendo atendido por Pero Lopes de Souza, que trouxe tropas e forçou o levantamento do cêrco, permitindo êsse desafôgo que Castejan organizasse uma batida até Mamanguape, segundo relatam alguns escritores, enquanto outros registram essa versão do episódio:

"Após a retirada das fôrças pernambucanas voltam os índios a cercar o forte, de que resultou o seu abandono por aquêles mesmos aos quais cumpria da sua defesa, inutilizando-o antes pelo fogo, lançando a sua artilharia ao mar, e pondo a pique o navio ali ancorado, abandonando assim a fortaleza, cuja construção custara tanto trabalho, fadigas e privações, e ainda mais avultadas despesas, recolheram-se a Itamaracá" (PEREIRA DA COSTA — *Anais Pernambucanos*).

O fato é que os acontecimentos verificados à margem do Paraiba determinaram a organização de nova expedição, aparelhada de todos os recursos para alcançar o êxito previsto, dada a situação dos silvícolas, cumprindo aproveitar o rompimento das precárias relações dos Tabajaras com os Potiguares, degenerando em guerra

aberta, na qual as duas aguerridas tribos se dilaceravam ferozmente, pendendo a vitória para êsses últimos, mais numerosos e mais combativos do que os seus irmãos da margem sul do rio.

Compreendeu Piragibe que a única salvação que lhe restava residia na aliança com os portuguêses. Embora não tivesse olvidado a perfídia de que ia sendo vítima nas margens do S. Francisco, enviou emissário a Martim Leitão, oferecendo a sua colaboração na campanha contra os Potiguaras.

Essa notícia, ao chegar a Olinda, produziu no ânimo dos colonizadores um sentimento de euforia insopitável, pois era conhecida a tenacidade do cacique Tabajara e as qualidades guerreiras de seus comandados.

Apressaram, portanto, os preparativos para a marcha rumo à Paraíba, e enquanto reuniam homens, materiais e navios para a expedição, despacharam João Tavares, com a missão de estabelecer ligações com Piragibe.

Assim é que:

"Efetivamente, neste dia, seguiu João Tavares para a Paraíba, embarcando em uma caravela no pôrto de Recife, equipada e concertada para tudo por algumas dádivas e bom regimento, conduzindo vinte homens e, graças ao bom tempo, no dia 5, ancorava em um ponto à margem direita, chamando depois Varadouro, e onde encontrando com Piragibe e mais principais dos Tabajaras, foi por êles bem recebido" (PEREIRA DA COSTA — *Anais Pernambucanos*).

A notícia do êxito de João Tavares, chegando ao conhecimento de Martim Leitão, teve a virtude de apressar a sua partida para a Paraíba, a qual se realizou em dias de outubro, acompanhando-o nessa viagem soldados, colonos com suas famílias, jesuítas e silvícolas domesticados. O objetivo principal dêsse funcionário da coroa luso-espanhola consistia na fundação de uma cidade, que já havia sido criada pelo Alvará de 29 de dezembro de 1583.

Sòmente a 4 de novembro foi que Martim Leitão se decidiu pelo local onde devia ser lançado o fundamento da nova cidade, que seria a metrópole paraibana dos nossos dias.

"Chegando Martim Leitão à nova terra e procurando o melhor local para plantar a cidade, escolhe o alto de uma colina, tendo o Rio Sanhauá aos pés a dezoito quilômetros da foz do Rio Paraíba defronte do sítio em que João Tavares havia anteriormente feito a paz com Piragibe" (IRINEU PINTO — *Datas e Notas*).

Simultâneamente foram iniciadas a construção da matriz, sob a invocação da Virgem das Neves, um forte, na atual ladeira de São Francisco sob cujos alicerces se ergueu mais tarde a Casa da Pólvora, ainda de pé, e as casas para Câmara, Cadeia e Açougue, estas confrontando com a igreja. Êsse templo permanece ainda no mesmo local, reconstruído, ampliado e engrandecido várias vêzes através dos séculos, e tem atualmente a categoria de Catedral Metropolitana do Arcebispado da Paraíba.

Ao mesmo tempo os jesuítas tratavam de se instalar nas proximidades do aldeamento dos Tabajaras, situado nas áreas conhecidas por Passeio Geral e Ilha do Bispo, onde o cacique Piragibe residia.

A nascente cidade recebeu o nome de Felipéia, em homenagem a Felipe I de Espanha e II de Portugal, que conseguira reunir as duas coroas pela morte do Rei D. Henrique I de Portugal que, sendo cardeal, não deixou descendência, extinguindo-se com êle a dinastia de Aviz.

Os terrenos ocupados pela Casa da Câmara, Açougue e Cadeia em 1612, foram arrematados por Duarte Fernandes de Aragão, que os transferiu por venda aos beneditinos para a construção do seu mosteiro.

Enquanto progrediam as construções Martim Leitão, não querendo ficar inativo tantos dias, reuniu uma tropa de oitenta e cinco soldados peninsulares e cento e oitenta silvícolas, comandados por Piragibe, efetuou uma penetração até a Baía da Traição, no curso da qual destruiu os aldeamentos dos Potiguaras e obrigou um navio francês, que se achava naquele pôrto a se fazer ao largo, diante da ameaça da destruição.

O ano de 1585 marcou no calendário histórico do Brasil a incorporação da Paraíba ao mundo civilizado, assinalando a pri-

meira etapa da sua longa caminhada para a integração total na nacionalidade que se ia forjando ao calor das lutas e sob a carícia do clima tropical.

1586

A fundação da cidade representou. sem dúvida, o fator do êxito da colonização, constituindo o centro donde se irradiavam as iniciativas do desbravamento da selva desconhecida e da repressão às investidas dos agressivos silvícolas, enxameando na densidade das gigantescas florestas, que cobriam a terra até o planalto da Borborema.

"A cidade progredia ràpidamente. A amenidade do clima, a pureza das águas, eram atrativos que chamavam os habitantes. Além disso, as vizinhanças eram abundantes em pau-brasil, que era considerado o melhor do país. Constituindo a importante madeira o principal comércio da colônia, é claro que a Felipéia devia tornar-se, dentro em breve, um centro notável, tendo ademais a vantagem dos seus ancoradouros excelentes" (TAVARES CAVALCANTI — *Epítome da História da Paraíba*). O território aberto à colonização entrou logo a fascinar os espíritos de iniciativa, tanto assim que apenas três meses após a fundacão da cidade, era expedida a primeira carta de sesmaria doando a João Afonso uma légua de terra, a medir da "bôca do Rio Una donde se mete no Rio Paraíba, da dita bôca do rio meia légua para o sul e uma passando o Rio Paraíba o qual ficará em meio da dita terra de maneira que a dita légua em Rio Una fique dentro da dita légua de terra", como se lê no referido documento, que acrescenta ter o beneficiado a intenção de montar um engenho de açúcar que, decerto, não foi a primeira fábrica dêsse gênero a ser levantada na Paraíba, cabendo a primazia, sem dúvida, ao Engenho Tibiri construído por João Tavares, como bem a Coroa.

Os traficantes de pau-brasil não se conformaram com a perda do seu principal centro abastecedor, donde levavam todos os anos considerável quantidade da valiosa essência florestal e a prova disto é que se instalaram nas ruínas do Forte S. Felipe e Santiago, forçando a ida de uma tropa para expulsá-los e proceder à des-

truição do que ainda restasse das fortificações, determinando, por outro lado, a construção de um forte na ponta de Cabedelo, que recebeu a denominação de Forte do Mato, posteriormente substituído pela Fortaleza de Santa Catarina, edificada segundo os mais adiantados preceitos da engenharia militar da época.

A Fortaleza de Santa Catarina resistiu aos embates das guerras, agüentou a ação destruidora do tempo e ainda hoje mostra a imponência das suas ruínas, junto ao cais daquela cidade portuária.

* * *

O tributo cobrado sôbre a exportação de pau-brasil rendeu neste primeiro ano da existência da Paraíba colonial a importância de um conto e seiscentos mil réis, o que para a época constituía uma soma respeitável.

* * *

Antes de expirar o ano empreenderam os colonizadores uma expedição à Serra da Cupaoba, marchando cinco dias, ao cabo dos quais atingiram o ponto onde se encontra a atual vila de Serra da Raiz. Após a passagem dessa coluna iam ficando destruídas as aldeias, assoladas as lavouras e mortos os silvícolas. Cumprida essa missão de destruição regressou à cidade, com grande contingente de indígenas cativos e abundantes despojos, constantes de mantimentos arrecadados nas aldeias devastadas.

* * *

Encerrava-se pois o ano de 1585, com a posição dos colonizadores estabilizada, para o que muito concorreu a cooperação inestimável do cacique Piragibe e a sua legião de guerreiros Tabajaras, sôbre cuja bravura e experiência guerreira repousavam a segurança e a tranqüilidade da cidade em sua fase embrionária.

* * *

Cumpre salientar o cunho de durabilidade dado às primeiras construções levantadas em nossa terra, devido ao cuidado de entregar a direção dêsses empreendimentos aos reputados técnicos da época: engenheiro Cristóvão Lintz e o construtor Manoel Fernandes, "Mestre-de-Obra de El-Rei", vindos com Martim Leitão.

1587

Levantou-se o primeiro engenho de açúcar no vale do Paraíba. Construiu-o o Governador João Tavares para o patrimônio real. Teve a denominação de S. Sebastião e ficava no local onde atualmente existe a cidade Cruz do Espírito Santo, e que naquele tempo era protegido contra os assaltos e correrías dos silvícolas indomados, pelas baterias do Forte Tibiri.

* * *

A segunda carta de sesmaria foi expedida a 8 de fevereiro dêste ano, doando a Francisco Gonçalves "mil braças de terras em Jaguaribe, em qual, além do rio, da banda do sul e mais a várzea da banda do Varadouro, com as águas vertentes da parte e junta mente com a ilha, aonde é a aldeia do Braço de Peixe, contestando com a água salgada".

A população da cidadezinha ainda se arreceava aventurar-se pelos campos mais distantes, temerosa da ferocidade dos silvícolas, que rondavam por perto, à espreita do momento azado para desfechar um ataque, se bem que a proximidade dos guerreiros de Piragibe acampados às margens do Sanhauá contribuísse, com a sua presença e vigilância, para tranqüilizar os mais timoratos.

Mas a penetração para o interior começara, e nada mais poderia impedir o seu impulso expansionista.

1589

Faltam documentos referentes às ocorrências que, por certo, se verificaram nos anos de 1588 e 1589, salvo uma carta de sesmaria concedendo a Gaspar Gonçalves "dez braças de chão para edificar uma casa no cabo da rua nova da banda de leste" e assinada por Frutuoso Barbosa como governador da Capitania.

Entretanto sabe-se, pelo menos, da existência de uma personagem vigorosa entre os seus moradores, a de Duarte Gomes da Silveira, que com o correr dos anos se destacou no panorama humano, impondo-se à admiração pelas iniciativas em benefício do engrandecimento da terra que ajudou a fundar e adotou como se fôra o seu berço natal.

1590

Os traficantes franceses de pau-brasil, auxiliados pelos Potiguaras, seus aliados, persistiam nas suas atividades nas costas paraibanas, aproveitando todos os ensejos para hostilizarem os colonizadores, e não lhes podia escapar a desavença entre Péro de La Cueva, comandante das tropas castelhanas e o Governador Frutuoso Barbosa, da qual se aproveitaram ardilosamente, para um golpe, visando a destruição da cidade e a dispersão dos seus moradores, inutilizando assim o esfôrço colonizador dos luso-espanhóis. O golpe, porém, foi aparado a tempo, mercê da intervenção de Pero Lopes de Souza, que acorrendo de Itamaracá ao chamamento de Frutuoso Barbosa, bateu os agressores e livrou a cidade da pressão que suportava.

* * *

A Câmara da cidade, órgão que funcionava desde os primeiros dias, compunha-se em 1589 de João Antônio Pamplona, Sebastião Araújo, juízes; Pedro Coelho de Souza, capitão das Galés de El-Rei, Gaspar Manoel Machado, vereadores e Antônio Anes, procurador do Conselho.

1591

Os silvícolas desfecharam violento ataque contra o Forte de Cabedelo, arrasando-o assim como as obras iniciadas na ilha da Restinga. Sabiam que as guarnições daquelas posições estavam desfalcadas e, portanto, impossibilitadas de oferecer resistência prolongada, visto terem sido retirados importantes contingentes para Inhobi, onde estava em construção um forte; por isso aproveitaram a oportunidade para a demonstração dos seus intuitos guerreiros, e reafirmação da maneira como assentaram proceder, face à colonização da região.

1592

Paralela à colonização se desenvolvia a catequese dos silvícolas iniciada pelos Jesuítas, que acompanharam os fundadores da

cidade, seguidos de perto pelos Franciscanos. Êsse trabalho resultou profícuo, pois em pouco tempo estavam estabelecidos os serviços de domesticação e de doutrinação religiosa nas aldeias de Assento de Pássaro, Almaga, Praia, Joana e Mangue, tôdas na nação Tabajara.

1595

À altura do Cabo Branco reuniu-se a frota do pirata inglês James Lancastre, partindo dali para o assalto e saque do Recife.

* * *

Empossou-se no govêrno da Capitania o Capitão-Mor Feliciano Coelho de Carvalho, cuja administração assinalou-se pela expansão da área colonizada, que atingiu o Rio Grande do Norte.

Era perigosa a situação da Colônia, cumprindo tomar a ofensiva para desafogar o nascente povoado da pressão moral dos silvícolas potiguaras, o que foi feito com vigorosa determinação, conseguindo afastá-los para longe da área povoada e que ia sendo coberta de centros de exploração agrícola.

* * *

Neste ano foi concedida uma sesmaria em benefício do Mosteiro de S. Bento, cujos monges haviam assumido a obrigação da catequese dos silvícolas, com expulsão dos Jesuítas e Franciscanos, resultantes da pendência dêsses religiosos com o governador.

A sesmaria se refere a "o sítio que está junto das terras de João Neto, no arrabalde e têrmo desta cidade, convém a saber para a edificação do Mosteiro, oitenta braças em quadro no alto para a banda do sul e para a cêrca abaixo da várzea com águas vertentes a oeste, leste e sul, indo entestar no Rio Eitiri, da banda do norte, ficando dentro da dita demarcação a fonte que está na roça nova que fêz Francisco Pinto a qual fonte ficará por marco da banda leste".

A fonte referida nesse documento é a que chamavam de Milagre.

1596

Parece que se agravaram as desinteligências entre o Governador Feliciano Coelho de Carvalho e os religiosos catequistas, pois êstes abandonaram as aldeias dos silvícolas e se recolheram aos seus conventos em Olinda, criando-se, assim, um problema que afetava a estabilidade da Colônia e o trabalho de assimilação dos nativos, tanto mais que os Potiguaras, sempre vigilantes, dêle se aproveitaram para novas hostilidades.

1597

Uma esquadra de treze velas de nacionalidade francesa atacou o Forte de Cabedelo, que já tinha a denominação de Fortaleza de Sta. Catarina, e era comandado pelo Capitão João Matos Cardoso, tendo a guarnição de vinte homens, dispondo sòmente de cinco peças de artilharia.

Os atacantes chegaram a operar o desembarque de trezentos e cinqüenta combatentes, mas não lograram êxito devido à resistência encontrada sendo, depois de baldados esforços, compelidos a reembarcar, com elevadas perdas.

* * *

Em julho dêste ano o governador regressou do sertão, aonde estêve operando contra os silvícolas indomados, seguindo após para a zona norte da Colônia, a fim de sufocar novas manifestações de rebeldia dos indígenas, cujas hostilidades colocavam todos os habitantes em estado de alarma permanente. Essa expedição, apesar do êxito que alcançou, pouco contribuiu para a criação de um clima de segurança pelo qual todos aspiravam, visto que a pressão sôbre a população pacífica persistiu, cada vez mais premente.

1598

A segurança e o futuro da Colônia dependiam da submissão ou pelo menos, da pacificação dos Potiguaras, o que só poderia ser obtido com a conquista do Rio Grande do Norte, tarefa que Feliciano Coelho de Carvalho se propôs realizar, em colaboração com

Manoel Mascarenhas, Governador-Geral de Pernambuco, que agia por determinação do Govêrno Metropolitano.

Dessa expedição participaram, além das tropas vindas de Pernambuco, contingentes de flecheiros, chefiados pelos famosos caciques Piragibe, Mataroaby e Pau Sêco, cuja colaboração foi, na verdade, valiosa. Ao atingir e transpor a fronteira a tropa foi atacada pela varíola, que ceifou muitas vidas. Apesar dêsse contratempo imprevisto, alcançou vitória decisiva, permitindo o início da colonização daquele território.

1599

Refere-se um documento dêste ano a uma Fortaleza da cidade, onde teria sido lavrado o ato da doação ao Mosteiro de S. Bento, do "sítio e casas que ficaram do P. Vigário João Vaz Salem, que lhe queriam fazer e fazem bom por aquilo porque em pregão, avaliação ou se vendeu, outrossim lhe é dado o dito governador os mais chãos e terras que cabem ao dito sítio do Padre João Vaz até o canto da rua que vai para o Forte Varadouro correndo pela rua abaixo, até entestar com a fonte de que ora se serve a cidade, da qual fonte lhe dão a terceira parte da água do poço, que está feito, com a condição que em alqum tempo não façam outro poço mais fundo, nem outra benfeitoria que façam prejuízo a dita água, nem também tolham ao povo, salvo a dita têrça parte que lhe couber, servindo-se do dito poço sòmente com caldeirão".

* * *

Chegara a têrmo o decênio do Governador Feliciano Coelho de Carvalho, assinalando-se por incessante atividade, visando a consolidação da Colônia e o domínio da civilização sôbre o território sujeito à sua jurisdição, coroando a obra com a submissão dos caciques potiguaras Sorobabé e Pau Sêco, êxito de indisfarçável influência para a pacificação do gentio abrindo, pràticamente, à colonização os vastos territórios aquém da Borborema.

1600

Expirando o decênio de Feliciano Coelho de Carvalho, veio substituí-lo o Capitão-Mor Francisco de Souza Pereira, que se empossou no cargo a 9 de agôsto.

O estado da Colônia era de franco progresso:

"O comércio da capitania consistia na exportação do pau-brasil e açúcar, na importação de gêneros de primeira necessidade e de objetos de luxo. Ao lado da agricultura dos engenhos e roças começava a desenvolver-se a criação de gado. Com a colonização veio à Paraíba a escravatura negra. Desde os primeiros tempos o tráfico alimentou essa instituição que maculou o início da nossa história. Entretanto os aldeamentos indígenas se faziam com regularidade e afinco e os selvagens à medida que se iam se instruindo prestavam os melhores serviços aos colonos. Para o interior a conquista não excedeu a Serra da Cupaoba. Entretanto, desde então, começaram as entradas para os sertões, até a região habitada pelos Cariris (TAVARES CAVALCANTI — *Epítome da História da Paraíba*).

1601

Atingiu a soma de 2:255$070 a despesa do govêrno da Colônia, orçada para 1601.

* * *

Um cronista da época assim descreve a Paraíba:

"Correndo para a parte sul vinte e duas léguas do Rio Grande, está a Capitania da Paraíba, situada em 7º e dois terços de altura da linha equinocial, para a parte do sul, entra-se na sua barra Nordeste Sudoeste, tem noventa palmos de água de preamar e dentro um bom surgidouro. Na entrada da barra tem uma fortaleza que chamam Cabedelo, com vinte mosqueteiros de guarnição e capitão pôsto por Sua Majestade, com os mais oficiais, e quatro léguas pelo rio acima, está a cidade de Felipéia, aonde reside o governador, tem ali *cem vizinhos portuguêses* e dois mosteiros: um de S. Bento e outro de Franciscanos, em seu *distrito habitam oitocentos portuguêses em que haverão quatorze ou quinze engenhos de açúcar e grandes roçarias de mantimentos;* tem em redor *quatorze mil potiguaras,* é gentio da terra e outras nações que aí habitam repartidas por suas aldeias, que estão a cargo dos frades menores de S. Francisco. Tem a dita cidade trinta soldados de guarnição que com os acima ditos fazem cincoenta e todos da obri-

gação de Cabedelo, o qual tem três peças de bronze e cinco de ferro coado. A gente da terra se reparte em duas companhias de quatrocentos homens brancos e mais uma em que entram trinta cavalos, com suas armas e mais oficiais necessários. *O Capitão Governador tem de ordenado cem mil réis por ano* por provisão de Sua Majestade. *O Sargento-Mor, tem noventa e seis mil réis* por provisão dos Governadores, *que é oito mil réis por mês; O Alferes tem outros noventa e seis mil réis. Os vinte soldados, que residem na cidade, por mês têm seis mil réis. O Capitão do Forte de Cabedelo cem mil réis de ordenado, por mês* por provisão de Sua Majestade. *O Alferes do dito forte, noventa e seis mil réis. O Sargento, sessenta mil réis. Dois tambores, um do forte e outro da cidade, sete mil réis por mês cada um. Os vinte soldados do forte, têm mantimento e ordenado de sete cruzados cada mês cada um. Um condestável que reside no forte, tem três mil e duzentos réis por mês. Quatro bombardeiros, têm de ordenado e mantimento, seis cruzados cada um cada mês.* Há nesta Capitania uma freguesia. *O Vigário dela tem de seu ordenado* duzentos mil réis, por duas provisões de Sua Majestade; o ordinário dos frades de S. Francisco é uma quarta de farinha e uma quarta de azeite e duas arrôbas de cêra que importa cada ano oitenta mil réis, pouco mais ou menos. Os oficiais da fazenda de Sua Majestade que são: provedor, escrivão e almoxarife, tinham até agora de ordenado dois por cento de tudo que se arrecadava para a Fazenda de Sua Majestade e agora se reduzem a ordenados certos e o *provedor da Fazenda tem, agora, sessenta mil réis de ordenado.* Esta capitania é de S. Majestade e *renderá de seis para sete mil arrôbas de açúcar,* fora as miunças que vão sempre em crescimento (IRINEU PINTO — *Datas e Notas*).

Essa transcrição revela o padrão de vida no alvorecer do século XVII nesta terra, onde os artigos essenciais eram importados, salvo aquêles produzidos pela terra. Naquele tempo um governador se contentava com um ordenado de noventa e seis cruzados anuais, enquanto que o Vigário não se sujeitava ao trabalho do pastoreio das almas por menos de duzentos, por onde se vê o enorme prestígio disputado pelos religiosos.

1602

A fim de participar da luta contra os Caetés, partiu da Paraíba, destino à Bahia, uma coluna comandada pelo cacique Sorobabé, da nação potiguar e composta de elementos dessa tribo. Êsse fato demonstra até que ponto haviam progredido as relações de amizade entre os colonizadores e os indígenas, principalmente da nação potiguar, tradicionalmente hostis aos portuguêses.

* * *

Pela Carta Régia de 15 de maio, foi nomeado governador o Capitão-Mor Francisco Nunes Marinho de Sá.

1603

Surge no ainda indeciso cenário paraibano um homem digno de figurar como herói de romance de aventuras. Chamava-se Pedro Coelho de Souza, que se dizia cunhado de Francisco Barbosa, primeiro governador da Capitania e que se radicara aqui. Valemo-nos, mais uma vez, e não será a última, decerto, das palavras dos historiadores para fixar essa figura de aventureiro e de herói, na moldura que lhe compete:

"Depois de malogradas as tentativas de D. Francisco de Souza em descobrir as minas de prata de Robério Dias, prosseguiu o nôvo Governador-Geral Diogo Botelho, no mesmo pensamento. Fêz chamar Pedro Coelho de Souza, morador na Paraíba, notável pelas suas anteriores expedições aos sertões da Bahia, e deu-lhe comissão especial para as novas conquistas e descobrimentos. Incitado pelo amor próprio e pela esperança, partiu com a provisão de Capitão-mor, acompanhado de oitenta homens brancos e cento e oitenta índios para Ibiapaba, tendo embarcado em duas caravelas, dirigidas por um pilôto francês chamado Otuimiri e indo saltar no Ceará, donde marchou para aquêle lugar. Em caminho foi atacado pelos Tapuias, comandados pelo cacique Mel Redondo e pelo francês Montibile, que vivia entre êles. Sempre vitorioso, teria, sem dúvida, conquistado o interior e nêle se estabelecido, se porventura às instâncias do Governador-Geral não entrasse a vender os índios prisioneiros e a reduzi-los ao mais duro cativeiro. Sem

esperança de encontrar o "El Dourado", tendo já atravessado grande parte do território do Piauí, voltou ao Jaguaribe, com o desígnio de fundar ali uma Colônia. Conseguiu dar princípios à fundação do seu estabelecimento, ao qual denominou Nova Lisboa; mandou buscar da Paraíba sua mulher e filhos mas, tendo de satisfazer às exigências do Governador-Geral, no sentido de vender os índios, para fazer dinheiro de que muito precisavam, levou a tal ponto o cumprimento daquelas ordens que excitou aquêles que o tinham acompanhado e fielmente servido. Como era natural, semelhantes injustiças produziram a mais tremenda reação que estas paragens testemunharam. Revoltaram-se os índios e tal guerra lhe fizeram que, abandonado e fugitivo, voltou à Paraíba, vendo morrer seus filhos pequeninos de fome e de fadiga (MAXIMIANO MACHADO — *História da Paraíba*).

Entretanto existem outras versões da aventura de Pedro Coelho de Souza, interpretando de maneira diferente êsse episódio. Segundo uma dessas versões, Pedro Coelho de Souza transportou-se ao Ceará, por terra, integrando sua coluna o aventureiro Martim Soares Moreno; indo por mar sòmente os aprovisionamentos. Mas a verdade documentada é que o audacioso aventureiro se lançou ao desconhecido buscando ouro, de que se ouvia falar muito naqueles tempos, inclusive no da Cachoeira das Minas, da qual os silvícolas contavam maravilhas.

1604

Nova doação de terras foi feita ao Mosteiro de S. Bento, constante de uma área medindo "noventa braças, por trás da Rua Nova, da parte do sul".

* * *

A Rua Direita já existia neste ano recuado no passado, segundo se lê em documentos da época. Aliás, as cidades brasileiras que se iam fundando possuíam tôdas elas uma rua com tal denominação, embora tal rua fôsse cheia de torcicolos. É que a denominação tinha um sentido simbólico. Deriva da Estrada de Damasco, onde se operou a conversão do apóstolo Paulo de Tarso, estrada

que saia à "direita da porta do templo". Esta a razão porque tôdas as Ruas Direitas partem de uma igreja e vão morrer nas proximidades de outra.

Aqui, em nossa Capital, ela ligava a Igreja da Misericórdia ao Convento Franciscano, não indo primitivamente além daquela igreja, pois o trecho compreendido entre a Misericórdia e o Palácio do Govêrno, antigo Colégio dos Jesuítas, chamava-se Rua da Baixinha e da antiga Igreja do Rosário em diante tinha o nome de São Gonçalo. Só modernamente desapareceram aquelas duas denominações, bem como a igrejinha do Rosário, demolida pela Prefeitura para a formação da praça atualmente conhecida como Ponto de Cem Réis ou Praça Vidal de Negreiros.

1605

Decorridos vinte anos do início da colonização, a Paraíba prosperava, expandindo-se a penetração pelos vales férteis do litoral e da mata, valorizando-se, assim, as suas imensas possibilidades que atraíam as iniciativas dos colonizadores, as quais foram salientadas na seguinte passagem de um livro escrito por um dos participantes dos acontecimentos:

"A Paraíba, por ser fertilíssima e lavrar muitos açúcares nos engenhos em que se fazem, que no seu distrito estão situados não poucos em número, ocupa o terceiro lugar em grandeza e riqueza, porque tirada a Capitania de Pernambuco, que com muita razão tem o primeiro de tôdas, e logo a da Bahia, a quem se dá o segundo lugar, pôsto que seja cabeça de tôda a Província do Brasil, por assistirem nela o Governador-Geral, o Bispo e Casa da Relação, logo esta Capitania da Paraíba ocupa o terceiro lugar, porque dá ela de rendimento à Fazenda de Sua Majestade nos dízimos que se paga de suas novidades de açúcar, gado, mandioca e mais legumes, em cada ano, passante de doze mil cruzados, e êstes afora o que se lhe montam nas Alfândegas do Reino os açúcares que nelas entram levados desta Capitania, que são em muita quantidade. E tenho por sem dúvida que, se não estivera tão conjunta com a Capitania de Pernambuco, que já se houvera aumentado no seu crescimento, como se haver começado a povoar por

poucos e pobres moradores, pôsto que mui valorosos soldados, do ano de 1586 a esta parte porque no mesmo ano, me alembra de haver visto o sítio onde está situada a cidade, agora cheio de casas de pedra, coberto de mato (*Diálogos da Grandeza do Brasil*).

O manuscrito dêsse livro conservara-se anônimo até que pesquisadores eruditos conseguiram identificar o seu autor, que foi Ambrósio Fernandes Brandão, cristão-nôvo como muitos dos primeiros povoadores da Paraíba, que participou do episódio da fundação da cidade e, mais tarde, tornou-se proprietário de terras e senhor-de-engenho na zona canavieira, sendo, portanto, conhecedor das possibilidades e das riquezas em potencial da Paraíba.

1607

Assumiu o govêrno da Capitania o Capitão-Mor Antônio de Albuquerque, que fôra nomeado pela Carta Régia de 21 de agôsto de 1603.

Além dêsse, o fato mais importante do ano foi a conclusão da Igreja e Convento de S .Francisco.

1608

Para um período de nove anos, foi nomeado Capitão-Mor da Capitania Francisco Coelho de Carvalho, filho de Feliciano Coelho de Carvalho, que governou a Paraíba no período de 1597 a 1600.

O nôvo governador era portador da recomendação da Côrte para providenciar a mudança da Capital para as vizinhanças da foz do rio, o que não realizou devido naquele local não haver água suficiente para o abastecimento da população.

1610

A Câmara Municipal providenciou a construção do pelourinho — símbolo da sua autoridade — o qual ficou situado no local da atual Praça Rio Branco.

1612

Assumiu o govêrno da Capitania o Capitão-Mor João Rabelo de Lima, nomeado para o cargo pela Carta Régia de 18 de julho.

1613

Ambrósio Fernandes Brandão, autor do livro "Diálogos da Grandeza do Brasil" e proprietário de dois engenhos nesta Capitania, situados, provàvelmente, na Ribeira do Gargaú, obteve, por sesmaria, duas ilhas fluviais situadas "entre o rio que chamam Francês e o Rio Gargaú, que são as primeiras que vão para o Rio Paraíba". Uma dessas ilhas recebeu, mais tarde, a denominação de Ilha do Stuart, por ter sido propriedade de um inglês dêsse nome.

1614

Atendendo ao fato de que os silvícolas aldeados em Jacoca, foram os conquistadores das terras ocupadas pela aldeia, donde expulsaram os Potiguaras, o governador expediu carta de doação da área compreendida "da Barra do Gramame, da banda do sul, correndo para cima do Rio Jacoca até dar no caminho que ia para Tibiri, daí correndo rumo direto ao Rio Sabaúna e daí à barra do Rio Abiaí, ficando tôda citada terra por costa e sertão de barra a barra" (IRINEU PINTO — *Datas e Notas*).

1616

O nôvo Capitão-Mor, nomeado em 28 de fevereiro, João de Brito Correia, que substituiu a João Rabelo de Lima, assumiu o govêrno da Capitania.

1618

A Capitania passa a ser governada pelo Capitão-Mor Afonso da Franca, nomeado para ocupar o cargo em 17 de setembro.

* * *

Acredita-se que nesse ano foi edificada a Igreja da Misericórdia, custeadas as despesas por Duarte Gomes da Silveira, cujo jazigo, bem como o da sua espôsa, se encontra na cripta do referido templo. Contudo não se conhece documentos apoiando tal suposição.

1621

Os registros das sesmarias dêsse ano consignam, pela primeira vez, doação de terras ao benemérito desbravador Duarte Gomes da Silveira, "na ribeira chamada Una e porque ali tinha pouca terra para logradouro".

Entretanto, é de crer que Duarte Gomes da Silveira já era possuidor de outras terras, pois se estabelecera na região com os primeiros colonizadores e tinha participado ativamente das lutas travadas desde então.

1622

Pela Carta Patente de 9 de agôsto foi nomeado nôvo governador para a Capitania o qual se chamava André de Albuquerque Maranhão, iniciando, assim, a seqüência de homens dêsse ilustre apelido, que pelos tempos adiante tiveram grande projeção na vida pública da Capitania e do Brasil.

1623

O govêrno da Metrópole impôs aos habitantes da Colônia o pagamento do tributo que denominou "donativo do povo", destinado o produto arrecadado para o custeio da guerra e dos socorros enviados às possessões luso-castelhanas do Oriente, que iam aos poucos caindo nas mãos dos holandeses.

1625

Encalhou na entrada da barra do Paraíba a nau "Caridade" comandada por Lançarote da Câmara, que fazia parte da esquadra enviada ao Recife, a fim de reforçar as suas defesas diante da iminência de um assalto dos holandeses que, segundo informações chegadas a Madri, se preparavam para desfechar um golpe sôbre o Nordeste brasileiro, em continuação do ataque à Bahia verificado a 10 de maio.

Os recursos mobilizados para tal emergência, eram, porém, inadequados, como os acontecimentos posteriores demonstraram.

* * *

Parte das fôrças navais participou do ataque da Bahia, de regresso aos seus portos de origem, alcançou a Baía da Traição, onde desembarcou feridos, doentes e elementos das guarnições dos navios, a fim de repousarem, chegando a iniciar a construção de entrincheiramentos e alojamento para o pessoal.

A notícia dêsse desembarque não demorou a chegar à Capital e, diante da sua confirmação, o Governador Antônio de Albuquerque Maranhão ordenou a partida dos Capitães Gregório Lopes de Abreu, Pedro da Rocha Leitão e Pedro Cadena, sob o comando geral de Francisco Coelho de Carvalho, acompanhados de trezentos índios flecheiros, além de um corpo de tropa regular, vindo de Pernambuco, com a missão de expulsá-los do nosso território.

O acampamento foi atacado vigorosamente, prolongando-se a luta por vários dias e, apesar da cooperação de grande número de silvícolas, o Almirante Hendrikson, comandante holandês, se viu compelido a reembarcar seus soldados e levantar ferro, rumo às Índias Ocidentais.

Êsse episódio indicava a extensão do perigo pendente sôbre a região, cuja população vivia num clima de sobressaltos na expectativa de reaparecimento dos navios holandeses que dominavam os mares com a sua marinha, então a primeira do mundo.

As perdas holandesas no correr da ação se elevaram a setenta homens, dos quais quarenta eram brancos e trinta Potiguaras, pois êsses silvícolas, inimigos irredutíveis dos portuguêses, estavam sempre prontos a apoiar tôda agressão contra êles. A derrota espalhou o pânico entre os indígenas, receosos das represálias dos portuguêses, e quase todos queriam embarcar para a Holanda para ficar a salvo dêsse perigo. O Almirante Hendrikson atendeu em parte aos desejos dos seus aliados, consentindo no embarque de certo número dêles:

"Os índios levados à Holanda foram acolhidos e convenientemente educados pelo Estado, entre os quais figurava um môço

ainda, que depois entre nós representou saliente papel no tempo da dominação holandesa. Inteligente, de convicções firmes e inabaláveis, chamava-se Pedro Poti, era da nação Potiguar, da Baía da Traição, primo do nosso chefe Capitão-Mor Antônio Felipe Camarão e, naturalmente, filho de irmão do seu pai, como indica o seu apelido, que quer dizer Camarão. Com êsses índios, como encontramos e refere Johannes Laet no seu livro "Nouveau Monde", estêve muitas vêzes com êle nas Províncias Unidas; que aprendera o holandês e a doutrina da religião cristã; e que de alguma forma obteve dêle informações sôbre suas respectivas terras: e ainda que Hesse Gerritz obteve para sua coleção geográfica uns apontamentos fornecidos a Kelian e Resenlaer por alguns índios do Brasil, em Amsterdão, em 1628, em cujo número figura Pedro Poti, da Baía da Traição, que na Holanda se demorou até 1630, quando veio para Pernambuco, provàvelmente na expedição invasora de Henrique Longk. O que não há dúvida é que em 1631 já estava na Paraíba, de onde escreveu uma carta ao govêrno do Recife, em bom holandês (documento conhecido) recomendando os emissários do chefe índio Jandowy e fazendo considerações sôbre a possibilidade de uma aliança com várias tribos de índios. Desde aquela época em que Pedro Poti era capitão de índios, figura êle freqüentemente na correspondência e nas atas das sessões do Supremo Conselho do Recife, sendo todos êsses documentos muito conhecidos por ainda se encontrarem nos arquivos da Holanda (PEREIRA DA COSTA — *Anais de Pernambuco*).

* * *

Apesar do clima de insegurança que se respirava, prosseguia a expansão da área colonizada. Neste ano o governador expediu ainda uma carta de sesmaria a favor do Alferes Custódio Alves Martins, revalidando a posse de três anos das terras do gentio Gajujique, às quais havia dado o nome de S. João e situadas na zona de Mamanguape.

1628

Os silvícolas da área limítrofe com o Rio Grande do Norte sublevaram-se, pondo em perigo os colonos e suas propriedades esta-

belecidas nas proximidades despertando, ainda, o receio da propagação do movimento a outros territórios.

1631

Transportados pela armada do Almirante Oquendo, chegam à Paraíba duas companhias, de cem homens cada uma, compostas de portuguêses e espanhóis a fim de reforçar a guarnição da Colônia. Com essa tropa chegaram igualmente doze canhões e seus pertences, assim como o Condestável Pedro Meneses.

A Fortaleza de Cabedelo, ainda comandada pelo Capitão João de Matos Cardoso, entrou em obras. com o objetivo de aumentar a sua potência de fogo. A sua artilharia constava de dezoito canhões, guarnecidos por cento e sessenta homens.

No intuito de reforçar o sistema de defesa marítima foi levantado o Forte Santo Antônio, no bairro baixo da cidade e entregue o seu comando a Duarte Gomes da Silveira. Isto se passava em setembro, quando a sorte da Paraíba já estava selada, pois os holandeses faziam no Recife os preparativos para conquistá-la.

A expedição encarregada da execução dessa tarefa, deixou aquêle pôrto a 2 de dezembro e a 5 operava o seu primeiro desembarque, investindo imediatamente contra a Fortaleza de Cabedelo, que se defendeu galhardamente.

"A Fortaleza de Cabedelo, comandada pelo bravo João de Matos Cardoso, rompeu logo vivíssimo tiroteio. Então os invasores começaram a construir uma trincheira diante da fortaleza. e da cidade o Capitão-Mor fêz partir seiscentos homens em auxílio de Cabedelo, logo que soube do desembarque. Êstes encontraram o inimigo no caminho, mas não retrocederam. Travando nutrido fogo chegaram ao seu destino e entraram na fortaleza. Então os holandeses começaram o trabalho do sítio, levando a noite a construir trincheiras a despeito dos esforços dos nossos em contrário. Ao amanhecer o dia 6. os nossos resolveram atacar uma trincheira inimiga. Logo o levaram a efeito, conseguindo tomá-la e destruí-la com perda embora de muitos bravos, entre os quais os Capitães André da Rocha e Jerônimo de Albuquerque, irmão do

Capitão-Mor Antônio de Albuquerque. Os combates continuaram sem interrupção entre invasores e defensores, desenvolvendo-se, de parte a parte, os maiores esforços. Em um tiroteio perdeu a vida o Capitão Manuel Galdino, comandante de uma companhia espanhola. Passeava sôbre as muralhas da fortaleza em ocasião de combate, apesar das advertências que recebia para deixar pôsto tão perigoso; respondeu que sendo a sua estatura assaz pequena, o inimigo não acertaria nêle. Momentos depois um tiro de peça fazia-o em pedaços. A fortaleza recebeu alguns reforços e o engenheiro Diogo Paes ergueu, a 7 de dezembro, uma trincheira a oitenta passos da fortaleza, defronte do inimigo, a fim de que êste não pudesse apertar o cêrco. À energia do ataque responde sempre a energia da defesa. Enfim o inimigo tenta um golpe decisivo. Aproveita a hora da sesta, em que esperava encontrar os homens desapercebidos, assalta a trincheira sita à vanguarda da fortaleza. O ataque é bem dirigido e visa, ao mesmo tempo, todos os lados da trincheira. Os nossos são surpreendidos mas não recuam e correm ao seu pôsto. Três vêzes o inimigo é repelido mas, afinal, consegue cortar a retaguarda dos defensores e atingir a estrada coberta da fortaleza. Receando pela segurança desta os nossos abandonam a trincheira com o fito de socorrê-la. Trava-se em campo raso tremenda luta em que todos se enovelam e se confundem. Nessa ocasião Frei Manuel da Piedade, virtuoso e sábio franciscano, filho do Capitão João Tavares, sempre de ilustre recordação em nossa história, assoma, erguendo sôbre os combatentes a imagem do Senhor Crucificado e, dominando com sua voz o combate, consegue restabelecer o ânimo dos nossos . Os holandeses são completamente repelidos e, de parte a parte há perdas sensíveis. Das nossas a maior foi a do próprio Frei Manuel da Piedade, ferido gravemente enquanto exortava os defensores ao combate e falecido dias depois no seu convento. Depois dêsse combate os invasores desanimaram completamente e na mesma noite do dia 11 reembarcaram para o Recife, abandonando o câmpo da batalha" (TAVARES CAVALCANTI — *Epítome da História da Paraíba*).

Essa luta encarniçada que se desenrolou durante seis dias, custou aos atacantes duzentos e trinta baixas, inclusive cinqüenta mortos. Os defensores perderam cinqüenta homens mortos.

1634

Sòmente em fevereiro dêsse ano foi que os holandeses se animaram a desfechar nôvo ataque contra a Paraíba, de cuja conquista faziam grande empenho, tanto mais que já se encontravam instalados no Rio Grande do Norte, sem falar de Pernambuco, que era a sede do seu govêrno.

Para essa relevante missão mobilizaram vinte navios e cinco mil homens de fôrças de desembarque, comandados pelo Almirante Lichthardi, sob cujas ordens se achavam oficiais experimentados, como o Coronel Sigismundo von Schkoppe, Ippo Gysselnight, Servais Carpenter, e mais Calabar, conhecedor profundo da costa norte do Brasil e das áreas litorâneas dessa região.

Operando o desembarque na enseada de Lucena, enquanto parte da esquadra estacionava fora da Barra de Cabedelo, aguardando o momento propício para intervir na luta, o contingente desembarcado enfrentou obstinada oposição do Forte de S. Antônio, e ao mesmo tempo, era atacado pela coluna do Capitão Lourenço de Brito que, numa hábil manobra de flanco, cobrou alto preço pela ousadia dos invasores.

Após dois dias de tentativa de avanço, verificaram a impossibilidade de êxito e decidiram voltar para os navios, antes que a situação piorasse. Assim efetuaram o reembarque, durante a noite, e logo se fizeram em vela para o Recife.

* * *

A cidade de Felipéia já tinha alcançado considerável desenvolvimento, contando mais de mil habitantes na área urbana onde existiam, como construções de maior vulto os conventos de S. Antônio Carmo e São Bento e a Igreja de N. S. das Neves, além das igrejas de São Gonçalo, anexa à Casa dos Jesuítas e a da Misericórdia. O vale do Paraíba e os terrenos banhados pelos seus tributários achavam-se densamente povoados e vestido o seu solo pelos imensos canaviais, que fornecia a matéria-prima para a movimentação de dezoito engenhos de açúcar, todos servidos de moradores, escravatura africana e silvícolas domesticados. Ele-

vado era o contingente de indígenas fixados nas aldeias de Jaraguaçu, Jaking, Yapoão, Pontal, Tapoá, Inacoca, Pinduma e outros.

As defesas da Capitania repousavam sôbre os Fortes de Cabedelo e Santo Antônio, situados nas duas margens do rio, em posição tal que podiam varrer com os seus tiros o canal de acesso ao Pôrto de Felipéia sem falar na bateria montada na ponta da Restinga e no Forte Varadouro, nem no sistema de trincheiras, construídas na previsão de um ataque de grande envergadura.

Em dezembro, porem, verificou-se o terceiro e decisivo ataque dos holandeses, constatando-se então que os dispositivos da defesa eram inadequados, não suportando o impacto, apesar da resistência épica oferecida pelas fortalezas e colunas volantes.

A 4 de dezembro foi assinalada a presença da esquadra invasora, navegando à altura de Cabo Branco e as atalaias escaladas ao longo da costa se apressaram a mandar aviso às autoridades, que trataram de fazer frente à investida. Embora hostilizados violentamente pelas posições costeiras, os invasores procederam ao desembarque de mil e oitocentos homens na enseada de Jaguaribe, baldando os esforços dos paraibanos para obstar o êxito dessa operação. Apesar das perdas sensíveis que sofreram nesses primeiros choques a progressão continuou inflexível e cortada de combates sangrentos, o que não evitou que conservassem o terreno conquistado. A 7 tinham concluído a construção da poderosa linha de trincheiras e outras fortificações de emergência, destinadas a servirem de ponto de apoio para o assédio da Fortaleza de Cabedelo. Isto enquanto a guarnição realizava incursões ao campo inimigo, inquietando-o e perturbando os trabalhos em andamento. O êxito da emprêsa sòmente seria menos oneroso com a eliminação das baterias da Restinga, cujos tiros pertubavam todos os planos dos invasores. E êsse pôsto de importância vital para os paraibanos foi destruído por meio de um golpe de fôrça, embora tenha custado grande número de vidas, porque a guarnição defendeu-se com a consciência da significação do papel que lhe ia caber nos acontecimentos.

Descartando-se da Restinga os holandeses concentraram, então, todo o poderio das suas armas sôbre a Fortaleza de Santa

Catarina, que sofreu ataque ininterrupto, até o dia da sua rendição. A sua heróica guarnição reagia valorosamente, saindo fora das muralhas, em repetidas sortidas. O cêrco apertava-se mais a mais, a pressão era constringente, mesmo assim a praça sitiada continuava recebendo reforços e munições através do rio, burlando a vigilância ou abrindo caminho no meio da massa compacta de inimigos. A situação, no entanto, se encaminhava para o ponto crítico senão desesperador, agravando-se ao extremo com a perda do seu comandante o Capitão João Matos Cardoso, que ferido no ardor de um dos combates teve de ser evacuado para o Forte Santo Antônio, assumindo o pôsto o Capitão Jerônimo Pereira, que também tombou sem vida no fragor da luta

No curso dessa batalha decisiva chegou à Paraíba o Conde Bagnuolo, com o seu têrço de napolitanos, cuja conduta na emergência foi alvo de censuras dos paraibanos devido à fraqueza que demonstrou e o quase fatalismo com que encarava os fatos.

Os paraibanos, entretanto, continuavam obrando prodígios de bravura e de obstinada resistência mas, esgotando-se as munições e dizimada a guarnição do histórico bastião, não tiveram outro recurso senão se renderem ao inimigo vitorioso. A capitulação foi negociada a 19 de dezembro, depois de uma resistência que constitui um dos mais legítimos florões do nosso passado.

A capitulação da Fortaleza de Cabedelo, seguida da do Forte Santo Antônio, abriu as portas da capital aos invasores que, contudo, só passados dois dias foi que se deslocaram para Felipéia, que encontraram com as ruas desertas e as casas desabitadas, visto a quase totalidade dos habitantes tê-la deixado, indo abrigar-se nas florestas.

"Fatigados aquêle punhado de valentes dos esforços inauditos que há cinco dias faziam, mortos já oitenta e dois, feridos cento e três, faltos de mantimentos, munições, sem parapeitos o forte, com tôda sua artilharia quase desmontada, deliberaram entrar em negociações e, depois recebido o convite, sairam dois capitães para tratar da capitulação. Exigiram êles que os deixassem sair com as suas bagagens, armas, morrões acesos, bala na bôca e a toque de caixa, com as suas bandeiras despregadas, dando-lhe botes em que se

transportassem à cidade. O inimigo, porém, só concordou em deixá-los sair com as honras militares, mas para embarcar em navios que os transportassem às Antilhas ou Açores conforme se concordasse. Pediram os negociadores cinco horas para responder e, tendo tornado ao forte, voltaram ao fim delas e exigiram que os deixassem sair com o estandarte real e uma peça de 18 e que os oficiais e a metade da guarnição pudessem ficar no país. Os holandeses não quizeram isentar do rigor das condições mais de cinqüenta homens. Dos dois capitães que negociavam, um era velho e comedido e o outro, jovem e fogoso. Êste, que os historiadores dizem ter sido D. Gaspar Valcassar, perdeu as estribeiras e, depois de ter o General Sigismundo assinado a convenção, arrancando o papel das mãos do seu colega devolveu-o ao comandante holandês que, encolerizado, rasgou-o, dizendo-lhe que pela espada o ia já ensinar a falar noutro tom. Um honroso sentimento de indignação tinha arrastado D. Gaspar a tão irrefletida ação mas, caindo em si, reconheceu sua falta. Por seu turno o general holandês não foi menos justiceiro porquanto, respeitando o sentimento do adversário, mandou lavrar nova capitulação, permitindo que em lugar de cinqüenta, ficassem no Brasil cem homens, entre oficiais e soldados, escolhidos pela guarnição, embarcando os mais" (JOSÉ VASCONCELOS — *Datas*).

O Forte Santo Antônio, por sua vez, capitulou a 23 de dezembro, nas mesmas condições convencionadas para Cabedelo.

O caminho para Felipéia estava desimpedido, com a rendição das principais fôrças de cobertura e nada mais obstava a marcha dos vencedores para o seu objetivo, o que se verificou na véspera de Natal do fatídico ano de 1634.

* * *

Durante o assédio do Forte Santa Catarina registraram-se rasgos de heroísmo da parte dos paraibanos, reveladores da fibra indomável do seu povo, destacando-se o dos irmãos Calhau, relatado por historiadores e memorialistas. Antônio Calhau e um seu irmão remavam numa canoa, levando socorros para a fortaleza situada no mais aceso da luta, quando a superfície do rio era varrida pelo fogo das armas holandesas. Atingido por um tiro, que

lhe quebrou o braço direito, o irmão se apressou para tomar o seu lugar, sendo repelido com as seguintes palavras:

"Deixa, ainda tenho outro irmão mais chegado". E passou o remo para a mão esquerda, até que outra bala o abateu.

Calabar teve atuação destacada na conquista da Paraíba pelos holandeses devido ao fato de ser conhecedor do meio onde agia, mas não se limitou ao papel de conselheiro dos seus amigos pois, enquanto se desenrolava o terrível duelo junto à muralha do Forte de Cabedelo, guiado por dois negros fugitivos do eito, atacou e saqueou o Engenho Inhobi, de Duarte Gomes da Silveira, prevalecendo-se da ausência do proprietário, que participava da luta.

* * *

A ocupação de Felipéia não constituiu problema para os invasores, uma vez que o governador e quase todos os habitantes, ao se divulgar a notícia da capitulação de Cabedelo, se retiraram para o Engenho Velho, na intenção de organizar a resistência no interior da Colônia, entregando o comando do forte do Varadouro a Manuel Peres Correia que, ao notar a aproximação do inimigo, disparou alguns tiros de canhão sôbre os barcos que singravam o rio e, entravando as peças, se retirou com os poucos homens que guarneciam a posição, convencidos da inutilidade de uma resistência, dada a disparidade e meios com que contava para enfrentar os atacantes.

O governador, depois de ligeira parada no Engenho Velho prosseguiu a retirada com destino ao Engenho Espírito Santo, onde tratou de organizar um arraial, segundo o modêlo do Bom Jesus, nos arrabaldes do Recife, mas ainda não parou aí, continuou, indo se estabelecer no Engenho Tapuá onde, depois de dar um balanço aos recursos com que poderia contar e pesar as conseqüências dos acontecimentos, decidiu finalmente sair da Paraíba, internando-se no território pernambucano, na intenção de alcançar a Bahia, enquanto a maior parte dos habitantes que o acompanhavam optou pelo refúgio nas matas.

Cuidaram os holandeses, sem perda de tempo, de explorar a vitória e para isto embarcaram suas tropas em canoas que subiram o Rio Tambiá Grande, que naquele tempo era navegável por peque-

nos barcos, e vieram desembarcar nas proximidades da cidade, na qual penetraram ao amanhecer do dia 24 de dezembro:

"O general holandês, receando a procrastinação da guerra, mas de uma guerra de assaltos imprevistos, de surprêsas, de emboscadas, com seus centros de resistência, sendo obrigado a grandes diversões e a enfraquecer o exército, que já não era suficiente para conter definitivamente os cometimentos de Matias de Albuquerque, tratou de oferecer aos moradores vantajosas condições de paz" (MAXIMIANO MACHADO — *Histórias da Paraíba)*.

Com essa intenção, assumiu o compromisso de garantir a liberdade de culto, sem alteração das normas costumeiras, respeitando os locais e objetos, assim como assegurar garantias aos sacerdotes. Comprometeu-se, ainda, a respeitar a propriedade e os bens dos habitantes, que ficariam sujeitos ao pagamento dos mesmos tributos cobrados pelos portuguêses, acrescentando outras liberalidades tentadoras, de modo que se criasse um clima de confiança. Essas promessas alcançaram certo êxito, visto que já a primeiro de janeiro cêrca de oitocentas pessoas, que se encontravam ocultas nos matos, regressaram para suas casas na cidade.

* * *

Um dos primeiros atos dos invasores foi a mudança do nome da Capital, que passou a se denominar Frederica (Frederikstadt), seguindo a nomeação de Servais Carpetier para governador do território conquistado, não descuidando de organizar a perseguição ao governador e ao núcleo de paraibanos que o acompanhavam na retirada. O Governador Antônio de Albuquerque movia-se lentamente, tendo se juntado ao seu séquito a tropa de Martin Soares Moreno e os seus esquadrões flecheiros índios, vindos do Rio Grande do Norte, onde operavam, mas não lograram o objetivo visado em vista do que apressou a retirada.

As operações de limpeza, como se diria hoje, obtiveram ótimos resultados, não sendo o menor dêles a submissão de Duarte Gomes da Silveira que, confiado nas promessas dos holandeses, consentiu em voltar aos seus engenhos e colaborar para a normalização da vida da Colônia, conduta esta que lhe foi verberada pelos patriotas

e pela qual, após a restauração, padeceu prisão e sofreu outros aborrecimentos.

A coluna holandesa que recebeu a missão de realizar a limpeza do interior, exterminando os possíveis focos de resistência, era comandada pelo mercenário Capitão Picard, que chegou a estabelecer contato com a retaguarda de Antônio de Albuquerque, sob o comando de Gaspar Valcassar, escapando por pouco o governador português de cair prisioneiro, visto os invasores se encontrarem perfeitamente informados do seu paradeiro, através de uma carta recebida de Bento do Rêgo Bezerra, que reclamou um prêmio pela sua delação.

O exemplo de Duarte Gomes da Silveira não foi o único de submissão ao vencedor. Registrou-se o caso do padre jesuíta Manuel Morais, vindo do Recife comandando uma coluna de reforços à guarnição de Felipéia e, sabendo da capitulação da Paraíba, prontamente se passou para os inimigos, renegando da sua religião, fazendo-se calvinista tão ardoroso quanto fôra católico fervoroso.

O processo da implantação do domínio holandês na Paraíba seguiu marcha normal. Também protestaram submissão as quatro aldeias de silvícolas, estabelecidas em Tapuá ou Vrecutussa, a dez léguas ao poente da Capital, chefiada por Francisco Goipeba; Jaraguaçu, a três léguas ao noroeste, chefiada por Francisco Aradara; Jacuípe, a quatro léguas ao sudoeste, chefiada por João Jaravaty e Yapuan ou Igapuan, a cinco léguas ao norte do Forte Santo Antônio, do lado setentrional, chefiada por Francisco Pavaraia; enquanto isto a aldeia de Jacoca, a quatro léguas ao sul, chefiada por Diogo Botelho e a de Pindaúna, à margem do Gramame, chefiada por Manibacu, acompanharam o governador nas vicissitudes da retirada.

* * *

Contavam-se, então, na Paraíba, os seguintes dezoito engenhos de açúcar: Barreiras, Santo Amaro, Tibiri, Santo André, S. João, Reis Magos, Espírito Santo, movidos a água e mais o da Viúva Rocha e o Tapuá, situado à margem sul do Rio Gargaú, Inhobi, Meio, Velho, Novo e o de João Souto; igualmente acio-

nados a água e movidos a animais eram os de Antônio Pinto de Mendonça, João de Araújo Freitas e Fernando Alves Romão. Com exceção dos engenhos de Duarte Gomes da Silveira e Francisco Camelo Valcassar, todos os demais foram confiscados pelos conquistadores e entregues a elementos da sua confiança.

* * *

Malogrado o objetivo da expedição Picard, que era a detenção do Governador Antônio Albuquerque, os expedicionários regressaram à Capital sobrecarregados com o produto dos saques cometidos nos engenhos e nas casas da zona rural, além de mulheres e crianças prêsas nos seus refúgios das matas. O saque sistemático atingiu tôdas as casas da área rural, por onde passaram Picard e seus comandados, de modo que montou a elevada importância, arruinando para sempre pessoas até então tidas como abastadas.

1636

A ocupação holandesa na Paraíba não seria pacífica. Os vencidos não suportavam a idéia dessa terra ficar entregue aos dominadores de raça, tradições, costumes, língua e religião diferentes da sua, além de que as prometidas garantias não passaram de trágica burla, destinada a amortecer o sentimento de revolta da população. Os fatos logo trouxeram desilusões aos indivíduos de boa fé, decepcionaram os acomodatícios e chegaram a exaltar os displicentes, pela brutalidade, reveladas em mil circunstâncias do quotidiano.

O segundo governador, mandado pelos neerlandeses, Ippo Eyssen com a sua ganância ilimitada, arrogância e prepotência, contribuiu para consolidar o sentimento de revolta latente nos colonos, que se manifestava no apoio prestado aos patriotas, agindo na sombra, minando a autoridade do conquistador, dificultando dêsse modo a consolidação do domínio que, aliás, jamais chegou a ficar firmemente estabelecido.

Colunas volantes e guerrilheiros isolados operavam no interior, sobretudo na zona da várzea do Paraíba, praticando a política de terra arrasada, destacando-se nessas tarefas o Capitão Francisco

Rabelo, o lendário Rabelinho, que se constituiu verdadeiro pesadelo para os conquistadores, aos quais não dava trégua, causando os maiores trantornos, que culminaram com a morte do governador. "Informado aquêle governador da aproximação de Francisco Rabelo, partiu imediatamente para o seu engenho Espírito Santo, acompanhado de um troço de cavalaria, a fim de prevenir as assolações e danos das tropas de Rabelo, ordenando, ao mesmo tempo, que mandassem ao seu encontro fôrça suficiente que o detivesse e escarmentasse. Rabelo, porém, seguiu pelos tabuleiros, e atacou primeiro o Espírito Santo, onde já se achava Ippo Eyssen, que se defendeu valorosamente, mas afinal foi morto com seus companheiros (Maximiano Machado — *História da Paraíba)*.

A tropa que saíra da capital, de acôrdo com as recomendações do governador, travou violento combate com Rabelo. A evolução da luta parecia favorecer os invasores mas, no mais aceso do combate, sob pesada cortina de chuva, chegaram ao campo da peleja os contingentes do Capitão Sebastião Souto e os pretos de Henrique Dias, decidindo a sorte do encontro com a derrota dos holandeses. Atribuiu-se à intervenção divina a vitória espetacular dos paraibanos, que rendendo um preito de reconhecimento levantaram no local do embate as igrejas de N. S. da Batalha e N. S. do Socorro, ainda de pé nas duas margens do Rio Paraíba.

Alguns escritores acrescentam que Rabelo, explorando a vitória, teria chegado até Felipéia à frente de seiscentos combatentes, forçando os ocupantes a trazerem às pressas os soldados que guarneciam as fortalezas para expulsá-los da capital, mas tal episódio parece que não tem fundamento, tanto que dos muitos escritores que se ocuparam dos acontecimentos da época sòmente um lhe faz referência. Produto, certamente, da lenda que se teceu em tôrno da audácia e do valor dêsse legítimo herói.

Entretanto, o fato dos holandeses terem ocupado o convento dos franciscanos cercando-o de profundas trincheiras, guarnecidas dia e noite por fortes patrulhas, indica que o estado dos espíritos era de apreensões, beirando ao pânico. Refletindo também a influência depressiva das atividades dos guerrilheiros, são as medidas revoltantes adotadas contra os paraibanos, tão intole-

ráveis que levou Duarte Gomes da Silveira a protestar, veemente, perante o Conselho Supremo do Recife. Por êsse gesto de altivez foi o velho senhor de engenho jogado nas masmorras da Fortaleza Santa Catarina.

1638

O Príncipe Maurício (Moritz) de Nassau visitou a Paraíba e, nessa oportunidade, decretou um brasão de armas para a Cidade de Frederica o qual constava de seis pães de açúcar, como símbolo da maior riqueza da Capitania.

No entanto, quanto maiores eram as demonstrações de interêsse da parte dos dominadores, mais ativas se faziam as hostilidades, com objetivo predeterminado de provocar a ruína econômica da Colônia e, conseqüentemente, aumentar as dificuldades dos seus governantes.

A fim de incitar seus conterrâneos ao prosseguimento da luta, André Vidal de Negreiros veio à Paraíba, onde estabeleceu ligações e confabulou com os principais guerrilheiros, assentando a continuação da prática da terra arrasada, visando de preferência os canaviais, fonte dos rendimentos dos ocupantes e do erário público, e que estavam quase todos incorporados aos bens dos holandeses devido a violentas e abusivas expropriações dos engenhos.

A devastação das lavouras produziu ambiente de terror, deixando os ocupantes atônitos, dada a audácia dos golpes e freqüência com que êles se verificavam.

1639

A Ippo Eyssen, morto no ataque de Rabelinho ao Engenho Espírito Santo, sucedeu no govêrno da Paraíba Elias Erckman, autor de objetiva e inigualável descrição da região, que visitou em exploração na busca às jazidas de minérios.

Enquanto isto, prosseguiam as atividades dos guerrilheiros, por trás dos quais pressentia-se a presença de André Vidal de Negreiros, inspiração de todos os que pegaram em armas contra o dominador.

1640

Era com ansiosa espectativa que os holandeses aguardavam as notícias referentes à marcha da esquadra do Conde de Tôrre que rumou ao Brasil, deixando Lisboa a 19 de novembro do ano anterior. Estavam preparados para lhe fazer frente, logo que fôsse assinalada nas costas de Pernambuco ou em outro qualquer ponto dos mares do nordeste. Por isso quando souberam que essa esquadra tinha sido localizada à altura do Recife, mandaram ao seu encontro o Almirante Willem Cornelison, com os melhores navios de que dispunham. O primeiro contato ocorreu nas águas da Ilha de Itamaracá, no qual Cornelison foi morto. Interrompendo a luta naquele dia, foi de nôvo engajada no seguinte, nas confrontações do Cabo Branco, dilatando-se o embate ao longo da costa até em frente a Cabedelo, quando os navios novamente perderam o contacto, regressando ao Recife os holandeses e indo parar na Baía da Traição os lusos-espanhóis, que ali desembarcaram o Mestre-de-Campo Luiz Barbalho, com um contingente de mil e trezentos homens, cuja missão consistia em reforçar os grupos de guerrilheiros, que não davam tréguas aos inimigos.

A tropa de Luiz Barbalho desembarcou, porém, em péssimas condições de aprovisionamento e seria fàcilmente destruída pelos holandeses se seu comandante não opinasse pela marcha com destino à Bahia, através do interior.

* * *

Surgiram novas reclamações contra o procedimento de Pedro Poti, o indígena potiguar educado na Holanda e fiel servidor dos seus amigos.

"Na Assembléia Geral reunida no Recife, em 1640, os deputados da Paraíba, representantes da Câmara e do Povo, pediram que se tirasse dentre os índios da sua circunscrição o Capitão Pedro Poti, que é mau, perigoso, como recentemente se observou e por isso não convém que tal sujeito se ache investido do mando, no que não foram atendidos" (PEREIRA DA COSTA — *Anais Pernambucanos*).

A referida representação paraibana compunha-se de: Manuel Azevedo, Francisco Gomes Muniz, Antônio Pinto Mendonça, Duarte Gomes da Silveira, Manuel de Almeida e Manuel de Queiroz Cerqueira.

* * *

O Governador Elias Erckman realizou uma excursão à procura de minas de ouro, tendo alcançado o chamado Brejo do Bruxaxá, onde hoje existe a Cidade de Areia, não tendo, porém, encontrado nenhum vistígio daquele metal.

1641

Duas calamidades caíram sôbre a Paraíba neste ano: a epidemia de varíola, que grassou violentamente atacando quase tôda população e devastadora inundação nas áreas ribeirinhas dos principais rios e seus afluentes, causando prejuízos avultados às plantações e instalações agrícolas.

1642

Acentuou-se a fuga dos escravos africanos, que abandonavam os engenhos e procuravam de qualquer meio chegar ao famoso Quilombo de Palmares.

1643

A busca do ouro impeliu o aventureiro holandês Rodolf Baraú ou Rouloux, como era mais conhecido, para os sertões inexplorados. Seguindo o curso do Rio Paraíba, teria atingido ponto ainda não visitado por nenhum outro homem branco. Mas as suas pesquisas foram baldadas. Nada encontrou que parecesse com o metal amarelo.

1644

Em maio de 1644 levantou ferro do Pôrto de Frederica, destino à Holanda, a esquadra em que regressava à pátria o Conde Maurício de Nassáu, que vinha de deixar o Govêrno do Brasil Holandês.

A referida frota compunha-se de treze barcos guarnecidos por quatro mil e quatrocentos homens, armada com trezentos e vinte setè canhões.

Os navios iam abarrotados de açúcar, fumo, pau-brasil, couros e outros produtos da terra, no valor de cêrca de dois milhões e seiscentos mil florins.

* * *

No segundo semestre dêste ano André Vidal de Negreiros, tendo obtido salvo-conduto das autoridades holandesas do Recife, sob o pretexto de visitar a família, veio à Paraíba, e mal chegou à terra natal, entregou-se ao trabalho da arregimentação dos guerrilheiros e outros elementos para o movimento insurreicional que teria de expulsar os adventícios da Colônia, sobretudo depois do trono português ter sido restaurado na dinastia dos Braganças.

Uma vez na Paraíba, transmitiu aos patriotas Fernão Rodrigues Bulhões, Manoel Queiroz Cerqueira, Jerônimo Cadena, Lopo Curado Garro e outros, instruções sôbre o plano de ação. Antes de regressar ao Recife, sob a alegação de fazer uma visita de cortesia ao comandante da Fortaleza de Cabedelo, estêve naquela praça de guerra, observando as disposições das suas defesas e avaliando os recursos com que contava a guarnição, no caso de um ataque.

1645

Paulo Ligne foi nomeado governador, ou diretor, como chamavam os holandeses aos seus prepostos; chegando a Frederica iniciou uma série de violências e arbitrariedades, com o propósito de sufocar ímpetos insurreicionais que pressentia como que diluídos no ar, porque, na verdade, os paraibanos respiravam um clima nìtidamente de insubordinação, estando esgotadas tôdas as reservas de paciência e de tolerância e, assim, em condições de provocar a eclosão do movimento contra a dominação neerlandesa, que lhes feria os brios chocava o amor próprio.

Acompanhou o nôvo Governador a tropa que julgava necessária para pôr em execução os seus desígnios, a qual foi aquartelada no convento dos franciscanos, convertido em praça de guerra, para onde também se trasladou o Govêrno Civil da Colônia.

No entanto não adotou atitude arrogante. Tratava todos com boas maneiras, procurando aliciar simpatias para a sua causa, mas enquanto assim agia de público, secretamente enviou ordens a Pedro Poti para transportar tôda sua gente para a Capital.

O silvícola civilizado deslocou-se para Frederica, praticando no caminho a horrível chacina de Cunhaú.

"Conseguiram desarmar alguma gente de Cunhaú, que então pertencia à Paraíba, e fêz prender ao francês Charles Gretart e a Jácome Riva, meirinho do mar, todos de Goiana: o primeiro foi passado pelas armas, por constar ser um dos capitães nomeados por Vieira e Jácome Riva, morrendo na prisão, seu corpo arrastado pelas ruas em vez de sepultado. Paulo Ligne, procedendo dêsse modo e tomando providências de rigor, supoz sufocar a sublevação" (MAXIMIANO MACHADO — *História da Paraíba)*.

* * *

Atendendo à convocação de Paulo Ligne veio Pedro Poti para a Capital, acompanhado da sua horda de silvícolas e de Jacob Rabbi, além de alguns soldados holandeses que se lhe juntaram em caminho. Era a 29 de junho, dia de São Pedro. O cacique potiguar, ao atingir Cunhaú, agiu com a ferocidade atávica. Trucidou todos os moradores, velhos, moços, senhores e crianças, coroando a obra de destruição com o saque e o incêndio da propriedade, abalando em seguida, calmamente, para Frederica.

O horror dêsse crime, perpetrado contra pessoas inermes e que no momento da chacina se entregavam à prática da sua religião, comoveu profundamente a população, abalando até os mais indiferentes pela sorte dos seus semelhantes, de nada valendo as explicações forjadas pelo Govêrno para atenuar-lhe o efeito e dar uma versão do episódio ao seu sabor. A insurreição com êle ganhou nôvo impulso, atraindo para a causa os elementos que até então tinham se mantido alheios ao movimento.

Sob a impressão dolorosa da tragédia de Cunhaú realizou-se, a 3 de setembro, uma reunião secreta em Tibiri, participando da confabulação os principais chefes de guerrilhas, que analisaram a situação, reiteraram recomendações explícitas para a ação. No mo-

mento apresentaram-se os oficiais vindos de Pernambuco, para cooperarem com os paraibanos, entre os quais se contavam: Antônio Rodrigues Vidal, sobrinho de Vidal de Negreiros; Simão Soares, Cosme da Rocha, Francisco Leitão, além de elementos do têrço de Henrique Dias.

Assentaram, então, o estabelecimento da base de operações no Engenho Santo André, onde instalaram o arraial, a três léguas ao ocidente da Capital, apoiado o flanco leste no Ribeirão Buri, que corria entre altas ribanceiras e desaguava no Paraíba, ao passo que o flanco direito firmava-se na Mata S. João, enquanto a retaguarda, apoiando na estrada do interior, oferecia facilidades para a retirada, no caso de se fazer necessário o abandono da posição.

O Governador, ao regressar de uma excursão ao interior foi informado dessas disposições, ao mesmo tempo que lhe chegava a confirmação da derrota dos seus patrícios na Batalha de Guararapes, apressou-se em se refugiar na Fortaleza de Santa Catarina, mandando que as tropas da guarnição bivaquassem em Cabedelo.

Em vista da fuga do Governador, Lopo Garro ocupou a Capital, a 2 de setembro, tratando imediatamente de fortificá-la, construindo trincheiras e obras defensivas, acreditando-se que data daí a denominação de Trincheiras, adotado por um dos bairros da nossa capital, sendo que o referido trecho naquele tempo estava situado fora de portas, como se dizia então.

Refeito do susto, ou agindo sob a pressão e ordens terminantes dos seus superiores, Paulo Ligne organizou poderosos corpos de tropas para ir expulsar os sublevados do Arraial de Santo André. Essa tropa composta de novecentos europeus e trezentos silvícolas, chocou-se com os paraibanos no Engenho Inhobi, comandando os insurretos Francisco Gomes Muniz e Jerônimo Cadena, que, apesar de inferiores em número e em armamentos, lhes fêz frente com obstinada bravura, mas seriam desbaratados se, no mais aceso da luta não tivesse caído violento temporal, inutilizando uma das vantagens dos holandeses — as suas armas de fogo, quase inúteis devido a terem sido molhadas as reservas de pólvora.

Degenerou a luta em terrível corpo-a-corpo a arma branca, no qual logo se acentuou a vantagem dos paraibanos, que dentro em poucas horas estavam vitoriosos e o inimigo em debandada.

Os remanescentes da coluna inimiga retrocederam para Cabedelo, em lamentável estado, ao passo que a vitória infundiu confiança aos paraibanos, convencendo-os da fraqueza do inimigo.

O efeito depressivo do insucesso holandês atuou sôbre o espírito do Governador, levando-o a dar ouvido a propostas de negociações para a evacuação da Colônia, formuladas, ao que dizem, por intermédio de Fernão Rodrigues Bulhões. Falhando o entendimento, por não se sujeitarem os paraibanos ao pagamento da indenização de dezenove mil escudos, preço estipulado por Paulo Ligne, êste se vingou, covardemente, mandando enforcar o confiado negociador.

1646

Começa então um período de grande atividade da parte dos guerrilheiros paraibanos, com os inimigos pràticamente sitiados em Cabedelo, agiam às claras, molestando-os audaciosamente reprimindo qualquer movimento que as suas tropas esboçavam.

De Pernambuco veio ordem a Paulo Ligne para retomar a Capital, e para levar a efeito êsse golpe mandaram-lhe substancial refôrço de tropas. Agindo de conformidade com essa recomendação o Governador organizou um plano de ação, compreendendo um ataque ao Arraial do Engenho Santo André, imobilizando dêsse modo os paraibanos lá concentrados, enquanto desfechava o golpe contra Frederica. O plano chegou ao conhecimento dos insurgentes que optaram por uma ação imediata. Assim é que saíram de Santo André, divididos em pequenos grupos e se espalharam pelos matos e estradas, a fim de atrair o inimigo. Os holandeses caíram na armadilha atirando-se na perseguição dos referidos grupos, levando à sua frente a silvícola Anhauguram, que incitava os seus irmãos para a chacina prevista, mas que falhou. Caíram em três emboscadas e tiveram de recuar, dizimados e descoroçoados.

* * *

Inegàvelmente o índio Pedro Poti foi uma personagem de relêvo naquela fase da nossa história, pois o filho da Baía da Traição desfrutava de grande prestígio junto aos holandeses aos

quais servia com dedicação e lealdade reveladoras da nobreza do seu caráter. Combatendo com a bravura da sua raça, em Guararapes, caiu prisioneiro dos brasileiros, que o meteram numa enxovia, donde não mais saiu com vida.

"Pedro Poti regedor da infeliz nação — lamenta Paraupaba, potiguar como êle, em carta aos holandeses — tendo caído prisioneiro dos portuguêses a 19 de fevereiro de 1649, na segunda batalha de Guararapes, foi bàrbaramente maltratado por aquêles algozes, excedendo as crueldades perpetradas consigo as mais desumanas que se possa imaginar. Era constantemente açoitado, sofreu tôda espécie de tormentos, foi atirado, prêso por cadeias de ferro nos pés e nas mãos, a uma escura enxovia, recebendo por alimento ùnicamente pão e água e realizando ali mesmo, durante seis meses, as suas necessidades naturais". Essa mesma carta alude à morte de Pedro Poti, sem precisar, porém, a data em que ocorreu, mas Southey refere que o seu falecimento se verificou em 1652, quando o prisioneiro era transportado para Lisboa, três anos, pois, decorridos do seu aprisionamento no campo de batalha.

Pedro Poti se excedera em atos de crueldade contra os brancos e também contra os seus irmãos de raça, pelo que granjeou grande odiosidade. No entanto os holandeses nunca o abandonaram, apesar de chamarem-no de "canibal" na sua correspondência secreta ainda existente nos arquivos da Holanda, tanto assim que procuraram saber do seu destino dirigindo-se ao General Francisco Barreto, o qual lhes respondeu dizendo que: «Pedro Poti não podia ser melhor tratado, pois fôra entregue aos cuidados dos da sua raça". Êsses cuidados, ao que parece, pouco tinham de fraternais; como se deduz da carta de Antônio Paraupaba.

1650

O historiador Henrique Haudelman descrevendo a repercussão da primeira vitória brasileira em Guararapes, assinala: "... depois chegou a notícia da mortandade feita pelos índios em Cunhaú (Rio Grande do Norte) e o boato que o govêrno holandês tinha o desígnio de exterminar a população portuguêsa, e ainda mais invadiam as tribos selvagens as fronteiras do Rio Grande,

conduzidas por um agente holandês William Lamtrastz a unir-se ao exército holandês de Pernambuco e cometiam em caminho, não obstante as advertências de seu chefe, crueldades de tôda espécie. A excitação na Capitania da Paraíba subiu ao mais alto grau, os habitantes animados com as notícias da vitória do monte Tabocas, reclamavam, em tumulto, armas para a sua defesa própria e o comandante holandês, não ousou recusar-lhe ao passo que êle se retirava com suas tropas para a Capital, depois para o forte do pôrto, armava-se a população portuguêsa, fortificava-se nos seus povoados abertos e obrigava as hordas de índios, com a sua atitude, a se retirarem. De nome ainda subsistia o domínio holandês, porém algumas semanas mais tarde, quando o exercício da Revolução, depois da vitória de 19 de agôsto, pôde dispensar tropas, despachou Vieira alguns oficiais com um destacamento para socorrer os patriotas da Paraíba e declarou-se então, abertamente, a independência. Dentro de um dia a Capital e tôda Capitania prestaram submissão ao rei de Portugal. Os holandeses tentaram ainda uma vez a sorte das armas porém foram batidos em campo aberto a 11 de setembro de 1645 e daí em diante restava-lhe ali uma última praça de guerra — o forte do pôrto, na embocadura do rio Paraíba" (HENRIQUE HAUDELMAN — *História do Brasil*).

1651

Várias são as descrições da Paraíba da época do domínio holandês, entre estas a seguinte:

"A Paraíba chamada do rio do igual nome, "rio mau", com 3.000 léguas quadradas de superfície e cêrca de 209.300 habitantes, era desde o princípio contada entre os territórios brasileiros mais importantes; mais ou menos em 1630, depois de quarenta anos de existência da colônia, estavam ali em produção 20 engenhos de cana-de-açúcar, porém as tempestades da invasão holandesa e ainda mais as devastações durante o tempo da guerra de libertação, tornaram a florescente região um deserto, de sorte que a colonização daí em diante quase que teve de ser recomeçada. Ela havia preferido um trecho da costa de largura variável e as terras do sul, onde o solo é bom e regularmente regado, recompensado far-

tamente os esforços do lavrador. Porém mais para o interior, estende-se do Rio Grande do Norte para baixo, na direção de Pernambuco e Alagoas, os contrafortes orientais da Serra de Ipiapaba, formando planaltos e o terreno apresenta as mesmas características do Rio Grande do Norte; muitas vêzes o tempo da chuva não traz uma gôta de água; nos tempos recentes isso ainda é mais freqüente do que antigamente, pelo fato de se haver pouco a pouco progredido as lavouras, destruindo uma grande parte do florestatamento primitivo do planalto, especialmente, ainda está fresca na lembrança a sêca de dois anos, em 1646 nessa região".

"Paraíba já no correr do Século XVIII era de nôvo entre as províncias brasileiras uma das mais adiantadas, e mais bem povoadas.

Sòmente a Capital de igual nome, ficava atrás do progresso geral; é a verdade que sua posição, não menos que por decreto real, era o pôrto principal e a praça comercial da Província, porém faltavam aos cidadãos o espírito empreendedor e os capitais, para sustentar devidamente essa posição; assim os fazendeiros, apesar das repetidas proibições, preferiam levar mercadorias diretamente aos grandes negociantes do Recife, onde êles contavam pela certa com a aceitação e o pagamento» (HENRIQUE HAUDELMAN — *História do Brasil*).

1653

A precariedade da posição dos holandeses chegou ao ponto, nas proximidades da sua expulsão, de se acharem isolados do Forte de Santa Catarina, não podendo o seu comandante, Coronel Hautjin aventurar um passo fora das muralhas, cuja praça não foi tomada porque nada tentaram os patriotas contra êle.

1654

A rendição da Paraíba, ao contrário do que ocorreu no Recife, verificou-se sem incidentes de monta, visto que os paraibanos já se encontravam senhores de todo o território desde que os holandeses se refugiaram no Forte de Cabedelo, desmoralizados e sem fôrças para qualquer ação militar.

O Governador havia se retirado para o Recife deixando o Coronel Hautjin como única autoridade. Êsse oficial se antecipou à chegada dos libertadores, embarcando para a Europa, apressadamente, com tal açodamento que abandonou escravos e haveres pessoais, mas antes de se ir embora, libertou todos os prisioneiros, entregando-lhes armas para que se defendessem de algum ataque dos silvícolas.

Na Fortaleza Santa Catarina, em Cabedelo, deixaram trinta e três canhões, dez na Restinga, sete na aldeia de Schomenboth e três em Gargaú.

* * *

A entrada oficial das tropas libertadoras na Capital verificou-se a 5 de fevereiro quando o mestre-de-campo Francisco Figueirôa ali chegou, não encontrando nenhuma autoridade para lhe entregar a cidade. Um dos seus primeiros atos foi dar à Capital o nome de Paraíba, de vez que não mais se justificava se chamasse ela Filipéia, visto Portugal ter reconquistado sua independência.

* * *

Os historiadores são unânimes no côro de exaltação à grande figura do paraibano André Vidal de Negreiros, legítimo herói da libertação da parte do Brasil sob o domínio holandês.

O seu crédito na Côrte era, na verdade, muito elevado, como revelam as provas de confiança que lhe deu o Rei, nomeando-o primeiro Governador da Angola e depois do Maranhão.

Dêsse grande paraibano, símbolo das virtudes da raça nordestina, disse o Padre Antônio Vieira, em carta ao soberano português:

"De André Vidal de Negreiros direi a V. M. o que não me atrevi até agora, por não me apressar, e porque tenho conhecido tantos homens, sei que há mister muito tempo para conhecer um homem. Tem V.M. mui poucos no seu reino que sejam como André Vidal de Negreiros e eu o conhecia pouco mais que de vista e fama; tanto para tudo o demais como soldado, muito cristão, muito executivo, muito amigo da justiça, e da razão, muito zeloso do

serviço de V.M. e muito observador das suas reais ordens, e sobretudo muito desinteressado, e que entende muito bem tôdas as matérias, pôsto que não fale em verso, que é a falta que lhe achava certo ministro da grande côrte de V.M."

1655

Em reconhecimento aos bons serviços prestados por João Fernandes Vieira, durante os anos de ásperas lutas, o soberano nomeou-o Governador da Paraíba, de cujo cargo tomou posse a 12 de janeiro.

"Encontrou uma região devastada pela guerra. A agricultura agonisante. Abandonadas as propriedades e os engenhos. Entregue a população a um regime de violências. Perdera a Paraíba a sua anterior opulência e antigo fulgor" (CLÓVIS LAMA — *Episódio e Aspectos do Domínio Colonial Holandês na Paraíba*).

O estado da Capitania era caótico e as rendas extremamente minguadas, tanto assim que o Governador teve de sustentar, à sua custa, durante dois anos, a infantaria, despendendo com ela cêrca de vinte mil cruzados.

1656

Neste ano foi nomeado para governar a Paraíba, Matias de Albuquerque Maranhão, o 20º na ordem cronológica dos nossos administradores.

1657

Em agôsto, precisamente a 19, deixou João Fernandes Vieira o govêrno da Capitania, passando o exercício do cargo ao Capitão Antônio Dias Cardoso, herói da recente guerra e do qual se louvava a atuação, tendo se distinguido pelo "valor, zêlo e constância."

Sòmente em outubro foi que se verificou a posse de Matias de Albuquerque Maranhão.

«O seu govêrno muito contribuiu para o aumento e prosperidade dela; soube distribuir justiça, melhorou as fortificações da

praça; desenvolveu a agricultura, merecendo-lhe esta particular interêsse. Quando tomou posse da Capitania tinha sòmente dois engenhos-de-açúcar e ao deixar elevava-se a quarenta e dois, isto no curto espaço de cinco anos» (IRINEU PINTO — *Datas e Notas para a História da Paraíba*).

* * *

O renascimento da região operava-se maravilhosamente, após a desolação e essa mágica mutação devia-se, sobretudo à capacidade de trabalho dos seus habitantes e o amor que manifestavam pela gleba natal.

1660

A atual cidade de Pedras de Fogo foi fundada neste ano. A Vila de Jacoca ou do Conde, como havia sido crismada pelos holandeses, em homenagem ao Conde Maurício de Nassau, com nome de Aldeia Maurícia, já era freguesia e tinha como chefe o inglês John Harrisson.

1661

Verifica-se um atrito entre os governadores da Paraíba e Pernambuco, motivada pela pretensão dêste de considerar a administração da Paraíba sua subordinada.

O conflito de autoridade, submetido ao Governador-Geral do Brasil e por êsse à decisão da Côrte, encerrou-se com a vitória do chefe do Govêrno paraibano.

1662

O Govêrno metropolitano, pronunciando-se sôbre o conflito de competência já referido, tratou de fixar as atribuições dos seus delegados de maneira definitiva:

"A Carta Régia de 26 de janeiro de 1622, resolveu o caso declarando que a Capitania da Paraíba e Rio Grande (que sempre foi da Corôa, sujeita e subordinada ao govêrno dêste Estado) não podia nunca ser da jurisdição de Pernambuco, sendo antes da entrada dos holandeses Capitania de donatário, nem depois da ex-

pulsão dêles se anexou nunca a êle e sòmente se ordenou, a requerimento de João Fernandes Vieira, que depois das guerras acabadas foi servir de Capitão-Mor da Paraíba, que por se achar falta de moradores e comércio, fôsse socorrida de tudo e provida da de Pernambuco, enquanto nela não houvessem rendas minhas." Assim se lê no referido documento.

* * *

Ignora-se quando foi que o lugar, Batalha, começou a ser assim designado, mas neste ano, já era essa a sua denominação.

1663

A Composição do Senado da Câmara era neste ano a seguinte: Juízes: Francisco Álvares de Couto e Manoel Rodrigues Valcassar; Vereadores: Francisco Lopes Tavares e Sebastião da Rocha; Procurador: Matias da Rocha.

* * *

A 7 de fevereiro tomou posse o 21º Governador da Paraíba, João do Rêgo Barros.

1665

Uma Carta Régia dêste ano dispõe sôbre os embarques de açúcar, determinando que sejam feitas no pôrto da Capitania e não no do Recife.

1666

Os frades beneditinos, tendo conseguido restaurar o seu Mosteiro, danificado durante a ocupação holandesa, reorganizaram a livraria e reabriram as aulas de Latim, o que causou grande satisfação à população, que se via privada daqueles serviços.

1670

Deduz-se do trecho de Jaboatão, transcrito a seguir, que foi neste ano que se verificou a fundação de Pilar, em cuja vizi-

nhança estava localizado um aldeiamento dos silvícolas Cariris, a cargo dos Jesuítas:

"Tiveram êstes índios a sua primeira situação e aldeia no sertão dos Cariris, que chamam de fora, e por conveniência do sustento e outras mais ficaram em distância da cidade, além de algumas trinta léguas, os seus missionários antigos, que eram sacerdotes seculares, os transferiram para o lugar donde agora existe, que por isto lhe chamam os Cariris de Baixo e fica essa sua aldeia no engenho Taipú. Naqueles primeiros Cariris tem terras que lhes pagam foros".

* * *

Assumiu o Govêrno da Capitania Capitão-Mor Luiz Nunes de Carvalho.

1673

Assumiu o Govêrno da Capitania o Capitão-Mor Inácio Coêlho de Carvalho, fidalgo da Casa Real.

1675

O desvio da produção açucareira para o Recife continuava, não obstante as reiteradas recomendações do Govêrno de Lisboa para que cessasse a irregularidade. Nova Carta Régia foi escrita neste ano, renovando as recomendações anteriores, no sentido de que os embarques do produto se operassem pelo pôrto da Capitania, onde tinha a vantagem de não ser onerado com a taxa cobrada pelo monopólio do Recife.

Essas recomendações foram feitas especialmente ao nôvo Governador Manuel Pereira de Lacerda, que se empossou em 1675.

1678

Assumiu, neste ano, o Govêrno da Capitania o Capitão-Mor Alexandre de Souza Azevedo.

1680

O acontecimento de maior ressonância verificado em 1680, foi, sem dúvida nenhuma, o falecimento de André Vidal de Negreiros, ocorrido a 3 de fevereiro, encerrando uma vida paradigma das virtudes cívicas. Soldado, sem receber sôldo, administrador esclarecido, os seus feitos encheram uma época. Símbolo do espírito nacionalista, ainda embrionário, foi sob a inspiração do sentimento nativista que se devotou à causa da libertação da Pátria oprimida pela ocupação holandesa.

Bravo como os heróis das lendas, teve atuação decisiva nos combates travados no correr da luta, notadamente em Guararapes, cuja vitória sua intervenção decidiu.

Coberto de honrarias e considerado pela Côrte Portuguêsa, preferiu, porém, vir encerrar a sua existência sob o céu da Pátria.

1681

Apesar de mal refeita das destruições decorrentes da guerra anti-holandesa, a Paraíba contribuiu para o fundo de indenização pelos bens que os holandeses tiveram de abandonar no Brasil, quando foram expulsos. Parece ironia, tal indenização pois sofremos a devastação de tôda nossa riqueza, de modo que nunca a Paraíba conseguiu se ressarcir dos prejuízos sofridos que entravaram o seu progresso numa fase em que descrevia a curva ascencional.

1684

Assumiu o govêrno, em caráter interino, Antônio Silva Barbosa, natural de Pernambuco.

1685

O Govêrno metropolitano, pressionado pelos comerciantes do Recife, manda liberar o embarque do açúcar, que poderia ser feito por aquêle pôrto. Aliás, mesmo sem essa concessão a evasão do produto se fazia às escâncaras, porque as autoridades faziam de conta que desconheciam a irregularidade.

1686

Irrompeu uma epidemia, chamada "Bicha", ou "Moles", que outra cousa não era senão a devastadora febre amarela. A mortandade foi considerável, devido, em parte, à falta de assistência médica e em parte ocasionada pelas condições de higiene que se observavam nos aglomerados humanos da época. Registram as velhas crônicas os gestos abnegados do frade carmelita, Frei Manuel da Assunção "oferecendo a vida para remédio dos corpos e salvação das almas", socorrendo a todos os doentes, sem receiar o contágio mortal.

Enraizou-se a crença de que o mal não tinha cura, por ser castigo divino, anunciado por um eclipse lunar, observado em vários pontos do Brasil. Assim prognosticava um religioso jesuíta, versado na ciência dos astros.

"Apareceu essa grande luminosidade, presidente da noite, em uma noite do mês de dezembro do ano de mil seiscentos e oitenta e cinco, tão abrasada, que inculcava ter recolhido no seu côncavo ou na sua circunstância tôda região do fogo; desta (ou parecer) capa de chamas cobriu a maior parte do seu vastíssimo corpo, tendo precedido alguns meses antes um eclipse do Sol, em que êste príncipe dos planetas mostrava uma névoa, à qual o Padre Valentim Extancel, astrólogo célebre chamava Aranha do Sol" (ROCHA PITA — *História da América Portuguêsa*).

Êsse astrólogo de sotaina explicava, porém, que "êsses fenômenos, que não são naturais porque são produzidos pela interposição da Terra no curso daquelas sordície ou qualidade contagiosa do ar, por razões manifestas, ou causas ocultas e da sua corrupção resultarem doenças, senão em todo mundo, em algumas partes dêle, como se tem experimentado em contágios e desgraças de que há muitos exemplos antigos e modernos".

1687

O Governador Amaro Velho Cerqueira, que se empossou neste ano, diante das notícias referentes ao levante dos indígenas Cariris,

ao Rio Grande e no Ceará, envia para ali os socorros que conseguiu mobilizar.

* * *

Pela Carta Régia de 12 de dezembro o soberano criou o lugar de Ouvidor-Geral da Paraíba, cuja jurisdição compreendia também os territórios de Itamaracá e Rio Grande do Norte.

O primeiro magistrado dessa categoria nomeado para o cargo, foi o Bacharel Diôgo Rangel Castelo Branco e enquanto a função existiu foi exercida pelos seguintes titulares: Desembargador Cristóvão Soares Reimão, Jerônimo Correia do Amaral, Capitão Francisco Pereira, Manuel da Fonseca e Silva, Dr. João Nunes do Souto, Dr. Tomás da Silva Pereira, Bacharel Jorge Salter de Mendonça, José Pereira Gil, Luiz de Moura Furtado, Desembargador Domingos Monteiro da Rocha, Miguel Carlos Caldeiro Castelo Branco, José Januário de Carvalho, Desembargador Antônio Felipe Soares de Andrade Brederodes, Gregório José da Silva Coutinho, Desembargador Manoel José Batista Filgueiras, Dr. André Alves Ribeiro Cirne, Raimundo Felipe Lobato e Joaquim Teixeira Peixoto de Albuquerque.

1689

Os piratas da Tunis costumavam atacar a navegação procedente da América, pilhando as riquezas que conduzia para as metrópoles lusa e castelhana, além de levarem os tripulantes e passageiros para o cativeiro na África do Norte, de modo que barco isolado corria o risco de cair nas mãos dêsses bérberes audaciosos, e por isso o Govêrno português, a exemplo do que já fôra adotado pelo espanhol, estabeleceu o sistema de comboios, que deviam se formar à altura da Ilha Terceira, o ponto preferido para as operações daqueles bandoleiros dos mares.

O Govêrno da Paraíba recebeu instruções da Metrópole para não permitir a partida dos barcos destinados à Europa senão coincidindo com a saída de outros dos vários portos do Brasil, a fim de se reunirem naquelas águas, onde uma fragata real os escoltaria até o pôrto da sua derrota.

1690

Encontram-se nos velhos papéis referências à existência de fazendas de gado, já neste ano, estabelecidas no vale do Piancó, presumìvelmente aí fundadas pelo bandeirante Domingos Jorge Velho, que acabava de atravessar os sertões, vindo do Piauí.

Também podiam ter sido criadas pelos baianos, que desde vários anos vinham atravessando o Rio S. Francisco e se internando na zona do Piranhas e outras do alto sertão paraibano.

1691

O quilombo dos Palmares, em Alagoas, constituiu-se motivo de permanente intranqüilidade para vasta área do Nordeste, pelos milhares de africanos ali concentrados, realizarem freqüentes sortidas, saqueando os estabelecimentos rurais donde levavam escravos das suas senzalas.

A necessidade de extirpação dêsse quisto negro se impôs imperiosamente e expedições foram enviadas para acabar com o famoso refúgio dos cativos fugidos das fazendas e engenhos, mas pouco conseguiram realizar, dado o número de quilombos e a tenacidade feroz com que se batiam, defendendo o que consideravam o seu asilo.

Nessa oportunidade apareceu na Paraíba o bandeirante paulista Domingos Jorge Velho e se ofereceu para arrasar o Palmares, exigindo, porém, aprovisionamento e recursos de outra natureza, estipulando que o seu prêmio seria a posse dos escravos que conseguisse aprisionar no reduto.

O oferecimento foi aceito e o aventureiro partiu para os Palmares, que conseguiu destruir, após dias de luta sangrenta.

1692

Ao flagelo da peste, que ainda não se extinguira, vem juntar-se com todo o seu cortejo de horrores e calaminades uma sêca de proporções gigantescas:

"A Paraíba outrora tão próspera, apresentava agora aos olhos de todos, tristíssimo espetáculo. O povo dos arrabaldes e estradas

invadiu a Capital, e em bandos maltrapilhos e famintos, esmolava de porta em porta, quando os moradores pouco tinham para dar. Enquanto uns maldiziam a sua triste sina, outros caíam pelas ruas e aí morriam extenuados e lívidos. Nessas tristes circunstâncias, foi de urgente necessidade acudir ao Rio Grande a braços com os índios invasores do sertão. A devastação era geral, nada escapava à sua até então comprimida vingança. Assenhoreiaram-se do Açú e certo teriam vindo a Natal se o Senado da Câmara não despertasse pela vizinhança do perigo" (MAXIMIANO MACHADO — *História da Província da Paraíba*).

Esta a primeira sêca de que se tem notícia na nossa história e provocou enorme êxodo das populações famintas que se dirigiram para Minas Gerais, onde a exploração das minas de ouro constituía o chamariz irresistível.

* * *

O Governador Amaro Velho Cerqueiro transportou-se ao Rio Grande levando reforços para reprimir o surto rebelde e controlar a situação, logrando assim restituir a tranqüilidade a população norte-riograndense.

Neste ano, ainda, o Governador Velho Cerqueira deixou o Govêrno da Província, passando o exercício ao seu substituto Manuel Nunes Leitão.

1693

Os beneditinos venceram, no fôro de Olinda, a reinvindicação contra os herdeiros de Gaspar Dias Ferreira, recebendo a indenização de 12.554$166, para o pagamento da qual a viúva do executado deu o Engenho Cajabuçú, alegando não dispor de outros recursos.

* * *

Uma Carta Régia dêste ano fixou as atribuições do Provedor da Real Fazenda, Salvador Quaresma Dourado, que vinha se queixando da intromissão indébita do Ouvidor-Geral na sua esfera

funcional. O referido funcionário recebia o ordenado de setenta mil réis anuais.

* * *

Ao que parece, neste ano fundou-se a Vila de Montemor, depois transferida para Mamanguape.

1694

A atual Cidade de Guarabira, segundo se deduz dos documentos da época, foi fundada neste ano, em terras pertencentes ao Engenho Morgado, de Duarte Gomes da Silveira.

* * *

O Govêrno metropolitano, impressionado com as notícias referentes às devastações das florestas do Brasil, recomendou aos moradores o replantio das árvores derrubadas, a fim de evitar futura escassez de madeira e lenha.

1695

O pêso das caixas de açúcar destinadas ao embarque, foi fixado em trinta e cinco arrôbas.

* * *

Os navios que rumavam a Lisboa tiveram ordem de se concentrar na Ponta de Lucena, onde deviam aguardar a chegada de outros para a formação do comboio, visando essa providência à defesa da navegação ameaçada de assalto pelos piratas bérberes.

1696

Prosseguia ferrenha a luta dos índios Tapuias, das tribos Baiacüs e Golacüs, pertencentes ao ramo dos Icós, que se localizavam no Vale do Catolé, tributário do Rio Piranhas, com o mestre-de-campo dos paulistas estabelecidos em Piancó e Açú.

"A ação intempestiva dos bandeirantes, a fereza com que se portavam para com os índios, determinaram da parte dêstes a reação sanguinolenta, que teve o nome de Guerra dos Cariris. As tribos

dêsse nome se confederaram numa luta de morte contra os conquistadores temidos e odiados. Parece que essa luta teve duas fases. Na primeira, os ataques dos índios se dirigiram de preferência contra as capitais do Rio Grande e Ceará. Ela começou a se desenvolver em 1687 e logo a Paraíba auxiliou as Capitanias atacadas. O levante dos índios foi sufocado pelo Capitão-Mor Luiz Soares e os vencidos vieram continuar a guerra, atacando os conquistadores da Paraíba, salientando-se no arrôjo os Pêgas, Panatis e Curemas". (TAVARES CAVALCANTI — *Epítome da História da Paraíba*).

No curso dessa luta o Capitão-Mor Luiz Soares destacou-se pela selvageria com que tratava os prisioneiros, chegando a mandar executar cêrca de quinze mil dêles.

A guerra, desenvolveu-se com extrema ferocidade, mas os silvícolas foram, por fim, esmagados, possibilitando, assim o alargamento da colonização da zona além Borborema, que se positivou com a fundação de Pombal, daí em diante o centro de ação administrativa de tôda aquela vasta região.

"A guerra durou alguns anos, sustentada principalmente pelos Curemas, depois da deserção dos Sucurús. Terminou, finalmente, por um tratado de paz entre os Curemas e Manuel Araújo. Êste entrou uma noite no arraial do inimigo, quase só, levando em sua companhia alguns prisioneiros Curemas, de quem se fizera amigo. Foram entaboladas as pazes que se celebraram solenemente três dias depois. Em meio de grandes festas foi Manuel Araújo recebido na aldeia dos Curemas, onde, em penhor de fidelidade, entregou ao chefe o seu bastão de comando e recebeu dêle uma grinalda vistosa de plumas. Simbolizavam a aliança que entre êles se estabelecia, a amizade que os ia ligar, ficando, ao mesmo tempo, patente que os selvagens conservariam sua liberdade". (TAVARES CAVALCANTI — *Epítome da História da Paraíba*).

1697

De pedra eram os pêsos usados nessa época, como se infere da recomendação vinda de Lisboa no sentido de serem enviados

para ali, para aferição, os que foram empregados na pesagem das munições recebidas do Reino.

* * *

As moedas em circulação na Colônia sofreram, êste ano, o processo de recunhagem, para o que foram remetidas à Casa da Moeda da Bahia, ficando sem valor as que não passassem por tal operação.

* * *

O Govêrno metropolitano autorizou o lançamento de uma "finta", taxação extraordinária, destinando o produto arrecadado para o custeio da construção do edifício da Câmara, Cadeia, e Audiências.

* * *

As dimensões e o pêso dos volumes de fumos para a exportação, foram objeto da regulamentação ordenada numa Carta Régia, que também dispunha sôbre os embarques de pau-brasil e recomendava providências para evitar que a mercadoria fôsse desviada para a África.

* * *

O Governador Manoel Soares de Albergaria, que se empossara no govêrno em setembro, comunicou à Côrte que "Teodósio de Oliveira Lêdo, Capitão-Mor das Piranhas e Piancó, lhe informara que: "trouvera consigo uma nação de Tapuias, chamados Arius, que estão aldeiados junto dos Cariris, onde chamam a Campina Grande e queriam viver como vassalos de V. M. e reduzirem-se à nossa fé católica, dos quais era o principal uma tapuia de muito boa troca e fiel, chamada Cavalcanti".

Assim foi que nasceu a Vila Nova da Rainha, atual cidade de Campina Grande.

* * *

Visando uniformizar a extensão das sesmarias, uma Carta Régia de 7 de dezembro fixou o tamanho dessas concessões de terra, limitando-o a três léguas de comprimento por uma de largura.

1698

Repercutiram no Reino os atos de selvageria cometidos por Teodósio de Oliveira Lêdo contra os silvícolas, inspirando a censura que foi baixada contra tal procedimento desumano.

* * *

A Côrte portuguêsa, sempre zelosa das coisas da religião, determinou que fôssem guardados os dias santos, sendo passível de severas censuras todo aquêle que transgredisse essa diretriz.

* * *

Registrou-se, neste ano, uma calamitosa cheia do Rio Paraíba, que devastou tôda a área ribeirinha, causando prejuízos incomputáveis.

* * *

Demonstrando o propósito de coibir os castigos excessivos que os senhores aplicavam aos seus escravos, uma Carta Régia recomenda ao Governador que "com prudência e cautela procureis averiguar o que há nesta matéria e que achando que assim é lhe o façais evitar pelos meios que vos parecerem mais prudentes e eficazes, procurando que êstes não causem alvorôço nos povos e que se consiga o fim que se pretende sem ruído ou alteração dos mesmos escravos".

1699

No sistema de govêrno vigente durante o período colonial tôda autoridade residia no Governador da Capitania, que tinha o título de Capitão-Mor, como se verifica do quadro traçado por um dos nossos historiadores mais notáveis:

"No Governador ou Capitão-Mor estava concentrada tôda administração. Ocupava-se das rendas públicas, dos contratos dos melhoramentos das fortalezas, petrêchos e munições. Assistia aos três alardes gerais, que deviam ter por ano as Ordenanças, alistadas por Companhias de cem armas. Provia os portos e castigava os delinqüentes. Protegia os índios contra os vexames dos

colonos, submetendo à ordem os que se faziam rebeldes. Recomendava o desenvolvimento do país, o aumento e a restauração dos Engenhos, a conservação das matas, especialmente de pau-brasil. Fazia observar a jurisdição dos ministros, dava conta dos empregados e dos seus méritos, como deviam ser providos os empregos e tudo quanto convinha ao bem do Estado. Serviam por três anos e correspondiam-se com o Conselho Ultramarino. As municipalidades, satisfeitas com as regalias salvas do naufrágio em que tinham perecido quase todos os que na média de idade constituíam sua fôrça, olhavam a obediência como uma das suas primeiras obrigações, e não se afastavam da senda indicada pelo Governador e os Magistrados. A eleição dos vereadores era indireta, escolhendo a assembléia dos Homens Bons e do povo, nas oitavas do Natal de cada ano, os seis Procuradores que em seu nome haviam de designar as pessoas mais aptas para serem inscritas na pauta do govêrno. O Corregedor, ou na sua falta o Juiz de Fora, presidia ao escrutínio. Os cargos além da vereança, eram os de Procuradores e Tesoureiro do Conselho e o de Juiz e Escrivão de Órgãos. (Onde se nomeavam por eleição os juízes dos hospitais, nos lugares em que cabiam essas funções aos juízes ordinários). Os vereadores repartiam entre si a administração em pelouros, reuniam-se em sessão duas vêzes por semana, regulavam a polícia do trânsito, das feiras e dos mercados; geriam os bens do Conselho e suas rendas e proviam, por último, a construção, reparo e manutenção das estradas, pontes, chafarizes e calçadas, e a arborização dos baldios, publicando as posturas mais adequadas à boa economia, taxando o preço dos oficiais mecânicos e as soldadas dos jornaleiros e criados; ordenando as despesas e o lançamento das "fintas" para acudir às obras extraordinárias de interêsse comum. Os almotacés, tirados do seio das vereações e seus delegados, promoviam o exato cumprimento das posturas, puniam e multavam os infratores, inspecionavam os mercados, açougues e casas de vendas e mantinham a observância das taxas, a lealdade dos pesos e medidas, a limpeza e conservação da terra e seus edifícios. A Justiça era representada pelo Juiz Ordinário, eleito trienalmente pela municipalidade, pelo Juiz de Fora, de nomeação Régia, também por três anos, pelo Ouvidor da Comarca e Corregedor. O primeiro decidia, sem apelação

nem agravo, nos lugares que passavam de duzentos vizinhos, até a quantia de mil réis nos bens móveis e quatrocentos réis nos bens de raiz imóveis. Nessas demandas ouvia as partes verbalmente e o escrivão lançava a sua decisão no protocolo, a qual era executada por Alvará. O Juiz de Fora tinha alçada até a quantia de quatro mil réis nos bens de raiz e de cinco mil réis nos móveis, cujas sentenças nesses casos eram executadas sem apelação nem agravo. O Ouvidor-Corregedor conhecia as culpas nas querelas e estada de qualquer pessoa responsável perante a Justiça; avocava a si os feitos crimes ou civis dos juízes, alcaides, procuradores, tabeliães, fidalgos, abades e priores e assim de outras pessoas poderosas, quando lhe parecia que os juízes das terras fôssem suspeitos. Não tomava conhecimento de feito algum por apelação, mas nos instrumentos de agravos as cartas testemunháveis de que os desembargadores dos agravos ou corregedores do crime da Côrte e Casa do Pôrto podiam conhecer. Além de tudo isso, visitava todos os anos a circunscrição da Provedoria para verificar o pagamento pontual das têrças dos Conselhos, examinar as suas contas e a conformidade delas com os documentos de despesas e aprovar as posturas e repartir as "fintas" pelas freguesias. Finalmente, no último grau da escala encontravam-se os juízes da vintena, nomeados pelos magistrados municipais nas aldeias para julgamento verbal e sumàriamente, sem apelação até a quantia de quatrocentos réis, o máximo, os pleitos rurais, as coimas e os danos cometidos pelos moradores. O único tribunal que havia no país era a Relação da Bahia, criada por Felipe III, a qual sendo extinta, depois foi restabelecida novamente. A Paraíba fazia parte do seu distrito e assim se conservou até 1821. (MAXIMIANO MACHADO — *História da Província da Paraíba*).

* * *

Interrompida em 1624, a expedição das cartas de sesmarias foi reiniciada êste ano, com a doação feita ao Alferes Custódio Alves Martins de "alguma terra que o gentio deu o nome de Cajutique — São João, constante de duas léguas pelo riacho acima e outras duas pelo riacho abaixo, que o beneficiado alegou achar-se na sua posse há mais de três anos.

1700

Assumiu o govêrno da Capitania o seu 31º Governador, Capitão-Mor Francisco de Abreu Pereira.

* * *

Em obediência a uma ordem real o Ouvidor seguiu para o Arraial do Açu, afim de libertar os indígenas Paiacus, que o mestre-de-campo do têrço dos paulistas, Manoel Alves de Morais Navarro, retinha em cruel cativeiro.

E' bom assinalar que não obstante as ordens terminantes emanadas do Rei, os indígenas continuavam sendo submetidos a duro cativeiro. Os preadores se limitavam a mandá-los batizar e depois os vendiam como escravos.

* * *

A atual cidade de Cruz do Espírito Santo nasceu neste ano, originando-se de pequeno aglomerado de casas surgidas à beira do Rio Paraíba.

1701

Negros fugidos de várias procedências se concentraram no lugar Cumbe, próximo da Capital, inquietando os moradores com os roubos constantes e ameaças de outra ordem.

Diante das reclamações dos moradores, sobretudo da zona rural, o Governador resolveu agir para a destruição do quilombo em formação, enviando para êsse fim o Capitão Hieromino Tovar de Macedo com quarenta homens e um contingente de índios comandados pelo Capitão João Tavares de Castro, os quais atacaram o reduto, que rendeu-se com pouca resistência. Vinte e cinco africanos foram prêsos e tiveram de voltar ao cativeiro.

* * *

O capitão dos índios Sebastião Pinheiro Camarão pretendeu conduzir cinqüenta casais de silvícolas para as minas de Salinas,

em Pernambuco, mas teve o seu intento obstado pela oposição do Governador que considerou desvantajosa para os indígenas essa transferência de domicílio.

* * *

Os capelães das aldeias de Campina Grande, Camaratuba e Piranhas, passaram a receber a remuneração de vinte e cinco mil réis anuais, como côngrua que lhes pagava o Govêrno da Capitania, por ordem do govêrno metropolitano.

* * *

Sempre preocupado com o problema da assimilação do elemento indígena, o govêrno português restabeleceu a autoridade espiritual dos missionários nas aldeias, livrando-as das injunções administrativas, estabelecendo ainda que essas aldeias deviam ser dirigidas pelos seus maiorais, como designavam os caciques.

* * *

Os preços dos produtos da Colônia eram prèviamente fixados em Lisboa. Neste ano foi determinada que a arrôba de fumo valeria mil e duzentos réis.

1703

Até então não se falara na presença de nenhum médico na Paraíba, mas em 1703 o Dr. José Pimenta de Lacerda aqui veio se estabelecer, percebendo dos cofres da Capitania o ordenado anual de cinqüenta mil réis.

* * *

Em novembro assumiu o Govêrno da Capitania o Capitão-Mor Fernando de Barros Vasconcelos, em cujo govêrno se intensificou a expedição das cartas de sesmarias, contendo doações de terras nas diversas zonas da Colônia.

Na vigência do seu govêrno ficou concluída a construção da Casa da Câmara, Cadeia e Audiências, edifício de dois andares cujo custo montou a 2:993$400. Êsse prédio, reformado interior-

mente, várias vêzes, ainda se ergue na atual Praça Rio Branco, ocupado presentemente pela Prefeitura Municipal, devendo servir em breve para a instalação da Escola de Engenharia da Paraíba, a cujo patrimônio foi incorporado em virtude da doação do Govêrno do Estado àquele estabelecimento de ensino superior.

Na praça fronteira existia o Pelourinho da Cidade, que permaneceu até ser destruído pelas obras de urbanização.

1704

Vários produtos de consumo obrigatório constituíam monopólios reais, não-sòmente em Portugal mas nos demais reinos da época. Por isso a fabricação ou extração dêsse produto era reprimida como atentado à Fazenda Real. Daí o fundamento da Carta Régia, recomendando ao Governador não permitir o comércio do sal de produção local, admitindo, porém, a sua extração para o consumo doméstico, o que representava uma generosa concessão.

* * *

A Casa da Pólvora, o terceiro prédio com esta finalidade aqui construído, e que ainda se conserva de pé, foi iniciada nêste ano, em cumprimento às determinações da Côrte, que desejava colocar o depósito daquele material inflamável distante da área habitada, sendo por êsse motivo localizado o prédio na Ladeira São Francisco, que era então um simples caminho que ia do convento dos Franciscanos aos mangues do Varadouro.

* * *

A descoberta de "olhos" de água do Cuité, ou o encontro daquela serra verdejante encravada na aridez do Curimataú, determinou sucessivos pedidos de doação de terras na referida zona, e ao mesmo tempo abriu à colonização grande área próxima à linha limítrofe com o Rio Grande. O primeiro a requerer sesmaria nêsse local foi o Conde de Alvor, que vinha se salientando pela constante expansão dos seus domínios territoriais, em tôdas as zonas da Paraíba.

1705

O território paraibano nos últimos anos do século XVII tinha as seguintes dimensões:

"Em duas linhas de demarcação corridas depois da conquista, uma ao sul, que partia do Pontal do Guajiru, na costa, e seguia ao poente pela margem setentrional do Capibaribe-Mirim a Caricê, ponto do interior mais remoto a que até então se havia chegado. A outra, mais posteriormente: do Pontal do Guaju, além do atual povoado de Marcos. Essas duas linhas eram assinaladas por marcos de pedra, nos quais se lia, na face posterior — Paraíba do Norte — nas duas iniciais P.N., como ainda hoje se vê em alguns que se conservam nestas últimas linhas. Pelo lado norte a zona conquistada avançava do litoral a Cupaóba, hoje Serra da Raiz, e daí em rumo ao sul do Pilar a entestar com Pernambuco. Constituía, o que estava devassado e submetido, a décima parte do território atual da Província. O sertão era absolutamente desconhecido. Os missionários haviam chegado apenas ao sítio chamado Bultrins, um pouco ao norte da atual cidade de Campina Grande, onde ali e aqui conseguiram aldear certo número de Potiguares e de Tabajaras. Os primeiros dêstes tinham como chefe Mataroabi-Pedra Verde, o segundo Tavir, valente e esforçado principal." (MAXIMIANO MACHADO — *História da Província da Paraíba*).

Em Cupaóba, existiam cinqüenta aldeias e dali para baixo, segundo o Padre Fernão Ferreira, havia muitas outras tanto de Potiguares quanto de Tabajaras, somando ao todo dezesseis mil almas.

* * *

O impulso colonizador acentuou-se consideràvelmente no comêço do século XVIII, sucedendo-se os pedidos de sesmarias, sobretudo na região sertaneja, que, desbravada a princípio pelos aventureiros vindos da Bahia ràpidamente se povoou de currais de criação de gado, dos quais se originaram tôdas as cidades que atualmente emprestam àquela zona uma nota de progresso e constitui um atestado das admiráveis faculdade de adaptação do homem às condições climatéricas mais rigorosas.

O povoamento se expandia, a riqueza ia se acumulando com o prosperar da pecuária favorecida pelas imensas pastagens naturais, enquanto o indígena se ia aquietando, convencido, enfim, da inutilidade dos atos de revolta contra os homens que chegavam de longe, armados de instrumentos de destruição muito superiores aos seus e que agiam impiedosamente sempre que eram contrariados nos seus intentos.

E a Paraíba incorporou o sertão ao seu território.

1706

Era promissora a situação financeira da Colônia, tendo se operado radical recuperação econômica e o renascimento das atividades agrícolas, base de tôda a riqueza naquele tempo.

A renda pública, em 1706, elevou-se a 27:931$943, cobrindo tôdas as despesas da administração e sobrando um saldo de 6:740$864.

* * *

Os índios Cariris davam sinais de agitação. Para acalmá-los ou castigá-los, caso fôsse necessário, seguiu para o interior uma expedição comandada pelo Sargento-Mor Manoel Marques, que conseguiu seu objetivo, após alguns meses de estacionamento na área ameaçada.

1707

"À Paraíba não faltou jamais, durante o regime colonial, intensa vida religiosa. Desde os primeiros dias as ordens religiosas vieram estabelecer-se em seu território e prestar bons serviços na educação dos seus filhos. O número de conventos e igrejas que nos legou o passado, demonstra claramente a intensidade do espirito religioso dos antigos habitantes. Qualquer que fôsse o estado econômico da Capitania, quaisquer que fôssem as dificuldades que atravessasse seu comércio e agricultura, nunca lhes faltou com que contribuissem para o esplendor do culto, para a construção e reparo das igrejas, para manutenção dos seus ministros. Em compensação eram religiosos das diversas ordens que

se incumbiam da distribuição do saber em todos os seus graus. O govêrno não se preocupava com isto e a população não sofria porque as escolas estavam abertas nas casas religiosas" (TAVARES CAVALCANTI — *Epítome da História da Paraíba*).

1708

Assumiu o govêrno da Capitania o Capitão-Mor João da Maia da Gama.

1709

Na Capitania a profissão de advogado era exercida por indivíduos provisionados e dentre os que se dedicaram a tal gênero de atividade nesta terra, deixou nome nas crônicas, o clérigo Manoel Martins, devido a sério incidente ocorrido com o Ouvidor-Geral.

Dotado de espírito satírico, êsse rábula "se fêz tão escandaloso com o seu estilo de satisfazer nos arrazoados que precisou o Ouvidor-Geral suspendê-lo da advocacia e condená-lo nas custas da Relação".

* * *

Aos cobradores do impôsto do cruzado foi arbitrado o ordenado anual de trinta mil réis.

* * *

Os Pêgas e os Curemas continuavam reunindo fôrças consideráveis e demonstrando intenções hostis, segundo informou o Capitão-Mor dos sertões Teodósio de Oliveira Lêdo, acrescentando que êsses silvícolas ainda podiam reunir mil arcos, o que indicava a sua extraordinária capacidade guerreira depois de tantos anos de lutas improfícuas para expulsarem os colonizadores das suas terras.

Diante dessa informação, a Rainha recomendou ao Governador para agir contra êles com a possível energia.

* * *

Caíra em estado de ruína a Igreja de N. S. das Neves, que fôra construída de adôbe, nos primeiros dias da colonização, impondo-se, portanto, a sua reconstrução com material perdurável.

E as providências vieram através da recomendação da Rainha: "... achar-se tôda arruinada a Igreja Matriz de N. S. das Neves e ser precisamente necessário fazer-se de nôvo e que para se não demorar a obra de seus antecessores a requerimento do Povo mandaram arrematar, para pagar com as esmolas do mesmo povo e que com efeito se rematou por catorze mil cruzados a obra de pedra além da de madeira, sendo feita a igreja nova pela mesma planta da velha."

* * *

Os governadores, que venciam o ordenado anual de três mil cruzados, eram proibidos de exercerem atividades comerciais. Nêste ano tal impedimento foi abolido.

* * *

Atendendo ao pedido dos frades franciscanos, o Governador mandou incluir Santo Antônio no rol das praças-de-pré das tropas da Capitania, com o sôldo dobrado.

1710

A terceira Casa da Pólvora, construída na Ladeira S. Francisco, ficou concluída neste ano, como pode-se verificar pela inscrição gravada acima da porta de entrada.

Ao Governador-Geral do Brasil, para informar, foi encaminhado pela Metrópole a sugestão do Governador da Paraíba sôbre à anexação do Rio Grande. E essa informação nunca foi dada, ao que parece.

1711

Refletiu-se intensamente na Paraíba o movimento de caráter nitidamente nativista que rebentou no Recife e passou à História sob a denominação de Guerra dos Mascates.

«Durante a Guerra dos Mascates era Capitão-Mor da Paraíba João de Maia da Gama, cujo demorado govêrno (1708-1717) deu bastantes elementos para o ataque ou o louvor dos seus

comentadores. Um lembra o esfôrço do Capitão-Mor pelo comércio local; outro destaca o seu espírito insidioso e gênio cruel. A ação de João de Maia em favor dos mascates teve acusador renhido em Maximiano Machado que o increpa de felonia contra os pernambucanos, a quem desejava esmagar. Na Paraíba os revoltosos pernambucanos tinham parentes e aliados; a ausência dêstes da luta explica-se pelo poder, previdência e crueldade de João de Maia que impediria em sua Capitania, com fogo e sangue, estirar-se o veio da revolução. Logo às primeiras notícias da guerra fortificou-se na cidade, efetuou prisões, mandou o Capitão Luiz Soares para a fronteira norte e o Capitão Teodósio de Oliveira Lêdo para a fronteira com Pernambuco, numa espionagem e num policiamento ativo e severíssimo. Era de ver o temor que infundiam os dois famosos caudilhos sertanejos. Luiz Soares fêz horrores na região de Mamanguape, contra tôdas as reclamações ao Governador, vigiando ainda as populações do Rio Grande do Norte, até matando de emboscada num pouso do Miriri o Capitão Antônio da Rocha que d'acolá vinha para se reunir à aristocracia olindense. Ao sul, Oliveira Lêdo evitava a saida dos paraibanos partidários da nobreza, impedia a passagem dos recursos a esta destinados, apreendendo também cartas que de Olinda visavam acender aqui a fogueira da guerra. João de Maia planejava um concurso decisivo ao Recife, indo em pessoa com suas armas valentes a êsse teatro de luta; mas verificando a importância e dificuldade da situação limita-se a baldadas propostas conciliatórias, regressando à Paraíba e daqui mantendo o seu auxílio aos portugueses. Acusado pelas nativistas de armar contra êles recursos violentos e estratagemas desleais, o Capitão-Mor defendia-se ardentemente em manifestos e ofícios, ao passo que algumas cartas autógrafas, em bela hora apreendidas, revelaram as suas preferências e o seu sistema de ação entre as partes. Ainda por seu mandado Luiz Soares, à frente de 500 homens, marcha sôbre Goiana a fim de ocupá-la, sendo completamente derrotado pelas tropas da aristocracia pernambucana, que vieram de Igaraçu. As nossas fôrças batiam-se friamente pela causa dos mascates. Esbofando-se contra os olindenses João de Maia não o fêz sem reprimen-

das do Governador-Geral e do próprio Rei que, embora aprovando o amparo aos portuguêses, estranhou que o capitão houvesse abandonado a Capitania em momento de grave ameaça externa» (CELSO MARIZ — *Apontamento para a História da Paraíba*).

* * *

Conquanto agradecendo a cooperação prestada pelo Governador João da Maia da Gama ao seu colega de Pernambuco, na sufocação do movimento dos Mascates, a Côrte censurou-lhe a precipitação com que agiu, abandonando a cidade sem meios de defesa, deixando-a exposta a tôda sorte de perigos, inclusive a um ataque dos piratas que rondavam os mares, na espreita de qualquer descuido para saquearem as povoações costeiras.

* * *

A possibilidade de serem encontradas jazidas de minérios na Paraíba não deixava de preocupar a Metrópole, tanto assim que mais uma recomendação foi feita ao Governador da Capitania, para tentar localizar essas presumidas minas de ouro e de prata.

* * *

Nos distritos sertanejos foram criados os primeiros Juízes Ordinários e seus escrivães.

1712

As informações sôbre a mina de ouro de Icó, no Ceará, provocou nova correspondência da Côrte, reiterando as ordens para a busca das jazidas daqueles metais, que se presumia existirem também na Paraíba.

1713

Pelo terceiro ano consecutivo a Metrópole insiste por informações precisas sôbre o ouro de Icó e ao mesmo tempo se refere à mina existente na Paraíba, certamente a da Cachoeira da Mina,

que era conhecida dos silvícolas e êstes, por certo, já teriam revelado sua localização aos colonos.

* * *

Meio tostão diário foi o salário fixado, para ser pago aos índios que trabalhavam na reconstrução da Fortaleza de Cabedelo.

* * *

Manifestou-se o sintoma de insubordinação da tropa da guarnição da cidade, em conseqüência da falta de pagamento do sôldo, levando o Governador a lançar mão do dinheiro do cofre dos defuntos, para acalmar êsses pruridos.

Agindo prontamente o Governador evitou fatos mais graves, que, no entanto, chegaram a determinar a detenção de vários elementos da tropa.

* * *

A sêca que sobreveio em 1711 estendeu-se até o Maranhão, onde essa calamidade era desconhecida. Provàvelmente a Paraíba sofreu as suas conseqüências com redobrada intensidade, embora não se conheça qualquer documento referente à incidência do flagelo.

* * *

Rebentou o levante geral dos silvícolas da nação Cariri, que se estendeu ao Ceará.

1714

Ocupava neste ano o cargo de Governador dos Índios o Capitão Pedro Valcassar.

1715

A Metrópole às vêzes, por desfastio, se dignava preocupar-se com os problemas de urbanismo das cidades nas suas colônias. Certamente num dêsses momentos foi que nasceu a recomendação feita ao Governador da Paraíba, para tratar das casas arrui-

nadas que enfeitavam a Capital da Capitania. Por "ser conveniente a formosura da cidade e para evitar os desmandos que nos tais paradeiros se cometiam à noite".

* * *

A exploração da riqueza, inclusive a lavoura, repousava sôbre o trabalho do africano já que o silvícola, refratário à disciplina, não atendia à solicitação de braços requerida pelo trabalho agrícola. A escassez de escravos alarmava os senhores-de-engenho e os lavradores de outras categorias. Levando isto em consideração, o Rei autorizou que os agricultores paraibanos se associassem a fim de mandar vir da Angola uma leva de trezentos escravos.

1716

Prevalecia o regime monopolista nos portos da Colônia, não sendo permitida a embarcações de nenhuma bandeira negociar com a população, ou receber cargas, que sòmente os navios da potência colonizadora gozavam tais regalias.

Sucedeu que um navio francês, acossado pelos temporais, entrou no pôrto, necessitado sobretudo de aprovisionamento para sua tripulação. O Governador, como se tratava de navio de nação amiga, socorreu-o de tudo, recusando receber o presente valioso que o capitão lhe enviou em agradecimento dos favores recebidos. A Côrte, inteirada dessa conduta do Governador da Paraíba, elogiou-o calorosamente.

1717

O 34º Governador da Paraíba, Capitão-Mor Antônio Velho Coelho, substituiu João de Maia da Gama.

* * *

As obras da Igreja de N. S. das Neves, conquanto já tivessem consumido quatorze cruzados ainda exigiram alguns anos de trabalho para chegar ao fim. A Rainha mandou dar três mil cruzados da Fazenda Real, para aplicar nessa obra.

1718

Chegam à Paraíba os primeiros ciganos de que se tem notícia. Vieram degradados e consignados ao Governador que dêles dispôs, segundo as instruções recebidas.

Eram os seguintes: Fabião Dias e Francisca Borralha, sua mulher e Sebastiana de Almeida, filha do casal; Fernando da Silva, sua mulher Maria da Conceição e seus filhos menores: Maria, Margarida e Manuel.

1719

Os religiosos beneditinos, que depois da guerra holandêsa permaneceram por mais de quatro anos em uma pequena casa térrea, vivendo na maior indigência, eram agora senhores de muitas propriedades. Haviam construído o seu belo mosteiro, possuíam casas, escravos, gados, safras e, por último, levantaram, em grandes proporções, o Engenho Maraú, o primeiro e o melhor da Província até então. Os carmelitas tinham escravos, gados, plantavam cana e preparavam-se para dar ao seu convento e sua igreja mais vastas dimensões. Os capuchos de S. Antônio não possuiam bens, porque os estatutos da ordem proibiam, professavam humildade e pobreza; não obstante, nada lhes faltava. Recebiam farinha, feijão, dinheiro, por esmola de tôda parte (MAXIMIANO MACHADO — *História da Província da Paraíba*).

* * *

Ocorreu a 14 de agôsto o falecimento do Capitão-Mor Antônio Velho, Governador da Capitania da Paraíba, cujo cargo exercia desde maio de 1717.

Na vacância assumiu o govêrno uma junta composta de: João de Morais Valcassar, Feliciano Coelho de Barros, Francisco Souto Maio, Jerônimo Coelho de Alvarenga, Diogo Vandermes e Eugênio Cavalcânti de Albuquerque.

O corpo do governador foi sepultado na Igreja de S. Antônio, assinalado por uma lápide brasonada, que já não se encontra ali.

* * *

"O século XVIII tem a sombrear-lhe o quadro na Paraíba, além de outras calamidades, o estabelecimento da Inquisição. Esta

Capitania deu grande número de vítimas, cujos nomes se encontram em relações autênticas. Não se acha, porém, entre êles o da célebre Branca Dias, que parece ser uma figura lendária» (TAVARES CAVALCANTI — *Epítome da História da Paraíba*).

"A relação das vítimas que o negregado tribunal arrancou à Paraíba, até sua extinção, contém os nomes de 41 pessoas, roubadas aos lares, arrebatadas violentamente do convívio das famílias para sofrerem penas de vários graus. No entanto nessa lista não foi encontrado o nome da bela descendente dos judeus. Contudo essa constatação não conseguiu destruir a lenda que o tempo teceu em tôrno da desventurada mulher. Historiadores sisudos negam, terminantemente, qualquer cunho de realidade à lenda, já incorporada às nossas tradições. Mas é incontestável que os mitos e as lendas repousam sempre num fundo de realidade, que a imaginação popular amplia, deforma ou redoura, para transmitir à posteridade numa roupagem refulgente. Branca Dias pode não ter existido, talvez se chamasse Guiomar Nunes, como alguns cronistas a identificaram, provàvelmente não era bela, nem rica e é incerto que fôsse amada, mas a tradição nos ensina que era possuidora de todos os atributos da formosura, bafejada de todos os dons que a opulência confere, e essa imagem gravou-se nas páginas da nossa história, tão pletórica de atos violentos e de manifestações dos instintos materiais de seus figurantes" (JOSÉ LEAL — *Êste Pedaço do Nordeste*).

Duas das mulheres colhidas nas malhas infernais da Inquisição foram "relaxadas na carne", eufemismo que significava: o suplício da corda e da fogueira; estas se chamavam Guiomar Nunes, de 37 anos de idade, casada com o latoeiro Francisco Pereira, morador no Engenho Santo André e a outra mais idosa, Isabel Henrique, de 41 anos de idade, era solteira, portuguêsa e natural do Arcebispado de Braga, residente no Engenho Velho.

Resta saber qual delas era a Branca Dias da lenda.

1720

Assume o Govêrno da Capitania o Capitão-Mor Antônio Fernão Castelo Branco, nomeado pelo Conde de Vimieiro, Gover-

nador-Geral do Brasil, quando em Lisboa já havia sido designado para o mesmo pôsto José Correia de Castro, conforme lhe foi comunicado pelo Rei, em resposta à comunicação da sua posse.

* * *

O estabelecimento da faculdade da exportação dos produtos para o Recife contribuiu para a depressão econômica da Capital, prevista, aliás. Essa medida vinha sendo pleiteada constantemente pelos comerciantes daquela praça, interessados no aumento do movimento, sem levar em consideração as conveniências da Paraíba.

* * *

Uma onda de crime varria a Capitania, impressionando o Governador que pediu providência à Metrópole para tentar contê-la. Na sua informação revelou que "havia aqui homens que tinham profissão de matar por dinheiro e que há pouco havia sido cometido um assassinato por *seis vinténs* em um ourives, homem bom, assim como um pedreiro tinha dado tal tiro em outro que êste ficara quase reduzido a pedaços".

1721

"Escreve Rocha Pita que, nesse ano, "abrasava o sol tôda nossa América, secando as águas, estagnando as fontes, esterilizando as lavouras e matando os gados". Os vizinhos das províncias do Ceará e Rio Grande se ausentaram das praças e foram habitar as margens dos rios para não acabarem ao rigor da sêca; O fenômeno deve ter abrangido, com a mesma ou maior intensidade, nosso território. Nesse tempo os filhos, genros, escravos e parentes de uma tal Maria de Oliveira, residente a 12 léguas da cidade da Paraíba, organizaram um bando que depredou o interior da Capitania" (JOSÉ AMÉRICO DE ALMEIDA — *A Paraíba e Seus Problemas*).

* * *

João de Abreu Castelo Branco, nomeado Governador da Paraíba, recebeu a recomendação de informar sôbre a necessidade da criação de nôvo regimento de ordenanças.

* * *

O indígena Sargento-Mor Francisco de Melo foi nomeado general da nação Curêma, patente esta concedida pela primeira vez a um ameríndio puro.

1722

Em janeiro empossa-se no govêrno da Capitania o Capitão-Mor João de Abreu Castelo Branco.

* * *

Procedendo-se uma averiguação dos crimes constantes de processos existentes nos cartórios, impunes, apurou-se que chegaram ao número de quinhentos e setenta e dois, todos cometidos na Capitania.

* * *

O ordenado anual do Governador foi majorado de trinta mil cruzados para oitenta e quatro mil réis.

* * *

Neste ano foram criadas as funções de Oficial dos Contos provida com a nomeação de Jácome Ruiz dos Santos e a de Capitão-Mor das entradas dos distritos de Camaratuba e Mamanguape, preenchida por Antônio Ferreira Mendonça.

* * *

A sêca declarada no interior perdurava ainda neste, prolongando-se pelos seguintes segundo se depreende da Carta-Régia de 4 de maio de 1725 que lhe faz referência.

1723

Os Sucurus, aldeados e submetidos ao pulso férreo de Luiz Soares, não estavam satisfeitos no ponto onde os fixaram e por isso pediram que fôssem transferidos para as proximidades das fronteiras do Rio Grande do Norte, onde a sua presença decerto seria mais útil, pleiteando pois a concessão de uma légua de terras em

quadro, na Serra da Boa Vista, ao sul, um pouco distante do Brejo de Areia.

"Alegavam na sua petição que "vindo seu antecessor a esta Capitania" com os Sucurus a defender e reparar assaltos que davam os tapuias bárbaros, e sendo mais conveniente para a defensão da Capitania que êles residissem na Serra da Boa Vista por estar nas cabeceiras do distrito, entre Curimataú e Araçagi, por onde entravam os tapuias levantados a fazer maiores danos nesta Capitania, era da maior vantagem que ali permanecessem com sua aldeia onde plantassem lavouras para se sustentarem" (MAXIMIANO MACHADO — *História da Província da Paraíba*).

* * *

Teodósio de Oliveira Lêdo detinha o pôsto de Capitão-Mor dos Sertões, abrangendo a sua jurisdição todos os territórios que iam da Serra da Borborema aos limites oeste com o Ceará; mas estava velho, meio incapaz para desempenhar as suas tarefas, impondo-se portanto substituí-lo, ou pelo menos diminuir-lhe a extensão dos seus encargos. E assim procedeu o govêrno, criando o lugar de Capitão-Mor das Piranhas e Piancó, cuja autoridade se exerceria sôbre a região além da Serra, ficando ao velho desbravador a autoridade sôbre a zona dos Cariris, onde residia. O nôvo cargo foi confiado a Constantino de Oliveira Lêdo, Capitão de Cavalaria dos Sertões.

* * *

A repressão à vadiagem, determinada pela Metrópole, atingiu os elementos sem ocupação certa e os vagabundos, que foram enviados para Angola, para servirem como soldados naquela Colônia africana.

1724

O território paraibano, como aliás outras áreas do Nordeste, foi assolado neste ano por terrível sêca, que causou prejuízos consideráveis às lavouras e às criações, além da fome que castigou terrivelmente a população.

1725

Perduravam e se agravaram as conseqüências da sêca, verificando-se grande escassez de gêneros, que tiveram de ser importados da Bahia, pelo Governador, para socorrer a população.

Acusando o recebimento da comunicação sôbre essa situação, que lhe fêz o governador, o Rei D. João, enviou a essa autoridade uma Carta-Régia, na qual se lê trechos como o seguinte:

"... reduzindo os povos delas ao mais lamentável estado que se podia imaginar, perecendo por esta causa muito número de pessoas, desamparando os senhores os seus escravos, na impossibilidade de os não poderem sustentar, seguindo-se à sêca que houve uma imensidade de lagartas que consumiu as plantas tôdas e da providência de que usastes para remediar a tôda esta Capitania, mandando buscar com o vosso dinheiro a Bahia e Pernambuco farinhas para o seu sustento, experimentando-se além dêsses danos as desordens de se fazerem constantes furtos com repetição de muitas mortes cuja cópia me remetestes com as penas que nêles ordenastes, e que a causa da indigência e miséria dêsses povos é a ociosidade ou preguiça dos moradores desprezando-se ainda os mais vis de trabalharem na terra, ou qualquer ofício, dando em vadios e ladrões".

Encerrando a correspondência o soberano recomenda ao seu delegado que procure "inclinar os moradores à cultura da terra e que se apliquem a usar algum ofício para que se evite a ociosidade que precede a sua ruína". Salutares conselhos, na verdade, mas dificilmente encontrariam os indivíduos em que empregar ùtilmente os seus braços e as suas inteligências sob os rigores de uma sêca prolongada.

1726

Em conseqüência da sêca os missionários haviam abandonado as aldeias dos indígenas, tendo o govêrno tratado de fazê-los voltar aos seus postos, onde a sua presença se fazia necessária, mais do que em qualquer outro tempo, devido ao estado de miséria criado pela estiagem.

1727

O sôldo da tropa da Capitania achava-se com o pagamento atrasado desde novembro de 1723, segundo se deduz de uma ordem régia ao Governador para liquidar êsse débito.

1728

O inverno dêste ano foi singularmente violento, ocasionando as cheias dos rios, principalmente do Paraíba, acarretando prejuízos incalculáveis.

A situação era tão séria que os prejudicados, que perderam bens e ficaram em grande parte reduzidos à miséria, apelaram para o Soberano, no sentido de lhes ser concedida uma moratória a fim de evitar a execução das suas dívidas, que significaria a ruína total. O Soberano atendeu êsse peditório, suspendendo a execução das dívidas pelo prazo de seis anos.

1729

Assumiu o govêrno da Capitania, o Capitão-Mor Francisco Pedro de Mendonça Gurjão, Fidalgo da Casa Real.

1730

As conseqüências das sêcas periódicas pesavam sôbre a Paraíba, reduzindo-lhe as possibilidades de progresso, dando lugar a que o Senado da Câmara representasse junto ao Soberano, alegando que desde 1723 vinha a região sofrendo os efeitos de prolongadas estiagens que além de aniquilar as lavouras matavam a escravatura, ficando os agricultores impossibilitados de desenvolver seus trabalhos; pedia a remessa de escravos para remediar carência extrema de braços.

1731

Os dízimos reais, referentes a três anos, foram arrematados por Garcia Coelho, pela importância de seis mil cruzados e dez

mil réis livres para a Fazenda Real, pagos de uma só vez, no ato da assinatura do têrmo da arrematação.

* * *

Formara-se no lugar Cumbe um "mocambo" onde se homiziaram índios fugidos das suas aldeias e alguns negros cativos.

Agindo contra êsse ajuntamento perigoso, pois servia de esconderijo aos assaltantes que agiam contra os moradores do sertão dos Cariris, Tapuá e Taipu, forçando a acompanhá-los índias domesticadas, as tropas do Sargento-Mor Gaspar Pereira de Oliveira e do Capitão Teodósio Pereira de Oliveira, mandados contra êles foram recebidas hostilmente, travando-se a luta, durante a qual pereceram cinco silvícolas e foram aprisionados cincoenta e seis, afora sete africanos.

Na refrega perdeu a vida um soldado e um graduado foi ferido numa emboscada organizada pelos silvícolas.

1732

A Capitania sobressaltou-se com o boato segundo o qual estava na iminência de um levante geral dos silvícolas. Procedidas investigações chegou-se à conclusão da falta de fundamento para a notícia alarmante, visto que os indígenas mantinham-se quietos nas suas aldeias, onde não foram encontrados nenhuns sinais de preparação para a luta.

1733

Os dízimos da Capitania foram arrematados por Antônio Afonso de Carvalho, pelo prazo de três anos e pela importância de vinte e dois mil e quinhentos cruzados.

* * *

São Francisco Xavier foi incluído no rol da guarnição do Forte de Cabedelo, no pôsto de praça, com o sôldo de cinqüenta mil réis anuais.

* * *

O Cirurgião e o Capelão da guarnição da cidade venciam ambos o ordenado de quatro mil réis anuais.

1734

O nôvo governador da Capitania, Pedro Monteiro de Macedo, assumiu o exercício do seu cargo em junho dêste ano.

* * *

O Bispo de Olinda, D. José Fialho, consagrou o nôvo convento e a nova igreja dos franciscanos, descritos por Fr. Jaboatão como de rara imponência.

1735

A organização administrativa das colônias girava como já acentuamos, tôda em tôrno da autoridade do capitão-mor; assim eram designados os governadores das Capitanias e havia capitães-mores de várias categorias, celebrizando-se pela prepotência e abusos que cometiam os que com o correr dos tempos eram eleitos pelos conselhos municipais nas vilas, contribuindo para a perpetuação da prevenção gerada em tôrno dessas personalidades do passado.

"Entre os auxiliares do capitão-mor para certos serviços foram criados os capitães-do-mato, que andavam com as suas tropas sôltas pelos campos e charnecas, atrás dos vadios e negros fugidos, recebendo dos senhores pela captura daquelas grossas recompensas após as diligências. A princípio, ao colonizar-se o Brasil, o capitão-mor não significava mais que chefe superior, que fôsse de uma frota ou esquadra, quer de um ou mais estabelecimento em terra, quer finalmente daquelas e destas ao mesmo tempo, como aconteceu com Martim Afonso de Souza. Os podêres de tais funcionários eram consignados em seus regimentos. Seguiu-se a divisão da terra pelos donatários e a cada um dêles permitiu a Coroa que se intitulasse capitão-mor das suas terras, e daí veio chamar-se Capitanias às divisões concedidas perpétuas e hereditàriamente. Quando a Coroa colonizou a Paraíba por sua conta, bem como outros lugares, nomeou logo capitães-mores trienais para governá-la, sujeitos aos Governadores-gerais, de quem recebiam regimentos parciais, quando os não traziam do Reino. Houve porém a tal respeito grandes descuidos até que em 1663 os procurou

remediar o Vice-Rei Conde de Óbidos, promulgando em data de primeiro de outubro dêste ano um regimento, rubricado por Bernardo Vieira Revasco, resumindo as obrigações dos verdadeiros delegados dos governadores e capitães-generais, aos quais regulava a inspeção das tropas e fortalezas e a proteção que deviam prestar às autoridades civis e a independência das judiciárias, incluindo as câmaras; não admitindo recurso das da Fazenda senão para a Relação ou para o provedor-mor. Não obstante essas providências continuavam as cousas como dantes, e até achou-se conveniente a criação dos capitães-mores de vilas e freguesias, com um certo número de atribuições das quais abusavam sem receio de correção, pois em geral não havia quem não abusasse do cargo qualquer que fôsse a sua jerarquia e até da fôrça, se dispunha dela. A Paraíba foi mais tarde dividida em nove capitanias-mores: a da Capital, a de Jacoca e Alhandra, a de Mamanguape, Montemor e S. Miguel, a de Pilar e Taipu, a de Campina Grande, a da Vila Real de São João, a de Pombal e Patos, a da Vila Nova de Souza, a da Vila Real de Brejo de Areia, já então desmembrada da de Mamanguape. Nestas circunscrições, como em tôda parte onde chegava a autoridade dos capitães-mores, faziam êles o que queriam, sem receio nem responsabilidade perante as leis e a administração. Eram os únicos governadores das localidades, assim como as suas vontades a única lei a respeitar. Ninguém ousava queixar-se das suas violências, porque ou por condescendência ou por arbítrios semelhantes, nem os governadores, nem o ouvidor prestavam-se a ouvir os queixosos. Nas correições os ouvidores hospedavam-se na casa do capitão-mor, desfrutavam a sua generosidade, serviam-se dos seus favores, e não ouviam a mais ninguém. Aquêles obséquios, muito calculadamente feitos e esperados, constituíam uma espécie de contrato de cuja observância resultavam manifestações de aprêço e de recíproca amizade, nunca perturbada, mesmo quando conhecida a material e grosseira realidade dos fatos. Daí vinha ao capitão-mor maior fôrça e novos incentivos para o despotismo local. Ao absolutismo ferrenho dos capitães-mores deve-se um benefício: os vagabundos e vadios que infestavam o interior da província foram constrangidos ao trabalho e à residência, aproveitados na abertura e conservação de estradas, nas obras

das cadeias e casas dos conselhos. Logo que conseguiam formar povoação vinte vizinhos, segundo uma Ordem Régia, obtinham que lhe concedessem juízes de pedâneo ou de vintena, com seus respectivos escrivãos, encarregados da polícia e da administração da justiça. Êsse benefício, porém, não vinha de sentimento patriótico algum, nem de interêsse público imediato que êles tivessem pela execução da lei, ou pelo progresso e o desenvolvimento do país, mas por vaidade e ostentação de poder, para tornar conhecido a todos que assim como erguiam povoações, podiam também desfazê-las, o que não era nôvo nem raro. As tradições que guardam as localidades dessas violências e desmandos, confirmam o nosso acêrto (MAXIMIANO MACHADO — *História da Província da Paraíba*).

1737

Encontram-se em algumas comunicações dos capitães-mores desta região ligeiras referências à sêca que assolava a Colônia, mas não fornecem dados precisos sôbre a extensão do flagelo e as suas conseqüências.

* * *

Os carmelitas encarregados dos aldeamentos de Baía da Traição e de Preguiça foram censurados por terem se opôsto ao emprêgo dos índios fora das suas aldeias. Os sacerdotes responsáveis por essas atitudes foram expulsos e proibidos de voltar à Paraíba, definitivamente.

* * *

Os governadores moravam em casas de aluguer, pelas quais pagavam quarenta mil réis.

1739

As dízimas reais foram arrematadas, pelo prazo de três anos, pela importância de cinco mil e quinhentos cruzados ao ano. O arrematante foi Eusébio Pereira dos Santos.

Também o subsídio da carne verde foi adjudicado a João da Silva Chaves, pelo prazo de três anos, ao preço de um conto e cinqüenta mil réis.

1740

Em Mamanguape, ao que parece, houve uma matança de feiticeiros e índios, no ato da prisão de tais elementos, pois a Metrópole mandou abrir devassa sôbre tais fatos.

1741

A Côrte expediu uma Ordem Régia mandando marcar a fogo com a letra *F* e o corte de uma orelha, na reincidência, o negro cativo que fôsse prêso em quilombos.

1742

As dízimas da Alfândega foram arrematadas por José de Barros Vale por cento e vinte mil cruzados, pelo prazo de três anos.

* * *

O Padre Pedro Tavares foi expulso da Capitania, para exemplo dos demais, por ter mandado vender carne verde, estabelecendo concorrência com o contratante.

1743

Carta-Régia proibindo o estabelecimento de novos conventos no território da Capitania.

1744

O govêrno da Capitania passou por várias mãos, durante êste ano. Em maio, faleceu o Governador Pedro Monteiro de Macedo, sendo substituído, imediatamente, pela junta composta dos oficiais da Câmara João de Almeida Gouveia, Manoel da Rocha, André Dias Figueiredo, Domingos dos Santos Oliveira e Cosme Ribeiro da Costa e no comando das armas o Capitão Francisco de

Melo, que cedeu o pôsto ao Tenente Mestre-de-Campo General de Engenheiros Luiz Xavier Bernardes.

Em agôsto, assumiu o cargo, o governador interino, João Lôbo de Lacerda, nomeado pelo Vice-Rei do Brasil, o qual, por sua vez, foi substituído pelo Mestre-de-Campo Antônio Borges da Fonseca a 20 de dezembro.

1745

O flagelo periódico da sêca se manifestou neste ano com particular violência, castigando a população com a fome e o cortejo de misérias que sempre aparecem acompanhando as longas e rudes estiagens. A calamidade, que se manifestara no ano anterior, prolongou-se até 1747.

* * *

Em agôsto tomou posse, em caráter efetivo, do govêrno da Capitania o Mestre-de-Campo Antônio Borges da Fonseca, ilustre pelos seus feitos militares em vários campos de batalha na Europa.

1746

Neste ano existiam doze aldeias de silvícolas, estabelecidas nas seguintes localidades:

Jacóca, dos indígenas da língua geral, missionada pelos religiosos de S. Bento;

S. Miguel, na Baía da Traição, também de indígenas da língua geral, missionada pelos religiosos do Carmo;

Preguiça, em Mamanguape, ainda dos indígenas da língua geral e também a cargo dos Carmelitas;

Boa Vista, dos tapuias das nações Canindé e Sucuri, da qual era encarregado um religioso de S. Tereza;

Cariri, em Pilar, missionada pelos Capuchinhos, dos quais Fr. Antônio Maria Modena deixou tradição de grande dedicação aos deveres que lhe eram atribuídos, destacando-se a construção da matriz de Pilar;

Cariri, em Campina Grande, dos tapuias da nação Cauchente, regida por religiosos do hábito de S. Pedro;

Brejo, dos tapuias de Fagundes, entregue à direção dos Capuchinhos;

Piancó, dos índios Paneti, sem missionário;

Corome, dos tapuias, missionada pelos padres da Companhia;

Piranhas, dos indígenas Pêga, sem missionário;

Rio do Peixe, dos Icós Pequenos, também sem missionários.

* * *

As facilidades de comunicações não eram estimadas pelo govêrno metropolitano, tanto assim que mandou proibir o estabelecimento do correio por terra, a fim de poder manter rigoroso contrôle das correspondências.

* * *

Por iniciativa do Bispo de Olinda, cuja jurisdição compreendia a Paraíba, foi criado um Seminário, instalado no edifício onde mais tarde funcionou o Liceu Paraibano e que é, hoje, ocupado pela Faculdade de Direito.

O mesmo prelado mandou construir um recolhimento para mulheres, chamadas "Convertidas", no fim da atual Rua Maciel Pinheiro, onde depois foi edificado o quartel da polícia, hoje ocupado por uma das delegacias da Capital.

* * *

Existiam, neste ano, quatro freguesias na Capitania, assim situadas:

Da Capital, regida pelo Vigário Dr. Antônio da Silva Melo, com 32 capelas, 34 clérigos, 1.720 fogos e 8.002 pessoas;

Mamanguape, Vigário Padre Jerônimo de Matos, com 3 capelas, 4 clérigos, 498 fogos e 2.050 pessoas;

Piancó — vigário o licenciado Pedro Bezerra de Brito, com 5 capelas e 9 clérigos;

Cariri — Vigário Padre Luiz da Cunha, com 1 capela e 7 clérigos.

1750

A Freguesia de N. S. dos Milagres do Cariri de Fora foi criada em abril dêste ano, na povoação de Travessia, que posteriormente recebeu o nome de S. João do Cariri.

Sôbre essa localidade escreveu Pizarro:

"Vila Real de São João, que fôra um julgado intitulado dos Cariris de Fora (nome da sua povoação) teve sua origem nas representações dos povos pouco contentes pela elevação de Campina Grande ao fôro de vila, por cujo motivo sendo Governador Fernando Delgado de Castilho, foi o Ouvidor-Geral da comarca o Desembargador Gregório José da Silva Coutinho erigir também aí a vila em 1800. Está situada a O. de Campina Grande em distância de 17 léguas, mais ou menos, sôbre uma colina rodeada de outras semelhantes e pedregosas, cujo terreno árido e sêco, muito ventoso, ficando sobranceiro na margem esquerda do Rio S. João uma das cabeceiras do Rio Paraíba, oferece a soberba vista de um anfiteatro, pelas diversas colinas e serras que se seguem. E' pois o território dessa vila quase todo montanhoso, e as serras que o circundam são fraldas da grande Borborema, que dista da vila a O. pouco mais de 13 léguas. Confina ao norte com o têrmo da Vila do Príncipe, Província do Rio Grande do Norte, pelo nascente com a da Rainha; e ao poente com a Serra da Borborema, divisa da freguesia dos Patos e têrmo da Vila do Príncipe, apesar de ser nesta província.

"Todo país é conhecido por muito mimoso, e próprio para criar gado, em que consiste seu negócio principal. Em alguns brejos cultiva-se o algodão, o milho, o feijão, etc., e noutros lugares várias frutas, como as melancias, que são excelentes, etc. Quase tôdas ribeiras são cortadas e pela maior parte do ano sêcas. A igreja-matriz, noutro tempo chamada matriz de cima, cujo orago é N. S. dos Milagres, foi fundada pelos jesuítas e pode-se dizer boa. Só a casa da Câmara, sob a qual está a Cadeia e outra do Capitão-Mor são sobradadas, tôdas as mais não passam de térreas: e sendo a vila assaz medíocre, o seu têrmo contudo é grande abrangendo além território paroquial, um curato separado na povoação de Natuba, distante 30 léguas para a parte meridional da vila, com uma

capela de que é protetora N. S. do Rosário. Entre muitos lugares povoados no têrmo da vila, são notáveis o de Serra Branca, distante 4 léguas, o de S. André, 5; o de S. Pedro da Caraúba, com capela; o de Alagoa, 30; o do Congo, 14, com capela de Santa Ana; o de Conceição, 16; e o de S. José das Pombas, 4 a oeste da vila na estrada geral do sertão. Na Fazenda Caraçá dêste têrmo se reunem as duas estradas que do lugar Imbuzeiro seguem ao sertão e Serra da Borborema" (PIZARRO — *Memórias Históricas do Rio de Janeiro*).

1751

À Câmara da Capital foi recomendado para não fazer despesas além de seiscentos e noventa mil réis anuais, importância que lhe foi arbitrada para seus gastos.

1752

Em Pombal nasceu êste ano o Dr. Manuel de Arruda Câmara, notável botânico, que alcançou celebridade universal.

1753

Luiz Antônio de Lemos Brito foi nomeado Coronel Governador da Paraíba, com o ordenado de quatro mil cruzados anuais. Em 18 de setembro rendeu o preito homenagem ao Rei D. José I e a 19 de novembro assumiu o govêrno da Capitania.

1754

A cidade da Paraíba era assim descrita:

"E' habitada por quase três mil vizinhos, com uma suntuosa Igreja Maior, Misericórdia, sete templos, Convento de S. Bento, São Francisco, Carmo e Colégio da Companhia, que tem anexo magnífico seminário, onde se dão estudos de latim e filosofia e nos Conventos de S. Francisco e Carmo, filosofia e teologia. O pároco desta freguesia é vigário da vara e tem a freguesia mais de dez mil pèssoas de confissão, por se estender o seu distrito fora da cidade; no seu têrmo habitam mais de vinte mil pessoas, tem muitos

engenhos reais, suntuosos templos e ricas capelas. O Governador desta Capitania é independente do Capitão-Geral e Governador de Pernambuco" (DOMINGOS LORETO COUTO — *Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco*).

1755

Um Alvará real, dêste ano, declara que não ficam "com infâmia alguma" os portuguêses que casarem com mulheres indígenas.

* * *

Organizou-se em Lisboa a Companhia de Comércio de Pernambuco e Paraíba, cuja influência maléfica tanto pesou sôbre o desenvolvimento da Capitania.

* * *

Os fazendeiros sertanejos estavam expulsando os índios Panatis dos locais onde se fixaram, a fim de se apossar das suas terras. A Metrópole mandou providenciar contra êsse procedimento, garantindo a estabilidade dos silvícolas e procedendo contra os seus perseguidores.

* * *

Neste ano, em dezembro, o Conselho Ultramarino decidiu anexar o território da Paraíba à Capitania de Pernambuco, sem dúvida a medida mais odiosa e de mais profundas conseqüências para o futuro da região.

1756

A Carta-Régia de 1.º de janeiro, homologando a resolução do Conselho Ultramarino de 29 de dezembro de 1755, determina: "extinguir êsse govêrno da Paraíba e que acabado o vosso tempo fique essa mesma Capitania sujeita ao govêrno de Pernambuco pondo-se nessa da Paraíba um Capitão-Mor com igual jurisdição e sôldo ao que tem o Capitão-Mor da cidade de Natal no Rio Grande do Norte".

E sòmente quarenta e três anos decorridos foi que a Paraíba logrou reconquistar a sua autonomia.

1757

Em abril empossa-se o primeiro Capitão-Mor, subordinado ao govêrno de Pernambuco, José Henrique de Carvalho, com o sôldo de quatrocentos mil réis anuais.

1758

Em virtude do que determinou a Carta Régia de 14 de setembro, foi elevada à categoria de vila a aldeia de Arataguy, tomando o nome de Vila de Alhandra.

1759

O govêrno metropolitano decidiu expulsar os jesuítas dos territórios sob sua soberania, comunicando tal resolução ao capitão-mor para a devida execução.

1760

A expulsão dos jesuítas tornou-se efetiva logo no comêço dêste ano e seus bens passaram para a administração do govêrno.

Na Paraíba o seu patrimônio constava de:

uma fazenda de gado em Mamanguape, com cento e vinte e três bois, cinqüenta e três vacas, setenta e três cavalos, nove casais de escravos;

a fazenda de criação no Arraial da Formiga, no Piancó, casa, gado, escravos, doação feita por Teodoro Alves de Figueiredo;

a fazenda de gado denominada Mucuitu, situada no têrmo da Vila de S. João do Cariri;

as fazendas denominadas Cachoeira, Boqueirão, Dois Riachos, Remanso Grande e Puá, em Itabaiana;

os sítios Jaguaribe, Lagoa e Trincheiras nesta Capital;

um sítio no Cariri;

duas moradas de casas de pedra e cal na Rua Direita, duas na Rua São Gonçalo, duas na Rua do Colégio e um terreno na Rua São Gonçalo;

Os foros de duas casas à Rua São Gonçalo.

As doações feitas por Manuel da Cruz e sua mulher Luiza do Espírito Santo foram postas a render o juro de 5%, uma parte, e a outra aplicada na compra de imóveis.

A Fazenda de Mamanguape foi arrendada por Antônio José Vitorino Borges da Fonseca, por 150$000 o ano, e a do Arraial da Formiga entregue ao depositário nomeado, Amaro Velho de Vasconcelos.

Os sítios de Jaguaribe, Lagoa e Trincheiras foram vendidos, tendo rendido 1:200$000 e o do Cariri, também vendido, rendeu 300$000. O convento foi avaliado em 12:000$000. O confisco rendeu em dinheiro, recolhido em depósito, a importância de 4:680$560.

* * *

Neste ano Caetano Dantas iniciou a construção da Vila de Cuité, na sua fazenda de gado situada sôbre a serra.

* * *

O segundo Capitão-Mor, subordinado ao Capitão General de Pernambuco, Francisco Xavier de Miranda Henriques, tomou posse do cargo para o qual foi nomeado, a 17 de dezembro.

1762

Neste ano teria ocorrido o fato milagroso que propiciou a fundação da Cidade de Bananeiras.

Conta a tradição que Gregório da Costa Soares, indo à caça, caiu prisioneiro dos indígenas Sucurus, que o iam matar. Nesse transe teria êle invocado N. S. do Livramento para livrá-lo do fim que via próximo, tendo sido atendido, fugindo milagrosamente da prisão. Em reconhecimento pela proteção recebida, resolveu fazer doação do terreno onde assenta a cidade para nêle ser erguida a igreja sob a invocação da sua padroeira.

1763

E nomeado o terceiro Capitão-Mor da Capitania, subordinado ao Governador de Pernambuco, Jerônimo de Melo Castro, com a patente de Coronel de Infantaria, o qual ocupou o cargo

até 13 de màio de 1797, quando passou o exercício a uma junta provisória, encerrando-se com o seu govêrno, o período de subordinação, iniciado em 1756, ou sejam durante trinta e sete anos.

1765

O Ouvidor-Geral da Comarca instalou, a 1.º de junho, a Vila de Alhandra.

* * *

Uma provisão de 1º de outubro criou a Freguesia do Pilar.

1766

A Manuel Barbosa dos Reis, morador no Sertão, foi feita a concessão das minas de ouro do Piancó, descobertas neste ano.

* * *

As aulas de Latim estavam suspensas, desde a expulsão dos jesuítas, que as mantinham; em vista disto o Govêrno nomeou, neste ano, um professor dessa disciplina, certamente o primeiro professor público designado para a Paraíba, cujo nome, entretanto, não é conhecido.

1768

Com o nome de Vila do Conde foi criada a Freguesia de N. S. da Conceição, em Jacóca.

Fundação de S. João do Cariri, no lugar Travessa.

1769

Também em Campina Grande é criada a Freguesia sob o patronato de N. S. da Conceição.

1770

A Câmara da Capital enviou uma representação ao soberano, pedindo a nomeação de professôres para o ensino da população,

indicando êsse gesto que o problema da alfabetização começava a despertar o interêsse dos administradores da cidade.

1771

A Casa do Colégio dos Jesuítas foi entregue ao capitão-mor para sede do Govêrno, destino que ainda hoje cumpre, embora inteiramente modificada e remodelada.

1772

O govêrno português mandou aplicar na Capitania a Carta-Lei de instituiu o subsídio literário de dez réis sôbre aguardente de cana, um real sôbre arratel de carne, destinando o produto dessa tributação ao custeio da instrução pública.

* * *

A criação da Vila de Pombal, autorizada pela Carta Régia de 22 de julho de 1766, tornou-se realidade neste ano.

1773

A Cidade de Catolé do Rocha originou-se da doação feita por João Antunes Ferreira, Elias de Albuquerque e Tenente-Coronel Francisco da Rocha Oliveira de seiscentas braças de frente e meia légua de fundo no lugar Catolé de Cima, para a criação de uma capela de N. S. dos Remédios. A doação foi registrada no cartório do tabelião Francisco Gonçalves dos Reis Lisboa, de Pombal.

* * *

A capela sob a invocação de Santa Luzia, mandada construir no Sabugy, por Geraldo Ferreira das Neves, deu origem à atual Cidade de Santa Luzia.

1774

Neste ano a Paraíba possuía 18 igrejas, 5 conventos, 6 vilas, 37 engenhos, 869 fazendas e 9.391 fogos.

A cidade e a sua Freguesia contavam 9 igrejas, 33 capelas, 5 conventos, 17 engenhos, 2.437 fogos e uma população de 10.050 almas.

A Freguesia de Taipu, de N. S. dos Anjos, possuía 5 engenhocas, 6 capelas, 12 engenhos, 90 fazendas, 780 fogos e 3.700 pessoas de desobriga.

O Pilar tinha uma rica igreja, fazenda, 249 fogos e 965 pessoas de desobriga.

A Freguesia de N. S. da Conceição, de Campina Grande, contava 3 capelas filiais, 47 fazendas, 421 fogos e 1.490 habitantes.

A de N. S. dos Milagres do Cariri de Fora, compreendia 2 capelas, 87 fazendas, 410 fogos e 744 habitantes.

A da Vila do Conde arrolava 1 igreja, 2 capelas, 1 vila, 3 engenhos, 445 fogos e 744 pessoas.

A Vila de Alhandra figura nesse cômputo com 1 vila, 1 igreja, 1 engenho, 620 fogos e 1.009 pessoas.

A da Vila da Baía da Traição contribuía com 1 vila, 1 igreja, 665 fogos e 628 habitantes.

A de Montemor contava 8 capelas, 4 engenhos, 75 fazendas, 1.313 fogos e 4.498 pessoas.

No sertão, a de Pombal tinha 7 capelas, 77 fazendas, 2.451 fogos e 5.422 habitantes.

* * *

As arrematações dos impostos, por três anos, produziram neste ano 45:755$788.

1775

Os dízimos da Capitania foram arrematados, por três anos, pela importância de 62:684$611.

* * *

Edificou-se neste ano a Casa dos Contos, ocupada posteriormente pela Delegacia Fiscal.

* * *

Atribui-se à Paraíba, em 1775, uma população de 52.000 almas, sem serem computados os índios, os mulatos e os negros por outro lado, davam como possuindo 869 fazendas e 37 engenhos.

1776

A Freguesia de Cariri de Fora foi elevada à categoria de Julgado, por Carta-Lei dêste ano.

* * *

Data dêste ano a construção da Matriz de Santa Rita.

1777

A era dos três setes trouxe a sêca de conseqüências terríveis, ocasionando fome e enorme mortandade do gado nas fazendas sertanejas.

A calamidade foi de tal modo ruinosa que, ainda hoje, se conserva na tradição a lembrança dos horrores da era dos três setes.

1778

A sêca do ano anterior ainda perdurava, crescendo a ruína da região e aumentando os prejuízos dos moradores, enquanto a dispersão da população acossada pela fome se intensificava.

* * *

A Metrópole reclamou informações sôbre a mina de ouro descoberta em Aguiar, no Piancó, pedindo uma descrição exata do local onde se encontra a jazida.

1780

Em face do insucesso da Companhia de Comércio de Pernambuco e Paraíba o Govêrno resolveu extingui-la, mas os males que êsse odioso monopólio causou à Paraíba foram irreparáveis.

1782

Segundo investigações procedidas pelo govêrno verificou-se que a população da Paraíba em 1780 estava distribuída, mais ou menos, nas seguintes proporções: Capital — 17.522, Mamanguape — 8.395, Conde — 1.959, Pilar — 953, Baía da Traição — 1.258, Vila Flor — 875, Taipu — 4.472, Cariris Velhos — 3.199, Campina Grande — 2.489, Pombal, — 7.711, Seridó — 3.630, perfazendo o total de 52.468 habitantes.

Outros dados interessantes se referem à longevidade e à natalidade. Segundo os párocos, havia na Paraíba, neste ano, nada menos, nas seguintes proporções: Capital — 17.522, Mamanguape período 1.615 crianças, tendo o número de mortos se elevado a 956.

1783

Pare reger a cadeira de Latim foi nomeado o Professor João Adolfo, com o ordenado de 300$000 anuais.

1784

"A população da Paraíba era como a de todo Brasil, não se fazendo, porém, sentir muito o cruzamento mestiço da raça vermelha. Brancos descendentes de europeu; negros descendentes de africanos; mulatos e suas variedades, produto do cruzamento do branco e negro, e do mulato e negro, e pequena descendência do índio, do índio e branco e do índio e negro. Os brancos, de ordinário secos de rosto e corpo, pele morena e cabelos pretos, passavam com sobriedade. Os que viviam da agricultura e eram senhores de engenho, moravam em casa de taipa ou de tijolo e cal, baixas, mal acabadas, com poucos móveis, além daqueles que eram necessários à cozinha, cama e mesa. O seu maior luxo consistia na baixela de prata e bons cavalos. Os homens usavam vestidos pouco custosos; trajavam calções e gibão de pano, sendo êste golpeado com grandes cortes por onde deixavam ver um fôrro de tafetá. As mulheres, porém, vestiam custosamente e se cobriam de ouro, diamante e pérolas. Saíam cobertas e carregadas em uma rêde, para serem vistas sòmente pelas suas amigas, a quem pediam

primeiramente licença para visitar. Estas recebiam-nas alegremente e as faziam sentar em tapêtes que mandavam estender na sala das mulheres — porque também havia sala dos homens — cobrindo os pés cuidadosamente, pois seria grande vergonha deixá-los ver. Os homens mostravam-se ciosos das suas mulheres e estas não saíam de casa sem o seu consentimento, ainda assim acompanhadas por êles nas visitas que faziam ou para outra qualquer parte. A mesa era frugal, consistia de cozido, farinha e arroz, pôsto que não faltassem galinha, peru, porco e carneiro. Tinham, porém, à sobremesa laranjas, bananas, melancias e doces. Usavam pouco vinho, a água da fonte, agradável e fresca, era de ordinário a sua única bebida. A exclusiva preocupação do seu espírito estava no engenho e cultura da cana. Os negros eram em geral escravos, mas se a mãe obtinha a liberdade, os filhos nascidos depois dêsse fato passavam a livres, porque até então e de conformidade com os princípios do direito romano adotado, os filhos seguiam a condição do ventre. Dividiam-se em três classes: os de Angola, crioulos e do Maranhão. Os primeiros, mais dóceis e conformados com a sua triste condição, prestavam-se melhor ao trabalho que os últimos, naturalmente porque os que de nôvo chegavam, em contacto com o grande número de compatriotas seus, falando a mesma língua, submetiam-se pelo conselho dos outros. Os do Maranhão, porém, trabalhavam de má-vontade e só se submetiam ao rigor do feitor, contra o qual às vêzes se levantavam. Falavam outra língua, pertenciam a outra nação e não se davam com aquêles, nem em geral com pessoa alguma. Apesar disto a Paraíba contava poucos escravos em relação à população livre. Dentre os cinqüenta e dois mil habitantes que então contava, os escravos não ascendiam a dois por cento. Os índios já então restituídos à liberdade moravam sob a direção dos chefes naturais e inspeção da autoridade civil. Indolentes e sem estímulos, plantavam apenas alguma mandioca e pescavam o quanto bastava para se manterem, viviam despreocupados, sem ambição de riqueza, satisfeitos com o possuírem a cabana e a rêde em que dormiam. Fora disto, e quando era absolutamente indispensável, procuravam pelo trabalho adquirir algumas varas de pano com que êles e as mulheres se vestissem, contentando-se com umas calças

e jaquetas e aquelas com uma saia e cabeção. Quando a isto se dispunham procuravam os engenhos, limpavam as canas, conduziam nos carros madeiras para as obras ou lenha para os cozimentos e logo que ganhavam o preciso para comprar a roupa, não se detinham, voltavam às suas aldeias satisfeitos por possuir bastante. De nada mais se preocupavam, salvo se eram notificados para o serviço militar, reparo das fortificações, etc. A outra gente, fôrra ou livre, dava-se ao ofício de ferreiro, carpinteiro, alfaiate, sapateiro, etc., alguns porém, empregavam-se na cultura da mandioca, fumo, legumes e outros serviam de auxiliares à indústria pastoril." (MAXIMIANO MACHADO — *História da Província da Paraíba*).

1785

"Além das igrejas, o povo devoto rezava o têrço à noite nas portarias dos conventos e nas calçadas das ruas defronte de nichos rasgados nas frontarias das casas e onde baloiçava um pequeno lampeão deixando ver à luz mortuária, através dos vidros embaçados, a imagem da Senhora da Conceição ou do Rosário.

. . . .

A devoção do povo, como a do Rei, era igualmente exterior e se não se mostrava, como êle, incontinenti e sacrílego, também não procurava descobrir o caminho das relações pessoais, nem conhecer as íntimas ligações da sociedade, a índole e o caráter dos homens, por onde se chega às mais perfeitas condições da existência social. Cada um vivia só para si, desconhecendo a sua parte no trabalho que reverte em proveito comum e até o seu direito aos benefícios da civilização. *Boa romaria faz quem na sua casa está em paz,* era o moto do pavilhão que flutuava no cimo de tôdas as casas." (MAXIMIANO MACHADO — *História da Província da Paraíba*).

1787

Registra-se grande carestia no sertão, tendo a farinha subido de quatrocentos para mil e seiscentos réis.

1788

Neste ano foi criada a Freguesia de N. S. da Guia, em Patos.

1789

O Rio Paraiba desceu com uma das suas grandes cheias, ocasionando estragos de vulto em vários engenhos situados às suas margens.

Ao baixarem as águas foi encontrada uma grande cruz de madeira, no local da atual Cidade de Cruz do Espírito Santo, nome que se originou dêsse fato, acredita-se.

1790

O Ouvidor-geral da Comarca procedeu à cerimônia da fundação da Vila Nova da Rainha, atual Cidade de Campina Grande.

O patrimônio da nova vila, assinado no momento, constava de «uma data da terra de sesmaria sita nos confins de Campina Grande, entre o Juá e o Rio Mamanguape, o Sítio Cachoeira e terra do Sítio da Alagoa Grande do Paó e Zumbi.»

1791

Grande sêca assolou todo o território paraibano, dêsde o ano anterior dispersando a população acossada pela fome e devastando as fazendas de criação, além de ocasionar a extinção quase total das lavouras. Registrou-se, como vinha acontecendo por ocasião das calamidades anteriores, numerosas mortes por inanição, principalmente de escravos.

1792

A sêca perdurava, aumentando a miséria da população pobre. Os frades beneditinos alimentaram os seus escravos com ervas agrestes, a fim de evitar que todos morressem à falta de alimentos.

1793

A sêca, aparecida em 1790, continuava flagelando a região, registrando-se também o aparecimento de tal praga de morcegos

que para defender os animais da sua voracidade, foi preciso manter fogueiras acesas durante a noite.

"Morreram de fome até os bichos do mato. E' geralmente citado o caso do Capitão Francisco Nobre de Almeida, opulento proprietário no Recife e grande fazendeiro em nossos sertões, o qual, como tivesse vindo ao interior da Capitania cobrar o dízimo trienal, pereceu com tôda sua comitiva, em conseqüência da sêca." (José Américo de Almeida — *A Paraíba e Seus Problemas)*.

1797

Em vista do falecimento do Capitão-Mor José de Melo e Castro, ocorrido a 13 de maio, assumiu o govêrno da Capitania um triunvirato, composto do Ouvidor-Geral da Comarca, Desembargador Antônio Filipe Soares de Andrade, Sargento-Mor João Ribeiro Pessoa Lacerda e o Vereador mais antigo, Luiz Álvares da Nóbrega.

Com êsse govêrno encerrou-se o período da subordinação administrativa a Pernambuco, que durou quarenta e três anos e entravou sensìvelmente o desenvolvimento da Paraíba.

Com a queda do Marquês de Pombal, a Côrte decidiu-se examinar a situação administrativa da Capitania, para deliberar sôbre a conveniência de conservá-la subordinada à de Pernambuco e, com essa intenção, expediu o regimento pelo qual devia se conduzir Fernando Delgado Freire de Castilho, designado para Governador da Paraíba.

As referidas instruções eram minuciosas, referindo-se a todos os aspectos da vida paraibana, que deviam ser examinados e pesquisados, a fim de chegar a conclusões baseadas na observação «in loco» dos reflexos da subordinação de quarenta anos.

Ao nôvo governador foi permitida a nomeação de um secretário, arbitrado o ordenado dêsse funcionário em 240$000 anuais.

1798

Inicia-se em 27 de março o govêrno de Fernando Delgado Freire de Castilho, o administrador que veio à Paraíba com a

intenção de trabalhar pelo engrandecimento da região que, na verdade, necessitava de estímulo diante dos anos de quase abandono dos quais emergiria devido aos esforços e boa-vontade dêsse governador.

A navegação direta para Lisboa e o Pôrto foi reiniciada, como uma das primeiras providências tendentes a animar o renascimento da lavoura e do comércio.

O nôvo governador, logo que aqui chegou, entrou em atividade para atender às recomendações da Rainha. Os seus relatórios, ricos de observações, seguiam regularmente preconizando o desligamento completo da administração paraibana da pernambucana, apontando com fatos os inconvenientes dessa subordinação, que constituia um entrave ao desenvolvimento da Capitania e causava prejuízos sensíveis à Coroa, sem que as economias, porventura daí resultantes, compensassem os inconvenientes.

O seu primeiro relatório versou sôbre a Fortaleza de Cabedelo e as demais fortificações da Capitania, apontando o seu estado e as providências que estavam a reclamar com urgência, para colocá-las em situação de se tornarem realmente úteis à defesa da região.

A êsse primeiro relatório seguiu-se o segundo, que abrangia todos os aspectos da situação da Capitania, estudando os seus problemas à luz de informações colhidas de tôda parte e ilustradas com as observações pessoais do governador.

O documento é minucioso, principalmente na descrição dos métodos de fabricação de açúcar, corte de madeira e outras atividades a que se entregava a população, tendo influenciado poderosamente ao ânimo do Conselho Ultramarino para a decisão tomada em seguida, restabelecendo a autonomia da Paraíba.

Descrevendo a Capitania logo na introdução do relatório em aprêço Delgado de Castilho diz:

"Ela tem 27 léguas de costa, desde o Rio Abiaí, que a divide de Pernambuco, até o Rio Guaju, que a separa do Rio Grande do Norte, e estendendo-se pelo interior do país vai terminar ao poente com a Capitania do Ceará, tendo 100 léguas de largura na sua maior extensão; os seus sertões ou país interior, são divi-

didos em seis ribeiras, que tomam a sua denominação de outros tantos rios que as dividem, cujas margens e planície vizinhas são as mais próprias para a criação de tôda qualidade de gado assim como outeiros e serras para as plantações de algodão Pela ribeira do Cariri, a mais vizinha de beira-mar, entra nesta Capitania o Rio Paraíba que dá nome a tôda ela, o qual desde a distância de doze léguas do mar começa a ser situado de engenhos-de-açúcar, estendendo-se por um e outro lado vastíssimas e frutíferas margens que a diária experiência tem mostrado ser o terreno mais próprio para as plantações das canas, quando porém êle chega à distância de três léguas do mar abrindo à maneira de uma grande praça, onde vêm ter tôdas as embarcações de transportes e pescaria dos diversos portos do mesmo rio e também aquelas de quilha, que lhes entram do mar alto, deixa na sua margem austral a Cidade de Nossa Senhora das Neves, Capital do Govêrno e logo tornando a fechar-se algum tanto mais vai fazer barra no lugar Cabedelo, tendo ao sul a Fortaleza de Santa Catarina, ainda incompleta e muito arruinada, ao norte a Ponta de Lucena e no meio do rio, bem defronte da mesma barra a ilha denominada Restinga, onde a Companhia extinta de Pernambuco fêz estaleiros para construir algumas embarcações que conseguiu com bom sucesso e comodidade. A Cidade de N. S. das Neves, ficando como digo, na margem austral do Rio Paraíba está situada em alta com bastante terreno e planície para seus lados por onde se pode cômodamente estender, tendo da parte sul terra firme, do poente o rio, do norte a Ponta de Cabedelo e a costa oferece sem maior indústria diversas qualidades de pescado. O ar é puro, aprazível e saudável; as águas são excelentes das quais se encontram regatos e fontes perenes por qualquer parte que se desça do alto, em que está a cidade. O seu pôrto oferece os mais seguros ancoradouros desde a barra do Cabedelo até a cidade, tal sorte, que não há memória nem será possível que enchente alguma do rio possa prejudicar qualquer navio ancorado ainda com a mais débil amarra resultando daqui que as cargas e descargas se fazem com maior segurança e livres de todo perigo. As matas abundam em madeiras para a Marinha Real, para móveis e embutidos e para edifícios dos prédios rústicos

e urbanos; a pedra, a sofrível pedra, que é preciso acha-se bem ao pé da cidade com muita abundância e pouco custo. Tem até à distância de doze léguas trinta e dois engenhos de fazer açúcar, dos quais se poderia exportar mesmo no estado atual um excessivo valor pela fertilidade do terreno e estarem destituídos de posses os senhores e lavradores dêles; tem muita capacidade e proporção para muito mais e outras diferentes culturas. Além de outras povoações e lugares contém esta Capitania sete vilas, das quais quatro são de índios e três de brancos; contém mais a povoação de Mamanguape, situada ao pé do rio dêste nome em cuja barra entram muitos barcos e sumacas.»

Pelo trecho transcrito verifica-se que o Governador tomou-se de simpatia pela terra que vinha governar, não sopitando o entusiasmo que lhe brotava do íntimo ao contemplar os panoramas sedutores que ela oferecia, nem esquecendo de focalizar as suas possibilidades econômicas. O documento é longo, e não se tem notícia de relatório nenhum tão completo, tão criterioso e oportuno pela influência que exerceu no ânimo da Metrópole.

As sugestões do relatório de Delgado de Castilho foram tomadas em consideração e, ainda neste ano, o Governador recebeu ordem para organizar a Junta da Fazenda e a comunicação da nomeação de Bernardo Coelho da Costa para Cirurgião-Mor da Capitania.

Também foi expedida a provisão real criando a Freguesia de N. S. dos Remédios, em Sousa.

Outro resultado da atuação do Governador foi a nomeação de secretário do Govêrno, feita pela Rainha, recaindo a preferência real na pessoa de José Antônio de Sousa. Anteriormente o cargo era ocupado por pessoa nomeada pelo Governador, que pagava os vencimentos das suas rendas.

1800

A Carta-Régia de 22 de março elevou à categoria de vila, com o título de Vila Real de São João, a povoação de Cariri Velho, ex-Travessia e, a 14 de junho, instala-se a Vila de Jardim do Rio do Peixe, atual Cidade de Sousa. A povoação foi fundada

em meados do século XVIII pelo sertanista Bento Freire de Souza que, com o Capitão-Mor José Gomes de Sá lançou os seus fundamentos no comêço do século.

Na Fazenda Cajazeiras nasceu, a 15 de junho, o Padre Inácio de Souza Rolim, que concorreu para que aquêle local se tornasse a cidade de hoje, mantendo ali um colégio célebre, cuja influência se estendeu por vastas extensões dos sertões nordestinos.

* * *

Neste ano foi criada a Freguesia de N. S. das Mercês, de Cuité.

1801

Os produtos farmacêuticos usados no comêço do século XIX, nesta Capitania, são desconhecidos da geração atual, porque não se conhece os originais das receitas médicas, mas parece que um produto tinha larga aplicação, tal se deduz da remessa feita pelo govêrno metropolitano de nove caixões de «Água da Inglaterra», para ser vendida por conta da Fazenda Real. A composição e o emprêgo de tal produto são igualmente desconhecidos.

* * *

Crimes e atos de violência geralmente não impressionavam a população acostumada com a freqüência dessas ocorrências brutais, mas, a 31 de julho, causou profunda comoção a descoberta do cadáver de uma mulher entre um cerrado espinhoso de unhas-de-gato, terrìvelmente mutilado. O fato monopolizou as conversas na Fonte do Milagre, que era o "Ponto de Cem Réis" daquele tempo.

O crime fôra praticado com requintes de perversidade pelo frade franciscano, amante da assassinada, por ocasião de um banho que ambos tomavam naquela fonte, à meia-noite, e assistido por uma criança de três anos de idade, filha da mulher.

* * *

Na enseada de Lucena achava-se fundeada a sumaca "Sacramento e Almas" carregada de algodão, quando foi abordada por um corsário francês, que tentou tomar-lhe a carga. Socorrido por fôrças de terra o navio salvou-se, bem como a carga, retirando-se o corsário depois de breve troca de tiros.

* * *

A cultura do arroz se desenvolvera satisfatòriamente, tanto que a Metrópole mandou que a produção excedente fôsse exportada para Portugal.

1802

Nomeado Governador da Capitania a 2 de janeiro, Luiz da Mota Feo, tomou posse do cargo a 15 de setembro.

* * *

O Governador informou à Côrte sôbre a inoculação do pus vacínico, mandada aplicar nesta cidade em internados da Casa dos Expo[illegible]s. A aplicação, no entanto, não foi feita sem grande repugnância do povo, que tratava a varíola pelos métodos empíricos, apesar de existir na Capitania um médico e dois cirurgiões, que nunca eram chamados para atender doentes dessa enfermidade visto ninguém acreditar em tratamentos preventivos.

1803

Dando conta do estado da guarnição, o Governador informou ao govêrno de Lisboa que a Fazenda Real só de fardamento, devia às 173 praças a importância de 11:662$975.

* * *

A 5 de maio instalou-se a Vila de São João do Cariri, presidindo a cerimônia o Ouvidor da Comarca.

* * *

A sêca reapareceu neste ano, deflagrando o costumeiro cortejo de sofrimento sôbre o povo. A farinha passou a ser vendida a 4$000 o alqueire, na Capital e a 12$000 no sertão.

* * *

A população da Vila da Rainha (Campina Grande) foi avaliada em 2.443 habitantes, atingindo a 270$000 a renda da Câmara.

1804

Apesar do estado de penúria da população, em conseqüência da sêca do ano anterior, a Metrópole mandou cobrar 28:000$000, como donativo para atender as urgências do Estado.

* * *

A população da Vila Real de São João e seu têrmo, foi computada em 4.880 habitantes.

* * *

O empresário do Teatro Real de S. Carlos, de Lisboa, obteve a concessão para manter nesta cidade duas *casas de sorte*, pelo prazo de um ano. Êsses estabelecimentos, decerto, não eram tipo "cabaré", mas simplesmente do gênero dessas que atualmente se rotulam de cassino. O que não resta dúvida, porém, é que se destinavam à exploração de jogos.

1805

Em 24 de julho assumiu o Govêrno da Capitania, Amaro Joaquim Raposo de Albuquerque, que em 1812 faleceu no Piauí, de cuja Província era Governador.

1806

A indústria doméstica das rendas de bilro já neste ano era conhecida e estimada pelo elemento feminino, que dela fazia largo uso.

* * *

A renda da Capitania alcançou, neste ano, a importância de 27:931$864, superando a despesa em 6:740$864.

* * *

A aplicação da vacina anti-variólica prosseguiu conforme se verifica dêsse trecho de uma comunicação do Governador:

"Tenho a honra de participar a V. Excia., que não obstante os prejuízos que grassam nos habitantes desta Capitania, o feliz sucesso e facilidade com que esta operação se pratica, tem convencido alguns e vai sujeitando a maior parte a vacinar-se, sem já, serem obrigados, só pelo meu trabalho em persuadir, tendo eu ao presente o gôsto de ver quase extinto, nesta cidade e seus subúrbios, tão pernicioso mal, que antigamente, dizem os seus habitantes, aqui se não conhecia".

1808

Arribou à enseada de Lucena uma das naus em que se retiravam para o Brasil a Côrte portuguêsa e elementos da nobreza lusa, fugindo diante da marcha do exército napoleônico. Os personagens, passageiros da aludida embarcação, foram socorridos e o barco, reparado e reabastecido, prosseguiu sua derrota destino ao Rio de Janeiro.

* * *

O historiador Southey consigna que a Cidade da Paraíba contava neste ano três mil moradores, cinco ermidas, uma matriz, três conventos, uma misericórdia com hospital e dois chafarizes. Adianta que as casas eram quase tôdas térreas, algumas com vidraças nas janelas e as ruas largas e bem calçadas. A fabricação do açúcar estava em decréscimo enquanto se expandia a cultura do algodão, cuja produção era vendida para a Inglaterra. Nota o referido escritor o mau costume dos homens se embuçarem em grossos capotes para percorrerem as ruas, cometendo excessos de crueldades.

Êsses maus hábitos foram reprimidos pelas autoridades, tendo sido presos muitos dos elementos dados a tais transgressões, caindo nas mãos da polícia, por esta ocasião, famoso arruaceiro de nome

Nogueira, que trazia a população em desassossêgo pelas suas proezas criminosas.

* * *

A chegada da Família Real ao Brasil foi aqui festejada com cortejo de gala e missa de ação de graças.

1809

Acusados de exercer espionagem ao serviço da França foram presos e expedidos para o Rio, a bordo do bergantim «Gavião», o Marquês Saveli Sabateli D'Albans, Cavalheiro da Ordem do S. Sepulcro de Jerusalém, João Vicente da Silva Bastos, negociante no Maranhão; Bernardo Mendes, Antônio José da Costa e o francês João Jaques Royer.

* * *

A tropa possuía uma banda de música, constante de pífaro, clarineta, fagote e zabumba, sendo seu mestre o músico Manuel Vasconcelos Quaresma.

O 51.º Governador da Paraíba, Antônio Caetano Pereira, tomou posse do cargo a 30 de agôsto.

* * *

Existia neste ano o impôsto de passagem cobrado na Fortaleza de Cabedelo, de oitenta réis, exigidos às embarcações que demandavam ao pôrto da Capital.

1810

"Quando raiou o século dezenove, a Paraíba se achava em más condições. O seu comércio estava extinto e a agricultura atravessava uma crise dolorosa. Governava a Capitania o Capitão-mor Fernando Delgado Freire de Castilhos, homem notável e de alto merecimento que em belas exposições apontava à Coroa portuguêsa os males que afligiam o povo e indicava os meios de minorá-los. A população da Capitania orçava em cêrca de cem mil habitantes entre brancos, escravos e indígenas. Pelo interior havia disseminadas vilas e povoações, distantes entre si, com poucas comunica-

ções com a Capital. O comércio paraibano, que há muito decaíra pela influência absorvedora da praça do Recife, acabara por desaparecer com a instituição da Companhia de Comércio Pernambuco e Paraíba. Esta acabava, por sua vez, por liquidar-se. Mas ainda não se restabelecera a atividade mercantil local. Os poucos mercadores que haviam eram pobres e atrasados e quase todos eram mais prepostos de casas do Recife. A agricultura consistia no fabrico do açúcar, algodão e cereais. Muito sofrera com a instituição da Companhia de Comércio que a exauria, emprestando-lhe capitais com grande usura e tomando-lhe os produtos a preço baixo". (TAVARES CAVALCÂNTI — *Epitome da História da Paraíba*).

* * *

Outra descrição da Paraíba, refletindo a impressão de um visitante eventual, diz:

"A cidade da Paraíba contém de dois a três mil habitantes, compreendendo neste número os da cidade baixa. E' fácil de imaginar que já teve maior importância do que hoje. Trabalhavam para aformoseá-la mas o pouco que se fazia era à custa do govêrno ou antes era o Governador que desejava deixar-lhe uma lembrança da sua administração. A rua principal é larga e calçada de grossas pedras, precisava porém de consertos. As casas, em geral só têm o andar térreo, que serve de estabelecimento; algumas têm janelas envidraçadas, porém mesmo no Recife só há pouco começaram a usá-las assim. O convento dos Jesuítas serve de Palácio do Govêrno; nêle funcionam igualmente as repartições e a residência do Governador. A igreja do Convento fica no centro. Os conventos franciscano, carmelita e beneditino são imensos mas estão quase desabitados; o primeiro conta com quatro ou cinco frades, o segundo dois e o terceiro apenas um. Além disto existe na cidade outras igrejas. Os chafarizes públicos da Paraíba são as únicas obras dêsse gênero que vi nos lugares aonde fui ao longo da costa... A cidade baixa, compõe-se de casinhas que são edificadas à borda de uma bacia ou lago muito vasto onde se reunem três rios que despejam no mar por um só canal de grande largura. As margens do lago como as de todos os rios de água salgada dêste país, são cobertas de matos tão apertados e espessos que parece não

ter saída. Não desci o rio até o mar, mas soube que existem aí algumas formosas ilhas, cujo terreno é magnífico porém inculto. A Paraíba foi o principal teatro da guerra holandesa e sinto agora não ter descido à praia até o famoso Forte de Cabedelo. A guerra fazia-se num teatro acanhado mas as proezas dêsses bravos defensores de sua pátria, podem ser classificadas na mesma ordem que a todos os povos combatem por tão interessante e tão nobre causa".

Referindo-se à Vila de Alhandra, o mesmo visitante, assim se expressou:

«Aldeia de índios que contém perto de seiscentos habitantes e não é tão regularmente edificada como muitas outras da mesma espécie que vi. Em lugar de uma praça com casas dos lados, é dividida em ruas embora tivessem conservado a praça não se parece em nada com as outras aldeias indianas. Os seus habitantes não são de sangue tão puro como os que vivem mais longe de uma grande cidade. Admitem entre si mamelucos e mestiços».

* * *

Para o resgate de cativos dos piratas de Alger, os habitantes da Capitania concorreram com 4:383$345, atendendo a uma imposição da Metrópole.

1811

O arrolamento do impôsto de décima urbana revelou que 1.150 casas estavam sujeitas ao pagamento da referida tributação, montando em 608$358.

* * *

Neste ano o trecho da cidade em frente ao Palácio do Govêrno tinha o nome de Rua do Colégio e a atual Rua da Gameleira chamava-se de Olaria.

* * *

O recenseamento da população, procedido neste ano, acusou a existência de 22.560 brancos, 1.707 índios, 4.288 pretos, 23.621 mulatos, do sexo masculino, sendo 1.044 mulatos e 1.900 pretos cativos. O elemento feminino constava de 22.640 brancas, 1.698

índias, 4.198 pretas e 24.114 mulatas, sendo 6.679 mulatas e 2.010 pretas cativas.

Por êstes dados a população total da Paraíba se elevava a 122.407 habitantes.

1812

São contraditórias as estatísticas da poulação da Paraíba, pois as organizadas no ano de 1811 computam em 122.407 o total de seus habitantes, já a de 1812 reduzem êsse número para 95.162, assim distribuídos: homens brancos 17.833, índios 1.567, pretos 3.747, mulatos 17.696. O número de cativos do sexo masculino seria 1.216 mulatos e 5.872 pretos. Quanto ao sexo feminino o seu número estaria assim composto: Brancas 18.169, índias 1.734, pretas 3.776, mulatas 17.652 das quais eram cativas: 1.291 mulatas e 4.600 pretas.

* * *

A Vila de Alhandra teria neste ano, de quinhentos a seiscentos habitantes, segundo o cálculo de Tolenare.

* * *

A Provisão Régia criando a Freguesia de N. S. da Conceição, de Areia tem a data de 29 de julho de 1812.

* * *

O impôsto sôbre algodão rendeu, neste ano, dez contos de réis.

1815

Registrou-se grande surto na cultura do algodão pois em três anos a arrecadação do impôsto que incidia sôbre o produto de dez contos de réis saltou para vinte e cinco contos seiscentos e sessenta e oito mil réis.

* * *

Em virtude do falecimento do Governador Antônio Caetano Pereira ocorrido em Tambaú, onde tinha ido à procura de melhoras para a saúde, assumiu o Govêrno da Capitania o triunvirato

composto do Ouvidor-Geral Dr. André Álvares Pereira Ribeiro Cirne, Tenente-Coronel ajudante-de-ordens Francisco José da Silveira e o vereador mais velho da Câmara, boticário Manuel José Coelho.

O Tenente-Coronel Francisco José da Silveira, tinha sido removido de Mato Grosso para a Paraíba em 1813, radicando-se na Capitania de cuja vida pública participou ativamente até o trágico fim da sua vida.

* * *

A Provisão Real de 20 de julho elevou a povoação de Areia à categoria de vila.

1816

A receita do impôsto do algodão continua sempre em ascenção, indício do desenvolvimento dessa lavoura, tendo neste ano alcançado a importância de 45:655$000.

O falecimento da Rainha D. Maria I deu lugar à tradicional cerimônia da quebra do escudo, realizada na Câmara da Cidade, tendo a população tomado luto por três dias.

1817

As primeiras notícias da Revolução que eclodiu em Pernambuco, a 7 de março, chegaram à Paraíba no dia seguinte, tomando o govêrno local várias providências para evitar a sua propagação que, entretanto, não foram suficientes para obstar que aqui encontrasse eco e apoio dos elementos de maior prestígio nas diversas classes, notadamente entre os militares.

As providências do Govêrno giraram em tôrno do recolhimento dos depósitos de pólvora existentes no interior, o chamado às armas, o recrutamento dos homens válidos de 12 a 50 anos e o restabelecimento do toque de recolher.

Nos dias que se seguiram redobrou a vigilância das autoridades, mas a 11, em Itabaiana, grande massa de povo, sob o comando de André Dias de Figueiredo e de Manuel Cavalcânti, proclamou

adesão à Revolução, marchando em seguida contra Pilar, no propósito de dali vir à Capital.

A situação agravava-se cada vez mais, e o Ouvidor-Geral, que chefiava o Govêrno interino, notando que sua residência se achava sob cêrco, fugiu para o sertão durante a noite, abandonando o pôsto, alarmado com a notícia da adesão de Pilar ao movimento, onde o apoio dos Padres Inácio Leopoldo e Antônio Pereira deu considerável impulso ao movimento, incorporando-se à coluna revolucionária, todos os homens válidos da vila.

Diante da fuga do Ouvidor os demais membros do govêrno procuraram os Coronéis Amaro Gomes Coutinho e Estevão Carneiro da Cunha aos quais entregaram o Govêrno, visto contarem êstes com elementos para sustar qualquer desordem, até que a situação se esclarecesse.

Empossados no Govêrno se dirigiram por ofício à Câmara, pedindo a sua intervenção para que não fôssem alterados os preços dos gêneros de primeira necessidade e, enquanto ocorriam êsses episódios, as famílias mais timoratas tratavam de deixar a cidade.

A opinião dos habitantes era que a Revolução estava triunfante também na Paraíba, dada as simpatias daqueles dois militares pela idéia republicana. Assim, quando êles resolveram proclamar a República, levantando a bandeira branca, símbolo da Liberdade, ninguém ficou surpreendido com a marcha dos acontecimentos.

Os revolucionários de Pilar receberam comunicação do ocorrido e logo se deslocaram para a Capital, com as suas tropas, onde entraram com cêrca de dois mil homens, comandados pelo Sargento-Mor daquela vila, Antônio Galdino Alves e Silva e o Capitão Manuel da Costa Lima.

A 15 de março celebrou-se uma reunião em Palácio, na qual foram eleitos membros do Govêrno Provisório os Padres Antônio Pereira de Albuquerque e Inácio Leopoldo de Albuquerque Maranhão, Coronel Francisco José da Silveira e Francisco Xavier Monteiro da França. Para ocupar o cargo de secretário do govêrno foi nomeado Antônio Manuel da Silva Coelho.

Apareceram, a 18, as primeiras decisões do Govêrno Provisório, abolindo vários impostos, prescrevendo a bandeira e insígnias

da realeza, reduzindo os direitos alfandegários e adotando o tratamento de *vós* para todos os cidadãos.

Neste mesmo dia partiu para o Rio Grande do Norte uma coluna comandada pelo jovem patriota José Peregrino de Carvalho, com a missão de alcançar a adesão daquela Capitania.

A 19, aparecem novas leis, decretando a convocação de voluntários e proibindo prisões por simples denúncias e, a 21, outros atos liberatórios, perdoando criminosos, dispondo sôbre emolumentos da Secretaria do Govêrno que passariam a ser recolhidos ao Tesouro. Nos dias 22, 24, 26, 27, surgiram mais leis, beneficiando os contribuintes de impostos, reservando para o Govêrno o monopólio do pau-brasil.

* * *

As Câmaras de Vila Nova da Rainha, Sousa e Pombal comunicaram a adesão aos ideais da Revolução.

* * *

Os acontecimentos verificados durante o mês de abril não são conhecidos, porque não se encontraram documentos a êles referentes, mas, já em maio, esboça-se a reação monárquica, que teve como ponto de partida a Vila de Pilar, como relatam documentos da época.

«A contra-revolução foi iniciada por um mulato chamado Bastos, proprietário de uma engenhoca na Vila de Pilar; êste homem reunido a um grupo de valentões, procurou devastar aquelas regiões, sai-lhe ao encontro um filho do capitão das Ordenanças André Dias de Figueiredo, de ordem dêste, por se achar doente, debela o bando, morrendo na ação dois dos seus sequazes. O resto foi dispersado. Também João Alves Sanches Massa, Senhor do Engenho Pacatuba, em companhia do rico proprietário Coronel de Milícias Matias da Gama Cabral levanta os ânimos da gente do interior. Apesar de não ser do plano atacar a Capital, em todo caso, fazia grande mal, não só à Paraíba como a Pernambuco, por interceptar o gado e outros gêneros do comércio para essa Capitania». O exemplo contagiou outros monarquistas, entre êstes os Padres Manuel Lourenço e Manuel Anselmo, os quais, reunindo

tropas, marcham sôbre a Capital, tendo o Govêrno enviado contra êles poderosa coluna comandada pelo Coronel Amaro Gomes Coutinho. O encontro das duas colunas ocorreu em Tibiri, negando-se as tropas republicanas a lutar, forçando, assim, o seu comandante a recuar. Quando Amaro Gomes Coutinho regressou à Capital já encontrou julgada a revolução. A rendição da Fortaleza de Cabedelo, foi conseguida por meio de um golpe traiçoeiro, do qual resultou o assassínio do seu comandante o Sargento-Mor José de Melo Muniz.

A 6 de maio, menos de dois meses após o início da revolução, reuniram-se no Convento de São Bento os chefes das duas facções para assentar as condições da rendição dos republicanos, tendo firmado a convenção o Coronel Francisco José da Silveira, Coronel Amaro Gomes Coutinho e Francisco Xavier Monteiro da Franca, Matias da Gama Cabral de Vasconcelos, Manuel da Costa Lima, Antônio Galdino Alves da Silva, Padre Manuel Lourenço e Bento Luiz da Gama.

Poucas das cláusulas convencionadas foram respeitadas pelo govêrno da restauração, verificando-se depois terrível repressão, que culminou com a execução dos patriotas mais destacados.

* * *

A 13 de maio realizou-se no Palácio do Govêrno a cerimônia da prestação do preito de vassalagem e obediência a S. Majestade, cuja ata foi assinada por duzentos e dois homens de maior prestígio no meio, inclusive 24 padres e frades, elementos que exerciam grande ascendente sôbre o ânimo da população.

O Govêrno Provisório, não obstante as garantias consignadas na convenção de rendição, ordenou a prisão dos chefes do movimento, contando entre êstes os Padres Virgínio Rodrigues Campelo, vigário de Campina Grande e Veríssimo Machado Freire, vigário de Mamanguape e em seguida determinou o sequestro dos seus bens.

Instalou-se a 7 de junho o Triunvirato, constituído do Ouvidor André Álvares Pereira Ribeiro Cirne, que reapareceu na Capital, vindo do sertão onde se homiziara; do Coronel Matias da Gama Cabral e do vereador mais antigo Manuel José Ribeiro de Almeida.

Mas já a 12 do mesmo mês chegou à Paraíba o Brigadeiro da Marinha Real Tomás de Sousa Mafra e assumiu o Govêrno da Capitania. Quinze dias após a sua posse Tomás de Sousa Mafra remeteu para o Recife uma leva de vinte e seis presos e a 1.° de agôsto repetiu a remessa, desta vez, de cento e quatorze.

A 6 de agôsto foi ordenado o seqüestro dos bens de todos os suspeitos de participação no movimento revolucionário, mesmo daqueles que pautaram a sua conduta pela omissão.

* * *

A justiça de exceção, criada para julgar os acusados de participação na revolução agiu ràpidamente, condenando numerosos conterrâneos, à pena última, José Peregrino de Carvalho, Francisco José da Silveira e Amaro Gomes da Silva Coutinho e os Padres Antônio Pereira e Inácio Leopoldo, os quais foram enforcados, no Recife onde se instalara a Alçada. A execução dessa sentença verificou-se a 21 de agôsto, sendo os corpos dos justiçados esquartejados e as suas cabeças e mãos expostas nesta Capital, "para exemplo e escarmento dos povos", como rezava a sentença monstruosa.

O infame Tribunal da Alçada prosseguiu na sua obra sinistra, mas não derramou mais o sangue dos patriotas paraibanos, limitando-se a torturá-los de tôdas as maneiras durante o resto do ano.

A cabeça e as mãos de Peregrino de Carvalho e de Amaro Coutinho foram expostas nesta Capital, desaparecendo, porém, durante a noite, subtraída pelos seus parentes.

* * *

Junto à Cadeia da Capital verifica-se grande tumulto entre praças da guarnição, devido o rigor disciplinar e o crônico atraso no pagamento dos soldos dos soldados. Entretanto tal motim não teve conseqüências.

1818

Apesar da ferocidade da repressão, que atingiu elemento do maior prestígio da sociedade paraibana, lançando o luto, a dor e a

desolação em centenas de lares, o sentimento de rebeldia não morrera. Mantinha-se latente, manifestando-se sintomas de que podia rebentar novamente de um momento para outro, pois o ambiente estava carregado de eletricidade e poderia se inflamar fàcilmente.

Receando que isto acontecesse o Governador Tomás de Sousa Mafra, sentindo o ódio crescer contra a sua autoridade, solicitou ao seu colega de Pernambuco a remessa de reforços de tropas para conservar o povo sossegado. Êsses reforços lhe foram enviados, mas não chegaram a ser empregados contra os habitantes da Paraíba.

1819

O naturalista Manuel de Arruda Câmara descobriu, na zona do Cariri, restos fósseis de animais de grandeza assombrosa, confirmando, assim, a teoria da antiguidade do território desta região.

* * *

Empossou-se a 25 de agôsto o 58º Governador da Capitania, Joaquim Rebelo da Fonseca Rosado, nomeado a 8 de janeiro dêste ano.

1821

A instrução pública nesta Capital era servida por duas escolas, localizadas nos bairros alto e baixo, além da aula de Gramática Latina, cujo professor tinha o ordenado de 300$000 anuais. Os professôres primários ganhavam 100$000 anuais, cada um.

* * *

O regresso de D. João VI para Lisboa foi festejado aqui, pelas autoridades, que gastaram 62$400 de cêra, 19$200 do sermão pago ao Padre Antônio Antunes de Meira e 16$000 pagos ao mestre do côro o mestre de música Manuel do Nascimento Quaresma.

* * *

Começou a funcionar, a 3 de janeiro, o serviço regular de correios entre Paraíba e Rio Grande do Norte, estendendo-se, igualmente, a Pernambuco. De começo o transporte das malas era feito

pelos índios requisitados das suas aldeias, sendo posteriormente organizado o serviço dos postilhões, cujo ordenado, a princípio, era de trezentos e vinte réis diários.

* * *

Em sessão solene da Câmara são juradas as bases da Constituição Portuguêsa, que ia ser votada pelas Côrtes. Entretanto, em Sousa o Padre Cláudio Alves da Costa, vigário da Freguesia e os Capitães Luiz José da Cunha e Antônio do Nascimento Sá se opõem a essa cerimônia, causando sensação essa atitude corajosa daqueles sertanejos.

Em conseqüência do juramento da Constituição procedeu-se a eleição dos deputados ao Parlamento, recaindo a escôlha no Padre José da Costa Cirne, Francisco de Arruda Câmara, Francisco Xavier Monteiro da Franca e Padre Virgínio Rodrigues Campêlo. A eleição dêsse último sacerdote, implicado na revolução de 1817, suscitou os zelos monárquicos da Câmara, que tentou cassar-lhe o mandato, sob a alegação de que o referido sacerdote não residia há sete anos na Paraíba, como exigiam as instruções que regiam o processo eleitoral.

* * *

Reinava a confusão e a insatisfação no seio do povo, manifestando-se êsse estado de espírito a propósito de tudo, encontrando receptividade o movimento rebentado em Goiana, contra a orientação do Governador de Pernambuco, Luiz do Rêgo, o qual ao invés de organizar a Junta Governativa, nos moldes adotados, continuou presidindo a província, como se nada tivesse sido alterado.

"Goiana levantou-se com grandes fôrças, elegendo uma junta temporária e travando a guerra contra Luiz do Rêgo. "A Paraíba solicitada em suas armas por ambos os partidos, teve de intervir, obtendo, porém, a conciliação para que foram comissionados o Ouvidor Francisco de Souza Paraíso, o Padre Amaro de Barros de Oliveira Lima e o Coronel João de Araújo da Cruz. No Interior o partido anticonstitucionalista promoveu algumas reações, chegando o soldado João Alves Massa Filho a tentar conspiração com uma unidade militar a que pertencia. Ensaiam e agem outros adeptos do Coronel Matias e Sanches Massa: em Mamanguape, o vigário

dos índios Padre José Antônio de Lima, João Pinto de Carvalho, senhor do Engenho Linhares: Vitorino Viana, do Engenho Imbiribeira e o português Revorêdo. Em Pilar e Itabaiana, os sargentos que ali serviam de regente e sargento-mor dos índios; em Pirpirituba, João Gonçalves; em Guarabira, José Pereira Neves; no Brejo de Areia, Antônio José da Silva, todos dirigiram protestos e até cometeram saques, mortes depredações. Em Sousa, o Padre Cláudio Alves da Costa e os Capitães Luiz José da Cunha e Antônio do Nascimento de Sá, opuseram-se à realização das eleições paroquiais". (CELSO MARIZ — *Apanhados Históricos da Paraíba*).

Na Capital, a Câmara interpretando o sentimento do povo se opôs à remessa de tropa contra Goiana e convocou uma reunião para a eleição da Junta Governativa, a fim de afastar do cargo o Governador Joaquim Rebelo Rosado, averbado de suspeito pelo excessivo zêlo que vinha manifestando pelas prerrogativas do Rei, mostrando-se infenso ao movimento constitucionalista e mandando prender os seus partidários mais exaltados.

A referida reunião efetuou-se a 25 de outubro, na Câmara da Cidade, presidida pelo Ouvidor-Geral e assistida de representações dos Senados de Pilar, Mamanguape, São Miguel, Vila Nova da Rainha, Conde, deputados às Côrtes de Lisboa, chefes e oficialidade dos corpos militares e o povo, ficando a Junta Governativa constituída do Tenente-Coronel João de Araújo da Cruz, oficial português, como presidente; Augusto Xavier de Carvalho, secretário; Joaquim Antônio de Oliveira, Padres Amaro de Barros de Oliveira Lima e Galdino da Costa Vilar e Francisco Bernardo Cavalcânti de Melo, membros.

Essa Junta, como um dos seus primeiros atos, intimou o ex-Governador Joaquim Rabelo a retirar-se da Capitania, por considerá-lo elemento perturbador do ambiente de liberdade instaurado.

Antes de encerrar o ano, em dezembro, precisamente, verificaram-se tumultos em Itabaiana, decorrentes de atritos entre brasileiros e portuguêses, determinando a ida para ali, a princípio, uma tropa comandada pelo Tenente-Coronel Francisco Inácio do Vale e logo a seguir o próprio presidente da Junta Governativa, que chegando àquela localidade procedeu investigações e ordenou várias prisões, inclusive dos índios da Aldeia de Pilar.

1822

Verifica-se um motim da tropa da Capital, que exigiu a demissão do seu comandante Capitão Manuel Maria da Fonseca. O caso chegou assumir certa gravidade, pois o Govêrno desprovido do apoio da tropa se viu compelido a se submeter à vontade dos amotinados, que, ébrios com a vitória, saíram pelas ruas cometendo tôda sorte de desatinos.

Em conseqüência dêsses fatos foram detidas, quando os ânimos serenaram, numerosas pessoas, que participaram das arruaças ou que com elas se solidarizaram.

* * *

Crescia a animosidade dos portuguêses contra os brasileiros, a ponto de conspirarem contra a vida de várias pessoas, particularmente visadas pela reação, as quais deram queixa às autoridades, provocando medidas de segurança, constante de buscas nas casas suspeitas, com a apreensão de armas e prisões.

* * *

O Senado da Câmara, em Grande Vereação, presentes os membros da Junta Governativa e a massa do povo, realizada a 11 de junho, proclamou como único soberano o Príncipe D. Pedro, Regente do Brasil. Êsse gesto teve a significação de uma manifestação separatista de Portugal e, como tal, foi interpretado. A 2 de julho tal pronunciamento foi comunicado ao Príncipe pela delegação paraibana, que teve como intérprete José Bonifácio de Andrada e Silva.

* * *

A iluminação da cidade, com vinte lampiões, de azeite, foi inaugurada neste ano.

O Procurador da Paraíba ao Conselho de Procuradores, convocado pelo Príncipe Regente, eleito a 8 de setembro, foi Manuel Clemente Cavalcânti.

* * *

Assinala-se neste ano a extensão da instrução pública ao Interior, com a criação das Cadeiras de primeiras letras em Conde,

Alhandra, Montemor, São Miguel de Taipu, Pilar, Areia, Vila Nova da Rainha, Vila Real de S. João, Pombal e Vila Nova de Sousa. Os regentes das cinco primeiras tinham o ordenado de cento e vinte mil réis e os demais, cento e cinqüenta mil réis, anuais.

* * *

Em setembro, a 29 procedeu-se as eleições para deputados à Assembléia Nacional do Rio de Janeiro e a 8 de outubro o Senado da Cidade aderiu à Independência do Brasil. Os deputados eleitos foram — Augusto Xavier de Carvalho, Joaquim Manoel Carneiro da Cunha, José da Cruz Gouveia e os Padres José Ferreira Nobre e Virgínio Rodrigues Campêlo, os quais seguiram para a Côrte, em novembro.

* * *

A notícia da proclamação de D. Pedro I, como Imperador do Brasil só chegou à Paraíba em fins de novembro, despertando grande entusiasmo, sendo festejada por tôda população.

* * *

A fim de participar da luta contra as tropas portuguêsas do General Madeira, seguiu para a Bahia o Capitão Teodoro de Macêdo Sodré, comandando um contingente de duzentos homens.

* * *

De 16 a 24 de dezembro o povo entregou-se a festejos em regozijo pela Independência.

1823

A 3 de fevereiro procedeu-se à eleição da nova Junta Governativa, que ficou constituída de — Estevão José Carneiro da Cunha, Manoel Carneiro da Cunha, Padre Antônio da Trindade Antunes Meira, Capitão-Mor João de Albuquerque Maranhão, João Gomes de Almeida, João Ribeiro Pessoa de Vasconcelos e Padre João Barbosa Cordeiro.

* * *

A vinda da primeira tipografia para a Paraíba foi objeto de deliberação da Junta Governativa, na reunião de 13 de março, assentando tratar com o comerciante Francisco Jordão Stuart, a aquisição do material na Inglaterra. Enquanto assim deliberava a Junta mandava indagar da sua congênere de Pernambuco, o preço por quanto fôra adquirida a tipografia ali instalada.

* * *

Para cooperar com a tropa de José Pereira Figueira, que operava contra os elementos de João da Cunha Fidié, no Piauí, partiu para o Ceará uma coluna de soldados, comandada pelo Sargento-Mor Antônio Vicente Monteiro da França.

* * *

Um edital da Junta Governativa chamava candidatos para o provimento da Cadeira de Filosofia Racional e Moral, que acabava de ser criada.

* * *

Os elementos portuguêses, residentes em Itabaiana, passaram horas angustiosas, em fase das violências contra êles cometidas pelos habitantes, que além de praticarem espancamento, prenderam os principais e os enviaram para a Capital.

* * *

Ocorreu neste ano o tumulto mais grave entre quantos se verificaram nessa fase intranqüilizadora da vida paraibana.

O tumulto do "Pastorinha", como figura nas crônicas da época, rebentou a 10 de setembro, assim relatado:

«Nas primeiras horas da noite o Tenente José Antônio da Fonseca Galvão, cognominado «Pastorinha», comandante da Companhia de Caçadores da Linha, partidista do Coronel Albuquerque Melo, ataca, em frente da portaria do Convento do Carmo, quartel da sua Companhia, o Comandante das Armas, Trajano Antônio Gonçalves de Medeiros e a golpe de espada procura matá-lo. Como não fôsse possível atravessá-lo, grita para um soldado da Companhia chamado Lúcio Pereira, que o fizesse e sendo obedecido foi

o dito Comandante das Armas perseguido atrozmente, saindo ferido no peito esquerdo, salvando a vida devido ao seu esfôrço e coragem, conseguindo ainda subjugar o seu agressor. Cometido êsse atentado, mandou o Tenente Fonseca tocar chamada e reunindo a sua Companhia, com a artilharia a cuja testa estava o Tenente-Comandante: Joaquim José de Oliveira, se recolheu ao recinto do muro do Convento de S. Antônio, a pé, do quartel à mesma artilharia, onde ficaram em armas, exigindo imediata demissão do Comandante das Armas e a restitutição do anterior Albuquerque Melo, a demissão do Lente de Geometria, 2º Tenente Joaquim José de Sousa; do Comissário Pagador das Tropas, José Lucas de Souza Rangel e de dois membros do Govêrno da Junta, Estevão José Carneiro da Cunha e João Barbosa Cordeiro, a quem argüiam de republicanos. Congrega o Comandante das Armas, ferido como estava, o batalhão de 1ª linha e reunindo-se aos chefes, oficiais e soldados dos 1º, 2º e 3º de caçadores milicianos, marcham todos com a massa popular, para o Palácio do Govêrno, onde já se achava reunida a Junta, a qual procurando conciliar os ânimos exaltados dos sublevados, manda-lhes ofícios e uma deputação, sem nada conseguir." (IRINEU PINTO — *Datas e Notas da História da Paraíba*).

A atitude dos amotinados colocou o Govêrno numa situação sumamente embaraçosa, devido à circunstância da fôrça à sua disposição não ter a combatividade necessária para enfrentar o Tenente Pastorinha, que entrincheirando e dispondo de artilharia, parecia decidido a uma resistência prolongada.

A cidade viveu horas de preocupações indizíveis e a Junta resolveu retirar-se para Tibiri, enquanto a situação se decidia.

A Junta do Govêrno, às 8 horas da manhã, acompanhada dos chefes e oficiais superiores, inferiores e soldados, dos batalhões de primeira e segunda linhas, Ouvidor-Geral e uma grande parte dos cidadãos retira-se a pé para o Engenho Tibiri, duas léguas distante da Capital, conduzindo os cofres públicos. Ali chegados, tratou a Junta de expedir ordens para se reunirem os corpos da segunda linha e ordenanças, afim de se dar um golpe seguro no inimigo que estava senhor da artilharia, armamento, casa da pólvora e arma-

zêm de farinha, prevenindo a necessidade de munições de bôca para que não faltassem. Neste dia diversos soldados das Companhias sublevadas procuraram o Govêrno, oferecendo seus serviços. A 12 de setembro às dez horas da manhã, depois do Conselho de Oficiais, partem as tropas do Tibiri, em direção à Capital, vindo à frente delas como comandante o Tenente-Coronel Estevão José Carneiro da Cunha, presidente da Junta, o Comandante das Armas, o Coronel do primeiro batalhão miliciano João José da Silva, e mais oficiais, ficando ali considerado quartel-general, com os membros do Govêrno, o Ouvidor-Geral Francisco de Souza Paraíso e fôrça suficiente para guardar os cofres públicos. Às quatro horas da tarde chega à cidade a coluna expedicionária legal; faz alto no pátio do Palácio e aí o presidente que marchava à testa dela comunica o plano do ataque por três diferentes pontos: portão do quartel de artilharia o lugar mais forte que o inimigo ocupava; portaria do convento e pela horta dos religiosos. Aprovado êsse plano marcha a fôrça contra os sublevados, levando em vista primeiro, que se rendessem, sem efusão de sangüe. Não aconteceu, porém, assim, porque os sublevados romperam fogo, antes mesmo que o Comandante Carneiro da Cunha assentasse a peça de calibre 6 que comandava. A tropa e muitos cidadãos que já haviam entrado pela portaria do convento, vendo que os revoltosos continuavam a disparar outras peças, fizeram fogo com ardor acometendo-os demoradamente, os puseram em fuga, na qual sendo seguidos, foram presos quase todos em número de sessenta e nove, inclusive o Tenente Oliveira, tendo o Tenente Fonsêca, quando entraram as fôrças, fiado à ligeireza dos pés a salvação da vida, ficando mortos dois soldados da fôrça legal, além de alguns feridos." (IRINEU PINTO — *Datas e Notas da História da Paraíba*).

A Junta Governativa retornou à Capital na manhã seguinte, mandando gratificar os soldados das suas tropas com 640 réis por unidade, generosidade recusada pelos elementos da fôrça de segunda linha.

O Tenente Pastorinha fêz carreira nas armas, vindo a alcançar no futuro os mais altos postos da hierarquia militar.

* * *

Pela Carta Imperial de 25 de novembro foi nomeado Governador da Paraíba, Felipe Nery Ferreira, encerrando com essa nomeação o período de Govêrno escolhido pelo povo.

* * *

Ainda êste ano foram criadas as escolas primárias de Bananeiras, Itabaiana, Santa Rita, Cabedelo e Serra da Raiz e as cadeiras de Latim de Pilar, Vila Nova da Rainha e Souza.

* * *

Atendendo ao pedido coletivo que lhe foi feito pela população da Capital, a Junta determinou a prisão dos portuguêses que eram considerados perniciosos à tranqüilidade pública, a exemplo do que tinha sido feito em Areia e Pilar, encarregando do cumprimento dessa missão o Tenente-Coronel José Francisco de Atayde Melo, que deteve os trinta e seis lusitanos apontados. Igual medida foi tomada em Mamanguape, também a pedido da Câmara.

Solucionado definitivamente o caso, o Govêrno, publicou editais convocando os portuguêses para prestarem juramento de fidelidade à causa do Brasil, devendo ser expulsos do país os que a isto se recusassem.

* * *

A 9 de abril empossou-se Felipe Nery Ferreira, no cargo de Presidente da Província.

* * *

O Presidente Nery Ferreira encontrou logo pela frente grande oposição, motivada pelas suas inclinações lusitanas, provocando a reação dos sentimentos nacionalistas da população, que no momento eram muito exacerbados.

"Não admira, pois, que a Paraíba acolhesse com desconfiança e suspeita aos atos emanados do Govêrno-Central. A 9 de abril de 1824 assumia o primeiro Presidente da Província, nomeado pelo Govêrno do Rio de Janeiro, Felipe Nery Ferreira, ao qual era dado como secretário o ex-constituinte Augusto Xavier de

Carvalho. Comunicando a sua posse às câmaras municipais, logo determinou o Presidente aludido que elas convocassem o eleitorado para constituir o Conselho do Govêrno. Logo explodiu a chama da revolta que estuava latente. A municipalidade de Areia, centralizando a agitação revolucionária fêz saber ao Presidente Nery que não reconhecia a sua autoridade. A 5 de maio os habitantes da mesma contrapunham ao Presidente nomeado pelo imperante um Govêrno Provisório constituído do Sargento-Mor Félix Antônio Ferreira de Albuquerque como presidente, do Padre José Gonçalves Ourique como secretário e de Joaquim Manoel Carneiro da Cunha, Manoel Carneiro da Cunha, José da Cruz Gouveia, Capitão Antônio Luiz Bezerra, Sargento-Mor João de Albuquerque Maranhão, Capitão Joaquim Moreira da Silva e Padre João Rodrigues de Sá, como membros. Ao movimento iniciado em Areia logo aderiram as municipalidades de Campina Grande, Pilar, São João do Cariri. De todos os pontos da Província surgem os habitantes prontos a tomar as armas contra o Presidente Nery e a sustentar o Govêrno Popular. Itabaiana tornou-se o ponto de reunião das massas revoltadas, talvez pela sua vizinhança de Pernambuco donde elas esperavam auxílio do batalhão de Goiana. O Presidente Nery expediu da Capital as fôrças de que dispunha, sob o comando do Coronel Estevão José Carneiro da Cunha, as quais atacaram os revolucionários no dia 24 de maio na própria povoação de Itabaiana. O combate foi renhido e mortífero mas não teve êxito decisivo, embora ambas as partes se atribuíssem a vitória. O certo é que as tropas revolucionárias, após o combate, se retiraram para Serrinha, e as fôrças legais não as perseguiram e no dia seguinte contramarcharam para a Capital, levando cento e trinta prisioneiros. Determinou o Presidente Nery que elas retomassem o encalço dos revolucionários, mas o Comandante Carneiro da Cunha não quis continuar à frente delas e transferiu o bastão de comando ao Major Teodoro Sodré Monteiro, que partindo da Capital, fêz alto em Santa Rita, donde não prosseguiu. A êsse tempo os revolucionários tendo recebido reforços em Serrinha vieram estacionar em Pilar, onde se preparavam para marchar sôbre a Capital a fim de depor o Presidente Nery. Nesta situação se achavam as partes contendentes na Paraíba, a 2 de julho rompe no Recife a revolução

e é proclamada a República do Equador. Sentindo as dificuldades em que se achava, o Presidente Nery trata de pazes com os revolucionários por intermédio do Govêrno Republicano de Pernambuco. Assentadas as pazes, uma das cláusulas foi que Felipe Nery passaria o Govêrno ao conselheiro mais votado e deixaria a Paraíba. Chamado a assumir o Govêrno, como conselheiro mais votado Joaquim Manoel Carneiro da Cunha não o aceitou, declarando julgar ilegal a sua eleição. A mesma declaração fêz o imediato em votos, Francisco Xavier Monteiro da Franca, indo o Govêrno ter às mãos do terceiro, Alexandre Francisco de Seixas Machado, que firmando definitivamente pazes com os revolucionários, designou dia para a eleição do Presidente definitivo. Mas o Govêrno Central expedira já do Rio de Janeiro contra Pernambuco fôrças numerosas de mar e terra comandadas pelo Almirante Lord Cochrane e pelo General Francisco de Lima e Silva. Os revolucionários da Paraíba avançam até Goiana, sob a direção de Félix Antônio para auxiliar os seus correligionários de Pernambuco. Ao mesmo tempo avançam as tropas do Govêrno comandadas por Estevão José Carneiro da Cunha a fim de auxiliar os monarquistas sitiantes do Recife. Quando êstes se assenhoreiaram da cidade, os republicanos batidos em vários encontros reuniram-se em Goiana a Félix Antônio. Abandonando esta posição e reunindo-se a revolucionários de outros pontos, marcharam até Pôço Comprido, onde resolveram o destino a seguir. Combinaram continuar em armas e escolher um ponto central, donde se entendessem com os republicanos das quatro províncias revolucionadas e delineassem o plano da campanha. Nêsse pensamento fizeram longa travessia, acompanhados de grande número de famílias, até a Fazenda Juiz, no Estado do Ceará, onde, sendo atacados e vendo-se na impossibilidade de resistir, aceitaram a capitulação proposta, sob promessa de anistia. Refizeram então em sentido inverso a marcha tormentosa, sob a vigilância das tropas realistas a despeito desta. Félix Antônio e outros heróicos companheiros logram evadir-se no Engenho Bujari, em Goiana. Dos demais prisioneiros, alguns, como o inesquecível Frei Caneca, sofreram a morte no patíbulo. Outros mais felizes tiveram a pena comutada e alcançaram depois a anistia. Infelizmente esta não aproveitou ao chefe paraibano Félix Antônio, que fôra poucos

dias antes traiçoeiramente assassinado." (TAVARES CAVALCANTI — *Epitome da História da Paraíba*).

* * *

O combate travado em Itabaiana, a 24 de maio, foi, na verdade, bastante sério pois nêle perderam a vida 90 combatentes, contando-se entre os mortos os Tenente Manoel Virgínio da Silva e Fabrício, o Sargento Paiva e o ajudante Magalhães.

Após quatro horas de luta, retirando-se os revolucionários, a localidade foi saqueada pelas tropas do Govêrno.

1825

O grande flagelo da Paraíba — a sêca — voltou novamente a se manifestar, vitimando elementos do povo, principalmente a escravatura, que os senhores deixaram morrer à fome, como ocorreu com os pretos da Ordem Beneditina, dos quais trinta perderam a vida por falta de alimentos.

"As fazendas eram dizimadas pelos salteadores. A tôdas essas calamidades juntou-se a maior aspereza do fenômeno de 1825. Neste ano faltaram as chuvas, refere Felipe Guerra, mesmo pelos brejos. E acrescenta segundo o seu informante: desde anos os moradores dos brejos com qualquer falência de farinha saem para o sertão do Curimataú a usar chique-chique para comer e vender." (JOSÉ AMÉRICO DE ALMEIDA — *A Paraíba e seus Problemas*).

* * *

Numa informação remetida ao Govêrno Imperial, sôbre a Vila de Alhandra, diz o Presidente da Província:

"A freguesia de Alhandra, que se compõe de índios, é nìmiamente pobre, e os mesmos índios, tendo merecido o conceito de valorosos e fiéis, contudo carecem muito de melhor educação moral e religiosa, padecendo sempre à falta de pároco, pelos poucos rendimentos eclesiásticos e pela diminuta côngrua que lhe é criada."

1826

Êste ano assinalou o aparecimento da imprensa periódica na Paraíba, com a circulação do seu primeiro jornal, — «Gazeta do Govêrno da Paraíba do Norte» — saído da Tipografia Nacional da Paraíba, da qual era impressor o inglês Walter S. Bordman. Aparecia aos sábados e custava oitenta réis o exemplar.

* * *

Os dois primeiros senadores paraibanos foram escolhidos, a 22 de janeiro. Eram o Coronel Estevão José Carneiro da Cunha e João Severiano Maciel da Costa, Barão de Queluz, que não era natural da província e onde nunca estivera.

* * *

Neste ano foram escolhidos os deputados para a legislatura que se prolongaria até 1829. Essa bancada ficou constituída de: Augusto Xavier de Carvalho, Padre Galdino da Costa Vilar, Padre Amaro de Barros de Oliveira Lima, Francisco Xavier Monteiro da Franca e Francisco José Gouveia.

* * *

Uma Casa de Vacinação foi criada por ato do Govêrno Imperial e nomeado seu diretor o médico Jacques Dupuis, com o ordenado anual de duzentos e cinqüenta mil réis.

* * *

Instalou-se o Conselho da Província composto de: Francisco de Assis Pereira Rocha, Joaquim Batista Avundano, João Soares Neiva, Antônio Vicente Monteiro da Franca, Padre Joaquim Antônio Leitão e Manuel Pereira Monteiro.

1827

A 1º de março assumiu o Govêrno da Província, na qualidade de primeiro Vice-Presidente, o Dr. Francisco de Assis Pereira da Rocha, verificando-se a 5 o falecimento de Alexandre Francisco

de Seixas Machado, que vinha ocupando ó cargo interinamente, desde a deposição de Felipe Nery Ferreira.

* * *

As exéquias solenes da Imperatriz Leopoldina sòmente puderam ser realizadas a 5 de abril, por não dispor o Govêrno de recursos para pagar as despesas da solenidade.

* * *

O Govêrno adotou medidas restritivas do direito de locomoção, através de um edital dispondo: "que, da publicação dêste em diante não andará pessoa alguma de noite pelas ruas depois do toque de recolher, sem justa e legítima causa e trazendo armas proibidas, além de prêsa será processada e punida".

1828

Surgiu neste ano o segundo jornal da Província — a "Gazeta Paraibana" — da qual era diretor e redator Antônio Borges da Fonseca, o famoso panfletário que teve tumultuosa atuação na imprensa brasileira.

* * *

Nomeado Presidente da Província em 23 de fevereiro de 1827, o Dr. Gabriel Getúlio Monteiro de Mendonça, sòmente a 13 de igual mês dêste ano, é que assumiu o exercício do cargo.

* * *

O Conselho Provincial, órgão de colaboração com o Govêrno, dirigiu uma série de pedidos ao Govêrno Imperial, solicitando a construção da ponte sôbre o Rio Paraíba, no local atualmente ocupado pela do Sanhauá, entre outros.

* * *

Êsse mesmo órgão, na reunião de 18 de abril, resolveu criar a primeira escola primária feminina, localizando-a na Capital, que foi provida pela nomeação da Professôra Maria da Conceição Cabral.

* * *

A cultura da mandioca alcançara grande desenvolvimento, como se verifica pela estatística organizada neste ano, segundo a qual, foram plantadas mais de dezenove milhões de covas, prevendo-se uma produção superior a duzentos mil alqueires de farinha.

Sòmente a tropa das guarnições consumira, de 1825 a 1827, cêrca de vinte e dois mil alqueires do produto.

* * *

As rendas públicas atingiram a 191:062$820, neste ano. A Alfândega, por sua vez, arrecadou de 1770 até êste ano, ... 108:760$496, numa média anual de 1:875$180.

* * *

O Govêrno Imperial, atendendo aos pedidos formulados por intermédio do Presidente da Província, autorizou a criação de uma feira semanal em Pilar e a construção da Ponte do Sanhauá.

1829

Entrou a circular o "Petinguaré", o terceiro jornal aparecido na província.

* * *

O panfletário Antônio Borges da Fonseca respondeu, neste ano, ao júri de imprensa, no processo que lhe foi movido pelo membro do Conselho Provincial Joaquim Batista Avundano, o qual acusava o jornalista de ter quebrado "o sossêgo, harmonia e boa ordem de que gozava a província enquanto nela não apareceu a fôlha intitulada "Gazeta da Paraíba". A continuação dêsse periódico sublevou alguns espíritos desorientados e desorganizadores a ponto de se ver inseridas correspondências criminosas em face da lei e do juízo dos homens sensatos e tais são as correspondências do *"Recolhido e Rosseiro"* que mais tem escandalizado, das quais se conhece claramente haver abuso da liberdade de imprensa por se encontrarem nelas doutrinas e sentimentos contrários ao sistema monárquico constitucional que felizmente nos rege assim também por se dirigirem contra o Soberano Chefe da Nação, e contra a Assembléia Legislativa. Com tais escritos dividem-se as

opiniões, ferve a intriga e periga a tranqüilidade pública. A vida privada do cidadão é atacada e pouco a pouco se vão indispondo os ânimos uns contra os outros. Um liberalismo exaltado, mal entendido, máxima só própria dos atrabiliários demagogos, parece desenvolver-se; porém os bons paraibanos, como felizmente é a maioria dos habitantes e da melhor gente da Paraíba, não seguem não apoiam semelhantes doutrinas, antes com elas se mostram irritados, conservando ilesos os sentimentos de amor e respeito ao Soberano e à Constituição".

O julgamento do jornalista constituiu um acontecimento de sensação, tendo sido, no entanto, Antônio Borges da Fonseca, absolvido.

* * *

Por um edital do Govêrno foi posta em concorrência a construção da Ponte do Sanhauá, orçada em 13:060$000.

* * *

As finanças provinciais se equilibraram, verificando-se, neste ano, um saldo no Tesouro de 72:916$179.

* * *

A iluminação da Capital era feita por cinqüenta lampiões alimentados com óleo de mamona, recebendo o contratante 750$000 pela execução dêsse serviço, cada ano.

* * *

Agências do Correio foram criadas em Campina Grande, Catolé do Rocha, Itabaiana, Mamanguape, Pombal, São João do Cariri, Sousa e Areia. Dirigia o serviço o administrador Joaquim Antônio de Oliveira.

* * *

O número de escolares na Capital era computado em 400, inclusive 13 meninas, isto quanto às aulas públicas, pois as escolas particulares funcionavam com freqüência regular e os cursos de Gramática Latina contavam também com bom número de alunos.

* * *

O caudilho Pinto Madeira, que sustentava, no Ceará, a oposição ao constitucionalismo, agia na região fronteiriça recrutando gente para as suas hostes, pelo que o Govêrno mandou proceder observações na zona do Rio do Peixe, dando resultado negativo, visto não ter apurado se de fato aquêles esforços eram correspondidos pelos habitantes.

1830

Montou a 155:245$592 a renda provincial dêste ano, da qual restou um saldo de 87:052$162, além de 33:383$311, despendido na compra de pau-brasil.

* * *

Concluiu-se neste ano a construção do Açude Velho, em Campina Grande, que custou 1:000$000.

* * *

Assumiu, a 21 de março, o Govêrno da Província, o Vice-Presidente Francisco José Meira.

* * *

Da eleição da representação paraibana à Assembléia Nacional, sairam eleitos os seguintes deputados: Joaquim Manuel Carneiro da Cunha, Augusto Xavier de Carvalho, Bernardo Lobo de Souza, Gabriel Getúlio Monteiro de Mendonça e Padre Antônio da Trindade Antunes Meira.

* * *

Em Teixeira, o agricultor Bernardo de Carvalho Andrade Cunha realizou experiências com a plantação de trigo, logrando êxito.

* * *

O contrato da iluminação da cidade foi adjudicado a Claudino Vitor de Lima, pela importância de 1:180$000.

* * *

A 6 de agôsto empossou-se o nôvo Presidente da Província, Marechal Manuel Joaquim Pereira da Silva, que vinha de ser transferido do Ceará, onde ocupava cargo idêntico.

1831

O Marechal Manuel Joaquim Pereira da Silva, passou o exercício de Presidente da Província ao seu substituto, Dr. José Tomás Nabuco de Araújo.

* * *

Com o produto de uma subscrição popular a Câmara adquiriu, na Inglaterra, por intermédio do comerciante britânico Ricardo Rogers, o material com o qual instalou a Tipografia Municipal, tendo a compra importado em 1:662$800.

* * *

O território da Província estava dividido em três comarcas, sendo a da Capital composta dos têrmos do Conde, Alhandra, Pilar, Montemor, Baía da Traição; a de Areia, formada dos têrmos de Campina Grande, S. João do Cariri, Bananeiras, e a última, englobando os têrmos de: Pombal que era a sede, Patos, Piancó e Sousa.

* * *

A abdicação de Pedro I, e conseqüente ascensão de Pedro II ao trono imperial, conhecida na Paraíba a 9 de maio, foi festejada com grandes demonstrações de regozijo popular, que prolongou-se por espaço de três dias, com iluminação, cantorias e vivas pelas ruas, solene "Te Deum", mandado cantar pela Câmara Municipal em ação de graças, parada das tropas de primeira e segunda linhas, com as clássicas descargas de mosquetes e artilharia.

* * *

"Nesta época estavam em evidência no Brasil duas correntes políticas. A primeira, oriunda dos tempos coloniais, quase absolutista, tinha por fim sustentar a pessoa do primeiro Imperador,

revendo nele o velho rebento de Portugal; a segunda, sustentada por aquêles que desejavam o florescimento da Pátria, arvorada a bandeira de um regime constitucional. Estava filiado à primeira o Comandante das Armas da Província, Coronel Trajano Antônio Gonçalves de Medeiros, acompanhado de velhos camaradas, dispondo de largo prestígio político-militar, tendo fôrça de empregar a sua influência, se quisesse, contra qualquer idéia antagônica ao seu partido. A política do fundador do Império não inspirava confiança aos brasileiros filiados à corrente nacionalista e os seus representantes eram olhados da mesma forma. O Comandante das Armas Trajano Medeiros, mantendo larga correspondência com o seu colega de Pernambuco, tornara-se logo mau visto e suspeito, principalmente porque não se sabia a que fim visava essa correspondência. Coincidindo com êsse estado de coisas a notícia da abdicação do Imperador, precisava-se afastar do poder os seus temerosos depositários, organizando-se a resistência com os novos elementos nacionalistas. A revolução não se fêz esperar. Em a noite dêste dia (24 de maio), reunindo-se na Capital, em frente ao Convento de S. Bento, o povo armado, tropas da primeira e segunda linhas, o quinto corpo de artilharia, todos apossados de munições, peças de artilharia e armas, unindo-se aos levantados diversas praças do destacamento do Rio Grande do Norte, acidentalmente aqui aquarteladas, entraram a cometer desatinos, insultando os portuguêses, tendo apanhado algumas cacetadas dois caixeiros de tavernas. Assim em armas os amotinados apresentavam ao Govêrno um manifesto assinado por onze pessoas, impondo a suspensão do Comandante das Armas, já citado Coronel Medeiros, do Sargento-Mor, Comandante do 5º Corpo de Artilharia, Joaquim José Luiz de Souza; do Capitão Ajudante-de-Ordens do mesmo Comandante das Armas, Nicolau Tolentino de Vasconcelos, do Tenente-Coronel Comandante da Fortaleza de Cabedelo, Joaquim Justiniano da Silva, do Coronel do batalhão de segunda linha n.º 65, João José da Silva, do Tenente-Coronel do mesmo batalhão José Francisco de Ataíde e Melo e do major também do dito José Maria Correia. Convocado imediatamente o Conselho Adjunto do Govêrno, viu-se êste na contingência de aceder ao aludido manifesto, porque os amotinados já tinham escolhido para Comandante das Armas o Tenente-Coro-

nel de Milícias José de Ávila Bittencourt e êste já havia mandado prender os citados oficiais, enviados poucos dias depois para o Rio de Janeiro". (IRINEU PINTO — *Datas e Notas para a História da Paraíba*).

Os acontecimentos não tiveram desenvolvimento posterior, ficando nesses fatos a exaltação nacionalista que poderia ter maiores conseqüências, caso tivesse encontrado resistência a ser vencida.

No entanto a Câmara Municipal de Campina Grande, acusando o Presidente da Província de conivência no motim, pediu a sua suspensão, sem conseguir que lhe dessem atenção.

Mas a exaltação não se circunscrevia à Capital, pois no sertão andavam emissários de Antônio Pinto Madeira, tentando aliciar elementos para engrossar o corpo de anticonstitucionalistas que organizara no Ceará, fato êste comunicado ao Govêrno pelos capitães-mores de Sousa e Pombal.

* * *

A Guarda Nacional, recém-criada pelo Govêrno Imperial, organizou aqui a sua primeira legião.

* * *

Pelo ato de 10 de outubro foi criado o Corpo Municipal de Permanentes, célula da polícia militar paraibana.

* * *

A construção da Ponte do Sanhauá voltou novamente às cogitações do govêrno, tendo sido, finalmente, contratada a sua construção com Leôncio Amando de Magalhães Neiva, pela importância de 24:800$000.

* * *

Pela lei de 11 de novembro foi criada a Vila de Piancó e a Freguesia de Santo Antônio, na mesma localidade.

* * *

O primeiro teatro da cidade funcionou à Rua da Areia, tendo por empresário Francisco de Freitas Cambôa, a quem o presidente

da Província recomendou "todo cuidado em que em sua cena não se apresentem desmandos imorais e equívocos indecentes, pois que o Teatro deve ser escola de moral e bons costumes e não poço de imoralidade e corrupção".

* * *

Com a criação de cadeiras de Filosofia Racional e Moral, Retórica, Geografia, elementos de História e de Francês, decretada neste ano, ficou pràticamente existente o conjunto de aulas que, agrupadas, se tornaram o Liceu Paraibano.

1832

A 16 de janeiro empossou-se o nôvo Presidente da Província, Galdino da Costa Vilar, nomeado pela Carta Imperial de 24 de setembro do ano anterior.

* * *

Surgiu o "Repúblico", órgão panfletário de Antônio Borges da Fonsêca, que depois se transferiu para o Rio de Janeiro, onde exerceu grande influência na opinião pública.

* * *

Em abril o govêrno criou, na Capital, uma cadeira de Geometria, cujo professor tinha 500$000 de ordenado anual.

* * *

A situação do alto sertão inquietava o govêrno, visto que a agitação que lavrava no Ceará se propagava fàcilmente à zona limítrofe das duas províncias, onde operava Pinto Madeira, ameaçando particularmente a Vila de Sousa, que contava com grande número de partidários daquele caudilho.

"O espírito público no interior da Província estava em vacilação a vista dos fatos desenrolados no cenário político desde o ano passado, principalmente na zona próxima dos limites com o Ceará, onde se achavam em campo o revolucionário Pinto Madeira e as fôrças legais que seguiam em seu encalço. A Vila de Sousa,

mais do que nenhuma, comungava dêsse estado de cousas, por isso o govêrno mandara fôrças ali estacionar, não só para garantir as autoridades no caso de um levante de partidos, como para obstar a invasão daquele caudilho, conforme lhe fôra ordenado por Aviso Imperial de 3 de março dêste ano. Além disto o Juiz de Paz daquela vila vivia em desavença com algumas famílias de S. João de Sousa, entre elas a de José Dantas Rotéa, de grande prestígio e influência política. Essa autoridade querendo aproveitar a situação, reune fôrça regular de homens armados e a 23 de maio, invade a vila, convoca os membros da Câmara, imediatos em votos, e em vereação ilegal obriga esta a resolver que em quatro dias o Sargento-Mor Francisco Sérgio de Oliveira e seu ajudante Francisco José Rosário abandonem essa localidade com a fôrça sob seu comando, entregando-lhe tôdas as ordens, munições e dinheiro. Intimado o sargento-mór para cumprir essa ordem arbitrária, verificando êste a impossibilidade de resistir, passa o exercício do seu cargo ao Capitão das ordenanças Eugênio José de Almeida e retira-se". (IRINEU PINTO — *Datas e Notas para a História da Paraíba*).

Êsse fato provocou medidas imediatas da parte do govêrno, que também fôra informado que a Câmara Municipal de Campina Grande, solidária com os elementos de Sousa, havia suspendido o Juiz de Paz, sem ter autoridade para tanto, expediu uma tropa de duzentos homens para o interior.

Entretanto a situação no Vale do Rio do Peixe atingia o clímax, pois José Dantas Rotéa não se limitou a aguardar passivamente os atos de hostilidade dos seus inimigos. Ao contrário. Reuniu gente e saiu à procura do Juiz de Paz de Sousa, que pretendia desmoralizá-lo perante os amigos. Êsses elementos, como era de esperar, sem disciplina, como eram, praticaram depredações nas propriedades dos adversários, ocorrendo grave choque armado no qual perderam a vida seis pessoas.

As famílias situadas na área da luta começaram a se dispersar, atemorizadas com o rumo que as cousas iam tomando, não obstante os esforços empregados pelo govêrno para restabelecer a tranqüilidade conturbada.

Nessa emergência uma coluna que vinha do Ceará, em perseguição a Pinto Madeira, penetrou em Sousa, juntando-se aos homens do Juiz de Paz, e formando um corpo de mais de mil homens, marchou para S. João, onde praticou tôda sorte de violência.

A situação só voltou a se normalizar quando uma comissão pacificadora, apoiada na fôrça de duzentos homens, mandada para Sousa, conseguiu desarmar os elementos em armas, restabelecendo as autoridades legais.

* * *

A Cadeira de Francês, recém-criada, foi preenchida com a nomeação de Manuel Caetano Veloso, para regê-la.

* * *

O Presidente da Província recebia como vencimento anual 2:400$000 e o seu secretário 1:000$000.

* * *

Verificou-se uma insubordinação no Quartel da Segunda Linha. Por ocasião da parada, alguns soldados se negaram a entrar em forma, salvo se lhes fôsse pago o sôldo de 320 réis, quanto recebiam os seus camaradas da guarnição do Recife. O comandante do corpo, para contornar a situação, prometeu atender, mas o governador não ratificou a promessa, mandando deter cinco dos reclamantes para submeter a Conselho de Guerra por insubordinação. Essa medida suscitou a revolta da tropa, que não teve maior conseqüência devido à intervenção conciliatória do Juiz de Paz, que conseguiu a submissão dos soldados amotinados à autoridade dos seus superiores.

* * *

A idéia da Federação ganhava terreno no Brasil, e também na Paraíba tinha adeptos fervorosos, que se agrupavam na Sociedade Federal da Paraíba do Norte, entidade presidida por Henrique Ferreira da Silva Rabelo, e que mandava emissários ao interior, cuja missão principal consistia em arranjar petições ao Imperador,

pedindo a retirada do Presidente Galdino da Costa Vilar e do seu secretário.

* * *

Encerrou-se a 29 de outubro o período do govêrno do Presidente Galdino da Costa Vilar, com a posse do seu substituto André de Albuquerque Maranhão, nomeado para o cargo pela Carta Imperial de 8 de agôsto e cuja gestão teve a duração de alguns meses.

1833

A posse do nôvo Presidente da Província, Antônio Joaquim de Melo, verificou-se a 16 de março e a 16 de abril instalou-se solenemente a Tesouraria da Fazenda.

* * *

Neste ano iniciaram a publicação os jornais "Publicador Paraibano" e "O Raio da Verdade".

* * *

O Conselho da Província aprovou, em 9 de maio, o projeto elevando a Povoação de Patos à categoria de vila, assim como a criação da Vila de Bananeiras, tendo sido instaladas, a primeira, a 22 de agôsto e a segunda, a 20 de outubro.

1834

Neste ano exerceram o cargo de Presidente da Província nada menos de três pessoas: o Vice-Presidente Afonso de Albuquerque Maranhão empossou-se a 7 de janeiro, deixando o exercício a 26 de abril, quando o assumiu o Vice-Presidente Bento Correia Lima que, por sua vez, o passou, em 26 de julho, ao também Vice-Presidente, José Luiz Lopes Bastos.

1835

Instalou-se a 7 de abril a primeira Assembléia Legislativa Provincial, composta dos seguintes deputados: Bento Correia Lima,

Francisco de Holanda Chacon, Domingos Alves Vieira, Pedro Marinho Falcão, André de Albuquerque Maranhão, José Francisco Toledo, José Lucas de Souza Rangel, Manuel da Costa Ramos, Francisco de Assis Pereira Rocha Júnior, Luiz Álvares de Carvalho, Manuel Maria Carneiro da Cunha, João Ribeiro de Vasconcelos Pessoa, Sérgio Clementino Droumont Pessoa, Francisco José Meira, José Antônio Marques da Silva Guimarães, Antônio Rodrigues de Sousa, José Gomes de Farias, José Vitorino de Barros Leira, Joaquim Batista Avundano, Henrique da Silva Ferreira Rabêlo, Leôncio Amando Ozano de Magalhães Neiva, José Jerônimo de Albuquerque Borborema, Frederico de Almeida e Albuquerque, José Coêlho Bastos, José de Sá Cavalcanti, Francisco Luiz Fialho, Jerônimo Emiliano Rangel.

O presidente eleito para dirigir os trabalhos legislativos foi José Lucas de Souza Rangel.

* * *

Surgiu mais outro jornal no periodismo local. Tratava-se de "O Paraibano", certamente de existência efêmera, como sucedia com os periódicos do tempo.

* * *

Catolé do Rocha, pela Lei n.º 5, votada pela Assembléia Legislativa Provincial, foi elevada à categoria de vila, com a denominação de Vila Federal.

* * *

Os deputados provinciais tinham direito ao subsídio diário de quatro mil réis.

* * *

Exportamos neste ano 116.655 arrôbas de açúcar, 99.804 de algodão, 10.401 unidades de couros, no valor oficial de 819.338$490.

* * *

O impôsto de dois mil sôbre cabeça de gado vacum abatido para consumo público, foi estabelecido em substituição ao de cinco réis sôbre libra de carne verde, que vinha do período colonial.

1836

Logo a 15 de janeiro, instalou-se a Assembléia Legislativa Provincial para um período de dois meses e meio de sessões.

* * *

Na Capital, e em vários pontos do interior, irrompeu violento surto de varíola.

* * *

Agrupando as diversas Cadeiras de Humanidades existentes na Capital, o govêrno criou o Liceu Paraibano.

* * *

O comércio de exportação acusou o seguinte movimento: açúcar 88.246 arrôbas, algodão 119.541 arrôbas, couros 13.209 unidades com o valor oficial de 1.000:552$127. Como se vê, o algodão tomou o primeiro lugar entre os produtos de exportação e nessa posição se sustenta até os nossos dias.

* * *

O orçamento provincial, aprovado pela Assembléia, fixou a despesa de 96:893$860.

* * *

Assumiu o cargo de Presidente da Província, Basílio Quaresma Torreã, que acabava de deixar o exercício de idênticas fun ções no Rio Grande do Norte.

* * *

No correr do mês de outubro celebraram-se dois "Te Deum", por iniciativa da Câmara, para solenizar a escolha do Corpo de Eleitores e outra para festejar a reunião do Colégio Eleitoral. A música para as festas custou 16$000 e um dos sermões 32$000.

1837

A Assembléia reabriu-se regularmente, a 15 de janeiro, e antes de encerrar o período de sessões ordinárias escolheu os vice-presidentes da Província, recaindo a sua preferência em Manuel Lobo de Miranda Henriques e Trajano Alípio de Holanda Chacon.

Nessa sessão foram votadas cêrca de vinte leis, dispondo sôbre os mais variados assuntos, destacando-se, entretanto, a que elevou Guarabira à categoria de vila, com a denominação de Independência.

* * *

A construção da primitiva Ponte do Sanhauá ficou concluída neste ano, tendo sido aberta ao tráfego em dias de maio.

* * *

A fim de participar das operações contra os insurgentes do Rio Grande do Sul, partiu da Capital um contingente de cem homens de primeira linha.

1838

O Bispo de Olinda D. João da Purìficação Marques Perdigão realizou uma visita pastoral, tocando em várias localidades do interior.

* * *

Neste ano exportamos produtos no valor de 728:757$922.

* * *

Manifestando-se escassez de gêneros em conseqüência da irregularidade do inverno, o presidente da Província providenciou a vinda de partidas de cereais, ao mesmo tempo que os comerciantes tomavam igual providência, chegando grandes remessas de farinha de Santa Catarina e do Rio. O produto que estava sendo vendido a 24$000 o alqueire sofreu sensível baixa, oscilando a cotação entre cinco e quatro mil réis.

* * *

Circulou o primeiro número do jornal "O Constitucional Paraibano", que viveria até 1841.

* * *

Tomou posse do govêrno, a 15 de novembro, o Presidente Dr. João José de Moura Magalhães.

1839

A sede da Vila de Montemor foi transferida para a Povoação de Mamanguape.

* * *

Os vice-presidentes escolhidos na sessão legislativa do ano, foram Manuel Lôbo de Miranda Henriques, Manuel Carneiro da Cunha, Antônio José Henrique, Frederico de Almeida e Albuquerque, Francisco de Assis Pereira Rocha e Trajano Alípio de Holanda Chacon, pela ordem da votação obtida.

* * *

A farinha de mandioca baixou de preço, de maneira que a cotação do alqueire oscilava entre 2$568 e 2$820.

* * *

Os Carmelitas venderam as melhores propriedades que possuíam na Província, sem autorização legal e abandonaram seu convento, recolhendo-se ao de Recife.

* * *

Ao conjunto de Cadeiras do Liceu Paraibano juntaram-se mais as de Inglês e a de Cronologia e História, cujos professôres venciam o ordenado anual de 600$000 e 500$000, respectivamente.

* * *

O movimento da exportação constou de 98.649 arrôbas de açúcar, 58.870 arrôbas de algodão, 30.338 unidades de couro e 1.000 volumes de côcos, representando o valor oficial de ...... 662:154$443.

* * *

Na apuração das eleições, que competia aos vereadores da Capital, foram cometidas irregularidades insanáveis, que determinaram a providência do Presidente da Província, suspendendo-os dessas funções e convocando os imediatos em votos, que, também, incidiram na mesma falta, sendo, por sua vez, afastados das funções. Convocados os outros suplentes, começaram a trabalhar,

quando os vereadores afastados tumultuaram os trabalhos, dando lugar ao emprêgo da fôrça armada para evacuar o recinto e garantir o prosseguimento das tarefas.

* * *

Encabeçados por Antônio Borges da Fonsêca, elementos simpáticos ao Vice-Presidente Manuel Lopes de Miranda Henriques, tentaram depor o Vice-Presidente Trajano Alípio de Holanda Chacon, que se encontrava em exercício. Chegaram a se apossar do Quartel da Guarda Nacional, da Alfândega e de outras repartições, mas foram forçados a abrir mão dessas vantagens e a fugirem para Santa Rita, diante da reação organizada pelo govêrno.

1840

Entrou em circulação o periódico "O Verdadeiro Monarquista", que existiu até 1844.

* * *

Assumiu o govêrno da Província o Presidente Agostinho da Silva Neves, e logo em junho teve de tomar uma atitude enérgica, adiando os trabalhos da Assembléia Provincial, que se tinham tornado tumultosos. E' que a exaltação política assumiu aspectos inconcebíveis, impedindo o funcionamento normal do poder legislativo.

* * *

Resumiu-se no seguinte o movimento da exportação: açúcar: 187.336 arrôbas, algodão: 70.560 arrôbas, couros: 12.876 unidades, aguardente: 87 canadas, côcos 1.500 volumes. O valor oficial dessa exportação foi de 758:616$698. No mesmo período importámos mercadorias no valor de 694:912$473.

* * *

Com três dias de iluminação, representações teatrais de gala, e festejos populares nas ruas, o povo demonstrou seu regozijo pela Proclamação da Maioridade de D. Pedro II.

Na matriz houve o clássico "Te Deum", mandado cantar pelo Presidente da Província, em ação de graças, baile no Palácio do

Govêrno e outras demonstrações de euforia, aparentando sinceridade, assinalaram o evento, enquanto uma comissão foi escolhida para ir ao Rio, apresentar ao Soberano os protestos de submissão do povo.

* * *

Por uma das estatísticas, que apareciam com grande freqüência, neste tempo sem estatísticas, a população da Província foi computada em 227.800 habitantes.

* * *

Instalou-se, a 1º de outubro a terceira Legislatura provincial, em cuja composição predominava a corrente liberal, que atingira o poder com a Maioridade do Imperador.

Entre as resoluções votadas nessa sessão, figura a criação da Vila do Ingá, com a denominação de Vila do Imperador e a da Freguesia de São José de Piranhas.

A escolha dos vice-presidentes da Província, atribuição da Assembléia Legislativa, recaiu nos deputados seguintes, na ordem em que os seus nomes estão colocados: João Coelho Bastos, Joaquim Batista Avundano, Manuel Lôbo de Miranda Henriques, Joaquim Antônio Marques Guimarães, Luiz Vicente Borges e Benedito Marques da Silva Acauã.

Governava a Província o Presidente Francisco Xavier Monteiro da Franca.

1841

A instrução pública da Província era servida por 46 Cadeiras de primeiras letras, distribuídas por todo o território, desde a Capital ao Alto Sertão.

* * *

Alcançou a importância de 601:032$410 o valor das exportações dos produtos que mandávamos para fora da Província, que eram açúcar, algodão, côco, couros e aguardente. Importámos

mercadorias no valor de 508:055$017, dos quais 303:110$834 foram de tecidos de algodão e 47:924$567 de peixes salgados, bacalhau, provàvelmente.

* * *

Sòmente no têrmo de Piancó existiam neste ano, inscritos no rol de culpados, 144 criminosos de homicídio.

* * *

A 4 de maio realizou-se a posse do nôvo Presidente da Província Pedro Rodrigues Fernandes Chaves, Barão de Quaraim. Num dos relatórios enviados ao govêrno central, assim se expressa sôbre o Palácio do Govêrno: "é um casebre indecente e tão velho que estou vendo o momento em que me cai em cima e de tôda família... não tem mobília... não há preparada uma sala para cortejo, nem um retrato capaz de S. Majestade o Imperador. Só posso assegurar que nesse particular nunca vi casa tão ordinária e tão desmontada..."

* * *

Ocorreu, a 21 de agôsto, um atentado contra a vida do Presidente que, no momento, seguira a passeio para o Engenho Sabueiro. Ao transpor a Ladeira da Manema, foi o Dr. Pedro Chaves ferido de emboscada, assim como o Juiz de Direito da Capital, que ia em sua companhia.

A autoria intelectual do atentado foi atribuída a Manuel Lôbo de Miranda Henriques, pai de Aristides Lôbo, e político exaltado.

O Presidente acusou formalmente o partido a que pertencia aquêle político, que se encontrava no ostracismo, com a posse de Rodrigues Chaves no govêrno provincial. Em conseqüência dêsse acontecimento as nomeações dos vice-presidentes voltaram à atribuição do govêrno imperial, furtando-se dessa maneira a influência da Assembléia Provincial, numa faculdade que lhe era atribuída desde a sua criação.

* * *

A população da Capital assistiu um espetáculo bem pouco vulgar, o enforcamento de um escravo que havia assassinado o seu senhor.

1842

Neste ano, nasceu em Areia, Pedro Américo de Figueiredo, o imortal pintor brasileiro.

* * *

A Capital tinha atingido considerável desenvolvimento pois o impôsto de décima urbana rendeu 2:909$876.

* * *

A cêrca de carnaúba figura, pela primeira vez, na estatística da exportação.

* * *

Restavam apenas 22 cadeiras de ensino primário freqüentadas por 656 alunos e o Liceu Paraíbano tinha freqüência de 22 estudantes, dos quais 16 prestaram exames.

* * *

A Guarda Nacional tinha alistado 11.899 praças ativas e 1.139 de reserva, divididas por 10 legiões e dois batalhões avulsos.

* * *

O movimento dos batisados revelou que 2.440 crianças receberam o banho lustral, enquanto os casamentos foram 414 e os óbitos verificados, no decurso do ano, 1.236.

* * *

Pombal sofreu a inundação com o transbordamento do Rio Piancó, que causou prejuízos enormes à localidade.

* * *

Instalou-se a quarta legislatura provincial, com a predominância de representação filiada à corrente conservadora.

1843

O Engenheiro Ricardo José Gomes Jardim vem governar a Província, substituindo a Pedro Rodrigues Chaves.

* * *

No Liceu Paraibano estavam matriculados 68 estudantes, tendo 35 dêles feito exames. As aulas primárias, em número de 26, eram freqüentadas por 710 escolares.

* * *

O valor oficial da exportação do ano atingiu a importância de 723:812$142, enquanto importávamos 350:939$078 de tecido de algodão e 43:169$231 de peixe salgado.

* * *

Pela segunda vez veio governar a Paraíba o Dr. Agostinho da Silva Neves, que se empossou no cargo a 2 de dezembro dêste ano.

1844

Alcançou 894:048$200 o valor oficial da exportação do ano.

* * *

A sêca que durou de 1844 a 1846, não foi menos ruinosa que as que se vinham sucedendo através dos tempos.

"Começou a se manifestar o flagelo no mês de fevereiro de 1844, inteiramente sêco. Em abril e maio, cairam pequenas chuvas. Diz o presidente da Província que a mesma continua a padecer a escassez de víveres que há tanto tempo sofre e infelizmente não há esperança de grandes melhoras. Dias depois adianta: "Algumas chuvas têm aparecido mas sòmente nesta Capital e cercanias, o centro da Província continua vítima de horrível sêca". Em junho, acrescenta que a Paraíba "continua prêsa dos horrores da fome, principalmente em algumas vilas do interior que se acham desertas pela imigração". (JOSÉ AMÉRICO DE ALMEIDA — *A Paraíba e seus Problemas)*.

* * *

A segunda presidência do Dr. Agostinho da Silva Neves durou pouco mais de seis meses, pois a 22 de julho dêste ano, era substituído pelo Presidente Joaquim Franco de Sá, que se afastou

do cargo durante alguns dias de agôsto, voltando a reassumi-lo em meado daquele mês.

* * *

A característica marcante da administração provincial era a exasperante falta de continuidade, visto que os Presidentes pouco se demoravam no cargo, e assim era impossível executar um plano de realizações visando o benefício da coletividade.

O govêrno de Joaquim Franco de Sá, iniciado a 22 de julho de 1844, encerrou-se em dezembro do mesmo ano, com a posse do nôvo Presidente, o Coronel de Engenharia Frederico Carneiro de Campos.

O Presidente Frederico Carneiro de Campos teve atuação importante na vida nacional, pois foi o oficial aprisionado e martirizado pelo ditador paraguaio Solano Lopez, o que deu causa à Guerra do Paraguai. O Coronel Carneiro de Campos ia presidir o Mato Grosso, quando foi detido pelo ditador daquela República.

1845

Foram batizadas em tôda Província 5.617 crianças e realizaram-se 684 casamentos, sendo de 2.260 o número de óbitos verificados no ano.

* * *

A matrícula do Liceu Paraibano elevara-se a 81 alunos, dos quais apenas 29 fizeram exames.

* * *

Manifestou-se grande sêca, que custou ao govêrno despesas elevadas em socorros à população flagelada. O número de mortos foi bastante crescido; não sòmente vitimados pela fome como também por envenenamento, produzidos pela ingestão de plantas nocivas.

* * *

Sôbre os silvícolas existentes na Província, o Presidente enviou ao govêrno imperial as seguintes informações:

"Os índios que existem nesta Província estão todos aldeiados e habitam na maior parte em vilas, sujeitos às autoridades civis,

pois que são todos civilizados, ou ao menos tanto quanto o são de ordinário os indivíduos da classe ínfima da população do interior, e são restos de algumas das tribos que habitam esta Província e já tão degenerados da origem primitiva que a maior parte nem o idioma de suas tribos fala: estão hoje confundidos na massa da população e apenas nas Vilas de Alhandra, Conde e antiga Vila da Baía da Traição, vivem no meio de outras raças que inteiramente os sobrepujam em número e importância. Afora êsses lugares, sòmente a Povoação de Preguiça, antiga sede da Vila de Montemor, hoje Mamanguape, é quase exclusivamente habitada por índios, os quais bem que perfeitamente domesticados e também sujeitos às autoridades civis, conservam ainda raros e já desfigurados, alguns dos hábitos da vida selvagem".

* * *

A Vila de Ingá foi instalada a 22 de setembro.

* * *

Curiosa postura municipal foi votada pela Câmara de Patos dispondo que: "Todo dono de casas habitadas nas terras de agricultura, apresentará, anualmente, no mês de setembro, cem bicos de pássaros daninhos, tendo escravo e cinqüenta não os tendo, e nas terras de criar os donos de escravos apresentarão cinqüenta e os que não possuirem escravos, vinte e cinco, sendo isentas as pessoas que a autoridade competente julgar impossibilitadas. O infrator pagará dois mil réis de multa".

* * *

Em confissão feita ao padre um indivíduo, de Areia, revelou que era autor de nada menos de 26 homicídios.

* * *

A exportação do ano alcançou 564:613$033 e importação 455:280$873.

* * *

O corpo de eleitores constava de 513 votantes, segundo o levantamento procedido pela Secretaria do Govêrno.

1846

Continuava a sêca que vinha assolando a Província desde o ano anterior, agravando-se a situação, até que começaram a cair chuvas do meado do ano em diante.

* * *

A sexta legislatura provincial instalou-se a 3 de maio com quase unânimidade dos liberais.

"Subindo os liberais, após o refôrço do gabinete em 1945, vieram duas legislaturas unânimes dêsse elemento. Apareceram nesta de 1846-47 algumas figuras novas, notável projeção no futuro do partido. Aragão e Melo e Maximiano Machado serão as de maior brilho. Aragão e Melo e Vitorino do Rêgo, foram posteriormente deputados gerais. Maximiano Machado foi revolucionário liberal em 1848, em Areia. Depois daquele ano, fixou-se em Campina Grande, onde chefiou o partido local. Voltou à Assembléia na legislatura de 58 a 61, retirando-se em seguida para o Recife, ali figurou na política, várias vêzes eleito para a Assembléia pernambucana. Era membro do Instituto Arqueológico de Pernambuco e autor de uma "História da Província da Paraíba", publicação póstuma em 1912." (CELSO MARIZ — *Memória da Assembléia Legislativa*).

* * *

A elevação de Areia à categoria de cidade resultou da lei número dois, aprovada pela Assembléia em 18 de maio.

* * *

O valor oficial da exportação, verificada neste ano, foi de 567:301$153.

* * *

O pôrto da Paraíba registrou o seguinte movimento: navegação de longo curso: entradas 19, saídas 20. Cabotagem: entradas 195 e 196 saídas.

Era calamitosa a situação das finanças provinciais, pois para fazer frente a uma despesa orçada em 94:875$430, a renda arrecadada não atingiu senão 44:008:143.

As despesas orçadas das municipalidades foram as seguintes: Capital 2:560$000, Conde: 1:420$000, Alhandra: 1:680$000, Pilar: 808$000, Mamanguape: 992$000, Independência (Guarabira): 419$000, Areia: 810$000, Bananeiras: 440$000, Campina Grande: 440$000, Cabaceiras: 510$000, São João do Cariri: 522:000, Patos: 252$000, Pombal: 259$000, Catolé do Rocha: 276$000, Sousa: 268$000, e Piancó: 340$000.

1847

Orçou em 746:609$314 a exportação de algodão, açúcar e couros, e a importação atingiu a 618:191$977.

* * *

Batizaram-se neste ano, 2.242 crianças, casaram-se 532 casais e morreram 1.163 pessoas.

* * *

No Liceu Paraibano matricularam-se 71 alunos, tendo 21 dêles prestado exames.

1848

O efetivo da Guarda Nacional constava de cinco comandos, com 13.390 guardas efetivos e 1.270 reservas.

* * *

A estatística criminal acusou a perpenetração de 37 homicídios, e julgamento de 54 criminosos, sendo trinta por crime de homicídio e doze por tentativa de morte.

* * *

O número de batizados, registrado no território da Província, elevou-se a 4.342, e os casamentos a 883, tendo se verificado o falecimento de 1.534 pessoas.

Neste ano foram construídas as pontes sôbre os Rios Gramame e Mandacarú.

* * *

Começou a circular, em março, o periódico "Publicador Paraibano".

* * *

A incidência das sêcas começa a impressionar o Govêrno Imperial, que mandou o Engenheiro Francisco Pereira da Silva proceder estudos na região açoitada pela estiagem, a fim de determinar as suas causas e apontar os meios de remediá-la.

* * *

Empossa-se o nôvo Presidente, Dr. João Antônio de Vasconcelos, em maio dêste ano.

* * *

A exportação de algodão, açúcar e couros, elevou-se à importância de 1:225:523$486, enquanto a importação somou .... 945:969$019.

* * *

O movimento revolucionário irrompido em Pernambuco teve repercussão nesta Província, embora ainda não se registrassem manifestações, senão de simpatia platônica existindo, porém, estreitas ligações entre os liberais paraibanos e pernambucanos.

1849

Propagou-se à Paraíba o surto revolucionário que desde os fins do ano anterior talava Pernambuco, e em nosso solo verificou-se um dos seus episódios mais trágicos.

O presidente da província, logo às primeiras notícias dos acontecimentos do Recife, guarneceu Alhandra e Pedras de Fogo com contingentes onde predominavam os elementos da Guarda Nacional, com ordem de penetrar em Pernambuco, caso fôssem requisitados pelas autoridades daquela província. Essa requisição foi feita e as tropas paraibanas marcharam para o território pernam-

bucano, participando da luta que se travou em Maricota e Catucá, ocorrendo, porém, que foi elevado o número de deserções da Guarda Nacional, que participava das operações constrangida. Alguns oficiais paraibanos cairam prisioneiros dos revoltosos, fato que determinou a ordem para recuar para o seu território.

Enquanto isto acontecia, o exército revolucionário, batido em diversos encontros operou a retirada para a Paraíba, perseguido de perto por poderosa coluna legalista.

Em Alagoa Grande aguardavam os remanescentes do exército revolucionário o Comandante da Guarda Nacional de Areia, Coronel Joaquim dos Santos Leal e o Delegado Dr. Maximiano Machado, que os guiou para aquela cidade, onde levantaram fôrças a fim de apoiá-los, na resistência que pretendiam oferecer ali.

A coluna legal comandada pelo Coronel Falcão movimentava-se no encalço dos revolucionários, alcançando-os quando acamparam em Areia e travando-se combate sangrento, no qual as fôrças legais conseguiram sobrepujar os revolucionários, esmagando-os.

O embate assim é descrito pelo comandante da coluna legalista: "Tendo antes batido o inimigo em os pontos avançados, colocados em os Engenhos Gregório e Boa Vista e na Ladeira do Tatú, e finalmente nesta cidade. Às 7 horas da manhã rompeu fogo em o primeiro dêsses pontos e durou, com pouca interrupção, até a uma hora da tarde, tempo em que o inimigo foi expelido desta cidade, deixando em poder dos vencedores, duzentos cartuchos embalados, quinhentas pedras de ferir, treze sacos com chumbo, quinze espingardas, cinco lazarinas e vinte e cinco prisioneiros."

No campo da luta ficaram seis revolucionários e as tropas atacantes perderam igual número de homens.

"A sorte da revolução estava comprometida em Pernambuco, onde os revoltosos eram batidos e perseguidos com todo valor. Nessa ocasião o Partido Liberal de Areia, na Província da Paraíba, abraça com ardor a causa revolucionária. O Juiz Municipal Dr. Maximiano Lopes Machado, em ofício dirigido ao Presidente da Província demite-se do cargo para abranger a sorte dos vencidos. Êstes são atraidos a Areia, onde esperam encontrar uma posição estratégica superior na qual se possam fortificar e donde consigam

reacender o facho da revolução. Entram na cidade e são recebidos com entusiasmo pelos seus correligionários, entre os quais se salientaram o Dr. Maximiniano Machado e o Tenente-Coronel Joaquim dos Santos Leal, que acabava de deixar o cargo de Delegado de Polícia. Sabendo que o inimigo vinha no seu encalço tomam posição para a defesa e o combate. A sorte dêsse teria sido, certamente, favorável aos rebeldes se ao encontro das fôrças legais. comandadas pelo Tenente-Coronel Feliciano Antônio Falcão, não tivesse partido um conservador dedicado, o Capitão Sebastião Guedes Alcoforado, que as advertiu das disposições do inimigo e as conduziu por mais favoráveis caminhos. Assim vantajosamente guiadas conseguiram bater os revolucionários em três encontros e afinal, tomar a cidade, após renhido combate em 21 de fevereiro de 1849". (TAVARES CAVALCANTI — *Epitome da História da Paraíba*).

* * *

Nada menos de cinco jornais apareceram nêste ano, assim enumerados "O Correio Oficial Paraibano", "O Espectador", "O Investigador", "A Ordem" e o "Tapuio".

1850

A 23 de janeiro tomou posse do govêrno da Província, o Presidente José Vicente de Amorim Bezerra.

* * *

Circularam neste ano os periódicos: "Alva", "O Argos Paraibano" e o "O Governista Paraibano".

* * *

Era de 37 o número das Cadeiras de ensino primário, com a freqüência de 357 alunos e o Liceu Paraibano contava 115 estudantes.

* * *

A iluminação da Capital estava reduzida a onze lampeões, pelo que foi mandado acrescentar mais sete.

Iniciaram-se os trabalhos da abertura da Rua da Imperatriz, atual Rua da República, que era conhecida ao tempo por Estrada Nova, denominação que perdurou durante muitos anos.

* * *

Os guardas aduaneiros, suspeitando que o patacho nacional "Hermínia" transportava escravos, realizaram uma busca a bordo; encontraram nos porões do barco vinte e um africanos, récem-chegados e que não sabiam uma palavra da língua portuguêsa. Os referidos africanos foram deixados soltos.

* * *

Pela terceira vez o Dr. Agostinho da Silva Neves, veio governar a Paraíba, tendo assumido o exercício a 30 de setembro.

* * *

Alagoa Nova foi elevada à categoria de vila, pela Lei n.º 10 de setembro, sancionada pelo então presidente da província, José Vicente de Amorim Bezerra.

* * *

Imprevisto e violento incêndio, irrompido a 14 de novembro, quase que aniquila a Vila de Alhandra. O fogo consumiu quarenta e cinco casas e arruinou a matriz e um convento que lhe ficava contíguo.

1851

Após curta enfermidade, faleceu o Presidente da Província Dr. Agostinho da Silva Neves, que governava a Paraíba pela terceira vez é desfrutava grande popularidade no seio do povo.

* * *

Muitos escravos fugidos se nuclearam em terras do Município de Espírito Santo, donde foram dispersados pela polícia, mandada contra o perigoso quilombo que se ia formando.

* * *

A estrada de rodagem para Pedras de Fogo, contratada por 1:200$000, foi inaugurada neste ano.

* * *

As tropas da Província constavam de uma companhia fixa, com o efetivo de 105 praças, o corpo policial, composto de 102 praças, afora a guarda dividida em cinco comandos, somando 11 legiões, com 26 batalhões de caçadores, 1 secção da mesma arma, 1 batalhão de artilharia e 1 esquadrão de cavalaria.

* * *

A exportação do algodão constou de 2.633 fardos.

* * *

Informando ao govêrno imperial o pedido de alguns moradores de Pedras de Fogo para que aquela localidade fôsse incorporada à jurisdição de Pernambuco, disse o presidente da Província:

"É de uma justiça a incorporação da referida povoação a esta Província (Paraíba) tanto pelo interêsse que resulta ao seu comércio, para ficar a menor distância a esta cidade de que a capital de Pernambuco, como porque todo êste lado da povoação consta de tempos imemoriais que a outra parte que hoje se diz da Província de Pernambuco, também já aqui pertenceu".

* * *

Substituindo o Dr. Agostinho da Silva Neves, falecido em abril, assumiu o govêrno da Província o Presidente Antônio Coelho Sá de Albuquerque. O cargo durante a vacância fôra exercido sucessivamente pelos Vice-Presidentes Frederico de Almeida e Albuquerque e Francisco Antônio de Almeida e Albuquerque.

* * *

O levantamento da estatística populacional acusou a existência de 183.920 indivíduos livres e 28.546 escravos.

1852

Freqüentavam as escolas primárias neste ano 520 alunos, existindo 39 escolas públicas e 16 particulares. O Liceu Paraibano matriculara 82 alunos, dos quais sòmente 10 fizeram exames.

* * *

A exportação de algodão orçou em 81.402 fardos.

Em seu relatório o Vice-Presidente Flávio Clementino da Silva Freire revela que estavam em construção duas obras de grande significação, a "cadeia", por trás da Rua Sanhauá e o Teatro Público, em frente ao Quartel da primeira linha."

* * *

O Presidente Antônio Coelho de Sá Albuquerque, prestando contas à Assembléia sôbre a situação financeira da Província insere, na sua mensagem, êste tópico:

"Das peças que vos apresento conhecereis que foi a receita do ano findo da importância de 199:178$365 e a despêsa de réis 156:448$525, aparecendo, por conseqüência, um saldo de quantia de 42:448$840."

* * *

A instituição do registro civil, interpretada malèvolamente pela população ignorante, como tendo por finalidade a escravização dos homens de côr, despertou viva reação em alguns pontos da Província, notadamente em Ingá, Campina Grande, Alagoa Nova e Alagoa Grande, propagando-se, depois, a outras localidades, como Pitimbú, Bananeiras e Araruna, onde os funcionários encarregados dos serviços e alguns padres, que tentaram explicar-lhes o objetivo, foram agredidos a pedradas.

Naquelas localidades o movimento teve o caráter insurreicional, chamando-se Revolução do *Ronco da Abelha*, e foi abafado, sem grande dificuldade, devido às prontas e enérgicas providências do govêrno.

* * *

Chegou à Paraíba a missão científica do naturalista francês Luiz Jacques Brunet, que daqui levou o jovem paraibano Pedro

Américo, revelação precoce de artista plástico e que com o correr dos anos alcançou renome mundial.

* * *

Irrompeu, em Campina Grande, um surto de febre amarela, que se propagou a outros centros, determinando a providências do govêrno português, considerando sujo o pôrto da Paraíba e, assim, interdito à navegação.

1853

Foram lançadas as pedras fundamentais dos edifícios destinados à Cadeia Pública e ao Teatro Público, êste na atual Praça Pedro Américo e cujos alicerces foram aproveitados para a construção do Palácio das Secretarias. O último edifício estava orçado em 47:000$000.

* * *

A freqüência do Liceu era de 90 alunos e nas escolas públicas primárias estavam matriculados 1.239 escolares, sendo 97 do sexo feminino; além disto, as aulas particulares eram freqüentadas por 338 escolares. O colégio do Padre Rolim, em Cajazeiras, contava 46 estudantes.

* * *

Neste ano foram perpetrados na Província 52 crimes de homicídio.

* * *

A nova irrupção da febre amarela na Zona do Brejo alarmou a população, refletindo-se êsse estado de espírito no local de um jornal da época, que a seguir transcrevo:

"Há mais de cinco anos que sôbre nós pesa a cólera celeste com todo o rigor e ainda hoje continuamos a sofrer os efeitos dêsses flagelos, com que o Senhor costuma castigar a mísera humanidade. Temos sofrido e ainda sofremos a peste; tivemos a guerra e tivemos a fome. A peste nos persegue desde os primeiros dias do ano de 1849; febres nervosas apareceram naquela época, que acometeram a quase totalidade dos habitantes desta cidade. Em

1850 veio-nos a febre amarela que perdura até hoje, tendo ceifado centenas de vidas e algumas bem preciosas. Os entreatos dêsse drama têm sido preenchidos com a bexiga, tifos, garrotilho, sarampos, pneumonias e afinal a terrível câmara de sangue. Todos êsses flagelos reunidos têm dado um resultado espantoso na mortalidade desta cidade. Em uma população de 8.000 almas, quando muito morreriam mensalmente setenta pessoas, têrmo médio. É para aterrar. Sempre que um habitante desta cidade faz uma viagem, ainda mesmo de poucos dias, acha impreterìvelmente, na sua volta, alguma família amiga coberta de luto; se é que o luto não é na sua própria família. A população vive espavorida; cinco anos de peste e de calamidades ainda não a familiarizaram com o mal. A mortalidade não tem ficado encerrada nos limites da Capital; o centro todo tem sofrido em igual e, em alguns pontos, ainda em maior proporção".

* * *

O mau estado sanitário da Capital obstou a abertura da sessão da Assembléia Provincial na data determinada, visto os deputados receiarem se expor ao contágio das várias epidemias que grassavam. E, assim, aquela solenidade ficou transferida para 5 de agôsto.

* * *

O contrato entre o govêrno e o naturalista francês Brunet dispunha que as obrigações do referido sábio consistiam em estudar:

"A posição geográfica dos principais pontos da Província, determinados pelos meios astronômicos e geométricos. Direção, curso, volume e temperatura das águas, sua composição química, quando elas apresentarem propriedades particulares. Estado higrométrico e temperatura da atmosfera. A quantidade de água que cai em cada ano, medida por meio do udômetro, se fôr possível obter um no Rio de Janeiro. Inclinação e declinação da bússola, suas variações diárias, assim como as do barômetro. Natureza do solo da Província, diversas camadas de que é formado, posição, densidade, extensão e direção das ditas camadas; minerais e relíquias fósseis que elas encerrem, sua abundância ou variedade.

Propriedade, utilizada de diversas substâncias minerais. Árvores e outros vegetais que crescem naturalmente nas diversas partes da Província, os terrenos e localidades que êles preferem: seus empregos no país, suas utilidades, quer como madeira de construção, ou ornato, quer como plantas alimentares, têxteis, fibrosas, medicinais, venenosas, colorantes, resinosas, odoríferas etc. Animais vertebrados e invertebrados, que vivem nas águas, matas e campos, com utilidade ou nocibilidade, os meios de multiplicação ou como destrui-los. Juntar uma coleção de diversos minerais que formam o solo da Província e particularmente daqueles que podem ter emprêgo nas artes ou indústrias. Outra de grãos ou sementes de vegetais mais úteis para que se possa multiplicá-los no Jardim Botânico do Rio de Janeiro e dali nas diversas Províncias do Império. Coleções de gomas e resinas que possam ser ùtilmente empregadas e de outras produções vegetais. Coleção de peles de animais notáveis ou menos conhecidos".

Era um programa abrangendo todos os recursos naturais da terra, que ficariam conhecidos e classificados, sob rigiroso critério científico.

* * *

A Assembléia Provincial, não obstante a sua composição unânime de conservadores, não conseguiu votar o orçamento, esgotando-se o período da sessão em discussões estéreis.

* * *

Introduziram-se nos engenhos as primeiras rodas de água, que representavam notável progresso no método de acionamento das moendas.

1854

A última manifestação da repulsa popular ao regulamento do registro de nascimento verificou-se em Pitimbú, onde o professor público, encarregado de ler as instruções para a execução do serviço foi agredido pelos populares, seguindo-se uma série de desordens, que determinaram ali a criação da comarca.

* * *

Era de 7.336 o número dos alunos que freqüentavam as 36 escolas primárias, então existentes. A freqüência do Liceu Paraibano era de 102 alunos.

* * *

Os crimes de homicídio praticados neste ano foram em número de 80.

* * *

A exportação pelo pôrto da Capital atingiu a importância de 1.019.154$992 para a qual o açúcar contribuiu com 458.658$500 As importações do ano alcançaram o valor de 707:394$303.

* * *

O presidente da Província recebeu o Aviso Imperial, dispondo sôbre a concessão da passagem a Pedro Américo, para ir fazer sua educação artística na Academia de Belas Artes, do Rio de Janeiro.

* * *

Começou a circular "A Matraca", jornalzinho de vida efêmera.

* * *

Baseando-se nas pesquisas realizadas pela expedição Brunet, o ministro da Agricultura se refere à riqueza mineral da Paraíba, nos seguintes têrmos:

"Segundo o francês João Jacques Brunet, que em algum tempo estêve fazendo explorações no interior da Província da Paraíba, existem no município da Cidade de Areia minas de carvão e de ferro, e igualmente em sítios próximos da Vila de Campina Grande, minas dêsse último. Nos municípios de Sousa e de Cabaceiras se têm encontrado igualmente minas de ferro".

* * *

A divisão judiciária da Província compreendia seis comarcas, classificadas por ordem numérica, sendo a primeira composta dos municípios da Capital e Mamanguape; a segunda compreendendo Pilar, Ingá e Campina Grande; a terceira, Areia, Alagoa Nova,

Bananeiras e Independência (Guarabira); a quarta, S. João do Cariri e Cabaceiras; a quinta, Pombal, Patos e Catolé do Rocha e a sexta, finalmente, Sousa e Piancó.

* * *

O Presidente da Provincia João Capistrano, referindo-se à criminalidade, em sua mensagem à Assembléia, acentua:

"Uma das causas mais fecundas de assassinatos premeditados é a vingança de atos atentatórios da honra do sexo feminino e depois a vingança do sangue derramado, tomada pelos parentes da vítima. Os crimes a que aludo são por certo mais freqüentes nos lugares do interior da Província pouco populoso, onde não lavra a prostituição e onde parece que o valor da honra no seio das famílias é apenas excedido pelo da vida."

* * *

Sousa foi elevada à categoria de cidade, pela Lei n.º 28 de 10 de julho.

* * *

A 23 de outubro assumiu o exercício de Presidente da Província o Dr. Francisco Xavier Paes Barreto.

1855

Apareceram os jornais: "O Comercial Paraibano" e o "Paraibano", êste último "período literário, noticioso e *por acidente político"*, como declarou na edição inicial.

* * *

Algumas estatísticas do ano:

Exportação: valor oficial 2.304:044$797; *Importação* ...... 914:614$856.

Escolas primárias: 42 com a freqüência de 1.336 escolares. No Liceu Paraibano a freqüência era de 120 alunos.

Criminalidade: Crimes cometidos: 80; Criminosos capturados: 315; Julgados: 160.

Movimento portuário: Cabotagem, 302 embarcações; Longo curso 59.

* * *

Cabe a Piancó a primazia de ter construído o primeiro cemitério da Província, abolindo o costume do sepultamento nos recintos das igrejas, como era geralmente adotado. A iniciativa partiu de Frei Serafim Catarina, ali em missão.

O cemitério da Capital, orçado em 7:100$000 e situado no lugar que chamavam Matinha, teve contratada a sua construção neste ano.

* * *

Os limites da Província continuavam duvidosos, como se deduz da informação que sôbre o assunto o Presidente Antônio da Costa Pinto e Silva, empossado neste ano, enviou ao govêrno imperial:

"Grande confusão há nos limites desta Província, porque sendo a mor parte dêsses limites imaginários ou pouco observados na ocasião das divisões quando a necessidade ou as conveniências obrigam a verificá-los, aparecem dúvidas e confusões. Algumas divisas visíveis são alteradas às vêzes pelo tempo ou emergências, como aconteceu com as que separavam esta Província da de Pernambuco, pelo lado de Pedras de Fogo, que sendo uma antiga estrada cujos vestígios ainda hoje se observam foi, por conveniência de melhor trânsito, mudada aquela estrada pelo centro de uma rua daquela povoação, outrora pertencente na totalidade a esta Província e resultou que continuando-se a estender a estrada como linha divisória, um lado de uma rua da mesma povoação, ficasse pertencendo a esta Província".

* * *

O problema do abastecimento de água preocupou o Presidente Francisco Xavier Paes Barreto, que asim se manifestou, em seu relatório apresentado ao deixar o exercício do cargo, passando-o ao seu substituto:

"Observando a falta de água, que sofrem os habitantes desta Capital, e a dificuldade como obtêm a da fonte do Tambiá, que segundo me informam já não é tão boa, e nem tão abundante, como há alguns anos passados, procurei examinar se era possível, sem

grandes dispêndios, trazer para aqui por meio de encanamento a água de algum rio, que existe nas proximidades da cidade. Creio que o rio denominado Marés, de excelente água e que fica talvez a uma légua de distância, presta-se a ser encanada sem avultadas despesas".

Sòmente passado um século foi que se realizou o aproveitamento do Rio Marés, como fonte de abastecimento de água à cidade, diante da incapacidade do Rio Jaguaribe de fornecer a quantidade do líquido reclamada pelo seu desenvolvimento.

* * *

O levantamento da população livre da Província acusou a existência de 163.479 pessoas dessa condição. O número de eleitores era 555 votantes.

1856

A invasão da Província pelo cólera-morbo verificou-se através da fronteira de Pernambuco, manifestando-se a princípio em São João do Cariri e em Taquara, não tardando a alastrar por todo território, ceifando vidas, devido, em grande parte, à falta de assistência médica e em parte à violência com que atacava as pessoas desapercebidas do perigo.

Nessa primeira investida do cólera-morbo morreram 25.390 pessoas, sendo esta a contribuição de várias áreas: Capital e zona litorânea 5.741; Zona da Mata até Campina Grande, 7.181; Brejo, 10.741; Cariri, 1.703; e o Sertão 24, apenas.

Foi, na verdade, uma ceifa impiedosa, da qual por muito tempo a Paraíba se ressentiu, acarretando a diminuição dos elementos humanos que produziam a riqueza e concorriam para o seu engrandecimento.

Em conseqüência do aumento dos falecimentos, o Govêrno apressou a construção dos cemitérios, tendo entregue o da Capital à Santa Casa e providenciando a criação dos de Sousa, Pombal, Patos, Catolé do Rocha, Alagoa Nova, Pilar, Bananeiras, Cabaceiras e Santa Rita.

* * *

A crise financeira e o encarecimento do azeite, obrigaram o govêrno a suspender a iluminação da cidade, ficando apenas os lampiões do Palácio, quartéis e da cadeia.

* * *

Apareceram os jornais "O Prometeu" e "A Época".

* * *

Um pouco de estatística:

Despesa da Província: 280:429$068.

Escolas Primárias: em funcionamento 42, com a matrícula de 1.352 escolares. No Liceu estavam matriculados 132 estudantes.

O Correio: recebeu 29.937 objetos e expediu 23.874, tendo registrado a renda de 1:064$260.

Exportação: Valor oficial, 3.264:189$677 e *Importação* no valor de 1.437:614$357.

* * *

O Padre Ibiapina inicia a sua obra missionária no interior da Paraíba, promovendo a construção de cemitérios e prestando assistência aos coléricos. Passado o período agudo da epidemia, dedicou-se à fundação de recolhimentos para órfãos, que eram verdadeiros centros de educação doméstica, criando as conhecidas "Casas de Caridade", que funcionariam em muitas localidades da Paraíba, servindo de amparo às môças pobres e exercendo salutar influência na educação em geral.

1857

Encerrou-se o exercício financeiro com um saldo de 87:063$448 no Tesouro.

* * *

Devido à escassez de moeda divisionária os comerciantes da praça começaram a emitir vales de quinhentos, mil e dois mil réis.

Safrejavam, neste ano, 200 engenhos de açúcar e existiam em funcionamento 110 currais de pesca.

* * *

Casos esporádicos de peste bubônica apareceram em Patos, Bananeiras, Areia e Mamanguape. E foram constatados casos de febre amarela em Campina Grande, Mamanguape e Guarabira.

* * *

A cadeia da Capital, concluída êste ano, tinha sido orçada em 47:000$000, no entanto a construção ficou por 89:376$732.

1858

Restavam apenas três aldeias de índios, localizadas em Alhandra, Conde de Jacóca e Preguiça.

* * *

A Província contava: sete comarcas, doze têrmos, dezesseis Conselhos de jurados, vinte e oito distritos de paz, dezenove delegacias de polícia e 45 sub-delegacias, dezoito municípios, quatro cidades, quatorze vilas, nove vigarias forâneas, vinte e oito paróquias, cinco círculos eleitorais com quinhentos e noventa e três eleitores e 29.837 votantes, sete comandos superiores da Guarda Nacional com um batalhão de artilharia, um esquadrão de cavalaria, vinte e quatro batalhões de infantaria, não incluindo as reservas: cinqüenta e seis escolas públicas, com a freqüência de mil oitocentos e quarenta e nove alunos.

A lei orçamentária fixou a despesa em 227:207$077.

* * *

Assumiu o Govêrno da Província o Presidente Henrique Beaurepaire Rohan, coronel do corpo de engenheiros do exército brasileiro e um dos poucos administradores que realmente se empenharam em realizar alguma cousa em benefício da terra que governaram.

Os seus relatórios ao Govêrno Imperial, retratando, com segurança e acuidade, as condições da Província, valem como documentos irrefutáveis sôbre a época.

No curso da sua gestão empreendeu viagens de observações ao interior, escrevendo a mais completa e honesta corografia da Paraíba, trabalho até hoje não superado.

* * *

Iniciou a circulação o jornal "A Imprensa", que desapareceu no ano seguinte.

* * *

Algumas zonas da Província foram alcançadas por uma sêca parcial, que inflingiu sérios sofrimentos à população atingida pelas conseqüências do fenômeno.

A sêca parcial dêste ano não deixou de provocar os episódios dolorosos, acostumados a se registrarem em épocas de calamidades públicas. O escritor norte-riograndense Felipe Guerra consignou um dos aspectos mais revoltantes do acontecimento, conseqüentes da estiagem e da fome: — "Vítimas da fome, da ignorância e da miséria, a honra das donzelas, a fidelidade de casada, a boa fé de muitas, a penúria de diversos que ontem eram abastados, e dispunham de recursos; tudo deu pasto à usura e à perversidade; tais especuladores houve, tais traficantes de ocasião apareceram que locupletavam comprando por diminuto preço e com lesão enormíssima, escravos, ouro, prata, e com um saco de farinha obtiveram ricos trastes de ouro e prata. Houve migalha de alimento que mercadejou a virgindade e a honra, expostas à tentação".

1859

Duas leis sancionadas em agôsto, criaram a Vila de Teixeira e a Freguesia de Cajazeiras.

* * *

Dados estatísticos:

Despesa orçada: 304:051$394;

Presos recolhidos à Cadeia da Capital: 419;

Exportação: Valor oficial 3.718:667$944;

Importação: Valor das mercadorias recebidas 1.071:141$661;

Liceu Paraibano: freqüência 103 alunos;

Escolas Primárias: freqüencia nas 68 Cadeiras, 2.208 escolares;

Correios: Renda: 843$450.

* * *

O jornal "O Despertador", aparecido êste ano, saía duas vêzes por semana, publicando no cabeçalho a tabela das malas do correio e, no texto, o expediente do govêrno.

* * *

A primeira biblioteca pública instalou-se numa das salas do Liceu Paraibano, e ocupando-se dessa iniciativa assim escreveu o seu instituidor, o Presidente Beaurepaire Rohan:

"A Biblioteca Pública, cuja fundação promovi, conta atualmente 1.010 volumes de obras literárias, a saber, 668 que foram doadas por diversas pessoas da cidade e 324 cuja compra efetuei. E' certamente pequeno o número de livros de que, por ora, se compõe o nascente estabelecimento, mas em todo caso é uma base que não existia. Com o andar do tempo e mediante auxílio que lhe quiser prestar a Assembléia Provincial, a Biblioteca Pública adquirirá dimensões a que deve chegar um estabelecimento desta ordem".

* * *

A curta administração do Presidente Beaurepaire Rohan assinalou-se por uma série de realizações, destinadas a influenciarem decisivamente o desenvolvimento da Paraíba.

Por sua iniciativa foi criado o Jardim Botânico, na área designada atualmente por Manchúria; mandou levantar a planta da cidade; ordenou a abertura de várias ruas; contratou um prático na cultura do trigo, para ensinar aos nossos agricultores os métodos de cultivo dêsse cereal, cuja semeadura inicial se procedeu em Teixeira.

Essa administração, assim inspirada em tão boas intenções, encerrou-se a 4 de junho, quando se empossou o nôvo Presidente Dr. Ambrósio Leitão da Cunha.

A êste governador coube a honra de receber a visita do Imperador e da Imperatriz, que realizavam uma excursão ao Norte do país.

S. S. Majestades desembarcaram no Pôrto de Sanhauá, às três da tarde da véspera de Natal. Recebidas calorosamente pelo povo da cidade, que acorreu em massa, curioso de conhecer de perto os imperantes.

O programa de festas e visitas desenvolveu-se na forma normal e a 26, os Soberanos foram até Pilar, seguindo no dia seguinte Mamanguape, donde regressaram na manhã do dia 28.

Na manhã de 30, D. Pedro II, D. Tereza Cristina e comitiva reembarcaram no vapor "Apa", prosseguindo a viagem rumo a Alagoas.

1860

Surgiram os jornais "O Imparcial", que circulou até o número cinqüenta, "A Borboleta" e "A Estrêla" que fizeram aparição meteórica no periodismo local.

* * *

A comissão científica chefiada pelo cientista Guilherme Capanema comunicou ao presidente da Província ter descoberto vestígios de minério de ferro no lugar Putamuté, do Município de Sousa.

* * *

A experiência de cultivo do trigo, em Teixeira, feita pelo prático português, comprovou a viabilidade da implantação daquela cultura na Paraíba.

* * *

Desejoso de conhecer de perto as necessidades da Província e as suas possibilidades, o Presidente Luiz Antônio da Silva Nunes, que se empossou no cargo a 17 de abril, realizou, em julho, uma excursão ao interior, a começar de Pilar, percorrendo os Municípios de Ingá, Campina Grande, São João do Cariri, Teixeira,

Piancó, Sousa, Catolé do Rocha, Pombal, Alagoa Nova, Bananeiras, Guarabira, Mamanguape, Alhandra e Pedras de Fogo.

Visitou, assim, pràticamente, todo o território sob a sua administração.

1861

Instalou-se a Vila de Pedras de Fogo, a 29 de janeiro.

* * *

O Govêrno Imperial agraciou Estevão José da Rocha com o título de Barão de Araruna.

* * *

O prédio do Tesouro, erguido sôbre os alicerces destinados ao Teatro Público, custou 51:514$228 e foi inaugurado no comêço dêste ano.

* * *

A construção de uma nova ponte sôbre o Sanhauá, para substituir a existente, que não oferecia segurança ao tráfego, foi contratada com o Engenheiro Francisco da Silva Retumba por ...... 71:150$000.

* * *

A penúria do Tesouro provincial era extrema, tanto que o Govêrno viu-se na contingência de contrair um empréstimo de .... 42:000$000, para pagar o funcionalismo e solver outros compromissos que se achavam em grande atraso.

* * *

Em Areia, foi executado, a 8 de maio, Antônio das Virgens Beijú, acusado da morte do Dr. Trajano Chacon.

* * *

Circularam neste ano os jornais "O Heliotropo" e o "Diário da Paraiba".

* * *

Perduravam as dúvidas sôbre os limites da Província e para dirimi-las o Govêrno Imperial designou o Engenheiro Ernesto Au-

gusto Amorim do Vale, que realizou observações nas áreas controvertidas.

Tratando dêsse assunto, escreveu o Presidente Silva Nunes:

"O ex-Presidente Coronel Beaurepaire Rohan procurando averiguar quais os verdadeiros limites da Província, só pôde alcançar alguns fracos esclarecimentos acêrca dos desta com a Província do Rio Grande do Norte, e êsses mesmos esclarecimentos foram exclusivamente fornecidos por aquela Província. Não estão de tal modo determinados os referidos limites que se tenham evitado freqüentes questões. O lugar Marcos da Baía da Traição, têrmo de Mamanguape, tem originado conflitos, que felizmente não têm degenerado em fortes violências, pela maneira cheia de moderação e prudência porque têm procedido as autoridades de Mamanguape. Próximas a êsse lugar e em território limítrofe com o Rio Grande do Norte, existem as terras do Engenho Camaratuba, pertencente a Manuel Antônio Siqueira de Melo. Querendo êste proprietário fazer despejar das suas terras alguns moradores, sendo-lhe preciso recorrer às autoridades, dirigiu-se a Mamanguape. Fazendo estas expedir um mandato de despêjo, não puderam os oficiais de justiça fazê-lo cumprir, por se ter oposto a isto um inspetor de quarteirão do Rio Rio Grande do Norte, ameaçando com prisão a ordem do respectivo delegado. Procedendo-se depois uma vistoria, reconheceu-se que o lugar em questão fica aquém dos limites, bem claramente designados por marcos de pedra com a legenda *Paraíba*, do lado sul e do lado norte, a legenda *Rio Grande*. Em vista disto requereu Manuel Antônio nôvo mandato de despêjo que obteve, seguindo com os oficiais de justiça uma fôrça da Guarda Nacional, ao encontro dos quais saiu o Juiz de Direito de Goianinha, daquela Província, impedindo qualquer procedimento judicial das autoridades da Paraíba, obrando em nome do Presidente respectivo, o que fêz que retirassem, tanto oficiais de justiça como a Fôrça. O mesmo Juiz de Direito contestou posteriormente as informações dadas a esta presidência pelo juiz municipal e delegado de Mamanguape. Pela minha correspondência oficial a êste respeito com o Sr. Presidente do Rio Grande do Norte, verifica-se que estas questões não se acham decididas. Propus, ùltimamente, à S. Excia.,

levássemos ambos todo o ocorrido ao conhecimento do Govêrno Imperial, que poderá mandar proceder cientìficamente, e com mais segurança e perfeição os necessários exames, a fim de que a Assembléia Geral resolva definitivamente acêrca dêsses limites, conservando-se, entretanto, o *stato quo* até decisão superior. Quanto aos conflitos de jurisdição, que de nôvo se dessem, seriam êles decididos pelos tribunais como fôsse de direito. Nem é só com a Província do Rio Grande do Norte que se suscitam questões de limites com a Paraíba. Na nova Vila de Pedras de Fogo, da comarca de Pilar e na povoação de Mata Virgem, têrmo de Cabaceiras, comarca de São João do Cariri acham-se os limites com a Província de Pernambuco confusa e inconvenientemente designados. A primeira é cortada por uma linha divisora muito contestada: servindo outrora de limite à estrada geral, foi em conseqüência da mudança do trânsito, mudado também o traçado da estrada, pretendendo a Província de Pernambuco acompanhar essa circunstância acidental, que muito lhe aproveita. Parece-me que o bom direito se acha ao lado da Paraíba, apesar de que na Secretaria do Govêrno e nos arquivos existentes nenhum esclarecimento se encontra que possa perfeitamente orientar na questão. Novos exames e indagações seriam talvez necessários e em todo caso, seja qual fôr a decisão, deve cessar êsse inconveniente estado de cousas, que muito prejudica a numerosa população da localidade de que se trata. A linha divisora entre as duas províncias no Distrito de Mata Virgem, passa também no centro da capela que lá existe, de sorte que a entrada do templo pertence a uma das duas Províncias e o altar-mor à outra. Compreende-se a inconveniência política e administrativa de semelhante divisão, a que devem atender os podêres do Estado".

* * *

Em abril, com a encenação do drama "Desertor Húngaro", inaugurou-se na Praça 1.817 o teatrinho da Sociedade Melponeme Paraibana, o Santa Cruz, cujo prédio é ocupado atualmente pela primeira igreja Presbiteriana.

* * *

Foi nomeado Presidente da Província o Dr. Francisco de Araújo Lima.

* * *

O govêrno instituiu o prêmio de quatro contos de réis a ser concedido ao agricultor que exportasse, pela primeira vez, duas mil arrôbas de café.

1862

O Presidente Araújo Lima elaborou circunstanciado relatório sôbre as condições da Província, contendo sugestões acertadas para o seu desenvolvimento e a solução de vários dos problemas de maior influência na sua evolução econômica.

Eis alguns tópicos mais interessantes:

"Das diversas indústrias a que deve merecer todo cuidado é a agrícola, por ser a que maiores vantagens oferece à Província e é a sua melhor fonte de receita. Nos seus diferentes municípios os outros ramos de indústria não avultam, pode-se dizer que em alguns apenas satisfazem às necessidades locais. É sensível o desapreciamento a que têm chegado os nossos açúcares. Os proprietários dos engenhos já não mandam ao mercado açúcar purgado, como outrora muitos o faziam, satisfazem-se com o açúcar bruto, que dá menos trabalho e mais prontamente se habilitam êles a recolherem o produto das suas safras. Os outros ramos da indústria ressentem-se do mal que pesa sôbre a Agricultura em suas diferentes espécies e são exercidos nos diversos municípios da Província com mais ou menos proveito, em maior ou menor escala, segundo as circunstâncias peculiares a cada localidade predominantes. No município da Capital planta-se cana-de-açúcar, diversos grãos farináceos e raízes tuberosas e uma pequena parte da população tira a subsistência das artes necessárias. O fabrico do açúcar pode ser calculado em setenta e oito mil pães, e fabrica-se mais aguardente e a farinha de mandioca. As melhores terras para o plantio do coqueiro pertencem a êste e ao Município de Alhandra, entretanto a grande riqueza da costa da Província está ainda por explorar convenientemente. A produção dos côcos que se obtêm sem trabalho, perma-

nece quase entregue à Natureza. A mão do homem pouco ou nada faz no sentido de conseguir dêsse produto todo proveito possível. O azeite do côco é empregado em diversos misteres; seu consumo cresce quotidianamente e as máquinas de vapor que se vão introduzindo constante e sucessivamente no país, são suficientes para consumir em quantidades avultadas matérias oleosas e gordurentas. Não fica aí o proveito a tirar-se do plantio do coqueiro, pois dos resíduos dos côcos se tem alimento para as aves domésticas e gado suíno, das cascas material para o fabrico dos cabos usados na navegação e, finalmente, emprêgo a uma população importante que vive na inércia e satisfeita com a pesca de que mal se alimenta. No Município de Alhandra a população ocupa-se no fabrico de aguardente e açúcar e no plantio de tabaco e grãos farináceos e raízes tuberosas. No Município da Cidade de Mamanguape o fabrico de açúcar é calculado em trinta e oito mil pães, o de aguardente em vinte e uma mil canadas e o de farinha de mandioca, em mil e seiscentos alqueires. Além dêsse resultado, recolhe mais feijão em quantidade avultada, para mais de mil e trezentos alqueires de milho e de outros grãos farináceos e raízes tuberosas, duas mil e qinhentas arrôbas de algodão e outros produtos devidos às artes mecânicas. A criação do gado vacum e a pesca são em pequena escala. Êste município é um dos mais populosos e ricos da Paraíba. No Município de Pilar se obtém os seguintes produtos: açúcar, mais de dezesseis mil pães, aguardente, algodão e farináceos. A criação do gado é também promovida neste município. No Município de Pedras de Fogo se obtém açúcar para dezoito mil pães, algodão, aguardentes e farináceos. No Município de Ingá se obtém açúcar para seiscentos pães, azeite de mamona para cinqüenta mil canadas, aguardente e farináceos e a criação do gado é também promovida. No Município de Campina Grande cultiva-se o algodoeiro, a cana-de-açúcar que é empregada no fabrico de rapaduras e no de aguardente e diversos farináceos. A criação do gado. No Município de Areia o plantio de cana-de-açúcar é feito em larga escala; a colheita do algodão é calculada em dezoito mil arrôbas além dos farináceos colhe-se porção de café. O Município de Areia é importante por sua crescida população e riqueza. No Município

de Alagoa Nova o plantio de cana-de-açúcar é em pequena escala além do algodoeiro e farináceos a indústria da criação de gado é ali exercida. No Município de Bananeiras a colheita é variada pois naquela localidade cuida-se do plantio de cafèzeiros, do tabaco, dos grãos farináceos, raízes tuberosas, da cana-do-açúcar, fabrico dêste e de aguardente, e bem assim da criação do gado em pequena escala. No Município de Independência (Guarabira) cultivam-se vários farináceos, cana-de-açúcar, que é fabricado em quantidade superior a doze mil pães, além de porção de rapaduras e cuida-se da criação de gado. No Município de Cuité a criação do gado é o ramo da indústria que ali mais avulta, sendo que o plantio de farináceos ocupa o restante da população. No Município de São João do Cariri a produção algodoeira é em quantidade superior a mil arrôbas, a cana-de-açúcar para dez mil rapaduras, a mandioca para trezentos alqueires de farinha, o milho para quinhentos ditos, o feijão para duzentos ditos, arroz para igual número de alqueires, queijos, gado vacum para quinze mil cabeças, dito cavalar para seiscentas ditas. No Município de Cabaceiras também há criação de gados, sendo a colheita de algodão calculada em oitocentas arrôbas, a de mandioca em quinhentos alqueires de farinha, a de feijão em cem alqueires e a de arroz em cinqüenta ditos. No Município de Teixeira o produto do plantio da cana em seu resultado é calculado em doze mil rapaduras, o de mandioca em dois mil alqueires, o de feijão em trezentos alqueires, o do milho em oito mil ditos, e há alguma criação de gado. No Município de Patos é usado o plantio dos farináceos bastante para as necessidades locais, em épocas regulares ali cuida-se especialmente da criação de gado. No Município de Pombal a criação de gado é em grande escala e em um ou outro ponto, promove-se o plantio de farináceos, suficiente para o abastecimento da população em épocas e circunstâncias normais. No Município de Catolé do Rocha também se promove a criação de agdo e cultiva-se o algodoeiro, farináceos e cana-de-açúcar que é empregada no fabrico de rapaduras e aguardente. No Município de Sousa, plantam-se as raízes tuberosas e destas a mandioca suficiente para quatro mil alqueires de farináceos, sendo o feijão para três mil ditos, milho para onze mil ditos, arroz para

seis mil ditos, cana-de-açúcar para quatro mil cargas de rapaduras e quinhentas arrôbas de açúcar. Além dêsses produtos apanha-se algum algodão e a criação do gado regula na seguinte proporção: cavalar, duas mil cabeças; vacum, vinte e nove mil ditas, e dito miúdo em grande quantidade. Há ainda na dita cidade alguma indústria manufatureira. Dos municípios da Província é o da Cidade de Sousa o que tem açudes em maior quantidade. No Município de Piancó cultiva-se o algodoeiro que produz o melhor algodão da Província e farináceos. Neste município a criação de gado é muito importante".

Sôbre o reaparecimento da epidemia de cólera-morbo, verificado nos últimos meses do ano anterior, assim se referiu o Presidente:

"O ano de 1861 caminha para o seu ocaso, quando a 18 de dezembro o suão da morte, a que a medicina denomina — *Cholera morbus* — soprou no lugar Aningas, da Comarca de Goiana, da Província de Pernambuco. A população dali não esquecida ainda dos horrores de 1856 e tomada de assalto quase sucumbe ao flagelo que tantas lágrimas lhe custou. A incredulidade de uns e a fraqueza de outros, geraram desencontradas: êstes davam o mal acompanhado de todo o seu cortejo e aqueles julgavam-no impossível e a notícia do seu reaparecimento filha da especulação".

A epidemia alastrou-se por quase todo território paraibano, fazendo 3.333 vítimas.

* * *

Dados estatísticos referentes a êste ano:

Importação de portos nacionais 54:874$047; do estrangeiro — 1.115:317$000;

Exportação: Valor do algodão embarcado 2.294:877$550; do açucar: 1.209:016$000. Foram exportados ainda 652 quintais de pau-brasil.

Instrução Primária: havia 54 escolas com a freqüência de 1.572 escolares;

Ensino Secundário: No Liceu freqüentavam as aulas 164 alunos.

* * *

Na Repartição de Terras Públicas foram registradas 22.660 posses de terra.

* * *

O Presidente Araújo Lima gostava de transmitir ao papel o resultado das suas observações sôbre as cousas e terras da Província. Sôbre os nossos rios deixou as seguintes impressões:

"O Rio Abiaí, que é navegável duas léguas, pouco mais ou menos, por canoas, jangadas e barcaças, que são empregadas na condução de açúcar, lenha e gêneros alimentícios. O Graú, conquanto não tenha navegação no presente, poderá conseguir igual navegação a do primeiro. O Rio Gramame, permite três a quatro léguas de navegação, por meio de transportes iguais aos que cursam o Abiaí, os quais são empregados na condução de lenha e gêneros alimentícios. O Rio Paraíba, que forma o pôrto desta Capital, é navegável por embarcações de pequeno e alto bordo, barcaças e outros meios de transporte, empregados na importação e exportação de gêneros produzidos ou consumidos na Província. O Rio Mamanguape, que permite a entrada e curso a navios de grande calado, na extensão de uma légua dali até à cidade do mesmo nome, barcaças, jangadas e canoas, facilita o transporte do açúcar de uma boa parte da Província e bem assim do algodão e mais gêneros. Êste rio carece de melhoramento, para o qual o corpo legislativo tem consignado quota; entretanto nenhum se realizou. O Rio Miri é navegável em uma extensão de três léguas por barcaças, jangadas e canoas, empregadas na condução do açúcar e outros gêneros. O Rio Camaratuba, que é pouco navegável, por embarcações miúdas e das mencionadas, pode prestar-se ao transporte dos gêneros de produção da Província, que possam ali algures ser colhidos. A baía que existe é a bem conhecida e denominada da Traição, a qual tem excelente pôrto com proporção para admitir em suas águas embarcações de alto bordo sendo muito freqüentada especialmente por jangadas, que são empregadas na pescaria em alto mar".

Calculava-se, neste ano, que o número de escravos existentes na Província chegava a 28.000, para uma população livre de 202.000 indivíduos.

* * *

Circularam na Capital no ano de 1862 os seguintes jornais: "O Comercial", "Mercantil Paraibano", "O Publicador", "Jornal da Paraíba", "O Conservador Paraibano", "Quiromancia" e "O Amor Perfeito", êstes últimos fôlhas literárias.

* * *

Pombal foi elevada à categoria de cidade, pela lei n.º 68 de 21 de julho.

1863

A despesa da Província para o exercício financeiro de 1863, foi orçada em 266:501$097.

* * *

Para efeito das eleições provinciais o território da Paraíba ficou dividido em dois distritos eleitorais.

* * *

Foram criados os Municípios de Cajazeiras e Misericórdia.

1864

Veio governar a Paraíba, como seu Presidente, o Dr. Sinval Odorico de Moura, que tomou posse do cargo a 18 de maio.

* * *

O govêrno contratou com o Bacharel Luiz de Albuquerque Martins Pereira, por seiscentos mil réis, o levantamento do quadro geral da população da Província.

* * *

A valorização do algodão propiciou o estado de prosperidade geral, refletindo-se na situação do Tesouro, que encerrou o primeiro semestre com o avultado saldo de oitenta contos de réis.

1865

A despesa orçada saltou para 560:997$723.

* * *

Registraram-se distúrbios em Teixeira, Ingá, Patos e Sousa, acalmados ràpidamente, sem maiores conseqüências.

* * *

Foi fundada a Escola de Educandos Artífices, destinada a ministrar o ensino profissional, sobretudo aos jovens órfãos.

* * *

A Paraíba contribuiu com 1.927 voluntários e recrutas para o exército empenhado na Guerra do Paraguai.

1866

Refletiu-se na composição da Assembléia Provincial, eleita para a legislatura de 1866/67, a mutação da política nacional, propiciada pela ascenção ao poder do Partido Liberal, com o predomínio de maciça maioria desta corrente, surgindo vários nomes novos que, de futuro se afirmariam nos vários setores da vida pública.

"A Paraíba desenvolve-se lentamente mas com certa segurança. Os partidos que militam, traçam as suas normas de ação dentro da lei e da ordem. Quando um dêles está no poder, o outro espera pacientemente que chegue a sua vez de governar. A confiança na mutação política, de modo a não haver ostracismo duradouro, permite a cada uma regimentar-se mesmo quando já apeado do poder". (TAVARES CAVALCANTI — *Epitome da História da Paraíba*).

* * *

Assumiu o Govêrno da Província, a 14 de novembro, Dr. Américo Brasiliense de Almeida e Melo, que se conservou no poder dezessete meses.

* * *

O orçamento da Província consigna a verba de despesa no montante de 747:583$623.

* * *

A administração Américo Brasiliense despendeu em obras públicas 117:868$475 e, ao encerrar-se, deixou nos cofres do Tesouro, um saldo de 292:112$392. A receita do ano anterior alcançou a cifra de 495:150$116.

1867

A 20 de setembro foi nomeado Presidente da Província Inocêncio Seráfico de Assis Carvalho, que se empossou no cargo a 1 de novembro. O cargo vinha sendo exercido, interinamente, por José Teixeira de Vasconcelos (Barão de Maraú) desde o afastamento do titular efetivo, que seguira para o Rio, a fim de participar dos trabalhos do Congresso Nacional, como deputado por São Paulo.

* * *

Prosseguiu ativo o recrutamento de elementos para o exército em operação de Guerra no Paraguai, registrando-se violências da parte dos recrutadores, dando margem a reclamações das pessoas atingidas por êsses atos de prepotência policial.

* * *

Criação do Município de Pedras de Fogo, pela Provincial nº 720, de 2 de maio dêste ano aliás, restauração.

1868

O nôvo Presidente da Província, Teodoro Machado Freire Pereira da Silva assumiu o exercício do cargo a 9 de abril, permanecendo no pôsto até 17 de agôsto, durando, a sua administração, portanto, cinco meses e dias.

* * *

Esboçou-se o período de depressão econômica que se prolongou por vários anos, provocado pela baixa do algodão, que havia

alcançado altas cotações, em conseqüência da anarquia da produção norte-americana, devido à Guerra da Secessão, que paralizou e desorganizou a produção das regiões algodoeiras daquele país.

* * *

A Paraíba ia entrar nêsse período de diminuição de rendas sobrecarregada de compromissos de ordem financeira, que pressagiavam dias difíceis. O govêrno era devedor de cêrca de quatrocentos e sessenta contos, além das apólices emitidas para o custeio de obras e do empréstimo de duzentos contos, contraídos no Banco do Brasil, sem falar das obrigações e juros decorrentes dos contratos feitos com o Barão de Livramento, para a execução das construções de estradas e pontes, iniciadas numa fase de evidente prosperidade e que agora representavam encargos excessivos, para serem suportados pelas débeis finanças provinciais.

Era, pois, de apreensões a situação que se pressentia aproximar-se, inflexível e ameaçadora.

1869

A 11 de junho realizou-se a posse de nôvo Presidente da Província, Venâncio José de Oliveira Lisboa, que recebeu o govêrno das mãos do Presidente interino Francisco Pinto Pessoa.

* * *

As inscrições ruprestes, que se encontram em vários pontos da Paraíba, sempre têm intrigado os estudiosos, pela circunstância de não se parecerem com nenhuma das escritas antigas conhecidas; têm uma leve semelhança, é verdade, com os hierógrafos egípcios, mas não se prestam a interpretações à luz dos conhecimentos do nosso tempo. Tudo indica tratar-se de escrita de um povo que aqui viveu há milênios, cuja civilização desapareceu sem deixar outros vestígios.

O Engenheiro Francisco Retumba, nas suas peregrinações pelo interior impressionou-se vivamente com êsses petrógrafos e procurou explicar a sua origem, atribuindo à população selvagem quan-

do estava num estado de maior adiantamento. Assim exprimiu o seu pensamento:

"Consistem elas em riscos e linhas retas e curvas, às vêzes combinadas, formando uma espécie de hieróglifos ou caracteres difíceis de interpretar. Êsses caracteres se encontram pintados em gigantescas pedras ou em serras altíssimas, quase todos em lugares de difícil acesso. Cada um dos caracteres que formam a inscrição se acha perfeitamente separado do caráter ou letra seguinte, de modo a não existir confusão alguma. Encarnada é, em geral, a tinta de que se serviam para pintar semelhantes inscrições, que são, pela maior parte, colocadas ao abrigo das chuvas. Foi em Gengibre segundo a linguagem oficial, ou Belém na linguagem do povo que pela primeira vez tive ocasião de observar semelhante curiosidade, depois fui encontrando outras e mais outras: afinal não há parte nenhuma do sertão onde se não as encontre a cada passo. Dei-lhes a princípio pouca importância, sobretudo em face da credulidade popular, que desde Gengibre até Pombal, é unânime em atribuir a origem delas aos holandêses ou flamengos, como dizem os sertanejos, que em grande parte estão firmemente persuadidos de que anunciam tais letreiros a existência de tesouro ou dinheiro enterrados."

O enigma dessas inscrições continua desafiando os estudiosos e provàvelmente, como acontece com os mistérios da Ilha da Páscoa, nunca chegarão a serem decifrados.

* * *

O orçamento provincial de 1869 consigna uma despesa de 494:273$093.

1870

Diversas calamidades assolaram a Paraíba: a sêca no sertão a praga de lagarta que devastou as lavouras e as grandes cheias dos rios produzindo enormes estragos nas propriedades ribeirinhas, tudo isto concorrendo para criar a situação de dificuldade financeira de que o Presidente Venâncio José de Oliveira Lisboa

acentuou no relatório que apresentou, ao deixar o govêrno a 12 de outubro.

Desolador era o estado da instrução pública, como denuncia êsse trecho do referido documento:

"O Liceu vegeta quase sem alunos. As aulas freqüentadas são as de Latim e Francês; as de Inglês e Geografia, têm um aluno e as de Filosofia, Retórica e Geométrica, nem um; não é menos contristador o estado da instrução primária; para o que muito contribuem os comissários, que não cumprem, na maior parte, os seus deveres, levando a sua desídia ao ponto de passarem atestados de freqüência aos professôres para receberem os seus vencimentos, estando êles ausentes de suas cadeiras."

* * *

O término da Guerra do Paraguai foi festejado na Capital, tendo o govêrno dispendido 7:100$000 com essas solenidades, fazendo parte do programa a libertação de escravos, que se procedeu, concedendo cartas de alforria a dezenove escravas de pouca idade.

O regresso dos voluntários paraibanos, que combateram naquela guerra, constituiu também um acontecimento de relêvo. Voltaram apenas noventa dêsses bravos, os quais tiveram baixa e foram pagos dos seus soldos, seguindo cada um para a sua terra natal.

1871

Acentuava-se a depressão das rendas provinciais, determinando várias medidas de compressão dos gastos públicos, inclusive a supressão de vinte e duas escolas e aplicação do desconto de cinco por cento nos vencimentos dos funcionários provinciais, que se achavam em grande atraso no recebimento dos seus proventos.

A despesa provincial estava orçada em 617:399$799.

1872

Assumiu o Govêrno da Província, a 25 de julho, o Presidente Heráclito de Alcântara Pereira da Graça, que o exerceu até 11 de

novembro, quando passou o exercício ao seu substituto, nomeado pelo Govêrno Imperial, Francisco Teixeira de Sá.

* * *

Uma comissão de oficiais da marinha chegou do Rio, com incumbência de proceder à montagem do farol da barra de Cabedelo, missão que desempenhou prontamente. Referindo-se a êsse melhoramento, o Vice-Presidente Frederico de Almeida e Albuquerque,que exercia interinamente as funções de Presidente, lembrou a necessidade inadiável da execução dos serviços de dragagem do Rio Paraíba, no trecho que liga a Capital àquela localidade.

* * *

O Govêrno Imperial concedeu a Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, Anísio Salatiel Carneiro da Cunha e Engenheiro André Rebouças, a autorização para constituirem uma Companhia que se incumba da construção da *estrada de ferro econômica entre esta Capital e Alagoa Grande*.

Igual concessão foi feita ao Engenheiro João Pedro de Almeida, para a construção de uma estrada de ferro de bitola estreita, ligando a Cidade de Sousa ao Pôrto de Mossoró, no Rio Grande do Norte.

1873

Assumiu o Govêrno o Presidente Silvino Elvídio Carneiro da Cunha (Barão do Abiaí).

* * *

Predominou na composição da Assembléia Legislativa o elemento do Partido Conservador, ao qual pertencia o Presidente da Província. A única exceção era o Padre José Ambrósio da Costa Ramos, isolado representante do Partido Liberal, num corpo legislativo constituído de adversários políticos.

1874

A exemplo do que ocorreu com a decretação do registro de nascimentos, também a adoção do sistema métrico decimal provocou

a revolta da população ignorante, irrompendo o movimento que se denominou do *"Quebra Quilo"*.

"Das quebradas da serra Bodopitá, 25 quilômetros ao sul da Cidade de Campina Grande, partiram os grupos "quebra-quilos" que, engrossando, assaltaram diversas localidades do interior da Paraíba e internaram-se, devastando vários pontos de Pernambuco. Irineu Jofily aponta como causa principal o aumento de impostos, outros acrescentam o recenseamento que então se procedia e o alistamento para o exército e a armada".

. . . .

"A horda avolumou-se tanto que tôda Paraíba tremeu de susto e o Govêrno Imperial mandou incontinenti, sob as ordens do General Severiano da Fonsêca, o 14º Batalhão de Infantaria, com o efetivo de 38 oficiais e 540 soldados, uma ala do 17º Batalhão de Infantaria com 9 oficiais e 211 soldados, um piquête de cavalaria com 1 oficial e 19 soldados. A polícia tinha o efetivo de 17 oficiais e 243 praças, precisamente 1.023 praças, sendo 780 de linha e 243 da polícia, não contando com os destacamentos da Guarda Nacional. Além de um vaso de guerra, que veio estacionar no pôrto da Capital, em cujo bordo mais de uma noite dormiu o então Presidente da Província. O movimento prosseguiu, porém, como não se generalizou a todos os municípios do Alto Sertão, os principais chefes não apareceram à sua frente; quando os infelizes matutos compreenderam que estavam sendo ludibriados, abandonaram a triste emprêsa." (Coriolano de Medeiros — "Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano").

"Atos de selvageria inqualificável foram cometidos contra indivíduos brancos, salientando-se, nessa tarefa negregada o Capitão Longuinho, criador do famigerado "colête de couro". Constava êsse instrumento de torturas de um pedaço de couro de boi, sem curtir, amolecido n'água e costurado ao tronco da vítima. Poucas horas depois começava a secar e a retrair-se, comprimindo o infeliz a ponto de rebentar-lhe as costelas e o sangue golfar pela bôca. Êsse desalmado adquiriu tão sinistra nomeada que, muitos anos depois, o seu nome ainda era pronunciado entre maldições

na zona que foi teatro das suas proezas sádicas." (JOSÉ LEAL — *Êste Pedaço do Nordeste*).

O Presidente da Província, na sua mensagem à Assembléia, referiu-se com discreção ao acontecimento, diminuindo--lhe a significação explicàvelmente. Entretanto 34 pessoas, apontadas como suas inspiradas foram processadas e submetidas ao júri, na Capital, que as absolveu. Entre os envolvidos no processo figuravam o Padre Calixto Correia da Nóbrega, vigário de Campina Grande e outros elementos de projeção social e política na Zona do Brejo. Mas o herói popular do movimento foi um modesto homem do povo, conhecido por "João Carga de Água", residente em Campina Grande, que o animou com o seu entusiasmo e a agressividade com que arrebentava os pêsos e as medidas do nôvo sistema.

* * *

Neste ano começou a construção de Taperoá, Batalhão naquela época, cujo nome atribuem ao fato de ali ter estacionado um destacamento da tropa que perseguia os revolucionários de 1848, avançado algumas pessoas que naquele local se verificara sério encontro armado entre os perseguidos e a Coluna Legalista, fato êste de que nenhum documento faz referência.

* * *

Criação da Comarca de Alagoa Grande, desmembrada da de Areia.

1875

O recenseamento procedido na Paraíba acusou a presença de 375.541 pessoas, sendo do sexo masculino 175.074 e do feminino 200.467, verificando-se, assim, um excedente de 25.393 mulheres. Dos indivíduos do sexo feminino, apenas 194 não eram brasileiros, sendo que o número de homens estrangeiros atingia a 648 O número de escravos era de 22.642, sendo 11.579 homens e 11.063 mulheres. O elemento indígena contribuiu com 6.901 homens e 7.399 mulheres.

* * *

No Hospital da Santa Casa foram internados para tratamento 295 doentes, dos quais morreram 61. No cemitério foram inumados 286 cadáveres de indivíduos do sexo masculino e 223 do feminino. A Santa Casa recebia uma subvenção do govêrno provincial de 8:000$000 anuais, para o tratamento dos doentes indigentes.

* * *

O Colégio dos Educandos custou, neste ano, aos cofres provinciais, 113:641$776, tendo sido a sua freqüência de apenas dez alunos; em vista do custo oneroso do estabelecimento, foi extinto e os seus estudantes transferidos para a Escola de Aprendizes de Marinheiros.

* * *

Devido à influência de Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, Ministro da Justiça, inaugurou-se a linha telegráfica, ligando a Paraíba ao Recife.

Ao mesmo tempo foram vencidos todos os impecilhos que impediam a organização da Companhia destinada a construir o primeiro ramal ferroviário da Província.

* * *

O Presidente da Província preconizava a instituição do ensino primário obrigatório, mas, diante da impossibilidade de adotar essa medida, por motivo de ordem financeira, pediu à Assembléia a elevação dos vencimentos, não sòmente dos professôres primários, como também dos que regiam Cadeiras no Liceu Paraibano.

A freqüência das escolas foi de 2.439 meninos e 1.055 meninas, além de 185 e 85, respestivamente, que freqüentavam as aulas particulares. O Liceu tinha a freqüência de 152 estudantes. E ainda havia aulas de Latim em Mamanguape, Areia e Pombal, com a freqüência de 25 alunos.

1876

A Assembléia Provincial orçou a despesa da Província em 599:447$998.

* * *

A legislatura de 1876/77 ainda era predominantemente conservadora, destacando-se como únicos liberais, talvez, os Padres José Ambrósio da Costa Ramos e José Antunes Brandão, êste último, vigário de Alagoa Nova.

* * *

Criação do Município de Araruna.

1877

De 9 de janeiro a 24 de abril governaram a Província os Vice-Presidentes João da Mata Correia Lima e José Paulino de Figueirêdo, na vacância de Flávio Clementino da Silva Freire (Barão de Mamanguape), que deixara o cargo com a mudança ministerial operada naquele mês. A 24 de abril assumiu o cargo o Presidente Esmerino Gomes Parente.

Já então a Província se debatia a braços com uma sêca calamitosa, da qual ainda estão bem vivos na memória de todos os nordestinos os seus horrores e o padecimento indizível da população desta área.

"Os invernos não foram, em regra tão abundantes, como se cuida geralmente; havia de longe em longe, prejuízos parciais. Falharam, mais ou menos os anos de 1851, 1853, 1860, 1865, 1866 e 1870. Foram os chamados *ripiquêtes*, ou pequenas manifestações de sêcas. O ano de 1877 foi o mais aflitivo .

. . . .

O ano de 1861 foi de uma inverneira que inundou os campos de criação. Para extremos de má sorte, as irrupções do cólera, em 1856 e 1862 ceifaram sem conta a população, que ainda sofreu os desfalques da Guerra do Paraguai. E, como se não bastassem tantas agonias o ano de 1877 foi o início de uma conjugação de influências, cada qual mais funesta, que nunca se vira. Houvera invasões da mesma violência. Mas o campo de destruição era menos vasto. Como que o fenômeno misterioso dera larga à fortuna inconstante do sertanejo para que se formasse maior messe aos seus estragos!... No relatório com que a 9 de janeiro o Barão de Mamanguape passou a administração da Província ao Dr. João da Mata

Corrêia Lima, segundo Vice-Presidente, já é atribuída "a diminuição havida na produção de gado à irregularidade das estações." Eram os efeitos de *ripiquêtes* dos anos anteriores.

. . . .

As finanças provinciais eram precárias. A lavoura, fonte principal das rendas, estava em crise pela depreciação dos preços dos principais produtos — o açúcar e o algodão. Apesar dessa exaustão do erário público, foram remetidos alguns socorros para Sousa, Pombal e Catolé do Rocha. O mal, porém, propagou-se daí a pouco por todo interior, com mais sombrios agravantes.

. . . .

Tinha sido atacada a Coletoria das Rendas Gerais de Teixeira. Fôra guarnecer êsse ponto o Tenente Varela que, para logo, caiu morto de emboscada, ao trabuco de Ludgero. Os jornais clamavam de muito tempo contra a impunidade que acoroçoava o crime. Jesuino Brilhante fixara-se em lugar Boa Vista, a menos de duas léguas da Cidade de Pombal e nenhuma diligência da polícia para o capturar. E, dêsse jeito, à miséria popular veio juntar-se o terror. Alguns fazendeiros abastados que poderiam resistir a crise, durante alguns meses emigraram, sem demora, temerosos de assaltos. Haviam-se evadido das prisões muitos indivíduos implicados no movimento do Quebra-Quilos. E com outros companheiros que andavam homisiados, incorporaram-se aos bandos de malfeitores para, mais confiadamente, se subtraírem à ação da Justiça. A Cadeia de Campina Grande fôra arrombada por 16 presos que escaparam. Decorridas algumas semanas, no dia 6 de maio, como o destacamento estacionado na mesma cidade tivesse abandonado o seu pôsto, fugiram mais 11 detentos, entre os quais o famigerado Alexandre de Viveiros, chefe do levante de 1874; foi ainda arrombada a Cadeia de Mamanguape e ao mesmo passo, muitos sentenciados, recolhidos às prisões da Capital e de Ingá, iludindo a vigilância das escoltas, no serviço da faxina, se puseram a salvo. E, assim iam-se tornando mais temíveis as correrias com a aquisição de novos profissionais do crime desta província e da do Ceará. A fraqueza das autoridades permitia fôssem engrossando os grupos: o do Calangro, evadido da Cadeia de Crato, encabeçando 60 assalariados de Inocêncio Vermelho; o de Sebastião Pelado, inimigo dos primeiros;

o dos irmãos Viriato, formado de mais de 40 bandidos; o dos Mateus e outros. No dia 17 de maio Liberato assaltou duas propriedades em Alagoa Grande. Amiúdavam-se os latrocínios. Quando não os celerados charqueavam as reses à vista dos seus donos os quais, inermes e em risco de morte, se conformavam com essas extorsões. As zonas agrícolas da Província vinham acolhendo, dia a dia, os magotes de retirantes, mas os seus recursos estavam a pique de total devastação." (JOSÉ AMÉRICO DE ALMEIDA — *A Paraíba e seus Problemas*).

A sêca perdurava implacável, dispersando a população sertaneja que invadia as zonas onde havia chovido. A tragédia das retiradas, assumia aspectos dantescos. A fome amortecendo os instintos, apagando o sentimento de família, provocava cenas incríveis.

Relatam-se casos de antropofagia, demonstrando que a insânia começava a devastar os espíritos equilibrados dos sertanejos. Conta-se, a propósito, o caso aliás, relatado por um jornal da época, da retirante Dionísia dos Anjos que matou uma menina e depois devorou o seu cadáver vorazmente.

Os assaltos e latrocínios e tôda a escala de crimes, campeavam desenfreadas, diante da impotência das autoridades para lhes pôr côbro.

A miséria alcançou níveis até então desconhecidos e a desorganização da economia atingiu o cúmulo. Êsse o saldo de ruínas deixado à Paraíba após o primeiro ano de uma calamidade que ainda se fêz sentir os seus efeitos maléficos no ano seguinte.

A história da Sêca de 1877 tem sido fixada por numerosos escritores, mas nenhum conseguiu, ainda, dar a medida exata do que realmente foi para o nordestino que lhe sofreu o impacto.

1878

Na composição da Assembléia, resultante do pleito de 1878, predominou o elemento liberal, destacando-se dêste, alguns nomes que com o correr dos anos exerceram grande influência na política paraibana, como sejam Gama e Melo, Maciel Pinheiro e Albino Meira.

* * *

Iniciou-se, a 1 de março, o período governamental do Presidente Ulisses Machado Pereira Viana, que a 20 de março passou o exercício ao Vice-Presidente Felipe Benício da Fonsêca Galvão o qual, por sua vez, o transmitiu a 12 de junho ao Presidente José Rodrigues Pereira Júnior.

* * *

Sôbre as condições do ensino público escreveu o chefe do govêrno provincial:

"A instrução pública na Província acha-se dividida em dois cursos: primário e secundário; êste é dado no Liceu, em 8 Cadeiras e aquêle para 65 escolas, em diferentes localidades, sendo 35 do sexo masculino e 25 do sexo feminino." No ano anterior o número de escolas era de 107.

* * *

A consignação orçamentária à instrução pública montava a 116:855$133, enquanto a Assembléia Legislativa custava aos cofres públicos, apenas, 19:910$332.

* * *

Ainda sofrendo as conseqüências da sêca, a Província se debatia num mar de problemas e dentre êstes o mais urgente era o do restabelecimento da normalidade econômica, através do amparo à população tão duramente provada pelo sofrimento.

O capítulo da mensagem do Presidente interino, Felipe Benício da Fonseca Galvão, dedicada a êsse aspecto da situação abre assim:

"*Sêca*, êsse terrível flagelo que há três anos devasta esta Província, prossegue com todo o seu cortejo de misérias e vexações. O inverno do presente ano que se afigurou animador e regular, trazendo as mais lisonjeiras esperanças à população em geral, oprimida pelos dolorosos sofrimentos, resultantes de tão aflitiva e prolongada situação, foi, infelizmente, ilusório e aparente. As primeiras chuvas dos meses de janeiro e fevereiro, aliás abundantes em tôda a Província, fizeram nutrir grandes esperanças e contentamento a tôdas as relações sociais. Da população foragida

aglomerada nesta Capital, parte dela regressou aos seus antigos domicílios, alentada pelas favoráveis notícias, que recebia, de terem caído boas chuvas naquelas tórridas paragens, hoje quase abandonadas. Extensas plantações de cereais e de mandioca se fundaram quer no Alto Sertão, quer nos Brejos e litoral, mas a suspensão inesperada das chuvas e em seguida a peste da lagarta fizeram desaparecer tudo quanto havia brotado."

* * *

Parte dos flagelados da sêca fôra concentrada em cinco núcleos-colônias, estabelecidos em terras de particulares, que se prestaram a recebê-los. Êsses núcleos ficaram localizados em Mussuré, sítio da Lagoa, no Município da Capital; Ipitipuca, Patos e Bom Jardim no Município de Mamanguape. Eram 31, no rigor da sêca. tendo abrigado 8.911 pessoas.

* * *

Circulavam na Capital os jornais "União Liberal", "A Opinião" e "Liberal Paraibano"

1879

Neste ano estavam circulando na Paraíba os periódicos: "A Idéia", "Jornal Oficial" e o "Observador".

* * *

Iniciou-se a segunda administração interina do Vice-Presidente Felipe Benício da Fonseca Galvão, o qual transmitiu o poder em 12 de junho, ao Presidente José Rodrigues Pereira Júnior.

* * *

O orçamento provincial deficitário era a imagem real da situação oriunda da estiagem prolongada e dos maus invernos que lhe sucederam. A despesa foi orçada em 425:328$560, enquanto a receita foi prevista em 358:112$561.

1880

O movimento abolicionista contagiou a elite paraibana, pertencente ao "Grêmio Recreativo", cujos sócios estabeleceram ligações com os jangadeiros cearenses, paladinos dessa causa. O jornal "O Norte", que havia neste tempo, começou a fazer propaganda do abolicionismo, impressionando vivamente a opinião pública os seus argumentos em defesa da tese da libertação total do elemento servil.

* * *

Inaugurou-se o primeiro trecho da estrada de ferro, que alcançava a Vila de Mulungú, acontecimento de significação indisfarçá vel para o progresso da Paraíba, encerrando a fase de tardias e penosas comunicações.

* * *

O govêrno provincial abriu créditos, para socorros públicos, na importância de 20:000$000, a fim de amparar os flagelados da sêca de 1877, que ainda não tinham voltado aos seus lares.

* * *

A dívida ativa do Tesouro provincial era de 402:914$319, a passiva de 891:201$625 e a fundada de 315:351$625.

Parte dessa dívida era resultante da emissão de apólices no valor de 185:850$500 e do empréstimo no Banco do Brasil de 300:000$000, não resgatados.

1881

O relatório que o Engenheiro Francisco Retumba escreveu, após ter excursionado ao Sertão, contém trechos como êste:

"Em certos dias da semana costuma reunir-se o povo em certos e determinados lugares, no intuito de vender os produtos agrícolas e outros, de que fazem negócio, e comprar outros mantimentos que lhes faltam para passar a semana. Chama-se a isto feira. Essas feiras são às vêzes consideráveis, acudindo a elas centenas de pessoas. Ordinàriamente começam às 10 horas da manhã e não raro duram até às 5 horas da tarde. Pois bem: em

poucos lugares existem casas de mercado, barracões ou simplesmente telheiros que sirvam de abrigo a todo êsse povo. Quase geralmente reune-se êle na rua ou praça principal da localidade e aí deixa-se ficar o dia inteiro, curtindo os raios do sol desolador. E' preciso que as Câmaras municipais se achem em posição de acudir a semelhante necessidade, construindo casas de mercado que mais tarde bem bons lucros lhe poderão deixar. No Sertão não há médicos, três ou quatro quando muito. Daí males incalculáveis, como vi de perto mais de uma vez. Pobres como são as populações, é exato que não podem elas dispor de recursos para pagar visitas de médico; mas por que não há em cada localidade, um médico de partido às expensas da Câmara Municipal ? Ganharia todo mundo com semelhante medida".

* * *

Fundação de Antenor Navarro, sob a denominação de São João do Rio do Peixe, aliás, criação do município.

1882

O orçamento provincial dêste exercício fixou a despesa em 448:491$833.

* * *

A 9 de novembro assumiu a presidência da Província o Presidente José Basson de Miranda Osório. Durante êste ano exerceram êsse cargo, Antônio Alfredo da Gama e Melo, de 4 de março a 21 de maio e de 2 a 9 de novembro e Manuel Ventura de Barros Leite Sampaio, de 21 de maio a 2 de novembro.

1883

O movimento emancipador dos escravos empolgou os paraibanos, surgindo núcleos de propaganda da idéia e, com a passagem de José do Patrocínio pela Capital, fundou-se "A Emancipação Paraibana", cuja instalação realizou-se solene, no Teatro da cidade, perante numerosa assistência. Era presidida pelo Padre João do Rêgo Moura. O movimento tinha um órgão na imprensa "O Eman-

cipador", que entrou a circular, defendendo um programa definido. As alforrias tiveram início, sob simpática espectativa da população.

* * *

A imprensa estava representada pelos jornais "O Liberal Paraibano", "O Jornal da Paraíba" e "O Conservador", êste dirigido, na fase inicial, por Caetano Filgueiras.

* * *

O cargo de Presidente da Província foi ocupado por Antônio Alfredo da Gama e Melo de 17 de abril a 7 de agôsto, quando tomou posse o nôvo Presidente José Aires do Nascimento.

* * *

O Padre Ibiapina faleceu em 1883, depois de uma existência apostolar, criando as chamadas Casas de Caridade que tanta influência exerceram em seu tempo. Alguns dêsses estabelecimentos ainda existem, arrastando uma existência crepuscular.

"Fomos a Santa Fé, impregnarmo-nos do odor do seu passado, indispensável para fazer-se um retrato vivo dêle sem qualquer fantasia que o deforme. Entre o velho convento e a Vila de Arara corre o Araçagi-Mirim, de leito mais salgado que o mar. Não é rigorosamente um rio, é um dreno sêco quando de todo passou o inverno. O vale é estreito e fundo. Ibiapina quis barrá-lo na esperança de produzir água doce com uma grande massa represada deixou em meio uma parede ciclópica, que outras mãos arrombaram, depois da morte do construtor e já hoje se afoga no atêrro de areia da jusante. Os marmeleiros se achegam aos muros da Caridade; caatingueiras, joazeiros e outras árvores, também encostam, em confusão rústica. Batemos a campainha pendurada no portão de 1873. A Irmã Maria Ibiapina veio ver se era gente ou alma, tão raro através daqueles umbrais algum ente vivo". (CELSO MARIZ — *Ibiapina, Um Apóstolo do Nordeste*).

Eis uma imagem exata do resto da obra maravilhosa do grande apóstolo nordestino, do homem que devotou a existência à defesa da pureza dos costumes e ao encaminhamento das môças pobres pela estrada da virtude cristã e dos bons princípios morais.

1884

A despesa provincial dêste exercício foi fixada em 557:685$876.

* * *

As eleições passaram a ser feitas pelo sistema direto ou Lei Saraiva, baseando-se o alistamento na renda do eleitor, o que contribuiu para a redução da massa votante. Mas a Assembléia dêste ano não teve uma formação unânime, com a exclusão da oposição, demonstrando êste fato que houve seriedade no seu processamento. Era uma evolução no sentido da moralização das manifestações das urnas.

1885

Circularam os periódicos "O Estudante", "O Monitor", "O Pelicano" e "Transcrições".

* * *

Assumiu o Govêrno da Província, a 8 de julho o Presidente Pedro da Cunha Beltrão, que o deixou a 20 de setembro, quando se empossou o Presidente Antônio Herculano de Souza Bandeira.

* * *

Para efeito das eleições provinciais o território paraibano achava-se dividido em cinco distritos, nesta ordem: primeiro, Capital (sede), Alhandra, Pedras de Fogo, Pilar e Mamanguape; segundo Campina Grande (sede), Ingá, Alagoa Grande e Guarabira; terceiro, Areia (sede), Alagoa Nova, Bananeiras, Araruna e Cuité; quarto, Pombal (sede), Santa Luzia, Patos, Monteiro, São João do Cariri e Cabaceiras e, finalmente, o quinto, composto de Sousa (sede), Cajazeiras, Piancó, Misericórdia e Teixeira.

1886

O movimento emancipacionista tomara vulto, existiam núcleos emancipadores em pleno funcionamento nas principais localidades, destacando-se pela combatividade e resultados práticos que iam

alcançando, os de Areia e Mamanguape, dois municípios onde havia grande massa de escravos africanos.

* * *

A despesa provincial foi fixada em 491:046$799.

1887

A Presidência da Província passa a ser exercida por Francisco Paulo de Oliveira Borges, empossado no cargo a 10 de outubro dêste ano.

* * *

Os liberais possuem poderosa bancada na Assembléia Provincial, fazendo parte da mesma alguns homens que tiveram marcada influência política sôbre o regime republicano, que se instauraria dois anos mais tarde.

* * *

Neste ano não se registrou o aparecimento de nenhum nôvo periódico na imprensa paraibana.

* * *

Quase ao findar-se o mês de março de 1887, precisamente na noite entre 26 e 27, ocorreu a tragédia marítima provocada pelo abalroamento dos navios "Bahia" e "Pirapama", que navegavam em sentido contrário, ao longo da costa entre Paraíba e Pernambuco. O sinistro impressionou profundamente a sociedade paraibana, pois nêle perderam a vida várias figuras de destaque no nosso meio, cujas angústias serviram de tema para os poetas populares, que as poetizaram e divulgaram por todo Nordeste.

O primeiro daqueles barcos afundou devido à violência do choque e o seu casco repousa no fundo do oceano a poucos metros da praia, assinalado pelos pescadores que lhe freqüentam as proximidades atraidos pela abundância de pescado naquelas águas.

1888

No fim do regime monárquico os municípios não tinham grandes rendas, contando-se alguns que não arrecadavam nem um conto

de réis por ano. Nessa categoria estavam os de Patos, Serra da Raiz, Santa Luzia, Monteiro, Teixeira, Cajazeiras, Misericórdia e Princesa.

O quadro geral dos orçamentos da receita era o seguinte: Capital — 30:700$000, Campina Grande — 6:110$000, Guarabira — 4:240$000, Mamanguape — 3:660$000, Areia — 3:390$000, Bananeiras — 2:680$000, Conde — 2:070$000, Sousa — .... 1:850$000, S. João do Cariri — 1:738$000. Pilões — 1:660$000, Catolé do Rocha — 1:650$000, Alagoa Nova — 1:450$000, Baía da Traição — 1:428$000, Cabaceiras — 1:335$000, Taperoá — 1:286$000, Araruna — 1:000$000, Borborema (Cuité) — ..... 1:020$000, Princesa — 980$000, Patos — 905$000, Serra da Raiz — 895$000, Teixeira — 885$000, Misericórdia — 670$000, Monteiro — 661$000, Cajazeiras — 611$000, Santa Luzia — 575$000.

* * *

A Cidade de Areia deu o exemplo às demais localidades paraibanas, libertando todos os seus escravos, dez dias antes da assinatura da Lei Áurea, pois a 3 de maio entregou a carta de alforria ao último africano cativo.

* * *

Circulavam os periódicos: "O Independente", "O Arauto" e a "Gazeta da Paraíba", êste último de feição moderna e que exerceu grande ascendente sôbre a opinião pública, mantendo-se em circulação até os primeiros anos do regime republicano.

* * *

No curso dêsse ano estiveram à frente do govêrno provincial, na qualidade de Presidente e de Vice-Presidente — Geminiano Brasil de Oliveira Góes, que assumira o exercício do cargo no ano anterior; Manuel Dantas Correia de Góes, Silvino Elvídio Carneiro da Cunha (Barão do Abiaí) e, por último, Francisco Luiz da Gama Rosa, que foi o último Presidente sob a Monarquia.

* * *

A efervescência republicana empolgava o Brasil de norte a sul, mas na Paraíba os seus reflexos eram moderados, parecendo que os seus homens políticos viviam à margem dos acontecimentos.

1889

O ano corria sem os incidentes de monta. Chegavam amortecidos os ecos da propaganda republicana, que fervia no sul e em alguns pontos do norte, mas, na Paraíba, êsse ideal quase não tinha repercussão, pois alguns espíritos mais avançados, que sonhavam com a queda do Império, tomavam atitudes platônicas, limitando-se a conversas sem se arregimentar, nem desenvolver proselitismo.

Basta para se aquilatar da inexpressibilidade dêsses elementos o fato de Albino Meira, republicano declarado, ter se candidatado a deputado geral e logrado apenas 29 votos, quando a sua família, radicada na Província, era numerosa e de grande prestígio.

Pode-se dizer, sem receio de contestação fundamentada, que na Paraíba não existiam republicanos militantes, quando ocorreu a proclamação da República, no Rio, a 15 de novembro.

Um figurante dos acontecimentos que então aqui tiveram lugar, fixou nas suas reminiscências o quadro exato e ilustrativo do ambiente político, neste trecho inicial das referidas memórias:

"Eram mais ou menos 5 horas da tarde do dia 15 de novembro de 1889. Achava-me eu, o meu inseparável companheiro Dr. Cordeiro Júnior, no escritório da "Gazeta da Paraíba", quando entrou o Dr. Lima Filho e perguntou-nos se já sabíamos da novidade que havia; à nossa negativa, disse-nos êle calmamente, como se se tratasse da cousa mais natural do mundo, de um fato cuja reprodução já não nos pode causar espanto:

— Pois o exército e a armada acabam de proclamar a República, no Rio de Janeiro!

Compreende-se que não acreditamos logo nessa história, que recebemos como pilhéria do colega. Mas o Dr. Lima Filho, animando-se, insistiu que o comércio estava cheio dessa notícia. O exército tinha proclamado a República. O Deodoro assumira o govêrno e organizara o ministério com Benjamin Constant e Quintino Bocaiuva, que os revolucionários achavam-se de posse de tôdas as repartições, inclusive o telégrafo, que estava sendo regido pelos Vinhaes, etc. Sai a fim de tomar melhores informações sôbre tais novidades. Era tudo tão calmo! A notícia confirmava-se, mas

sem despertar entusiasmo ou curiosidade mesmo sequer! Alguns conhecidos que eu encontrava e comunicava o fato, respondiam-me: — Homem, dizem isto!... Era meu hóspede o Dr. Sá e Benevides, Chefe de Polícia. Chegando em casa comuniquei-lhe a notícia, que êle ainda ignorava, e, como eu, como todo mundo, o Dr. Benevides, recebeu-a como pilhéria. Mas como eu, como todo mundo, o Dr. Benevides teve de render-se perante a evidência dos fatos, que embora recebidos como pilhéria, a República já estava implantada no Rio de Janeiro! E então, eu vi as lágrimas brotarem dos olhos dêsse homem respeitável por todos os títulos e dizer-me: — Sr. Eugênio, a República é a desgraça dêste país! Ia insistir e rebater a proposição do Dr. Benevides, mas calei-me em respeito àquelas lágrimas e àquela dor, que me pareceram muito sinceras. E não me enganei: ainda hoje o Dr. Benevides é um monarquista convicto, tendo um santo culto pela memória de D. Pedro II, o que fêz um dia chamar-lhe a Gazeta da Paraíba", o *último abencerragem*. À noite recebia a "Gazeta da Paraíba" as primeiras comunicações telegráficas sôbre as ocorrências que se davam no Rio de Janeiro e para o seu escritório afluía grande número de cidadãos à cata de notícias e no dia imediato, dando aquela fôlha conta do que ocorrera, no dia anterior, e manifestando sua opinião sôbre o nôvo estado de cousas, que etstava se plantando no país dizia: "Graves são os acontecimentos que se estão passando na Côrte do Império, a avaliarmos pelos telegramas que acabamos de receber e vão inseridos na seção competente e a esta hora em que escrevemos (7 da tarde de 15), percorre êle o fio elétrico, em direção a tôdas as províncias do sul e do norte dessa nossa pátria comum". (EUGÊNIO TOSCANO — *Reminiscências*).

E o povo, o único comentário que proferiu sôbre acontecimento de tanta relevância foi um simples e indiferente:

— Homem, dizem isto!...

O Presidente da Província enfrentava forte oposição, agravada pela sua conduta durante o último pleito, no qual empregou todos os meios de coerção contra o eleitorado, manipulando, violentamente, a eleição a favor dos candidatos da sua parcialidade política. Assim, logo à noite, chamou o Comandante do 27.º Batalhão de Infantaria para uma conferência, receioso da reação popular.

No entanto, os círculos políticos se mantinham perplexos, notando-se que ninguém queria se comprometer, tomando atitude clara na emergência. Apesar disto, um grupo de políticos reuniu-se no Clube Astréia e deliberou a formação de um govêrno provisório, constituído do Coronel Honorato Caldas, Comandante daquela Unidade; Tenente Reis Lisboa, Capitão dos Portos, Barão do Abiaí e Drs. Eugênio Toscano e Lima Filho. O Presidente Gama Rosa prontificou-se a passar o govêrno a essa Junta, sem levantar qualquer objeção.

Êsse primeiro Govêrno Republicano malogrou-se, porque a oficialidade da guarnição do exército se negou a dar-lhe o seu beneplácito, resultando disso a formação de um outro constituído, em sua maioria, de militares, sob a presidência do Coronel Caldas e composta dêsse militar e mais dos Capitães João Claudino de Oliveira Cruz e Manuel de Alcântara Couceiro, Drs. Antônio Cordeiro Senior, Manuel Carlos Gouveia e Tomás de Aquino Mindêlo, representando os partidos que existiam no regime decaído.

Após vários incidentes que culminaram com a prisão do Coronel Caldas, efetuadas pelo Major Ramos, assumiu o govêrno o Major João Claudino de Oliveira Cruz, que a 6 de dezembro transmitiu o exercício ao Dr. Venâncio Augusto de Magalhães Neiva, o qual tratou da organização do Estado e de montar a máquina política em que se apoiasse.

1890

Reuniu-se a Assembléia Constitucional do Estado, cuja eleição foi manipulada pelo governador, que enfrentava vigorosa oposição em todos os ângulos da Paraíba.

Essa assembléia, além de votar uma constituição e um conjunto de leis, abrangendo todos os aspectos da vida pública, elegeu o Presidente e o Vice-presidente do Estado, recaindo a escolha no nome do Dr. Venâncio Neiva, como era natural, e no do Desembargador Manuel da Fonseca Xavier de Andrade.

O orçamento votado para o ano, consignou verbas para a despesa de 506:574$840.

O ambiente entrou em ebulição apesar de:

"A Paraíba não foi jamais um foco ativo de propaganda republicana. Os paraibanos que se distinguiram na evangelização da República, como Aristides Lobo, Maciel Pinheiro, Albino Meira, Coelho Lisboa, tiveram como centro de ação o Rio de Janeiro ou Pernambuco. Entretanto jamais a Paraíba foi refratária à idéia republicana. Acolheu-a sempre com simpatia e quando aqui chegou o eco da revolução de 15 de novembro de 1889, que derribara o regime monárquico e proclamara a República, ela foi aceita sem oposição", (TAVARES CAVALCANTI — *Epítome da História da Paraíba)*.

Elementos de tendências republicanas que vinham adotando atitudes neutrais, ou mesmo participando ativamente das lutas partidárias, receberam o acontecimento friamente, é verdade, mas com a disposição de dêle tirarem proveito para a regeneração dos costumes políticos. Daí a oposição que se agigantou contra o Govêrno predominantemente político, com sacrifício de uma administração que necessitava trabalhar muito para justificar a mudança do regime. E o que se assistia era a mais desbragada politicagem campeando em todos os setores da administração e da vida pública paraibana.

Crescera a reação contra tal estado de cousa, até ao ponto de explosão, que ocorreu quando se formou a conspiração, visando um golpe contra a situação dominante, o qual logrou êxito, tendo sido o Presidente Venâncio Neiva apeado do poder, sem que fôsse necessário o emprêgo da fôrça, bastando para operar essa mudança a presença de uns quantos matutos trazidos do Engenho dos Reis de propriedade do Desembargador Antônio Baltar, com a conivência da tropa federal, impondo a renúncia daquele primeiro chefe do executivo estadual eleito.

Assim, a 27 de dezembro, substitui o govêrno chefiado por Venâncio Neiva uma Junta, formada pelo Coronel Cláudio do Amaral Savaget, Comandante do 27º Batalhão de Infantaria, Drs. Eugênio Toscano de Brito e Joaquim Fernandes de Carvalho, a qual se dissolveu, diante de um telegrama do Rio, mandando reempossar o Presidente deposto. O Presidente no entanto licenciou-se,

passando o exercício do cargo ao Vice-Presidente que foi, por sua vez, deposto pelos mesmos elementos, a 31 de dezembro.

1892

Iniciava-se o ano de 1891 sob a impressão dêsses acontecimentos, reveladores do estado de ebulição dos espíritos, de forma que a nomeação do Major Álvaro Lopes Machado, paraibano quase desconhecido na época, foi recebida com certa reserva, principalmente pelos adeptos do govêrno anterior. O Marechal Floriano Peixoto escolheu-o para a missão de organizar o Estado em bases republicanas, como escolhera outros militares jovens para a direção de quase tôdas as unidades da Federação.

Chegando à Paraíba e assumindo o govêrno, a 18 de fevereiro, Álvaro Machado integrou-se ao trabalho da organização de um grande partido, destinado a servir de ponto de apoio à ação política que tinha em vista.

A dissolução da Assembléia se impôs e, em conseqüência dêsse ato, verificou-se a convocação da nova Constituinte que votou outra constituição e elegeu Álvaro Machado, Presidente e Monsenhor Walfredo Leal, Vice-Presidente do Estado.

* * *

A 14 de abril o Presidente passou o exercício ao Vice-Presidente, voltando a reassumi-lo a 27 de julho.

* * *

A Santa Sé criou a Diocese da Paraíba, nomeando seu primeiro bispo D. Adauto Aurélio de Miranda Henriques. Era o fruto da separação da Igreja do Estado, determinando a expansão da igreja com o surgimento de novas dioceses, até então impossível devido à política do Império, pouco simpática ao fortalecimento do poder religioso.

1893

Da instauração do regime republicano a 1893, surgiram no periodismo paraibano os seguintes jornais: "Gazeta do Sertão", de Campina Grande (1889), "Diário da Manhã", "Correio Oficial

da Paraíba", "O Paraibano", "O Livro", "A Luta", "A Idéia" (1890), "O Estado da Paraíba", "A Pinça" e "A Voz do Povo" (1891), "O Democrático", "O Estímulo", "O Patriótico" e "A União" (1892), "O Artista" (1893).

* * *

A segunda Constituinte foi formada exclusivamente de elementos partidários do Govêrno Álvaro Machado, mas cedo se cindiu em grupos antagônicos, visando cada um empolgar a direção dos trabalhos, numa rivalidade que tinha muito de vaidade pessoal. Contudo, conquanto os "coronéis" predominassem, existiam alguns valores que lhes davam brilho e permitiram um trabalho útil aos interêsses da coletividade.

1894

A divisão judiciária da Paraíba, tal como se acha estabelecida, não podia perdurar porque as rendas estaduais não suportavam os encargos decorrentes do pagamento dos vencimentos a tantos magistrados. Impunha-se, pois, a redução do número das comarcas ao mínimo compatível com os recursos do erário estadual.

* * *

Ao cair o regime tínhamos, segundo as estatísticas da época, matriculados nas escolas primárias, 2.284 escolares e 225 estudantes no Liceu Paraibano assim como 13 cursando o Externato Normal, além dos que freqüentavam as aulas de Latim de Areia. Mamanguape e Souza.

O Govêrno de Álvaro Machado adotou no Liceu Paraibano o programa do Ginásio Nacional, dividindo o curso em sete anos, permitindo dêsse modo a equiparação ao estabelecimento padrão do ensino secundário nacional. Ao encerrar-se o seu quatriênio, estava elevado a 162 o número de escolas primárias em funcionamento.

* * *

Em 1894 apareceram os jornais: "Gazeta do Comércio" e "A Ordem".

* * *

A imprensa entrou num período de estagnação, circulando apenas "A União", órgão oficial do Estado e sòmente apareceu o periódico "O Artista", de existência efêmera. O ambiente mostrava-se pouco propício às atividades periodísticas, talvez devido à pressão oficial sôbre os órgãos independentes que sentiam as dificuldades de existir em condições tão desfavoráveis.

* * *

A administração estadual conseguira a recuperação financeira do Estado, tirando-o da anarquia que reinava neste particular, restaurando o crédito e passando a pagar, pontualmente, os seus servidores, que desde alguns anos vinham vivendo no regime dos atrasados no recebimento dos seus vencimentos.

A ordem pública estava firmemente assegurada, e as atividades agropecuárias se desenvolviam normais, deixando prever que a Paraíba marchava para uma fase de engrandecimento, e assim teria acontecido, se a sêca não estivesse como que à espreita para cair novamente sôbre a sua população.

1896

Expirando o quatriênio de Álvaro Machado, foi eleito Presidente do Estado o Dr. Antônio Alfredo da Gama e Melo, que se empossou no cargo a 22 de outubro.

* * *

Neste ano foi eleita a Assembléia para a terceira legislatura republicana.

* * *

A escassez das chuvas, que se vinha acentuando a partir de 1891, criara uma situação angustiosa para o erário público, com a diminuição de rendas, em conseqüência do enfraquecimento da produção. O Estado lutava, bracejando num mar de dificuldades para manter os serviços essenciais, pagando os seus servidores irregularmente, de modo que o quatriênio ia se escoando pràticamente improdutivo. Mesmo a instrução pública não pôde ter o desenvolvimento exigido pelo aumento da população, pois o Go-

vêrno mantinha apenas 162 escolas primárias, o Liceu com o Curso anexo sem contar o Externato Normal, destinado à preparação do professorado primário e freqüentado preferentemente por môças.

1897

Na sua primeira mensagem à Assembléia Legislativa, o Presidente Gama e Melo abordou a luta de Canudos que acabava de se encerrar com a vitória da legalidade e da qual participou bom contingente de soldados e oficiais paraibanos, que pagou elevado tributo de sangue. Foram estas as palavras consignadas no referido documento:

"Um triste quadro ainda se nos depara nesta calamitosa campanha de Canudos. Me seria, senhores, um doloroso esfôrço para evocar a política entre as causas dêsse movimento fratricida. Entendo que por si mesmas estão qualificadas as tendências de um burgo selvagem, do qual se apartou a razão esclarecida do século, que aliás raia por tôda parte transpondo as fronteiras dos povos. Devo, porém, aproveitar o ensejo para experimentar, em nome do Estado, nossa gratidão ao Exército Nacional, que nos sofrimentos por que tem passado afervora mais intensamente sua coragem e indômito patriotismo.

Na verdade a Paraíba, como de resto todo Brasil, mostrava-se grata às fôrças armadas, por ter extirpado o arraial matuto que desafiava os podêres constituidos, e os filhos desta terra tiveram o seu quinhão de sacrifício e de bravura na luta que vinha de terminar".

* * *

Duas gravíssimas alterações da ordem se registraram neste ano. À 15 de junho, foi assassinado o Deputado estadual Tomás de Araújo Aquino, juntamente com mais três pessoas, inclusive o subdelegado de polícia, que o acompanhava. O crime ocorreu em Misericórdia e, a 20 do mesmo mês, Silvino Aires invadiu Teixeira, cometendo desatinos. Êsse acontecimento se prendeu a questões entre o atacante e a família Dantas. Silvino Aires contava no seu bando com o cangaceiro Antônio Silvino, que posteriormente

alcançou grande nomeada pelas suas atividades criminosas, conturbando a paz do Estado durante muitos anos.

* * *

Apareceu um único jornal, "A Imprensa" que cessou a publicação após algumas edições.

1898

"O ano de 1897 fôra precedido de chuvas copiosas em dezembro, mormente em Piancó e ocorreram em Pombal e no Rio do Peixe normalmente, mas a epizootia devastara os rebanhos enfraquecidos pela sêca parcial do ano anterior. O dízimo de gado, que tinha produzido 139:312$000 em 1894 e vinha decrescendo, rendeu neste exercício, apenas 55:409$964. E sobreveio a tantos contratempos, a calamidade de 1898.

. . . .

Desprovidos de todos os meios de salvação e escarmentados pela dolorosa experiência de outras sêcas, os sertanejos não se contiveram que não começassem a emigrar tão depressa se pronunciou a estiagem. O Ceará estava parcialmente isento do mal, com chuvas regulares em tôda zona dos Cariris. O relâmpago era o chamariz para aquelas bandas. A maior parte deslocou-se, precipitadamente, para os nossos brejos. Realizava essa gente infortunada o fado errante.

. . . .

Os produtos agrícolas atingiram uma alta inacreditável só acessível aos raros fazendeiros que, com o comércio de couros, desenvolvido desde 1877, e graças ao poder da restauração dessa zona prodigiosa, haviam amealhado algumas economias. O grosso dos habitantes não dispunha, porém, como último recurso, sequer das jóias e outros adornos que, em 1877, tinham locupletado uma agiotagem de abutres. E vagueavam de déu em déu, ora consolados pela esmola miúda, ora escorraçados por lavradores rispidos. Foi a minha primeira impressão pessoal da calamidade. E a retentiva infantil tocada por cenas tão violentas é indelével. Nunca mais me esqueceu o espetáculo contristador, que eu mal compreen-

dia e que ainda hoje me arrepia a sensibilidade. Era uma macabra procissão de múmias". (JOSÉ AMÉRICO DE ALMEIDA — *A Paraíba e seus Problemas)*.

A sêca, como as precedentes, reduziu o Estado à penúria. Cairam as rendas, dispersou-se a população, paralizaram as iniciativas governamentais e tôda a comunidade entrou numa fase de inércia, prenunciadora do colapso fatal.

Sob tão sombrias perspectivas encerrou-se o ano de 1898, um dos mais trágicos entre quantos tem a Paraíba vivido.

* * *

Começou a circular o jornal "Gazeta da Manhã", que teve curta duração.

1899

As rendas a exemplo do ano anterior continuavam a cair, notando-se, porém, certos sintomas de reação, não obstante a sêca, certamente devido à melhor cotação dos produtos exportáveis. No entanto a arrecadação naquele ano atingiu a 998:737$318, notando-se, porém, que a queda de certas tributações assumira caráter catastrófico, como o dízimo de gado, que produziu 139:312$000, em 1894, e neste ano não excedeu de 22:000$000.

* * *

Os bandoleiros intranqüilizavam as populações pacíficas, cometendo audaciosos assaltos, invadindo sedes de municípios, como sucedeu em Ingá, cuja cidade foi assaltada e roubada. A polícia, grandemente aumentada, deslocava-se continuamente no encalço do bando que a obrigava a longas e estafantes marchas, fugindo sempre de enfrentá-la decisivamente num encontro armado.

Fora disto a ordem pública mantinha-se inalterada, gozando as autoridades do devido respeito.

* * *

Incorporou-se em Manchester, a Paraíba Walter Company, que se propunha organizar o abastecimento de água da Capital, o que, no entanto, não realizou.

* * *

Iniciam a publicação neste ano os jornais "O Comércio" e o "O Combate".

1900

O quatriênio presidencial de Gama e Melo expirou a 22 de outubro quando transmitiu o exercício do cargo ao seu substituto eleito, Desembargador José Peregrino de Araújo.

"O govêrno Peregrino, cujo presidente era um homem bravo e honesto, muito fêz pela reconstrução das finanças públicas, mas, sem impulso contra os vícios comuns da política, provocou do meio para o fim uma grande reação popular. Era a época culminante de Artur Aquiles escrevendo no "O Comércio", orientando e reunindo a opinião, secundado pelo grupo de moços que fundara "O Combate", jornais ambos sacrificados pelo empastelamento aos desvairos de cabecilhas do situacionismo. A reação visou sobretudo o Chefe de Polícia Dr. Antônio Simeão dos Santos Leão, jovem político de Areia, que lograra rápida ascendência no seu partido e no favor de quem, com efeito de dar-lhe idade legal para presidente na próxima sucessão, Peregrino mandou à Assembléia Legislativa a Constituição". (CELSO MARIZ — *Apanhados Históricos da Paraíba*).

* * *

Circulou o periódico "A Verdade".

1901

Acentuam-se as divergências políticas que trabalhavam o meio partidário paraibano, onde aliás sòmente existia o partido do govêrno regularmente estruturado, formando os elementos oposicionistas uma massa ativa, mas sem contar uma organização que lhe imprimisse diretrizes firmes e constantes.

* * *

O começo do século cuja entrada fôra saudada com expansões de regozijo, erguendo-se em tôda parte monumentos comemorando o seu evento, não pressagiava modificações sensíveis no ambiente provinciano. A administração pública marchava ven-

cendo inúmeros tropêços, criados pelas más condições econômicas, reflexos da última sêca, cujas conseqüências ainda perduravam.

Nenhum jornal apareceu neste ano de 1901, significando isto que se iam estabilizando os já existentes, aliás todos usando linguagem extremamente viva e de uma combatividade que atingia as raias do panfleto.

* * *

Inaugurou-se a ligação ferroviária Mulungú-Alagoa Grande.

1902

A segunda mensagem do Presidente José Peregrino de Araújo, apresentada à Assembléia Legislativa, reflete o espírito otimista, de que se achava possuído o governador, certamente devido à melhoria das condições financeiras do Estado, operada mercê da drástica compressão das despesas, realizadas com firme determinação.

* * *

O govêrno concedeu licenças a Jule Destord, Marcolino Pereira Lima e Sindulfo Melibeu de Lima, para explorarem minas no território do Estado.

* * *

Ao encontro da polícia com o bando de Antônio Silvino, no lugar Surrão, do Município de Ingá, seguiu-se o desaparecimento do bandoleiro, que deu a errônea impressão de que renunciara ao cangaço.

* * *

Em Princesa foi assassinado o Juiz de Direito Dr. Ildefonso Lacerda Leite, fato que causou viva impressão no espírito público.

* * *

A instrução pública sofreu importante reforma visando, antes de mais nada, dar-lhe uma orientação mais consentânea com as causas do ensino e melhorar as condições do professorado, incentivando-os ao cumprimento do dever, com o estabelecimento de medidas que melhor garantiam a sua nobilitante missão.

Existiam apenas 90 escolas primárias mantidas pelo govêrno e o Liceu **Paraibano tinha**, apenas, cinqüenta estudantes matriculados nas diversas séries do curso.

* * *

Apareceram "O Monóculo" e "O Operário".

1903

As oficinas dos jornais "O Comércio" e "O Combate" foram empasteladas na noite de 28 de julho, dando lugar a sério motim, durante o qual verificou-se um choque dos populares com a guarda do Palácio do Govêrno, resultando no ferimento de alguns elementos da Fôrça Pública.

* * *

A indicação de Álvaro Machado para Presidente do Estado operou a unificação da política estadual, tendo sido essa escolha aceita com entusiasmo por tôdas as correntes da opinião paraibana, tão grande era a confiança dos seus conterrâneos na sua capacidade de administrador e no seu devotamento aos interêsses da terra natal. Seu companheiro de chapa foi, novamente, Monsenhor Walfredo Leal, que exerceu o cargo durante a maior parte do quatriênio.

* * *

Na imprensa local surgiu "O Patriota".

1904

A lei orçamentária fixou a despesa em 374:533$123.

* * *

À 22 de outubro verifica-se a posse do Presidente Álvaro Machado que pela segunda vez veio governar a Paraíba, e desta vez sob a mais simpática expectativa.

Opera-se, em conseqüência, a fusão das varias correntes políticas, que prevaleceu até 1915.

* * *

A sêca que vinha se esboçando desde o ano anterior acentuou-se com tôdas as conseqüências desastrosas que são peculiares a êsse fenômeno. Não se registraram, porém, os grandes movimentos de flagelados, nem caso de mortes pela fome. Apesar disso, a população sofreu duramente e a produção caiu ainda mais

* * *

Havia em funcionamento 99 escolas públicas, sendo 49 para o sexo masculino, 47 para o feminino e 3 mistas, com a freqüência total de 2.157 dos quais 1.178 eram do sexo feminino.

* * *

O orçamento estadual votado pela Assembléia Legislativa fixou a despesa em 1.491:154$128 e a receita em 1.337:392$251, prevendo assim um deficit de 153:760$877.

* * *

Aparecera "A Voz da Mocidade", órgão da Associação da Mocidade Católica, afora os jornais que costumam circular na quadra da Festa das Neves.

1905

A orientação política de Álvaro Machado cedo desgostou boa parte dos seus antigos correligionários, que não concordavam com a preeminência de elementos dos mais encarniçados dos seus velhos adversários, aos quais entregara posições chaves na administração.

"No princípio Gama (Gama e Melo) procurado por aqueles, ainda sustentou alguns, ainda aparou muitos golpes, mas a situação era de Apolônio e Pedrosa e Walfredo, êste último na presidência do Estado onde a par de uma administração econômica, honesta e proveitosa, fazia a política das suas preferências. Em 1907 a medida dos velhos se encheu e a dissidência rebentou". (CELSO MARIZ — *Apanhados da História da Paraíba*).

* * *

Apareceu a revista "Felipéia", mensário ilustrado e literário e em Bananeiras o periódico "A Coisa"

1906

Neste ano circulam na Capital os jornais "Boletim Eclesiástico", "A Fôlha", "O Instrutor", "O Tempo" e o "O Farol" em Bananeiras.

* * *

Dos 79 professôres públicos existentes no Estado, 27 eram portadores de diploma expedido pela Escola Normal, o que marcava sensível avanço do nível técnico do magistério primário, no qual vinham predominando os elementos sem preparo especializado para a missão de ensinar.

1907

Já eram precárias as condições higiênicas da Cadeia Pública da Capital, reclamando o chefe de polícia contra o estado em que se encontrava, superlotada de detentos, em quantidade tal que excedia a capacidade do prédio e das suas instalações.

* * *

Iniciou-se a publicação da "Revista do Fôro", sob a supervisão do Tribunal de Justiça. Essa publicação especializada firmou-se no conceito dos círculos jurídicos do país.

* * *

A varíola ainda fêz neste ano sòmente na Capital 567 vítimas, das quais 147 eram internadas no isolamento de Cruz do Peixe.

* * *

Instalou-se a 1.º de março o Arquivo Público, recém-criado.

* * *

Eram as seguintes as rendas de alguns municípios do interior: Espírito Santo — 6:000$000, Pilar — 13:163$457, Guarabira — 32:052$000, Areia — 10:000$000, Alagoa Grande — 13:775$618, Serraria — 8:527$270, Araruna — 9:530$900, Princesa — 6:394$600, Ingá — 10:160$280, Alagoa Nova — 15:000$000,

Sousa — 6:378$360, Brejo do Cruz — 1:800$000, Cajazeiras — 5:088$000, Mamanguape — 5:148$920, Alagoa do Monteiro — 8:537$480.

* * *

A construção do ramal ferroviário ligando Itabaiana a Campina Grande ficou concluída, e a inauguração do tráfego representou importante contribuição para o progresso desta região. Teve, de futuro, enorme conseqüência, acarretando a decadência de Alagoa Grande, que perdeu a posição previlegiada de cidade situada na ponta dos trilhos, mas foi o acontecimento decisivo para o desenvolvimento daquela cidade.

* * *

A situação do Tesouro Estadual continuava deficitária, visto que a receita orçada de 1.670:022$503 tinha de fazer face à despesa de 1.838:013$996, resultando dêsse desequilíbrio, um deficit de 167:991$493.

* * *

Encetou sua publicação o diário "A República", órgão de combate à situação dominante e, reapareceu "A Imprensa", que circulara há alguns anos atrás.

1908

O govêrno do Presidente João Lopes Machado, que assumiu o exercício do cargo a 22 de outubro, foi, sem dúvida, um dos mais realizadores entre quantos têm exercido aquelas funções. Apesar da obra notável que realizou, enfrentou, desde os seus primeiros dias, violenta oposição da imprensa e do legislativo estadual.

* * *

No periodismo local registrou-se o aparecimento de "O Norte", diário de feição moderna ainda em circulação, "O Raio", "O Lábaro", "Gazetinha" e "Terra Natal", revista de letras. No interior surgiram "A Cidade de Bananeiras" (Bananeiras), "O Município" (Itabaiana), "O 15 de Novembro" (Campina Grande). E cir-

culavam ainda o "Astro" (Guarabira) e o "Trabalho" (Alagoa Grande), aparecidos no ano anterior.

1909

Na Capital surgiram "O Smart", "Tiro Paraibano", "Correio da Tarde", "O Eco", "Gutemberg" e "Correio de Campina" (Campina Grande), "Correio da Serra" (Areia) e "A Vila" (Araruna).

* * *

As rendas municipais, referentes a alguns municípios foram as seguintes:

Capital, 80:679$052; Itabaiana, 18:700$000; Pilar, 1:996$520; Guarabira, 28:501$729; Alagoa Grande, 13:860$880; Cabedelo, 5:732$816; Cabaceiras, 2:449$105; Espírito Santo, 3:720$640; Pedras de Fogo, 4:930$594; Mamanguape, 15:501$729; Serraria, 6:100$060, Ingá, 5:255$660; Picuí, 11:638$790; Taperoá, 766$361, Conceição, 2:505$174; Umbuzeiros, 12:575$455; Caiçara, ... 7:985$600; Santa Luzia, 1.521$082; São João do Cariri, ... 4:952$720; Araruna, 1:720$100.

Note-se que quase todos os municípios acima relacionados encerraram o exercício com elevados "déficits".

Enquanto isto a arrecadação estadual alcançava a soma de 1.891:535$698.

1910

Circularam os jornais "Boletim Agrícola", "Pio X" e "A Voz Operária" na Capital; "Natal" (Areia), "O Lírio" (Alagoa Grande), "O Centro" e o "Ano Novo" (Areia).

Estavam matriculados na Escola Normal 147 alunos.

1911

O govêrno iniciou neste ano os trabalhos preliminares do abastecimento de água da Capital, perfurando o primeiro pôço no Buraquinho.

Circulam, em Itabaiana "A Noticia", em Sousa "Imprensa do Sertão" e em Guarabira "O Correio do Interior".

* * *

Referindo-se às desordens iniciadas em Monteiro e que depois se estenderam a vários municípios do interior, verificando-se assaltos a Patos, Taperoá, Soledade e São João do Cariri, diz o Presidente João Machado, na sua mensagem ao Legislativo, em 1.º de setembro.

"Infelizmente é a terceira vez que, em mensagem, tenho o profundo desprazer de relatar-vos os incidentes criminosos passados no referido município de Alagoa do Monteiro, aliás digno de melhor referência pelo ubérrimo solo e ricos elementos de florescimento que possui. E, cousa admirável, em todos os movimentos ali ocorridos em contrário ao princípio das autoridades tem se achado à frente dêles um moço formado em Direito, Augusto Santa Cruz Oliveira, cujo espírito atrabiliário e irrefletido o tem levado a praticar verdadeiros atos de loucura. A última das suas façanhas teve lugar a 6 de maio próximo passado e revestiu-se de suma gravidade, provocando o emprêgo de medidas extraordinárias. O Dr. Santa Cruz empunhando o pendão negro da desordem, à testa de um grupo de cêrca de duzentos homens, todos bem armados e municiados, converteu, mais uma vez, o florescente município em cenário de fatos criminosos, os mais degradantes e vergonhosos, que tanto depõem contra os nossos créditos de civilizados. Seria penoso, mesmo impossivel descrever nos estreitos limites de um documento como êste, as cenas de terror e anarquia caracterizadas pelo incêndio, saque, assassinatos, e até ataque à honra dos lares, desenroladas na pequena vila sertaneja que foi naquele lúgubre momento, assaltada de surprêsa, tendo suas autoridades vencidas e caídas prisioneiras do trêfego criminoso bacharel".

Os fatos, na verdade, eram de muita gravidade, tendo a fôrça policial mandada para ali, enfrentado os elementos em armas, travado longo tiroteio em Sumé, antes de entrar na vila.

* * *

O movimento da "Salvação" estendeu-se à Paraíba, estimulado pelo apoio que lhe dava o Presidente da República, Marechal Hermes da Fonseca. Surgiu a candidatura do Coronel do Exército Rêgo Barros, ao Govêrno do Estado que agitou os elementos descontentes com a situação dominante. Realizaram-se comícios e desenvolveram intensa propaganda, mas ao fim de uns meses de agitação tudo serenou com o regresso daquele militar para o Rio, desistindo da luta eleitoral.

1912

A iluminação elétrica da Capital foi inaugurada a 12 de março, melhoramento que, com o abastecimento de água, imortalizou o quatriênio João Machado.

Os bondes começaram a ser convertidos para a tração elétrica, marcando nova etapa no desenvolvimento dos transportes urbanos.

* * *

Os orçamentos dos municípios fixados para a despesa e a receita das municipalidades foram os seguintes: — Capital, 91:779$354; Araruna, 5:826$968; Serraria, 5:925$100; Ingá, 6:636$810; Taperoá, 3:403$550; São José de Piranhas, 2:859$940; Catolé do Rocha, 7:505$898; Cabaceiras, 5:409$506; Teixeira, 3:152$650; Brejo do Cruz; 1:945$256; Itabaiana, 20:237$913; Cabedelo, 11:339$260; Conceição, 3:181$624; Pilar, 7:250$000; Umbuzeiros, 13:445$047; Campina Grande, 23:000$000; Alagoa Grande, ... 16:559$407. Faltam dados referentes aos demais municípios.

* * *

O orçamento estadual fixou a despesa em 2.285:000$769 e orçou a receita em 2.297:139$039.

* * *

A Cidade de Campina Grande contava 1.102 casas. Ali apareceu o semanário "Correio de Campina" e fundou-se o primeiro cinema.

* * *

A 22 de outubro assumiu o Govêrno do Estado o Presidente João Pereira de Castro Pinto, cuja administração caracterizou-se pelo espírito democrático e o estímulo dado às atividades culturais.

Foi notável também o seu empenho no combate ao cangaceirismo, tendo conseguido eliminar vários elementos dos mais audaciosos que agiam no interior.

1913

Os trilhos da estrada de ferro atingiram a Vila de Borborema.

* * *

"O trecho de govêrno exercido por Castro Pinto dera versão de um grande capítulo noutro plano de obra. Suas providências a respeito do ensino público, arrecadação de rendas, policiamento, justiça, energia quase arbitrária com que atacou o cangaceirismo no sertão, varejando focos nunca antes varejados, quebrando, neste particular, o escrúpulo ou temor das administrações sôbre a prepotência dos chefes acoitadores; a decisão com que arredou diversos magistrados de chefias partidárias; doutrinação política de sua imprensa bem intelectualizada; tudo foi um ensaio nôvo de republicanismo que chocou em tôda Paraíba a rotina dos interêsses municipais". (CELSO MARIZ — *Apanhados Históricos da Paraíba*).

* * *

Apareceram os primeiros números de "Liceum", na Capital, "A Época", em Guarabira, "Proêmio", em Campina Grande, "Gazeta da Manhã", em Itabaiana.

1914

A Grande Guerra repercutiu na Paraíba criando uma situação econômica catastrófica. A vida comercial sofreu um quase colapso, porque os produtos de exportação ficaram acumulados nos depósitos, decorrentes dessa circunstância a queda brusca dos preços de algodão, que desceu para sete cruzeiros nominais, a arrôba,

enquanto o custo dos artigos de importação alcançava níveis astronômicos.

* * *

Surgem, em Patos "A Voz do Sertão", em Guarabira "O Nó", em Ingá "O Ingaense" e na Capital: "Jornal do Comércio", "A Tarde", "O Cágado", "Revista Pedagógica" e o "O Farol da Vida".

1915

Rompeu-se a aliança política que concentrava as duas correntes partidárias do Estado, resultando daí uma eleição disputadíssima e reacendimento da luta de facções.

* * *

Em virtude de ter se afastado do govêrno o Presidente Castro Pinto, assumiu o exercício do cargo o primeiro Vice-Presidente Antônio Pessoa.

* * *

Começaram a circular: em Campina Grande "A Razão" e "Renascença", em Itabaiana "O Jornal", em Santa Rita "O Rebate", nesta Capital: "O Liberal", "A Notícia", "Microscópio-Jornal", "A Pátria", "A Noite", "Paraíba" e o "Diário do Estado".

1916

Tendo falecido o Vice-Presidente Antônio Pessoa, assumiu o Govêrno do Estado o Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Solon Lucena, que exerceu o cargo até outubro, quando se empossou o nôvo presidente eleito, General Camilo de Holanda.

A administração dêsse inolvidável paraibano realizou ação profícua pelo engrandecimento do Estado, principalmente no sentido da modernização da Capital.

* * *

No último dia do ano ocorreu o incêndio da Delegacia Fiscal, acontecimento que impressionou vivamente a sociedade e que foi atribuída a ação criminosa.

O prédio era a antiga Casa dos Contos, construído na época colonial, embora deformado em parte, devido às modificações e reformas que vinha sofrendo. Contudo, representava significativo espécimen da arquitetura do seu tempo.

* * *

Entraram em circulação em Areia: "A Evolução", em Patos: "Jornal do Sertão", em Bananeiras: "Era Nova", em Santa Rita: "Jornal de Santa Rita", em Campina Grande: "O Gabinete" e nesta Capital: "O Pimpôlho", "Jornal das Neves" e a revista "Renascença".

1917

Nos jornais apareceram as primeiras notícias referentes ao futebol.

* * *

O Rio Paraíba transbordou neste ano, causando prejuízos consideráveis, inclusive a inundação de localidades próximas ao seu curso.

* * *

A notícia do rompimento das relações do Brasil com a Alemanha, em conseqüência do torpedeamento do navio nacional "Paraná", não chegou a impressionar grandemente o povo. Contudo foi fundado um Comitê Pró-Pátria, entidade platônica que nada produziu durante a sua curta e apagada existência.

* * *

Fundou-se uma Liga Vegetariana e outra de Proteção às Árvores, tendo esta última promovido a Festa das Árvores que se repetiu durante vários anos.

* * *

Por inspiração do jornalista Rafael de Holanda, que vivera algum tempo na Europa, foi fundado o Sindicato Geral dos Tra-

balhadores, sob cuja orientação rebentaram tímidas greves, sob o pretexto de reivindicação da jornada de oito horas.

* * *

Celebrou-se com grandes festas o centenário da Revolução Republicana de 1817

* * *

Na Capital circularam os periódicos: — "A Tribuna" e "Astréia", em Alagoa Grande: "O Monitor".

1918

Inaugurou-se a ligação rodoviária Campina Grande-Soledade.

* * *

Convocado pelo govêrno estadual, realizou-se um congresso dos prefeitos do interior, que durante três dias debateu problemas de interesses das suas comunas.

* * *

Em Itabaiana, foi inaugurada a iluminação elétrica da cidade.

* * *

Irrompeu devastador surto de influência espanhola, vitimando grande número de pessoas.

* * *

A imposição do armistício à Alemanha pelos Aliados foi aqui celebrado com grande demonstração de público regozijo.

* * *

Uma comissão de técnicos, vinda do Rio, procedeu estudos para a verificação da possibilidade de ser construído, em Tambaú, o pôrto da Paraíba.

* * *

Apareceram: em Cajazeiras, a revista "Flor-de-Lis"; em Alagoa Grande, o periódico "Tempo" em Caiçara, "O Trabalho".

1919

A eleição do Dr. Epitácio Pessoa para Presidente da República teve profunda repercussão em tôdas as camadas da sociedade paraibana, tanto da Capital quanto dos municípios do interior, tendo o fato sido festejado com verdadeiro entusiasmo popular.

* * *

A população da Capital foi computada em 42.000 almas e na Cidade de Campina Grande havia 1.841 casas na zona urbana.

* * *

Realizaram-se vários comícios operários, com o objetivo de conseguirem dos patrões a adoção da jornada de oito horas de trabalho.

* * *

Em Areia, foi inaugurada a iluminação elétrica da cidade.

* * *

Tanto o vegetarismo como o naturismo tinham muitos adeptos na Capital, por isso não causou surprêsa a fundação do Sanatório Naturista, do professor Simas.

* * *

Para substituir o Dr. Camilo de Holanda, cujo quatriênio expirou neste ano, foi eleito o Dr. Solon de Lucêna, que se empossou no cargo a 22 de outubro.

1920

As Cidades de Campina Grande e Alagoa Nova inauguraram a iluminação elétrica.

* * *

Apareceu o livro *Eu,* no qual o poeta Augusto dos Anjos reuniu grande parte da sua produção poética.

* * *

O inventor Salviano de Figueiredo anunciou ter descoberto um motor para ser acionado pela fôrça produzida pelas ondas do mar.

* * *

O pessoal da estrada de ferro *"Great Western"* deflagrou uma greve, que paralisou todo movimento ferroviário durante vários dias. O motivo do movimento foi reivindicar melhores ordenados e salários.

* * *

Foi inaugurado o busto de Pedro Américo na praça que tem o seu nome.

1921

Em Santa Luzia, foi inaugurada a iluminação elétrica da cidade.

* * *

O Dr. Antônio Hortêncio fêz demonstrações teóricas do motor automático da sua invenção.

* * *

Iniciou a sua publicação a revista *Era Nova.*

* * *

O movimento da Reação Republicana, liderado por Nilo Peçanha, logrou a adesão de forte corrente oposicionista, que tinha como órgão na imprensa o vespertino "A Tarde".

* * *

A Escola Normal de Cazajeiras diplomou a sua primeira turma de professôras.

1922

O centenário da Independência Nacional foi comemorado com grandes festas, tanto na Capital como nas cidades do interior. Na Capital realizaram-se conferências públicas, festas escolares, de-

monstrações esportivas e o concurso para a escolha da paraibana mais bela, no qual vitoriou a então Senhorita Stela Caçador.

No correr das demonstrações esportivas, precisamente das regatas realizadas no estuário do Sanhauá, ocorreu trágico acidente, sossobrando uma das lanchas cheia de famílias, que foram jogadas na água, registrando-se mortes.

Os aviadores portuguêses Gago Coutinho e Sacadura Cabral, no reide Portugal-Brasil, evoluiram sôbre Cabedelo, rumando em seguida para o Sul. Era a primeira vez que um aparelho voador era visto na Paraíba, daí a curiosidade enorme que despertou.

* * *

O VII Congresso Nacional de Geografia foi outro aspecto das comemorações que focalizaram a Paraíba no cenário nacional.

* * *

As obras do pôrto da Capital foram iniciadas neste ano.

* * *

Verificou-se a inauguração do Orfanato D. Ulrico e do Hospital Osvaldo Cruz.

* * *

Em Sousa, chegou o primeiro trem da Rêde Viação Cearense.

* * *

O govêrno contratou com o escritório técnico Saturnino de Brito a execução do saneamento da Capital.

* * *

No fim do ano tocou na Paraíba o avião em que o aviador nacional Pinto Martins realizou o vôo Estados Unidos — Brasil.

* * *

A população do Estado, apurada no recente recenseamento geral era de 916.000 almas. A cidade de Campina Grande tinha neste ano 2.171 prédios dos quais 615 eram casas de taipa.

* * *

Circularam: na Capital — "A Conquista", "A Novela", "Diário Popular", "O Além", "O Laço", "O Recenseamento", "O Sol" e "Paraíba Agrícola"; em Campina Grande: "O Lidador" e "O Clarão" e em Patos: "A Nota".

1923

Manifestou-se êste ano a praga do café, que dentro de poucos anos destruiria totalmente os cafezais em zona brejeira.

* * *

A iluminação elétrica foi inaugurada em Cabaceiras.

* * *

Chegou a Bananeiras o primeiro trem, inaugurando o ramal de Itamaratí àquela cidade.

* * *

A 24 de setembro, num conflito de estudantes com a Polícia, foi assassinado o jovem Sadi Castor, fato que deu lugar a grande agitação nos meios estudantis, forçando o govêrno a fechar os estabelecimentos oficiais de ensino secundário.

* * *

Apareceram os jornais: "O Combate", "O Jornal", na Capital e no interior "Gazeta do Sertão"; também circularam o "Beija-Flor" e o "Festival", em Patos.

* * *

O Banco do Brasil instalou a sua primeira agência no interior, localizando-se em Campina Grande.

1924

O inverno rigoroso provocou inundações e arrastou pontes, inclusive do Cobé e de Itabaiana, interrompendo o tráfego ferroviário vários dias.

* * *

A Cidade de Sousa sofreu um ataque dos cangaceiros que invadiram a zona urbana cometendo saques no comércio.

* * *

Foi inaugurado o Patronato Agricola Vidal de Negreiros, localizado em Moreno, atual Cidade de Solânea.

* * *

O Dr. João Suassuna foi eleito Presidente do Estado.

* * *

Ocorreu neste ano a fundação do Banco do Estado da Paraíba.

* * *

Esperança foi elevada a município, desmembrado do Território de Alagoa Nova.

* * *

Em Picuí, foi inaugurada a iluminação elétrica.

1925

Na Capital começou a trafegar o primeiro serviço de transportes coletivo, servido por auto-ônibus.

* * *

Verificou-se um encontro entre o bando de Lampião e a polícia em Serrote Prêto, no qual a fôrça legal perdeu vários homens inclusive oficiais.

* * *

Foi criado o Município de Sapé.

* * *

Em Sousa, foi inaugurada a iluminação elétrica.

* * *

O govêrno adquiriu um trator "Caterpillar", o primeiro veículo dêste tipo chegado à Paraíba, e o empregou em transportes no interior.

* * *

A ordem de suspensão geral das obras federais causou revolta em todos os municípios, onde se realizavam tais trabalhos, impedindo a população à remoção dos materiais, principalmente maquinárias mandadas para aqui pelo Govêrno Epitácio Pessoa.

* * *

Em Patos, começou a circular o periódico "A Voz Paroquial".

1926

A marcha da Coluna Prestes através do Nordeste animou alguns oficiais da guarnição da Capital a tentar a adesão do 22º B. C. à causa revolucionária, destacando-se nessa tarefa os Tenentes Souza Dantas e Serôa da Mota, os quais cercados na casa onde se achavam resistiram várias horas aos ataques contra êles desfechados pelas autoridades policiais.

O território paraibano foi invadido a 9 de fevereiro pela referida Coluna, que após se bater em vários pontos com as fôrças policiais, e repeti-las alcançou Piancó, onde encontrou pertinaz resistência oferecida pelo Padre Aristides Ferreira da Cruz, e alguns amigos, apoiados pelo pequeno destacamento comandado pelo então Sargento Manoel Arruda. O padre e seus amigos foram capturados e sacrificados implacàvelmente, enquanto o destacamento policial se retirava, diante da impossibilidade de qualquer êxito da sua resistência.

* * *

O escritório Saturnino de Brito fêz a entrega dos serviços de esgôtos ao govêrno.

* * *

O bairro de Cruz das Armas, na Capital, contava neste ano 1.265 casas habitadas por 6.325 habitantes.

* * *

Em Campina Grande, inaugurou-se o serviço de bondes, contando com duas linhas, sendo os veículos acionados a gasolina.

* * *

O Govêrno do Estado iniciou o assentamento da canalização da água da barragem de Puxinanã, para abastecer Campina Grande.

* * *

Em Guarabira, encetou a publicação o semanário "O Município".

1927

Inaugurou-se o edifício dos Correios e Telégrafos, construído pelo govêrno federal para sede dêsses serviços.

* * *

Apareceram os periódicos "A Fôlha" e o "Carmelo" ambos na Capital e no interior, "O Século" em Campina Grande, o "Luzeiro" em Areia.

* * *

Na Paraíba de 1927 sabiam ler 126.951 pessoas enquanto eram analfabetas 834.155, portanto os não alfabetizados representavam 70,7 da população.

1928

Visitou a Paraíba a Caravana Democrática chefiada pelo Doutor Assis Brasil, realizando memorável sessão no Teatro Santa Rosa.

* * *

A Prefeitura oficializou a denominação de Ilha Índio Piragibe para a antiga Ilha do Bispo.

* * *

Em Pombal, foi inaugurada a iluminação elétrica da cidade.

* * *

Campina Grande tinha 4.259 casas e a renda municipal atingiu a 314:556$800.

* * *

A Prefeitura municipal de Guarabira arrecadou neste ano 186:898$000. E a da Capital, 688:415$000.

* * *

A Cidade de Santa Rita foi ligada à Capital por uma linha regular de ônibus, destinada ao transporte de passageiros.

* * *

A Colônia de Alienados, construida pelo govêrno estadual, foi inaugurada neste ano.

* * *

A 22 de outubro realizou-se a posse do nôvo Presidente do Estado, Dr. João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, que organizou o corpo de auxiliares fora das injunções partidárias, iniciando uma obra administrativa em moldes mais amplos, que impressionaram a opinião pública.

O seu programa de realizações, favorecido pelas condições financeiras em plena recuperação, após vários anos de crises, alcançou todos os ângulos dos problemas provinciais, exercendo enorme influência na formação da nova mentalidade dos homens públicos, sobretudo pelos seus esforços no sentido da concessão da propriedade aos valores morais.

1929

A inauguração da ponte da Batalha marcou o ponto alto das realizações do govêrno estadual, que realizara já outras obras, destacando-se a construção de algumas pontes em vários pontos do território paraibano.

* * *

A escolha do sucessor do Presidente Washington Luiz marcou o momento decisivo dos acontecimentos politicos, visto ter o Presidente da Paraíba oposto o seu veto às indicações manipuladas pelo

Chefe da Nação e colocado a Paraíba ao lado do Rio Grande do Sul e Minas Gerais, que se haviam insurgido contra aquela escolha.

A campanha tomou impulso nunca visto em casos semelhantes, com a indicação do Presidente João Pessoa para companheiro de chapa do Sr. Getúlio Vargas, como Vice-Presidente da República.

Pode-se afirmar que a Paraíba, pelas suas correntes de opinião mais ponderáveis, tomou posição corajosamente ao lado da chamada Aliança Liberal, enquanto um pequeno grupo de políticos no ostracismo formava com o candidato oficial, colocando-se a serviço da política de represália, então desencadeada pelo Presidente da República contra a insubmissão da Paraíba aos seus ditames.

Estimulados por essa política vários políticos, não contemplados nas chapas para as eleições federais, tomaram posição de combate à situação dominante, propiciando o gesto do deputado estadual José Pereira Lima, concretizado no episódio de Princesa Isabel.

Êsse episódio, que na época foi atribuído a uma manifestação do cangaceirismo, obedeceu a diretrizes prèviamente determinadas objetivando a mudança do govêrno estadual, para o que contava com a simpatia tanto do govêrno federal quanto das situações dominantes nos estados vizinhos, tôdas fiéis à política do Catete.

A luta de Princesa Isabel prolongou-se até outubro, devido ao fato do govêrno estadual enfrentá-la em condições de inferioridade, visto não lhe ser permitido o recebimento de elementos essenciais ao armamento e equipamento das suas fôrças, enquanto que a José Pereira Lima, que se apossara daquela cidade, chegavam, sem nenhum obstáculo, os armamentos e munições de que carecia para enfrentar a polícia militar paraibana.

Aquela cidade foi proclamada Território Livre, instalando-se um simulacro de govêrno autônomo, cessando tôda autoridade estadual na sua área.

Com a evolução dos acontecimentos os bandos armados, partindo dali tentaram convulsionar o sertão, mas em tôda parte encontraram a reação da polícia, que embora mal armada, nunca trepidou em enfrentar a situação valorosamente.

O incidente encerrou-se com a vitória da revolução de outubro, quando tropas federais ocuparam a cidade restabelecendo o govêrno legal.

* * *

Em março dêste ano realizaram-se as eleições federais, para a escolha do presidente e vice-presidente da República e da bancada na Câmara dos Deputados e Senado da República.

Os candidatos da Aliança Liberal alcançaram vitória espetacular, mas, nem diante dessa maioria impresisonante, se deteve a vindita contra a nossa rebeldia. Os eleitos foram depurados e reconhecidos os vencidos de maneira escandalosa.

A indignação popular cresceu ao ponto de explosão, criando o clima revolucionário, que crescia na medida dos atos do govêrno federal visando castigar a Paraíba pela sua atitude de excepcional bravura cívica, marchando contra as diretrizes políticas impostas à Nação pelo Presidente da República, imbuído da velha superstição, segundo a qual o govêrno não pode perder eleição.

Vivia-se num ambiente trepidante. Sòmente a idéia revolucionária ocupava a imaginação dos políticos e dos homens do povo, quando aqui se veio foragir o então Capitão Juarez Távora, que fugira da prisão, numa das fortalezas da barra do Rio de Janeiro e intensificou as ligações já estabelecidas por outros militares, servindo na guarnição da Capital.

A Paraíba preparava-se para a luta contra o govêrno federal, e se indignava com as atitudes vacilantes e dúbias do Rio Grande do Sul, quando se verificou, no Recife, um crime que contribuiu para o extravasamento da taça da indignação pública.

O Presidente João Pessoa, tendo ido ao Recife, a passeio, foi ali assassinado pelo Dr. João Duarte Dantas, seu inimigo pessoal e adversário político, numa confeitaria, a 26 de julho.

Ao crime sensacional emprestou-se, no momento de explosiva exaltação, o colorido de vingança política e daí a repercussão nacional que alcançou, agindo como combustível atirado à fogueira que ardia secretamente em todos os ângulos do país.

A eclosão da revolução passou a ser esperada a cada instante, porque as vacilações do Rio Grande do Sul não resistiriam mais

ao ímpeto dos elementos que desejavam jogar a cartada decisiva, destinada a imprimir novos rumos à República.

Na Capital, então, êsse sentimento de revolta se pronunciou da morte do Presidente repercutiu com tal intensidade que pode-se dizer contagiou tôda população, que se viu envolvida pela onda de indignação e de desespêro semelhante à que se manifesta nas horas cataclísmicas de uma comunidade.

Na Capital, então, êsse sentimento de revolta se pronunciou de maneira violenta, com o ataque às pessoas e às propriedades dos adversários, aos quais se atribuiu conivência no crime do Recife.

A chegada do cadáver do Presidente e a sua partida para o Rio, onde ia ser inumado, constituiram grandiosos espetáculos da unanimidade do sentimento de um povo, unido no pranto pelo desaparecimento do seu grande condutor. Enquanto o povo pranteava João Pessoa e tomava represálias contra os seus adversários, progrediam os entendimentos para a eclosão do movimento revolucionário, que tinha como chefe civil na Paraíba o Dr. José Américo de Almeida, colaborador da obra administrativa de João Pessoa e candidato a deputado federal mais votado e esbulhado escandalosamente pela comissão de reconhecimento da Câmara dos Deputados.

* * *

A Paraíba passou a viver em função da Revolução, não obstante a orientação conciliadora que o Vice-Presidente Álvaro Carvalho imprimia aos atos da sua administração. Os auxiliares do seu govêrno conspiravam à sombra da autoridade estadual, sem, no entanto, colocarem o Chefe do Govêrno ao par do que se passava.

E a revolução explodiu na noite de 3 para 4 de outubro, com o assalto ao quartel do 22.° B. C., levado a efeito por vários oficiais do Exército e civis. Naquela praça militar houve ligeira luta, logo jugulada pelos elementos aliciados pelos então tenentes Juraci Magalhães, Barata e outros, registrando-se, porém, o sacrifício do General Lavanére Wanderley comandante da Região Militar e de dois oficiais do seu Estado Maior, ocorrência deplorada sinceramente pelos revolucionários.

Os contingentes de outras unidades que estavam espalhados pela Capital e cidades do interior, para aqui enviados pelo govêrno da República, como medidas preliminares para a intervenção federal projetada e que foi procrastinada devido à morte de João Pessoa, aderiram ao movimento, salvo o 23.° B. C., estacionado em Sousa, que opôs resistência ao convite para fazer causa comum com os revolucionários. Da luta que se seguiu resultou morrerem o Comandante Coronel Pedro Ângelo e o sub-Comandante Major Cesar Castro, tanto mais lamentável quando sucedia que aquêle comandante era um dos oficiais integrados no movimento insurreicional nacional, que se viu compelido a adotar atitude de luta em conseqüência da conduta do seu subordinado.

Mas o movimento propagou-se por todo Norte, em correspondência com o que se verificava no Rio Grande do Sul e em Minas, onde a Revolução rebentara em sincronização.

De acôrdo com os planos prèviamente determinados, foi constituído o govêrno provisório do Norte, cuja chefia coube a José Américo de Almeida, reconhecido como chefe civil do movimento nesta região, enquanto Juarez Távora assumiu a chefia das fôrças militares.

Colunas de tropas partiram da Paraíba para levar a revolução aos Estados vizinhos. O Rio Grande do Norte, Ceará e Pernambuco foram invadidos pelo interior, enquanto o grosso das tropas revolucionárias marchava sôbre o Recife e derrubava o Govêrno de Pernambuco prosseguindo na marcha a fim de alcançar a Bahia e daí fazer ligação com o exército revolucionário que, de Minas, havia atingido o Território do Espírito Santo.

* * *

Enquanto se desenvolviam as operações militares, o Governador Provisório do Norte adotava medidas para normalização da vida na Paraíba e nos demais territórios sob sua administração.

* * *

A situação financeira da Paraíba era de molde a merecer cuidados. A luta de Princesa impuzera pesado ônus ao erário estadual de forma que cumpria, antes de mais nada, tratar de restabele-

cer a ordem nas finanças públicas, sem prejudicar o andamento das obras iniciadas, mas essa tarefa o Governador do Norte apenas a esboçou pois o seu govêrno encerrou-se dentro de curto prazo, em virtude de ter se verificado a vitória total da Revolução, a 24 de outubro, e José Américo ter sido chamado para integrar o govêrno da República, ocupando a pasta da Viação.

Assim é que o Dr. Antenor Navarro o substituiu no govêrno do Estado, com o título de Interventor Federal.

* * *

No comêço do ano, ou melhor a 25 de janeiro, foi estabelecido o tráfego aéreo, com a chegada do primeiro avião da Condor, que pousou no estuário do Sanhauá.

* * *

Havia na Paraíba 864 automóveis e 347 caminhões.

* * *

Na Capital começaram a circular os jornais "A Ação" e o "Diário da Paraíba" e em Alagoa Nova "O Momento".

* * *

Antenor Navarro, que assumiu o govêrno, na qualidade de Interventor Federal, a 11 de novembro, governou a Paraíba durante 17 meses.

* * *

O nome da Cidade da Paraíba foi mudado para João Pessoa, em homenagem ao grande estadista sacrificado no Recife.

1931

O orçamento estadual consignava uma despesa de .... 15.263:000$000 para uma receita de 13.861:000$000. O desequilíbrio financeiro decorria da luta de Princesa Isabel, que tumultuou a vida econômica do Estado, exigindo sacrifícios monetários de vulto.

O desequilíbrio prolongou-se no ano seguinte, operando-se a recuperação, sòmente em 1933, quando também se atenuaram os efeitos da sêca, que assolou a Paraíba e o Nordeste com intensidade desastrosa.

* * *

O govêrno de Antenor Navarro caracterizou-se pelos esforços no sentido de concluir as obras iniciadas na administração anterior, destacando-se a remodelação do Palácio da Redenção, Palácio das Secretarias e Paraíba-Hotel, iniciadas por João Pessoa.

Mas foi o problema do ensino que polarizou o melhor das suas atenções, como consignou um dos seus auxiliares:

"Com êle teve o ensino a sua fase de maior desenvolvimento. Inúmeros foram os atos do jovem administrador em benefício da instrução que constituía o ponto de maiores atenções do seu govêrno. Idealista e entusiasta, acompanhando de perto as necessidades da sua terra a ela devotou-se decididamente, num desejo incomparável de ser-lhe útil. Compreendendo que na educação repousa a grandeza da nacionalidade que a Revolução procura arrancar dos vícios que se acumularam, por quatro décadas, voltou-se à solução do grave problema, rompendo velhos preconceitos políticos que prendiam a escola ao guante dos interêsses partidários, deu-lhe a liberdade indispensável à conquista da sua efetiva finalidade. O professor para a escola e esta para a sociedade, sem olhar o mandonismo aldeão, interessado em transformar as classes em clãs. submissas às paixões perniciosas de chefes de partido, era a palavra de ordem do Interventor, que percorria os sertões, plantando em cada vila ou cidade um Grupo Escolar, e distribuindo a semente do saber por todos os lugares da Paraíba". (Professor José de Melo — *Evolução do Ensino na Paraíba*).

* * *

Ninguém traçaria melhor o quadro do ensino nesta fase da nossa História, do que um dos colaboradores do govêrno naquele setor dos serviços públicos.

Antenor Navarro criou de uma só vez 103 escolas. As matrículas atingiram a cifra de 36.678 alunos.

1932

Em abril, a 26, na Bahia, num desastre de avião faleceu Antenor Navarro, que foi substituído, a princípio interinamente e depois em caráter definitivo, pelo Dr. Gratuliano Brito, que vinha ocupando uma das secretarias de Estado.

* * *

A sêca devastava o Nordeste, com uma violência sem par, devendo não ter a região ficado deserta à coincidência de se achar à frente da pasta da Viação o Dr. José Américo de Almeida, que teve a oportunidade de prestar ao seu povo o serviço que lhe imortalizou o nome na gratidão dos nordestinos.

"O Presidente Getúlio Vargas tinha pensamento firmado e compromisso público assumidos ainda quando candidato, sôbre a solução do caso cíclico do Nordeste. Êle sabia desde "Os Sertões" de Euclides da Cunha tratar-se de "uma dívida de quatrocentos anos", que cumpria à União resgatar; quando aqui em setembro de 1933, o preclaro chefe do Govêrno nacional disse no discurso do dia 8, o qual se lê no volume II da "A Nova Política do Brasil":

"Êste desejo de resolver o problema do Nordeste foi um dos fatôres que, prevalecendo sôbre qualquer outro, me induziram a confiar a pasta da Viação, onde sua personalidade se firmou com relêvo, ao Dr. José Américo de Almeida. Correspondeu o vosso ilustre conterrâneo, de forma elevada, à confiança que nêle depositei; sobreleva-se comprovando êste acêrto, a sua integral dedicação à tarefa ingente de prevenir e suavisar os males do flagelo que vitima o Nordeste. Neste sentido, a obra realizada pelo Govêrno Provisório, por intermédio do Ministério da Viação, vem sendo providencial e, ao mesmo tempo, segura e metódica". De fato, o titular da Viação era um espírito já aguçado pelo estudo do fenômeno e de critério feito sôbre o dever de sua solução. Êste critério lhe inspirara, anos antes, sôbre o problema das sêcas um livro de vasto conhecimento e não menor ardor patriótico. Certo é, porém, que a sêca de trinta e dois apressou os trabalhos que aqui se realizavam daquele ano até agora. Trabalhos formidáveis,

como lenitivo aos males imediatos do flagelo e como fator econômico num futuro próximo da região. Uma grande sêca quase sempre se estende para diante ou para trás além do ano que lhe dá o nome. A de 1877 foi mais horrível porque se dilatou até 1878. E em 1932 culminou o flagelo que se esboçara em 1931. Neste último ano as chuvas não deram para encher as aguadas nem produzir lavouras no Cariri e nos sertões. Só o algodão se contentou ali com a escassa quota pluviométrica. Em 1932, diluídas as esperanças de março, o desespêro foi extremo entre os sertanejos. Nunca se vira um levante igual para o êxodo. A cada sêca, o sertão parecia mais sêco, mas sem qualquer recurso de vida. Felizmente, neste 1932, êste recurso foi grande e trazido com prontidão, como também ainda não se registrara, ia ser a sêca mais horrorosa da história, não fôra essa presteza e assistência. O Ministro da Viação e Obras Públicas voou até o Nordeste para presidir o socôrro e trazer o maior e mais rápido impulso que já tiveram os serviços da União nesta parte do Brasil. No momento, a Paraíba se achava sem recursos. Os homens do govêrno local moveram-se pela ação de presença, vigilância e feliz distribuição dos socorros recebidos. Mas os dinheiros foram federais. O Estado por si despendeu pouco mais de Cr$ 100.000,00. Da União vieram imediatamente Cr$ 2.800.000,00 para a assistência direta aos flagelados. Concentrações se fizerem em Guarabira, Areia, Alagoa Grande e Bananeiras, onde acorreram cêrca de quatro mil retirantes. Aí, na zona brejosa e chovida, chegaram a organizar-se plantações e obter-se colheitas. O grosso de necessitados, porém, ficara perto dos seus rincões sertanejos. Em Cajazeiras, São João do Rio do Peixe, Sousa, Pombal, Patos, Monteiro, São João do Cariri, formaram-se núcleos de dois a três mil flagelados. Até na Capital se instalaram centros de socorros. Pequenas diárias a quem podia executar algum trabalho. Rações aos enfraquecidos de fome ou moléstia. Não fôra possível evitar êsses ajuntamentos, dado o calor e a alimentação de emergência, a gastrenterite das crianças e as infecções tíficas e disenterias. Mas não se esperaram os serviços médicos e de higiene geral e pessoal, a droga, a vacina, o banho, o cabelo cortado. Enfermeiras da Cruz Vermelha chegaram

ao cenário árido. Tudo quanto na urgência do clamor podia ser tentado para salvar as massas da sêca. Não se registrou nenhuma morte pela fome". (CELSO MARIZ — *Evolução Econômica da Paraíba*).

Nesse período o Ministro José Américo mandou executar na Paraíba os seguintes serviços:

"Construção, pelo Ministério da Guerra, com recursos fornecidos pelo da Viação, de um hangar de vinte e oito metros por trinta e cinco no campo de aviação de João Pessoa; prolongamento da Rêde de Viação Cearense, de Sousa a Patos; construção da estrada de Cajazeiras; aprovação de fretes reduzidos para diversos produtos na *Great Western;* uma rêde de estradas de rodagem, na extensão de 798 quilômetros com 850 metros de obras de arte. Açudes públicos e particulares, construídos e em construção, respectivamente com a capacidade total de quarenta milhões e novecentos e quarenta e oito mil metros cúbicos de água e nove milhões e cento e oitenta e quatro mil metros cúbicos; a perfuração de onze poços; a concessão de Cr$ 2.487.198,80, para a localização e assistência aos flagelados, incluídos nessa importância Cr$ .... 300.000,00 para o cooperativismo sindicalista e trabalhos da Comissão de Reflorestamento em São Gonçalo, Condado, Soledade, Taperoá, São João do Cariri, Cabaceiras, Patos, Malta, Misericórdia, Catolé do Rocha, Brejo do Cruz, São José de Piranhas e Antenor Navarro, com dois postos agrícolas e sete campos de palma; trabalhos da Comissão de Piscicultura, com 61 açudes peixados. Concessão do Pôrto de Cabedelo; transporte gratuito, no Lóide Brasileiro, de 9.929 volumes de café e gêneros alimentícios. Construção concluída de vinte e uma agências postais-telegráficas; reconstrução de 91.557 metros de linhas telegráficas, criação de linhas postais de automóveis, com a extensão de 708 quilômetros". *O Ciclo Revolucionário do Ministério da Viação*.

* * *

Tratando dos seus esforços pela redenção da área sôbre a qual incide periòdicamente o flagelo das sêcas, o eminente paraibano disse:

"Se me perguntarem pelos Cr$ 317.136.569,94, de verbas orçamentárias e créditos especiais, e despendidos na assistência às vítimas da sêca, eu poderia dizer simplesmente: Matei a fome de dois milhões de brasileiros, no maior cataclisma que já se abateu sôbre o Norte, pela fôrça destruidora e por seus reflexos em zonas isentas dêsses acidentes do clima. Só em 1932 a Inspetoria de Sêcas tinha em trabalho 220.000 operários que, computada a média de quatro pessoas por família, representavam 800.000 pessoas, sem contar outros tantos empregados em construções ferroviárias, açudes particulares em cooperação com o Govêrno, prédios para correios e telégrafos, colônias agrícolas ou recolhidos aos campos de concentração. O emprêgo dêsses avultados recursos justificar-se-ia, apenas, pelo capital humano escapado à calamidade. Seria uma nonada para cada pessoa salva. Foi amparada uma população em pêso, desde os famintos à tôdas as classes, que viviam indiretamente, dêsses socorros públicos. Essa devastação e generalidade, abrangeu até no ciclo mortal as terras que vão do Piauí ao Maranhão, até os Vales do Vasa Barris e do Itapicuru, sem poder ser atenuada por obras anteriores, que não tiveram intervenção compensadora na redução dos seus efeitos desastrosos" (José Américo de Almeida — *O Ciclo Revolucionário do Ministério da Viação*).

* * *

O Ministério da Viação importou da África mudas de palma sem espinho para a distribuição com os fazendeiros, a fim de formarem campos dêsses cactos, destinada ao forrageamento dos gados nos anos críticos.

* * *

O Govêrno Gratuliano Brito assinou o contrato com o Govêrno Federal para a fundação da Escola de Agronomia do Nordeste, situada em Areia, sendo êsse o primeiro estabelecimento de ensino superior a ser criado na Paraíba.

* * *

O orçamento estadual consignou a verba de quatrocentos e dezessete mil novecentos e noventa e oito cruzeiros para o ensino público.

"Além do grande número de benefícios trazidos à instrução pelo Govêrno Gratuliano Brito e já mencionados nos capítulos anterior-res, foram, entre os anos de 1932 e 1934, criadas 76 escolas primárias, foi fornecido mobiliário a 15 grupos escolares e a dezenas de escolas isoladas, foram auxiliados alguns estabelecimentos de ensino particular, equiparando à Escola Normal o Colégio da Imaculada Conceição, de Campina Grande, criando o Instituto Sericícola do Estado e regulamentando o ensino comercial". (Professor JOSÉ DE MELO —*Evolução do Ensino da Paraíba*).

* * *

Em Campina Grande inaugurou-se o Hospital Pedro I, construído pela Maçonaria.

* * *

A Paraíba mandou para combater os revolucionários de São Paulo uma brigada, composta de soldados da Polícia Militar e voluntários.

* * *

Um decreto do Interventor ainda na gestão de Antenor Navarro extinguiu os cargos de juiz de Paz, magistratura que existia desde tempos imemoriais e que proliferara por tôda parte do território paraibano.

* * *

Apareceram os jornais "A Rua" e o "O Povo", na Capital e no interior, "O Rebate", em Campina Grande e "O Tempo", em Esperança.

Neste ano teve início a construção do Pôrto de Cabedelo, em virtude de um contrato assinado entre os governos federal e estadual, quando ainda governava Antenor Navarro.

1933

Diante do movimento da opinião nacional favorável à reconstitucionalização do país, o Govêrno Federal resolveu proceder a eleições para a reunião de uma assembléia constituinte nacional e assembléias estaduais com a mesma finalidade.

O ambiente político achava-se grandemente modificado, em virtude da politiac interventorial, que adotara como sistema, retirar dos antigos chefes políticos o mando dos municípios, entregando as prefeituras a pessoas de imediata confiança do Interventor, sem ligações nos municípios que iam administrar. Também a magistratura estava constituída por juízes apolíticos, visto o govêrno nos últimos tempos vir desencorajando tôdas as veleidades políticas dos magistrados.

O pleito, apesar de vivamente disputado, correu em perfeita ordem, aprovando em tôda linha a experiência do voto secreto sob cujo regime se processou.

* * *

O Interventor Gratuliano Brito conseguiu equilibrar o orçamento e sanear as finanças, de modo que ao encerrar o seu govêrno, havia saldo substancial nos cofres do Tesouro e em depósito nos estabelecimentos de crédito da Capital.

Sôbre a situação financeira do Estado, o escritor Celso Mariz, consigna no seu livro "A Evolução Econômica da Paraíba":

"Para 1932 a previsão da receita do Estado fôra de 16 milhões de cruzeiros. A arrecadação dera menos 2.900.000 cruzeiros. Já de 1931 viera um "deficit" orçamentário de 1.400.000 cruzeiros. Gratuliano Brito começava enfrentando uma dívida flutuante de cêrca de 4.000.000,00 de cruzeiros. Foi muito interessante a ação dêsse administrador. No fim de 1933 conseguiu um empréstimo de 6.000.000 de cruzeiros no Banco do Brasil, pagando 1.600.000 cruzeiros de Antenor Navarro. Os 4.000.000 de cruzeiros livres foram aplicados na construção da Escola de Agronomia de Areia,

em estudos do saneamento de cidades do interior e nos fundos da Caixa Central de Crédito Agrícola; para esta, 1.105.000 cruzeiros. Produção agrícola de 280 mil toneladas, 116 de exportação, entrando nesta mais de trinta milhões de quilos de algodão, fonte maior de produção coletiva de renda pública. O Tesouro apresentou a arrecadação de 21.480.000 cruzeiros, 6.706.000 acima do que previra o orçamento. A vida do Estado entrou num ambiente de desafôgo".

* * *

Na Capital além da "A União", "O Norte", "Correio da Manhã", diários e a "A Imprensa" que era semanário, circularam também "A Notícia" e o "Brasil Novo".

* * *

Em setembro a Paraíba recebeu a visita do Presidente Getúlio Vargas, acompanhado de ministros de Estado e outras figuras de relêvo nacional. Na sua comitiva vinham representantes de todos os grandes jornais do Sul do país.

Nessa ocasião, precisamente a 7 de setembro, fundou-se a Associação Paraibana de Imprensa, cuja sessão foi presidida pelo Ministro José Américo e General Góes Monteiro.

1934

A receita estadual atingiu a 26.348.000 cruzeiros e a despesa montou a 21.263.000 cruzeiros.

* * *

Em outubro realizaram-se as eleições para as assembléias constituintes federal e estadual, tendo o alistamento eleitoral se encerrado a 6 de setembro revelando que os maiores colégios eleitorais eram: a Capital, 8.155; Campina Grande, 5.986; Piancó, 2.699; Patos, 2.151; e Mamanguape, 2.142 eleitores alistados.

Pela primeira vez se aplicou no país o sistema de voto secreto, considerado como uma das conquistas da revolução recente.

1935

A Assembléia Constituinte estadual instalou-se em janeiro, elegendo Dr. Argemiro de Figueiredo, Governador do Estado, e passando, em seguida à discussão da nova Carta Constitucional do Estado, que foi aprovada neste mesmo ano.

* * *

A 23 de janeiro realizou-se a inauguração do Pôrto de Cabedelo, importante realização do Govêrno Gratuliano Brito, que não a presidiu por ter se afastado do exercício em virtude de ter sido eleito deputado federal.

* * *

A 25 de janeiro a Assembléia Constituinte empossou o governador eleito pelo voto indireto.

* * *

O Prefeito Guedes Pereira promoveu a Festa da Ave.

* * *

A 16 de agôsto faleceu o Arcebispo D. Adauto Aurélio de Miranda Henriques, primeiro Bispo e primeiro Arcebispo da Paraíba.

* * *

O levante comunista ocorrido em Natal infundiu pânico na cidade, sobretudo nas autoridades que ficaram atarantados, receiando a qualquer momento, a invasão da Capital. Passados os momentos de terror o govêrno, atendendo solicitação do Govêrno Federal enviou uma coluna da Polícia Militar a fim de cooperar no restabelecimento da ordem na Capital potiguar.

* * *

Apareceram a revista "Ilustração" e o jornal "O Dia", na Capital; "Jornal de Campina" e "Frente", em Campina Grande e "A Vila", em Santa Luzia.

1936

O govêrno estadual contratou com o escritório técnico Saturnino de Brito a construção dos serviços de água e saneamento de Campina Grande orçados em 16 milhões de cruzeiros, mas que ao ficarem concluídos tinham custado dezenove milhões e seiscentos mil cruzeiros.

* * *

O Departamento Estadual de Estatística estimou a população da Capital em 108.827 habitantes e a de Campina Grande em 99.557, compreendendo nesse concurso os habitantes dos distritos e áreas rurais de ambos os municípios.

* * *

O Prefeito Vergneaud Wanderley iniciou a execução do programa de urbanização e modernização de Campina Grande.

1937

O orçamento estadual fixou a despesa em 23.182.757 cruzeiros e orçou a receita em 24.380.000 cruzeiros.

* * *

Instalou-se o Município de Cuité, restaurado por lei votada pela Assembléia do Estado.

* * *

O lançamento da candidatura do Ministro José Américo à presidência da República, verificado no Rio, pelas fôrças políticas majoritárias, operou a coligação de tôdas as correntes partidárias a fim de apoiá-la, tendo o fato suscitado indescritível satisfação em todos os pontos da Paraíba, bem como no Nordeste inteiro.

* * *

A campanha política prosseguia agitada, dando margem a que o Presidente Getúlio Vargas pedisse ao Congresso a decretação do estado de guerra em todo país, que foi o prelúdio para o golpe que

desferiu a 10 de novembro contra as instituições democráticas, dissolvendo o congresso, as assembléias dos Estados e instaurando um govêrno ditatorial.

A atitude do Governador da Paraíba nesta emergência foi objeto de censuras generalizadas, pois sendo o Chefe do Govêrno do Estado donde o candidato era natural, foi dos primeiros entre todos os governadores, que aceitou com grande satisfação a idéia do assassínio das instituições constitucionais sem lhes opôr restrições ou formular qualquer objeção.

* * *

Apareceram nesta Capital: a "Gazeta do Povo", "Fôlha do Estado", "Jornal da Paraíba" e em Campina Grande "A Voz da Borborema".

1938

O orçamento estadual consignou receita de 26.691.900 cruzeiros e fixa a despesa em 26.600.324 cruzeiros.

* * *

A emprêsa telefônica inaugurou neste ano os primeiros telefones automáticos.

* * *

O Prefeito Pedro de Almeida inaugurou o abastecimento de água de Bananeiras. Essa foi a primeira cidade do interior a ser beneficiada com tal melhoramento.

* * *

O govêrno baixou um decreto instituindo a aposentadoria dos serventuários da Justiça.

* * *

Apareceram as revistas: "Gong", "Prá Você", editadas na Capital e "Norte" em Campina Grande. Em Cajazeiras surgiu o semanário "Estado Novo".

1939

Realizou-se na Capital um Congresso de Prefeitos, convocado pelo govêrno estadual.

* * *

Em virtude de lei federal foi organizado o quadro territorial do Estado, passando tôdas as sedes de municípios a ter a categoria de cidade e as de distritos a de vila. Vários municípios tiveram os nomes das suas sedes mudadas para novas denominações, em geral toponímias indígenas.

* * *

A 28 de janeiro foi inaugurado o abastecimento de água de Campina Grande, tendo custado ao Estado cêrca de vinte milhões de cruzeiros.

* * *

O cruzeiro havia passado a ser moeda nacional, sendo uma das inovações mais importantes do estado ditatorial implantado no país a 10 de novembro de 1937.

* * *

Começou a aparecer o ouro explorado em Teixeira.

* * *

As águas minerais de Monteiro foram analisadas e consideradas semelhantes ás de Vichy.

* * *

O orçamento estadual fixou a despesa e a receita em ...... 37.286.982,00.

* * *

Na Capital surgiu a revista "Manaíra".

1940

Argemiro de Figueiredo foi demitido de Interventor Federal a 27 de julho e a 29 do mesmo mês passou o exercício do cargo ao

Secretário do Interior Dr. Antônio Galdino Guedes, retirando-se para Campina Grande, num ambiente tenso, pois a impopularidade do seu govêrno chegara ao auge.

A administração Antônio Guedes, denominada na época de "Govêrno de Vichy", comparando-a com a do Marechal *Petain*, Presidente da França e que negociara a rendição do seu país, prolongou-se até 16 de agôsto, quando Ruy Carneiro, nomeado Interventor, chegou à Paraíba e assumiu o govêrno. A recepção que a cidade fêz ao nôvo chefe do poder executivo excedeu a qualquer outra já realiza adna Capital, revelando o entusiasmo popular pelo encerramento de uma situação de cinco anos e que nos últimos tempos apresentava visíveis sintomas de desgaste.

* * *

A Escola de Agronomia do Nordeste, situada em Areia, diplomou a primeira turma de agrônomos.

1941

Após estudos e observações uma comissão da Marinha de Guerra determinou o ponto mais oriental do continente, fixando-o na Ponta do Seixas, próximo ao Cabo Branco.

* * *

A receita e a despesa do Estado, segundo a lei orçamentária foi respectivamente, 34.640.000,00 e 36.939.630,00. Os gastos com o ensino se elevaram a 4.752.000,00. As matrículas nas escolas primárias foram de 75.717 alunos.

* * *

A renda global de todos os municípios, com exceção do da Capital, elevou-se a 10.750.068,20 para uma despesa de .... 12.741.060,20.

* * *

O Departamento de Classificação registrou 41.780.233 quilos de algodão classificado, inclusive 13.931.117 de outros Estados.

* * *

Na Capital apareceu o periódico «Liceu» e em Cajazeiras «O Momento».

* * *

A exploração do ouro, em Piancó, rendeu 2.500 gramas dêsse metal.

* * *

A estrada João Pessoa-Cabedelo foi pavimentada.

* * *

O govêrno instalou em Tambaú a Colônia de Férias que recebeu escolares de todos os pontos do Estado.

1942

A receita do Estado orçou em 39.679.237,00 e a despesa alcançou 38.234.136,00.

* * *

Um quadro levantado pelo Departamento das Municipalidades revelou que os orçamentos das Prefeituras consignavam as seguintes verbas de receita e despesa:

Alagoa Grande, Cr$ 130.000,00 e 140.000,00; Araruna, 145.000,00 e 145.000,00; Antênor Navarro, 175.000,00 e ...... 215.000,00; Areia, 155.000,00 e 170.000,00; Bananeiras ...... 200.000,00 e 200.000,00; Bonito, 57.200,00 e 73.000,00; Brejo do Cruz, 155.000,00 e 155.000,00; Catolé do Rocha, 160.000,00 e 195.000,00; Campina Grande, 2.018.000,00 e 2.118.000,00; Cuité, 116.000,00 e 130.000,00; Caiçara, 127.000,00 e 160.000,00; Cabaceiras, 102.000,00 e 112.000,00; Cajazeiras, 330.000,00 e .... 400.000,00; Conceição, 100.000,00 e 120.000,00; Esperança, ... 130.000,00 e 130.000,00; Espírito Santo, 103.000,00 e .... 120.000,00; Guarabira, 354.000,00 e 400.000,00; Misericórdia, 160.000,00 e 160.000,00; Ingá, 120.000,00 e 140.000,00; Itabaia-

na, 250.000,00 e 250.000,00; Jatobá, (S. José de Piranhas) .... 82.000,00 e 104.000,00; Joazeiros (Soledade) 120.000,00 e .... 120.000,00; Alagoa Nova, 110.000,00 e 110.000,00; Mamanguape, 291.000,00 e 291.000,00; Monteiro 200.000,00 e 250.000,00; Patos, 275.000,00 e 500.000,00; Pilar, 119.400,00 e 119.400,00; Pombal, 262.000,00 e 290.000,00; Picuí, 138.000,00 e 170.000,00; Princêsa Isabel, 205.000,00 e 290.000,00; Sousa, 260.000,00 e 257.000,00; Santa Rita, 335.000,00 e 385.000,00; São João do Cariri, 138.000,00 e 163.000,00; Santa Luzia, 165.000,00 e 165.000,00; Sapé, 175.000,00 e 210.850,00; Serraria, 105.000,00 e 138.000,00; Teixeira, 98.000,00 e 120.000,00; Taperoá, 92.000,00 e 128.000,00 e Umbuzeiros, 152.000,00 e 218.000,00.

Êsse quadro demonstra que o desequilíbrio era a regra.

* * *

Foram inaugurados o Manicômio Judiciário e a Colônia Penitenciária de Mangabeira, iniciativa do govêrno interventorial.

* * *

O Departamento Estadual encarregado da classificação das fibras vegetais, classificou neste ano 41.780.233 quilos de algodão.

* * *

O orçamento estadual consignava 42.398.838,60 para a despesa e previa a receita de 45.158.918,80.

* * *

A instrução primária era ministrada em 737 escolas e 51 grupos escolares com a matrícula global de 67.221 alunos.

* * *

O preventório "Eunice Weaver", destinado aos filhos sãos dos lázaros internados no Leprosário do Rio do Meio, começou a funcionar neste ano.

* * *

Uma sêca de pequenas proporções açoitou a Paraíba, provocando crises dos abastecimentos e escassez quase generalizada.

* * *

Elevou-se a doze quilos o ouro extraído do garimpo São Vicente, em Piancó.

* * *

O primeiro trecho pavimentado da estrada João Pessoa-Santa Rita foi inaugurado.

* * *

Na área de Mamanguape foi abatido um avião da FAB, contando-se 28 furos de bala. Denso mistério cêrcou êsse acontecimento, atribuindo-se, porém, a hostilidades dos alemães uma vez que o Brasil estava em guerra com o *III Reich*.

* * *

O Aeroclube da Paraíba recebeu os primeiros aviões para a sua escola de treinamento de pilotos civis.

1943

Estavam em funcionamento trinta e uma minas de xilita sòmente no Município de Santa Luzia, e o produto era exportado para os Estados Unidos, em sua maior parte.

* * *

A nova estação ferroviária da Capital foi inaugurada êste ano.

* * *

A polícia intensificou o combate aos cangaceiros eliminando vários dos mais perigosos, dando como resultado a virtual extinção dessa praga, que outrora infestava os sertões nordestinos.

* * *

O orçamento estadual consignou Cr$ 37.492.000,00 para a receita e para a despesa Cr$ 37.967.423,00, reconhecendo um deficit de 475.423,00.

* * *

Realizam-se várias cerimônias comemorativas do primeiro centenário do Dr. Irineu Jófily, autor do livro "Notas sôbre a Paraíba", tanto na Capital como em Campina Grande.

1944

O eclipse total do Sol ocorrido a 25 de janeiro atraiu à Paraíba uma equipe de astrônomos norte-americanos que se instalou em Patos para realizar observações do fenômeno.

* * *

O centenário do nascimento de D. Vital foi celebrado com várias cerimônias inclusive a inauguração do busto do referido prelado, em Pedras de Fogo, cidade que foi seu berço.

* * *

Chegou a Patos o primeiro trem da Rêde Viação Cearense, inaugurando o tráfego ferroviário para o Ceará.

* * *

O regozijo pela libertação da França da ocupação alemã refletiu-se de vários modos na Paraíba. Tomando a feição de legítima festa nacional e determinando a mudança do nome do antigo subúrbio de Barreiras para *Bayeux* que foi a primeira cidade da Normândia resgatada pelos exércitos aliados.

* * *

A estação termal de Brejo das Freiras, construída pelo govêrno do Estado para o aproveitamento das fontes de água mineral dessa localidade, foi inaugurada, com a abertura do hotel ali instalado.

1945

Uma famosa entrevista concedida pelo Ministro José Américo à imprensa carioca marcou o início da campanha pela redemocratização do país, que estava cansado e oprimido pelo longo predomi-

nio do Sr. Getúlio Vargas, teve repercussão nacional, despertando o Brasil para a luta pelo restabelecimento do regime constitucional.

Premiado pela opinião pública o Govêrno Federal decretou a abertura do alistamento eleitoral e marcou as eleições, que se realizaram neste ano.

* * *

Construído pelo govêrno estadual inaugurou-se o Centro de Reeducação Social, destinado a receber as mulheres delinqüentes que, até então, cumpriam sentença em promiscuidade com encarcerados masculinos na Casa de Detenção.

* * *

Surgiu na Capital o diário "Estado da Paraíba". Em Campina Grande apareceu o jornal "A Voz do Dia".

* * *

Em conseqüência do golpe militar de 29 de outubro, que depôs o Presidente Getúlio Vargas, e estabeleceu a chamada "Ditadura do Judiciário", assumiu o Govêrno do Estado o presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Severino Montenegro, a 5 de novembro.

A agitação política havia alcançado o auge, registrando-se vários incidentes que, entretanto, não foram manchados com sangue.

O Govêrno Severino Montenegro encerrou-se com a posse do Presidente da República, eleito em 2 de dezembro, que nomeou interventor político.

1946

Empossou-se em fevereiro o interventor federal Odon Bezerra, que em agôsto foi substituído pelo Dr. José Gomes da Silva, seu correligionário político.

1947

O orçamento estadual consigna Cr$ 20.177.677,00 para o custeio do ensino público. O orçamento dêste ano fixou a despesa em 96.007.611,85 e calculou a receita em 91.353.585,50.

Estavam matriculados nas aulas primárias: 94.902 alunos.

* * *

Em janeiro realizaram-se as eleições estaduais saindo eleito Governador do Estado o Dr. Osvaldo Trigueiro de Albuquerque Melo, que se empossou no cargo a 6 de março. Em junho, a 11, a Assembléia Estadual proclamou a nova constituição na Paraíba.

1948

Fundou-se a Faculdade de Ciências Econômicas da Paraíba.

* * *

As matrículas nas escolas públicas se elevaram a 112.600 alunos.

* * *

A receita estadual prevista para êste ano foi de Cr$ .... 121.010.995,30 e a despesa fixada em Cr$ 118.361.264,90.

* * *

Inaugurou-se o abastecimento de água da Alagoa Grande que custou aos cofres estaduais Cr$ 4.000.000,00.

* * *

Havia no Estado 1.187 unidades escolares.

* * *

Começaram a circular os jornais: "Jornal do Povo" e "Fôlha Trabalhista" e "Crítica"

1949

Iniciaram suas publicações as revistas "Atualidade" e "Nacionalidade".

* * *

Foram concluídos vários grupos escolares construídos pelo Govêrno do Estado no interior.

* * *

A exportação da fibra do agave alcançou o volume de Cr$ 20.446.629 quilos.

* * *

Esboçou-se a luta eleitoral que no ano seguinte empolgaria tôda Paraíba, assumindo um caráter de manifestação pebliscitária do povo descontente com a situação, sobretudo com a marcha da política.

1950

Prenúncios de sêca inquietavam a população.

* * *

O orçamento estadual consignou uma despesa de .... 150.000.000,00 e previa uma receita de 137.000.000,00.

* * *

A campanha política da sucessão governamental polarizou a atenção de tôda a população, assumindo novos aspectos com a chegada do Ministro José Américo para competir com o Dr. Argemiro de Figueirêdo.

Aquêle eminente paraibano encetou a propaganda da sua candidatura, falando primeiro num comício na Capital, perante uma multidão entusiástica, percorrendo, em seguida, todo o território do Estado, numa vibrante pregação cívica, enfrentando a violência dos elementos do govêrno que empregavam todos os meios de coerção e de intimidação do eleitorado.

Violências inconcebíveis foram praticadas pelas autoridades contra os partidários da candidatura de José Américo, culminando no trágico episódio da Praça da Bandeira, em Campina Grande, onde, na noite de 9 de julho, policiais e capangas a sôldo do govêrno, espingardearam o povo reunido numa passeata, fazendo vítimas.

Êsse episódio suscitou revolta generalizada, tendo, talvez, influído no resultado do pleito ferido em outubro, no qual o candidato das oposições sobrepujou o seu adversário apoiado pelo govêrno, numa maioria de mais de quarenta mil votos.

* * *

No comêço do ano apareceu o diário "O Estado".

* * *

O Governador Osvaldo Trigueiro renunciou ao cargo em maio passando o exercício ao Vice-Governador José Targino.

* * *

Fundou-se a Faculdade de Direito da Paraíba, cabendo ao Dr. Hermes Pessôa a honra de organizá-la.

1951

Assumiu o Govêrno do Estado o Governador eleito Dr. José Américo de Almeida, que chegou ao poder cercado de enorme prestígio popular, decorrente da vitória eleitoral alcançada no pleito mais disputado que já se realizou na Paraíba.

A sua posse realizou-se ao ar livre, num palanque armado em frente ao Palácio da Redenção, cabendo ao Deputado Tertuliano de Brito, Vice-Presidente da Assembléia, a incumbência de empossar o nôvo dirigente do Estado.

* * *

A administração José Américo caracterizou-se pelo esfôrço de recuperação financeira do Estado, de reorganização dos serviços

públicos, aviltados pela politicagem que se infiltrara em todos os setores da administração, exercendo ação perniciosa.

* * *

Outro aspecto mais significativo da sua atuação foi o empenho em elevar o nível cultural da Paraíba, criando as Faculdades de Filosofia e a de Odontologia e apoiando a instalação da Faculdade de Medicina, de modo que habilitou a Paraíba a possuir uma Universidade, cuja instituição pediu à Assembléia em mensagens que dirigiu ao legislativo, no dia mesmo em que deixou o govêrno para ir ocupar novamente uma pasta de ministro do govêrno nacional.

1952

A Paraíba pelo seu govêrno e intelectuais festejou o cinqüentenário do romancista José Lins do Rêgo, com várias solenidades, inclusive a inauguração do seu busto em bronze, numa praça da Cidade de Pilar, que foi bêrço do ficcionista.

* * *

Diante do aspecto alarmante que a sêca assumiu realizou-se, em Campina Grande, a mesa redonda dos governadores do Polígono das Sêcas na qual foram debatidos os problemas ligados ao combate às conseqüências do flagelo.

* * *

O Governador José Américo criou a Escola Politécnica da Paraíba, sediada em Campina Grande, que foi o primeiro estabelecimento de ensino daquela natureza a ser localizado numa cidade do interior nordestino.

* * *

Foi concluída a construção da Barragem de Marés, destinada ao abastecimento de água da Capital, tendo custado aos cofres estaduais vinte e dois milhões de cruzeiros.

* * *

Em Bananeiras foi inaugurada a Maternidade local.

* * *

Instalou-se a Faculdade de Medicina da Paraíba que, embora instituição particular, contou com o apoio decisivo do govêrno estadual para se tornar realidade.

* * *

A sêca assolava tôda a região nordestina, forçando o govêrno a se empenhar a fundo a fim de evitar, não sòmente o êxodo da população, como também as cenas dolorosas que se verificam nos dias de calamidades públicas.

Além da abertura de serviços em vários pontos da área mais castigada pelo flagelo, onde foram colocados todos os homens aptos para o trabalho, o govêrno organizou tôda sorte de socorros, mobilizando os recursos de que dispunha. De fora do Estado chegaram contribuições valiosas para atender às necessidades do povo faminto.

Várias localidades passaram a ser abastecidas de água por caminhões-tanques. Não se registrou nenhum caso de morte por inanição e o êxodo da população foi refreado, se bem que a evasão dos habitantes para o Sul, que se vinha acentuando no último decênio, não chegasse a ser detida de todo. Considerável número de pessoas se deixaram ficar confiantes nas providências postas em prática.

1953

Com a abertura do ano letivo foi inaugurado o Colégio Estadual de Campina Grande.

* * *

Reuniu-se, em Campina Grande o I Congresso Nordestino de Professôres Secundários.

* * *

Em março foi inaugurado o Jardim Botânico, localizado nos terrenos das matas de Buraquinho.

* * *

O govêrno assinou contrato para a execução do abastecimento de água de Guarabira.

* * *

A 15 de abril ocorreu pavoroso desastre aéreo, colidindo no ar o avião particular de Nabuco de Assis com um aparelho da FAB, morrendo carbonizados aquele aviador civil e o pagador do Estado Heronides Ramos, que regressava do sertão onde fôra a serviço.

* * *

Foram criadas e instaladas as Faculdades de Odontologia e de Filosofia, mantidas pelo Estado.

* * *

A 16 de junho o Governador José Américo licenciou-se, seguindo para o Rio a fim de assumir o exercício de Ministro da Viação e Obras Públicas.

Antes de deixar o cargo de governador enviou uma mensagem à Assembléia Legislativa submetendo a aprovação o projeto-lei criando a Universidade Estadual da Paraíba, com o agrupamento das Faculdades de Direito, Odontologia, Filosofia, Medicina, Escola de Agronomia do Nordeste, Escola Politécnica e Ciências Econômicas.

* * *

Em Campina Grande ocorreu um fato que consternou tôda a Paraíba, pela brutalidade de que se revestiu e pela expressão literária e política da vítima. O jovem político Félix de Araujo, poeta, jornalista e tribuno vereador à Câmara Municipal daquela cidade, foi alvejado a tiros, numa das ruas mais movimentadas, vindo a falecer depois de vários dias de desesperados esforços dos médicos para lhe salvar a vida.